



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
PRÓ-REITORIA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - UFT  
2012**

**Palmas - TO  
2013**

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - UFT  
2012**

**Palmas - TO  
2013**

Revisão:

Apoio técnico:

Diagramação e capa:

Impressão e acabamento:

**Universidade Federal do Tocantins  
Campus Universitário de Palmas  
Biblioteca Prof. José Torquato Carolino**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

F981r Fundação Universidade Federal do Tocantins  
Relatório de avaliação institucional - UFT 2012. / Organizadores:  
Palmas:  
Universidade Federal do Tocantins, Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento. Comissão  
Própria de Avaliação, 2013.

1. Avaliação institucional - Relatório. 2. Ensino Superior - Avaliação. I.

*Márcio Antônio da Silveira*  
**Reitor**

*Isabel Cristina Auler Pereira*  
**Vice-reitora**

*Emerson Subtil Denicoli*  
**Chefe de Gabinete**

*José Pereira Guimarães Neto*  
**Pró-reitor de Administração e Finanças**

*George Lauro Ribeiro de Brito*  
**Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários**

*Ana Lúcia de Medeiros*  
**Pró-reitora de Avaliação e Planejamento**

*Berenice Feitosa da Costa Aires*  
**Pró-reitora de Graduação**

*George França dos Santos*  
**Pró-reitor de Extensão e Cultura**

*Waldecy Rodrigues*  
**Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**  
**Composição dos membros de 2012**

Profº Cleomar Locatelli  
**Presidente da CPA e Representante docente do Campus de Tocantinópolis**

Profª Maria Santana Ferreira dos Santos  
**Representante docente do Campus de Arraias**

Profº Eliseu Pereira de Brito  
**Representante docente do Campus de Araguaína**

Profº. Heber Rogério Gracio  
**Representante da Administração Central da UFT**

Téc. Enedina Betânia Leite de Lucena Pires Nunes  
**Representante da Administração Central da UFT**

Profª Enilda Rodrigues de Almeida Bueno  
**Representante docente do Campus de Porto Nacional**

Profª. Viviane Fernandes Moreira  
**Representante docente do Campus de Gurupi**

Profª. Célia Maria Grandini Albiero  
**Representante docente do Campus de Miracema**

Profª. Mirella de Oliveira Freitas  
**Representante docente do Campus de Palmas**

Breno Suarte Cruz  
**Representante discente do Campus de Arraias**

Pedro Vinicius Martins Belarmino Júnior  
**Representante discente do Campus de Miracema**

Eduardo Ganassoli Neto  
**Representante discente do Campus de Gurupi**

Mariane Pereira Teixeira  
**Representante discente do Campus de Araguaína**

Elaine Jesus Alves  
**Representante Técnico-administrativo do Campus de Palmas**

José Carlos Vaz Soares  
**Representante Técnico-administrativo do Campus de Tocantinópolis**

Maria de Fátima da Conceição  
**Representante Técnico-administrativo do Campus de Porto Nacional**

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Atualização dos PPCs .....	34
Gráfico 2 – Conhecimento do Núcleo Docente dos <i>campi</i> .....	36
Gráfico 3 – Evolução da quantidade de alunos segurados. ....	38
Gráfico 4 – Evolução das vagas de estágios não obrigatórios .....	39
Gráfico 5 - Interação das atividades de ensino com a pesquisa e a extensão.....	73
Gráfico 6 - Atividades de extensão no <i>campus</i> de Araguaína cadastradas na PROEX .....	77
Gráfico 7 – Participação da comunidade acadêmica em projetos de extensão. ....	84
Gráfico 8 – Avaliação da comunidade acadêmica ao apoio da UFT a projetos de extensão.....	85
Gráfico 9 – Número de grupos de pesquisa no ano 2012.....	88
Gráfico 10 – Número de grupos de pesquisa no ano 2011.....	89
Gráfico 11 – Estimativa dos indicadores da produção científica na UFT, no período de 2004 a 2010.....	90
Gráfico 12 – Auxílio a docentes para apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais.....	91
Gráfico 13 – Auxílio a discentes para apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais.....	92
Gráfico 14 – Auxílio aos técnicos administrativos para apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais.....	93
Gráfico 15 – Divulgação da Produção Intelectual, Artística e Cultural na Visão do Corpo Docente.....	95
Gráfico 16 – Divulgação da Produção Intelectual, Artística e Cultural na Visão do Corpo Discente.....	95
Gráfico 17 – Divulgação da Produção Intelectual, Artística e Cultural na visão do Corpo Técnico-administrativo.....	96
Gráfico 18 – Avaliação do Compromisso Social do aluno de graduação após participação do programa/projeto de extensão.....	106
Gráfico 19 – Avaliação do interesse e da iniciativa do aluno de graduação após participação de programa/projeto de extensão.....	106
Gráfico 20 – Avaliação da cooperação do aluno de graduação após participação de programa/projeto de extensão.....	107
Gráfico 21 – Avaliação do aprimoramento do nível de responsabilidade obtido pelo aluno de graduação após participação de programa/projeto de extensão.....	107
Gráfico 22 – Avaliação da ética obtida ou aprimorada pelo aluno de	

graduação após participação de programa/projeto de extensão.....	108
Gráfico 23 – Média geral do desempenho dos servidores técnicos administrativos da UFT em 2012, distribuídos por <i>campus</i> .....	132
Gráfico 24 – Média geral do desempenho dos servidores técnico-administrativos da UFT em 2012.....	133
Gráfico 25 - Estrutura física das bibliotecas (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, equipamentos, limpeza, segurança, acessibilidade).....	155
Gráfico 26 - Organização e acesso ao acervo (número de exemplares, instalações para leitura e estudo, atendimento informatizado, qualidade e quantidade dos computadores, atualização e reposição do acervo).....	156
Gráfico 27 - Qualidade do atendimento na biblioteca.....	156
Gráfico 28 - Orientações/instruções dos servidores do setor da biblioteca quanto à utilização do portal Capes.....	157
Gráfico 29 - Estrutura física das salas de aula (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, equipamentos, limpeza, segurança, acessibilidade).....	158
Gráfico 30 - Disponibilidade e eficácia de recursos didáticos e de multimídia nas salas de aula (quadro branco, pincéis, televisões, data show etc.).....	158
Gráfico 31 – Estrutura física dos laboratórios de ensino (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, equipamentos, limpeza, segurança, acessibilidade).....	160
Gráfico 32 - Quantidade de laboratórios de ensino para atender as necessidades da comunidade acadêmica.....	161
Gráfico 33 - Percentual de usuários dos laboratórios de ensino.....	161
Gráfico 34 - Relevância dos laboratórios de ensino para a formação.....	162
Gráfico 35 - Percentual de usuários do laboratório de informática.....	162
Gráfico 36 - Estrutura física do laboratório de informática (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, limpeza, segurança, acessibilidade).....	163
Gráfico 37 - Estado de conservação do laboratório de informática.....	163
Gráfico 38 - Qualidade do acesso à internet no laboratório de informática.....	164
Gráfico 39 - Percentual de professores que possuem gabinete.....	165
Gráfico 40 - Percentual de professores que dividem gabinete com outros docentes.....	165
Gráfico 41 - Estrutura física das secretarias acadêmicas (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, equipamentos, limpeza, segurança, acessibilidade).....	166
Gráfico 42 - Qualidade do atendimento nas secretarias acadêmicas.....	167

Gráfico 43 - Existência de espaços de convivência nos <i>campi</i> (local para descanso, lazer e alimentação, serviços úteis como bancos, farmácia, papelaria etc.).	168
Gráfico 44 - Relevância de um espaço de convivência que atenda a comunidade acadêmica	168
Gráfico 45 - Existência de centro acadêmico instituído	169
Gráfico 46 - Existência de espaço para comportar o centro acadêmico de cada curso	169
Gráfico 47 - Satisfação quanto à quantidade de cantinas e restaurantes por <i>campus</i>	170
Gráfico 48 - Instalações físicas das cantinas	170
Gráfico 49 - Higiene das cantinas e dos restaurantes dos <i>campi</i>	171
Gráfico 50 - Atendimento nas cantinas e restaurantes dos <i>campi</i>	171
Gráfico 51 - Qualidade dos produtos comercializados nas cantinas e nos restaurantes dos <i>campi</i>	172
Gráfico 52 - Nível de satisfação com o preço cobrado pelos produtos das cantinas e dos restaurantes dos <i>campi</i>	172
Gráfico 53 - Existência de transporte coletivo de acesso ao <i>campus</i>	173
Gráfico 54 - Quantidade de veículos para atender a demanda da instituição	174
Gráfico 55 - Acessibilidade nos <i>campi</i> para pessoas com necessidades especiais	174
Gráfico 56 - Estado de conservação de passarelas e coberturas	175
Gráfico 57 - Quantidade de calçadas que interligam blocos	176
Gráfico 58 - Quantidade de passarelas cobertas	176
Gráfico 59 - Calçamento nos arredores dos <i>campi</i>	177
Gráfico 60 - Placas de sinalização para blocos, setores, estacionamentos etc.	177

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sobre os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação.....	29
Tabela 2 – Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação.....	35
Tabela 3 – Total de alunos que cursaram Libras a distância, em curso ofertado pela UFT.....	37
Tabela 4 - Convênios firmados no ano 2011 pela UFT .....	39
Tabela 5 – Número de monitores por <i>campus</i> em 2012.....	45
Tabela 6 – Quantidade de bolsas, de monitores remunerados e não remunerados por <i>campus</i> em 2012.....	46
Tabela 7 – Número de projetos na modalidade PMP realizados por <i>campus</i> em 2012.....	47
Tabela 8 – Cursos PET por <i>campus</i> em 2012.....	48
Tabela 9 – Ações de extensão desenvolvidas no período de 2011 e 2012.....	70
Tabela 10 – Número de docentes doutores, mestres e especialistas efetivos, com respectivos regimes de trabalho.....	123
Tabela 11 – Número de servidores técnicos administrativos por formação acadêmica.....	125
Tabela 12 – Cursos na modalidade <i>in company</i> ofertados em 2012.....	127
Tabela 13 – Ações de Capacitação Externa da DDH em 2012.....	128
Tabela 14 – Número de estudantes com bolsas por programa.....	185
Tabela 15 – Número de participações em evento e número de trabalhos de estudantes publicados.....	185
Tabela 16 – Quantidade de bolsas distribuídas por <i>campus</i> .....	186
Tabela 17 – Quantitativo de estudantes beneficiados na modalidade de auxílio para participação em eventos pela PROEST em 2012.....	186
Tabela 18 – Principais despesas fixadas no orçamento de 2012 da UFT.....	197
Tabela 19 – Recursos descentralizados para a UFT em 2012.....	198
Tabela 20 – Despesas de capital por <i>campus</i> – obras e instalações.....	199
Tabela 21 – Despesas continuadas por <i>campus</i> /reitoria – 2012 .....	200

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos dos cursos da UFT.....	31
Quadro 2 – Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> .....	98
Quadro 3 - Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> / Mestrado .....	100
Quadro 4 –. Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> / Doutorado .....	101
Quadro 5 – Cursos ofertados no projeto Servidor Multiplicador em 2012 .....	126
Quadro 6 – Indicadores em nível operacional para avaliação dos servidores técnico-administrativos da UFT.....	130
Quadro 7 - Indicadores para mensuração da avaliação de desempenho na UFT...	131

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A universidade nos veículos de comunicação .....	116
Figura 2 – Capa do manual de aplicação da logomarca oficial .....	118
Figura 3 – Novo formato do informativo UFT Presente. ....	120

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
<b>1 DIMENSÃO 1: MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b>	<b>18</b>
1.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT) .....	18
1.2 MISSÃO .....	19
1.3 VISÃO ESTRATÉGICA .....	19
1.4 DESAFIOS ESTRATÉGICOS .....	19
1.5 PRIORIDADES INSTITUCIONAIS .....	20
<b>1.5.1 Ambiente de excelência acadêmica .....</b>	<b>21</b>
<b>1.5.2 Atuação sistêmica .....</b>	<b>21</b>
<b>1.5.3 Articulação com a sociedade .....</b>	<b>22</b>
<b>1.5.4 Aprimoramento da gestão .....</b>	<b>22</b>
1.6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS .....	23
<b>1.6.1 Ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão .....</b>	<b>23</b>
<b>1.6.2 Aperfeiçoamento da Gestão .....</b>	<b>24</b>
1.7 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .....	25
1.8 POTENCIALIDADES E ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS .....	26
<b>2 DIMENSÃO 2: A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO E A EXTENSÃO (NORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO)</b> .....	<b>27</b>
2.1 ENSINO .....	27
<b>2.1.1 Atualização dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação .....</b>	<b>28</b>
<b>2.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação da UFT .....</b>	<b>34</b>
<b>2.1.3 Dados do Censo do Ensino Superior e Resultados do ENADE .....</b>	<b>36</b>
<b>2.1.4 Atendimento ao Decreto 5.626./2005 relativo à oferta da disciplina LIBRAS .....</b>	<b>37</b>
<b>2.1.5 Realização dos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios .....</b>	<b>38</b>
<b>2.1.6 Acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação .....</b>	<b>43</b>
<b>2.1.7 Programas de Melhoria do ensino e da aprendizagem para estudantes de graduação .....</b>	<b>44</b>
2.1.7.1 Programa Institucional de Monitoria – PIM .....	44
2.1.7.2 Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI .....	46
2.1.7.3 Programa de Monitoria Permanência – PMP .....	47
2.1.7.4 Programa de Educação Tutorial – PET .....	48

2.1.7.5 Programa de Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA .....	49
2.1.7.6 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID .....	51
2.1.7.7 Programa de Mobilidade Acadêmica – PMA .....	52
2.1.7.8 Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores / CAPES – LIFE .....	52
2.1.7.9 Plano de Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. ....	54
<b>2.1.8 Modernização e informatização das bibliotecas .....</b>	<b>56</b>
2.1.8.1 Estrutura física das bibliotecas .....	57
2.1.8.1.1 Bibliotecas do campus de Araguaína .....	58
2.1.8.1.2 Biblioteca do campus de Arraias .....	59
2.1.8.1.3 Biblioteca do campus de Gurupi .....	60
2.1.8.1.4 Biblioteca do campus de Miracema .....	61
2.1.8.1.5 Biblioteca do campus de Palmas .....	61
2.1.8.1.6 Biblioteca do campus de Porto Nacional .....	63
2.1.8.1.7 Biblioteca do campus de Tocantinópolis .....	64
<b>2.1.9 Educação a Distância .....</b>	<b>64</b>
2.2 EXTENSÃO .....	65
<b>2.2.1 Projetos aprovados via Edital PROEXT 2011 e em execução no ano 2012 .....</b>	<b>75</b>
<b>2.2.2 Atividades de extensão em cada campus da UFT .....</b>	<b>77</b>
2.2.2.1 Campus de Araguaína .....	78
2.2.2.2 Campus de Arraias .....	78
2.2.2.3 Campus de Gurupi .....	79
2.2.2.4 Campus de Miracema .....	80
2.2.2.5 Campus de Palmas .....	81
2.2.2.6 Campus de Porto Nacional .....	82
2.2.2.7 Campus de Tocantinópolis .....	83
<b>2.2.3 Uma visão geral da participação da comunidade acadêmica em projetos de extensão .....</b>	<b>84</b>
2.3 PESQUISA .....	85
<b>2.3.1 Desenvolvimento da Pesquisa na Universidade Federal do Tocantins .....</b>	<b>87</b>
<b>2.3.2 Grupos de Pesquisas .....</b>	<b>88</b>
<b>2.3.3 Produção Científica na Universidade Federal do Tocantins .....</b>	<b>89</b>
<b>2.3.4 Agências de Fomento .....</b>	<b>90</b>
<b>2.3.5 Auxílio para Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos Nacionais .....</b>	<b>91</b>
<b>2.3.6 Auxílio para a Formação de Novos Pesquisadores .....</b>	<b>93</b>

<b>2.3.7 Divulgação dos Trabalhos de Iniciação Científica Desenvolvidos por Docentes, Discentes e Técnicos Administrativos.</b> .....	94
<b>2.3.8 Divulgação da Produção Intelectual, Artística e Cultural do Corpo Docente e dos Técnicos Administrativos</b> .....	94
<b>2.3.9 Informatização do Sistema de Registro da Produção e do Desenvolvimento das Atividades dos Pesquisadores da UFT</b> .....	96
<b>2.4 PÓS-GRADUAÇÃO</b> .....	97
<b>2.4.1 Políticas Institucionais para Criação, Expansão e Manutenção da Pós-Graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i>.</b> .....	97
<b>2.4.2 Integração entre Graduação e Pós-graduação</b> .....	101
<b>2.4.3 Política de Melhoria da Qualidade da Pós-graduação</b> .....	102
<b>2.4.4 Política para a Formação de Pesquisadores e de Profissionais para o Magistério Superior</b> .....	102
<b>2.4.5 Auxílio Interno e Externo na Realização dos Cursos Oferecidos.</b> .....	103
<b>2.5 POTENCIALIDADES E ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS</b> .....	103
<b>3 DIMENSÃO 3: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO</b> .....	<b>104</b>
3.1. INCLUSÃO SOCIAL .....	105
3.2 MEIO AMBIENTE .....	108
3.3 POTENCIALIDADES E ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS .....	110
<b>4 DIMENSÃO 4: A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE</b> .....	<b>111</b>
4.1 RÁDIO E TV EDUCATIVA EM SINAL ABERTO: UMA REALIDADE PRÓXIMA	113
4.2 CONSOLIDAÇÃO DAS FRENTES DE TRABALHO PARA MELHORIA DE QUALIDADE E ATENDIMENTO .....	114
<b>5 DIMENSÃO 5: AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.</b> .....	<b>123</b>
5.1. POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES .....	124
5.2. A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO .....	130
<b>5.2.1 Resultados da Avaliação de Desempenho 2012</b> .....	<b>132</b>
5.3 POTENCIALIDADES E ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS .....	134
<b>6 DIMENSÃO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO</b> .....	<b>135</b>
6.1. GESTÃO DA UNIVERSIDADE .....	135

<b>6.1.1 Funcionamento, representatividade dos colegiados e participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios</b>	137
<b>6.1.2 Princípios Estratégicos da Gestão</b>	138
6.1.2.1 Transparência, planejamento e gestão participativa	139
6.1.2.2 Consolidação e expansão com garantia de qualidade	139
6.1.2.3 Discussão e implantação de uma nova organização espacial e acadêmico-administrativa	140
6.1.2.4 Qualificação dos processos de ensino e aprendizagem	140
6.1.2.5 Valorização e qualificação dos servidores	140
6.1.2.6 Aprimoramento da Política Estudantil	140
6.1.2.7 Inserção da sociedade, respeito à pluralidade e compromisso social da universidade para com o desenvolvimento regional	141
<b>6.2 POLÍTICA DE EDITORAÇÃO E SUA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UFT</b>	141
<b>6.3 ADEQUAÇÃO DO ESTATUTO DA UFT</b>	142
<b>6.4 PLANO DIRETOR DOS <i>CAMPI</i></b>	142
<b>6.5 POTENCIALIDADES E ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS</b>	143
<b>7 DIMENSÃO 7: INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UFT</b>	<b>144</b>
7.1 EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UNIVERSIDADE	144
7.2 A INFRAESTRUTURA NOS <i>CAMPI</i>	145
<b>7.2.1 Arraias</b>	145
<b>7.2.2 Araguaína</b>	147
<b>7.2.3 Gurupi</b>	148
<b>7.2.4 Miracema</b>	149
<b>7.2.5 Palmas</b>	152
<b>7.2.6 Porto Nacional</b>	152
<b>7.2.7 Tocantinópolis</b>	153
7.3 AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE NA UNIVERSIDADE	154
<b>7.3.1 Biblioteca</b>	155
<b>7.3.2 Salas de aula</b>	157
<b>7.3.3 Laboratórios</b>	159
7.3.3.1 Laboratórios de ensino	160
7.3.3.2 Laboratório de informática	162
<b>7.3.4 Gabinete de professores</b>	164
<b>7.3.5 Secretaria Acadêmica</b>	166
<b>7.3.6. Espaço de Convivência no <i>Campus</i></b>	167

<b>7.3.7. Espaço para centro acadêmico</b> .....	168
<b>7.3.8. Sobre Cantinas e Restaurantes</b> .....	169
<b>7.3.9 Transporte Coletivo</b> .....	173
<b>7.3.10 Acessibilidade</b> .....	174
<b>7.3.11 Passarelas, Calçadas e Coberturas</b> .....	175
<b>7.4 POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES QUANTO À ESTRUTURA FÍSICA DOS CAMPI</b> .....	178
<b>8 DIMENSÃO 8: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO</b> .....	<b>179</b>
8.1 PLANEJAMENTO .....	179
8.2 AVALIAÇÃO .....	180
<b>9 DIMENSÃO 9: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE</b> .....	<b>183</b>
9.1 ACESSO, SELEÇÃO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES .....	183
9.2 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO .....	184
9.3 MECANISMOS DE ESTUDO E ANÁLISE SOBRE INGRESSANTES, EVASÃO E CONCLUSÃO .....	187
9.4 CASA DO ESTUDANTE .....	188
<b>9.4.1 Palmas</b> .....	188
<b>9.4.2 Araguaína</b> .....	189
<b>9.4.3 Porto Nacional</b> .....	189
<b>9.4.5 Gurupi</b> .....	190
<b>9.4.6 Arraias</b> .....	190
<b>9.4.7 Tocantinópolis</b> .....	191
9.5 BOLSA PERMANÊNCIA .....	192
9.6 ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E APOIO PSICOSSOCIAL .....	193
9.7 ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS .....	195
<b>10 DIMENSÃO 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA</b> .....	<b>196</b>
<b>11 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>202</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>207</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Avaliação Institucional é o resultado do processo de avaliação interna vivido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) durante o ano 2012. Conforme proposto pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), esse processo de avaliação deve permitir às Instituições de Ensino Superior produzir conhecimento sobre sua própria realidade, visando a superar suas fragilidades e a melhorar a qualidade das suas ações. Assim, o Relatório de Avaliação Institucional deve ser um instrumento para identificar as potencialidades e as fragilidades da instituição, permitindo a participação da comunidade universitária e instrumentalizando as ações dos sujeitos envolvidos com a tomada de decisão na instituição.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), instituída pela Lei Nº 10.861 de 14 de abril de 2004, é a responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Na UFT, conforme resolução do Conselho Universitário (CONSUNI), nº 11/2012 de 01 de maio de 2012, a CPA constitui-se um órgão de representação acadêmica e social permanente, de coordenação do processo de avaliação interna institucional da Universidade.

A realização do Relatório de Avaliação Institucional na UFT pela CPA tem sido um processo coletivo, realizado com a participação dos três segmentos: docentes, discentes e técnicos administrativos de todos os *campi* da Universidade. Esse processo tem buscado seguir os objetivos, as estratégias e os procedimentos estabelecidos no Projeto de Avaliação Institucional aprovado para o período de 2012 a 2015, contemplando aspectos da Universidade referentes às dez dimensões do SINAES. Em suma, o objetivo geral proposto visa a desenvolver um processo permanente de Avaliação Institucional na UFT, a fim de compreender o significado e o resultado da atuação da Universidade, subsidiando ações que aprimorem suas políticas institucionais.

As principais fontes de informação para a elaboração do relatório foram as seguintes:

- relatórios das pró-reitorias e diretorias, com informações sobre as ações planejadas e realizadas em 2012;
- diagnóstico dos *campi*, com informações sobre estrutura física, gestão e atividades de ensino, pesquisa e extensão, junto aos cursos de graduação e pós-graduação;
- questionário de avaliação institucional, aplicado para toda a comunidade universitária, com

questões referentes a duas dimensões: dimensão 2 - ensino, pesquisa e extensão - e dimensão 7 - infraestrutura física da instituição.

Espera-se que a leitura e a observação do presente documento permitam ampliar o conhecimento sobre a UFT, favorecendo a participação das comunidades interna e externa. Também, que possam subsidiar o planejamento de ações que permitam aprimorar a atuação da Instituição, de modo que esta efetive e reveja suas prioridades e compromissos com a sociedade, potencializando seus aspectos positivos e superando suas fragilidades.

## **1 DIMENSÃO 1: MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Essa dimensão trata da Missão, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Planejamento Estratégico da Universidade. São apresentados aqui finalidades, objetivos e compromissos institucionais, relacionados às suas prioridades e ações estratégicas.

### **1.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)**

A Fundação Universidade Federal do Tocantins é uma instituição pública federal voltada para o ensino superior, para a pesquisa e para a extensão. Vinculada ao Ministério da Educação, foi instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, com sede em Palmas, capital do estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em julho de 2002 foi assinado o decreto de nº 4.279 de 25 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. No entanto, suas atividades só tiveram início em 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos, quando se estabeleceram as primeiras comissões para elaboração do estatuto e do regimento geral da Universidade, bem como para desencadear o processo de transferência dos cursos de graduação da Universidade do Tocantins (UNITINS) para a UFT.

A UFT é uma instituição com estrutura *multicampi*, distribuída em sete cidades do estado do Tocantins: Tocantinópolis, Araguaína, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Gurupi e Arraias.

## 1.2 MISSÃO

A missão da UFT é produzir e difundir conhecimentos, visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

## 1.3 VISÃO ESTRATÉGICA

A visão estratégica institucional constitui consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional.

## 1.4 DESAFIOS ESTRATÉGICOS

Os desafios estratégicos são:

- ensino de qualidade, comprometido com valores científicos, étnicos, sociais e culturais;
- conhecimento, compromisso social e respeito à diversidade;
- gestão inovadora, transparente e responsável.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2011-2015) da UFT, aprovado pela Resolução do CONSUNI nº 11/2010, com vistas à consecução da Missão Institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, todos os esforços dos gestores, das comunidades docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- o estímulo à efetiva interação com a sociedade, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e a colaborar para a sua formação contínua;
- o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e à criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que ele vive;
- a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade, comunicando esse saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e da possibilidade correspondente da concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente – em particular, os nacionais e regionais – e à prestação de serviços especializados à comunidade, estabelecendo-se com esta uma relação de reciprocidade;
- a promoção da extensão articulada com o ensino e a pesquisa, de forma aberta à participação da população e em sintonia com as necessidades sociais emergentes, nas linhas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

## 1.5 PRIORIDADES INSTITUCIONAIS

Para sua atuação no período de 2011 a 2015, a Universidade elegeu 4 (quatro) prioridades institucionais, baseando-se em diagnósticos do contexto histórico mundial e das características da Amazônia e da Universidade Federal do Tocantins:

### 1.5.1 Ambiente de excelência acadêmica:

Quanto ao ambiente acadêmico, o principal foco da UFT é a excelência nos três eixos institucionais – ensino, pesquisa e extensão:

- Ensino de graduação regularizado e de qualidade reconhecida e em expansão.
- Ensino de pós-graduação consolidado e em expansão, buscando a articulação das áreas de conhecimento dos cursos de graduação.
- Excelência na pesquisa, com fundamentação na interdisciplinaridade e na visão holística.
- Relacionamento de cooperação e solidariedade entre docentes, discentes e técnicos administrativos.
- Excelência na extensão, articulada ao ensino e à pesquisa, baseada no processo educativo, científico, cultural e de interação da universidade com outros setores da sociedade.
- Construção de um espaço de convivência pautado na ética.
- Inserção do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no ensino de graduação e pós-graduação, bem como incentivo à oferta de cursos na modalidade à distância (EAD) como forma de democratizar e ampliar o acesso ao ensino superior de qualidade.

### 1.5.2 Atuação sistêmica

Com vistas à almejada excelência, a UFT busca atuar de modo coerente com seu plano de ação, empenhando-se em alcançar e/ou manter as seguintes metas:

- Fortalecimento da estrutura *multicampi*.
- Cooperação e interação entre os *campi* e os cursos.

- Autonomia e sinergia na gestão acadêmica e no uso dos recursos.
- Articulação entre as diversas instâncias deliberativas: Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho Diretor e Colegiados de Cursos.
- Articulação entre os diversos setores: Pró-reitorias, Diretorias, Assessorias e Coordenações de Cursos.

### 1.5.3 **Articulação com a sociedade**

Reconhecendo a importância da articulação com a comunidade externa, a UFT empenha-se em:

- manter relações com os órgãos públicos, com a sociedade civil e com as instituições privadas.
- fortalecer e consolidar núcleos e grupos de trabalho.
- dar cuidado à equidade social (étnica e de gênero), promovendo a inclusão social com respeito à pluralidade e à diversidade;
- propor projetos político-pedagógicos que articulem ensino, pesquisa e extensão numa abordagem inter e transdisciplinar, com responsabilidade social e voltados para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

### 1.5.4 **Aprimoramento da gestão**

O aprimoramento da gestão se dá por meio das seguintes atuações:

- Estatuto e regimento geral adequados à realidade da UFT.
- Funcionamento pleno dos Conselhos como orientadores da gestão institucional.
- Participação e transparência na administração.
- Procedimentos racionalizados e ágeis.

- Gestão informatizada.
- Gestores capacitados.
- Diálogo com as organizações representativas de docentes, discentes e técnicos administrativos.

## 1.6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Conforme consta no seu PDI, os objetivos estratégicos da UFT foram definidos em função de duas dimensões, a saber:

### 1.6.1 Ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão

No que tange a ampliação e aplicação dessa tríade, a UFT tem como objetivos:

- consolidar os cursos e programas (graduação e pós-graduação) existentes, melhorando-lhes a qualidade e articulando-os em grandes áreas;
- ampliar o número de cursos e programas (graduação e pós-graduação), utilizando diversos meios, inclusive ensino a distância;
- articular a pesquisa com o ensino (graduação e pós-graduação) e garantir sua devida interação com as ações de extensão;
- definir e consolidar uma política de incentivo à produção científica e à docência;
- projetar a UFT como referência nas áreas de Identidade, Cultura e Territorialidade, Agropecuária e Meio Ambiente, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Educação e Fontes Renováveis de Energia, por meio de programas de extensão;
- incentivar a implantação de mecanismos de flexibilização curricular, com vistas à promoção da mobilidade intra e inter cursos e programas da própria UFT, bem como de outras instituições públicas;
- incentivar a institucionalização de práticas acadêmicas e extensionistas que respeitem a diversidade cultural e a pluralidade;

- promover o intercâmbio com as instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da extensão, da pesquisa e da pós-graduação;
- ampliar ações de extensão voltadas a cidadania, inclusão social, direitos humanos e meio ambiente;
- preparar alunos para o exercício da cidadania, tornando-os comprometidos com a sociedade e com uma visão humanística, crítica e reflexiva;
- implantar uma política de assistência estudantil que assegure a permanência de estudantes em situação de risco ou vulnerabilidade;
- ampliar os meios de acesso da comunidade acadêmica aos bens culturais nacionais e internacionais, por meio dos mecanismos da tecnologia da informação e comunicação;
- consolidar o Programa de Educação de Jovens e Adultos.

### **1.6.2 Aperfeiçoamento da Gestão**

No campo da gestão institucional, com vistas a aprimorá-la, a UFT estipulou as seguintes metas:

- adotar uma política ativa de comunicação e de divulgação das realizações, na busca da construção da imagem institucional;
- melhorar a infraestrutura física, laboratorial e tecnológica, por meio da articulação política e da parceria com todos os setores da sociedade;
- ampliar a captação de recursos, incluindo convênios com instituições públicas e privadas;
- fortalecer as estruturas administrativas de todos os *campi*;
- descentralizar a gestão administrativa;
- fortalecer os órgãos colegiados;
- adotar mecanismos de fixação dos recursos humanos;
- racionalizar e otimizar a utilização de recursos materiais, financeiros e de pessoal;
- promover a modernização da gestão, ampliando a informatização;

- desenvolver políticas de qualificação de pessoal docente e técnico administrativo.

## 1.7 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O último Planejamento Estratégico da UFT foi elaborado para o período de 2006 a 2010. No PDI da instituição, consta a coordenação e o acompanhamento do Planejamento Estratégico da Universidade como uma atribuição da Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação (PROAP). Esta teria, como uma de suas estratégias, a aplicação de metodologia de estudos prospectivos e participativos para a elaboração do Planejamento Estratégico 2011-2020 e, ao longo desse período, a implantação de monitoramento, ajuste e melhoria daquele. No entanto, percebe-se que, no portal da UFT, ainda se encontra disponível o Planejamento correspondente ao período de 2006 a 2010. Não constam as informações recebidas pela CPA sobre o processo de elaboração do Planejamento Estratégico da Instituição.

Sobre o planejamento nos *campi*, em 2012, foi criada, por meio de portaria do reitor e publicada no boletim interno da UFT, uma comissão que irá coordenar o Plano Diretor de todos os *campi* da UFT e que também se encarregará de fazer o planejamento estratégico da instituição.

Também se observa que, com a eleição de uma nova reitoria – empossada em julho de 2012 –, o Plano de Gestão 2012-2016, apresentado durante a campanha e discutido com a comunidade acadêmica, tem sido um documento orientador das ações mais recentes. Os princípios norteadores desse Plano são:

1. Transparência, planejamento e gestão participativa.
2. Consolidação e expansão com garantia de qualidade.
3. Discussão e implantação de uma nova organização espacial e acadêmico-administrativa.
4. Qualificação dos processos de ensino e aprendizagem.
5. Valorização e qualificação dos servidores.
6. Aprimoramento da política estudantil.
7. Inserção social, respeito à pluralidade e compromisso da universidade para com o desenvolvimento regional.

## 1.8 POTENCIALIDADES E ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS

A Universidade Federal do Tocantins tem um Plano de Desenvolvimento Institucional elaborado para o período de 2011 a 2015, com uma série de diretrizes, objetivos e propostas de ação que permitem o funcionamento da instituição pautado em prioridades e ações estratégicas de curto, médio e longo prazo. A observação desse documento permite aos gestores da instituição e à comunidade acadêmica em geral um direcionamento no que se refere ao planejamento e às ações, bem como pode ser um parâmetro para o processo de avaliação do conjunto da instituição e de cada uma de suas instâncias. Também, a criação de uma comissão para coordenar a elaboração do Plano Diretor dos *campi* é uma iniciativa que pode impulsionar a prática do planejamento em toda a instituição.

Contudo, apesar de todos os esforços da UFT em atender aos anseios da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, não foi possível verificar a existência de um Planejamento Estratégico atualizado da instituição. O documento disponível no portal da Universidade, como supramencionado, foi elaborado para o período de 2006 a 2010. Também, não se tem informação sobre o processo de elaboração do planejamento nos *campi*, nem do trabalho da comissão criada em 2012.

Além disso, o que se pôde observar no processo de avaliação interna anual é que não há, na instituição, procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente no que diz respeito às atividades educacionais. De acordo com as informações da PROAP, as pró-reitorias fazem as avaliações específicas de suas respectivas áreas. A diretoria de planejamento da PROAP está se estruturando para, em 2013, iniciar seus trabalhos com esse fim.

## **2 DIMENSÃO 2: A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO E A EXTENSÃO (NORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO)**

A CPA entende essa dimensão como sendo essencial para a avaliação da Universidade Federal do Tocantins, como conceito e como instituição. Trata-se da almejada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dos processos inter-relacionados de ensinar e aprender com a pesquisa científica e de atividades de extensão em que se unem teoria e prática.

A segmentação do texto em três subitens, referentes a cada elemento do tripé, pretende ser meramente didática e visa a uma melhor organização. Cada item deve ser visto dialeticamente, destacando-se elementos de ligação e formas de articulação.

### **2.1 ENSINO**

Os princípios fundamentais que orientam a construção das políticas da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) estão assentados na concepção da educação como direito de todos, alicerçada na ética e nos valores de solidariedade, liberdade, igualdade, justiça social e sustentabilidade. A finalidade é o pleno desenvolvimento, nas dimensões pessoais e sociais, de cidadãos críticos e compromissados com a transformação social.

As políticas de formação acadêmico-científica estão focadas em uma formação assinalada pelo humanismo fundado na pluralidade de ideias e no respeito aos valores da convivência ética. Nessa perspectiva, a PROGRAD tem como missão proporcionar um ensino voltado para a produção e a difusão do conhecimento científico, sociopolítico e cultural, com vistas à formação do cidadão e do profissional qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Conforme o relatório da PROGRAD/UFT/2012, após o processo inicial de implantação da universidade e de consolidação dos cursos de graduação e pós-graduação, entende-se que restam ainda alguns grandes desafios que deverão ser enfrentados a curto e

médio prazo pela Universidade e, de modo especial, pela Pró-reitoria de Graduação. Esses desafios são:

- aprofundamento de debates, proposições e estratégias voltados para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação, por meio da articulação de ensino, pesquisa e extensão;
- proposição de novas formas de organização didático-pedagógica e de utilização dos recursos das tecnologias de informação e comunicação;
- ampliação do debate sobre a qualidade da formação nos cursos de graduação, por meio do Fórum das Licenciaturas e de outras instâncias a serem implementadas também para os bacharelados;
- melhoria e modernização das condições físicas (salas de aula, laboratórios, áreas de convivência e lazer, sala de professores);
- implantação do Sistema de Bibliotecas da UFT em sua plenitude, contemplando empréstimos entre os *campi*, banco de teses e dissertações, acesso a periódicos nacionais e internacionais;
- melhoria da gestão dos cursos de graduação;
- ampliação das formas de intercâmbio com outras universidades públicas nacionais e internacionais, visando à obtenção de outras experiências acadêmicas para os estudantes, assim como a dupla titulação.

### **2.1.1 Atualização dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação**

Segundo o relatório da Vice-reitoria/2012, atualmente existem 48 (quarenta e oito) cursos de graduação presencial em diversas áreas do conhecimento nos sete *campi*, sendo que 18 (dezoito) cursos foram implantados após a criação da Universidade em 2003. Os resultados dos processos de avaliação dos cursos de graduação efetuados pelo Ministério da Educação foram positivos e indicaram demandas a serem cumpridas, especialmente no que se refere à complementação do corpo docente e à infraestrutura em todos os cursos avaliados. Esses dados podem ser confirmados a partir dos diagnósticos dos *campi*, bem como através do questionário aplicado pela CPA à comunidade acadêmica.

Conforme relatório da PROGAD/2012, todos os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação foram analisados pela Câmara de Graduação, pelo CONSEPE e pelo Ministério da Educação. A regularidade dos cursos é imprescindível para se garantirem ao estudante as condições de exercício de sua profissão, assim como para contribuir com os resultados dos processos avaliativos do SINAES.

Tabela 1 – Dados sobre os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação.

CAMPUS – PALMAS		
	RESOLUÇÃO - CONSEPE	DATA - APROVAÇÃO
Arquitetura e Urbanismo	UNITINS	Abril 2003
Administração	Nº 15/2010	09/06/2010
Ciências Contábeis	Nº 12/2007	26/10/2007
	Nº 51/2009	11/12/2009
Ciência da Computação	Nº 20/2011	30/11/2011
Ciências Econômicas	Nº 27/2009	13/05/2009
Comunicação Social – Jornalismo	UNITINS	Abril 2003
Direito	Nº 30/2009	13/05/2009
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Nº 08/2009	29/04/2009
Engenharia Ambiental	Nº 26/2006	
Engenharia de Alimentos	Nº 19/2008	20/11/2008
Medicina	Nº 18/2008	20/11/2008
Pedagogia – Licenciatura	Nº 04/2007	04/04/2007
Artes – Teatro	Nº 10/2009	29/04/2009
Enfermagem	Nº 20/2009	25/06/2009
Engenharia Civil	Nº 22/2009	25/06/2009
Engenharia Elétrica	Nº 07/2009	29/04/2009
Filosofia – Licenciatura	Nº 09/2009	29/04/2009
Nutrição	Nº 19/2009	25/06/2009
Informática – PARFOR	Nº 26/2010	20/10/2010
Pedagogia – PARFOR	Utiliza PPC - Pedagogia de Palmas	
Artes / Teatro – PARFOR	Utiliza o PPC de Artes / Teatro de Palmas	
Matemática – PARFOR	Utiliza PPC - Matemática de Araguaína	
Matemática – EAD	Nº 04/2012	01/02/2012
Física – EAD	Nº 14/2009	29/04/2009
CAMPUS – GURUPI		
	Resolução - CONSEPE	Data - Aprovação
Agronomia	Nº 50/2009	11/12/2009
Engenharia Florestal	Nº 05/2006/ Nº 11/2010	24/05/2006/12/05/2010
Química Ambiental	Nº 03/2012	01/02/2012
Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Nº 08/2009/ Nº 05/2012	29/04/2009/23/02/2012

Química EAD	Nº 15/2009	29/04/2009
Geografia – PARFOR	Utiliza PPC - Geografia de Araguaína	
Matemática – PARFOR	Utiliza PPC - Matemática de Araguaína	
Biologia – PARFOR	Utiliza PPC - Biologia de Araguaína	
<b>CAMPUS – TOCANTINÓPOLIS</b>		
Ciências Sociais – Licenciatura	Nº 03/2006	24/05/2006
Pedagogia	Nº 06/2007	04/04/2007
Pedagogia – PARFOR	Utiliza PPC - Pedagogia de Tocantinópolis	
<b>CAMPUS – ARAGUAÍNA</b>		
Geografia – Licenciatura	Nº 46/2009	11/12/2009
Gestão de Cooperativas	Nº 11/2009	11/04/2009
História – Licenciatura	Nº 47/2009	11/12/2009
História – Bacharelado	Nº 48/2009	11/12/2009
Letras - Língua Portuguesa	Nº 39/2009	07/10/2009
Letras – Inglês	Nº 39/2009	07/10/2009
Tecnologia em logística	Nº 13/2009	29/04/2009
Matemática	Nº 33/2009	12/08/2009
Medicina Veterinária	Nº 21/2011	30/11/2011
Zootecnia	Nº 28/2010	20/10/2010
Biologia	Nº 17/2009	29/04/2009
Física	Nº 18/2009	13/05/2009
Química	Nº 06/2009	29/04/2009
Gestão de Turismo	Nº 12/2009	29/04/2009
Matemática – PARFOR	Nº 23/2011	30/11/2011
Pedagogia – PARFOR	Utiliza PPC - Pedagogia de Miracema	
Geografia – PARFOR	Utiliza o PPC de Geografia de Araguaína	
História – PARFOR	Utiliza o PPC de História de Araguaína	
Letras - Português – PARFOR	Utiliza o PPC de Letras Português de Araguaína	
Letras - Inglês – PARFOR	Utiliza o PPC de Letras Inglês de Araguaína	
Biologia – EAD	Nº 06/2005 - CONSUNI	15/10/2005
<b>CAMPUS - PORTO NACIONAL</b>		
	Resolução - CONSEPE	Data - Aprovação
Ciências Biológicas – Licenciatura	Nº 05/2009	01/04/2009
Ciências Biológicas – Bacharelado	Nº 06/2009 e Nº 24/2010	01/04/2009 e 15/09/2010
Letras – Inglês	Nº 31/2009	12/08/2009
Letras – Português	Nº 32/2009	12/08/2009
Geografia – Licenciatura	UNITINS	abr./03
Geografia – Bacharelado	UNITINS	maio/02
Ciências Biológicas – PARFOR	Utiliza PPC - Ciências Biológicas de Porto Nacional	
Geografia – PARFOR	Utiliza PPC - Geografia de Araguaína	
História – PARFOR	Utiliza o PPC de História de Araguaína	
Letras - Português – PARFOR	Utiliza o PPC de Letras Português de Araguaína	

Letras - Inglês – PARFOR	Utiliza o PPC de Letras Inglês de Araguaína	
<b>CAMPUS – MIRACEMA</b>		
	Resolução - CONSEPE	Data - Aprovação
Educação Física – PARFOR	Nº 06/2010/ Nº 24/2012	15/05/2010 e 31/10/2012
Pedagogia	Nº 03/2007	04/04/2007
Serviço Social	Nº 06/2006/ Nº 10/2010	24/05/2006/12/05/2010
História – PARFOR	Utiliza o PPC de História de Araguaína	
Pedagogia – PARFOR	Utiliza o PPC de História de Miracema	
<b>CAMPUS – ARRAIAS</b>		
	Resolução – CONSEPE	Data - Aprovação
Matemática – Licenciatura	Nº 27/2010	20/10/2010
Pedagogia – Licenciatura	Nº 05/2007	04/04/2007
Matemática – PARFOR	Utiliza o PPC de Matemática de Arraias	
Pedagogia – PARFOR	Utiliza o PPC de Pedagogia de Arraias	

A PROGRAD, em seu relatório de 2012, ressalta que todos os PPCs estão aprovados institucionalmente, mas não foi mencionado se estão atualizados. Alguns relatórios dos *campi* fizeram considerações a esse respeito, mostrando preocupação de alguns cursos nesse sentido. Também, a Pró-reitoria de Graduação, no período de 2008 a 2012, intensificou as orientações junto aos Colegiados dos cursos com vistas à rediscussão dos Projetos Pedagógicos e à organização da documentação dos cursos. De igual modo, chamou a atenção dos Colegiados para o atendimento às demandas dos Instrumentos de Avaliação *in loco* para reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos. Também foram realizadas orientações em relação aos conceitos dos cursos obtidos por meio das visitas *in loco* e dos dados coletados por meio do Censo do Ensino Superior e do ENADE, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Conceitos dos cursos da UFT.

ORDEM	GRAU	CAMPUS	CURSO	TURNO		AVALIAÇÃO	
				1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	NOTA	ANO
1.	Licenciatura	Araguaína	Biologia	Matutino	Noturno	3 (CC)	2011
2.	Licenciatura	Araguaína	Física	Matutino	Noturno	3 (CC)	2012
3.	Licenciatura	Araguaína	Geografia	Noturno	Matutino	3 (ENADE) 3 (CPC)	2008 2008
4.	Tecnológico	Araguaína	Gestão de Cooperativas	Matutino	Noturno	4 (CC)	2011
5.	Tecnológico	Araguaína	Gestão De Turismo	Matutino	Noturno	4 (CC)	2011

ORDEM	GRAU	CAMPUS	CURSO	TURNO		AVALIAÇÃO	
				1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	NOTA	ANO
6.	Licenciatura	Araguaína	História	Noturno	---	3 (ENADE) 3 (CPC)	2008 2008
7.	Bacharelado	Araguaína	História	---	Matutino	3 (ENADE) 3 (CPC)	2008 2008
8.	Licenciatura	Araguaína	Letras <sup>1</sup>	---	Noturno	3 (ENADE) 3 (CPC)	2008 2008
9.	Licenciatura	Araguaína	Letras – L. Portuguesa	Matutino	---	4 (CC)	2012
10.	Tecnológico	Araguaína	Logística	Matutino	Noturno	4 (CC)	2011
11.	Licenciatura	Araguaína	Matemática	Matutino	Noturno	3 (CC)	2011
12.	Bacharelado	Araguaína	Medicina Veterinária	Integral	Integral	3 (ENADE) 3 (CPC)	2010 2008
13.	Licenciatura	Araguaína	Química	Matutino	Noturno	4 (CC)	2012
14.	Bacharelado	Araguaína	Zootecnia	Integral	Integral	3 (ENADE) 3 (CC)	2010 2005
15.	Licenciatura	Arraias	Matemática	Matutino	Noturno	2 (ENADE) 3 (CPC)	2008 2008
16.	Licenciatura	Arraias	Pedagogia	Matutino	Noturno	2 (ENADE) 3 (CPC)	2008 2008
17.	Bacharelado	Gurupi	Agronomia	Integral	Integral	4 (ENADE) 4 (CC)	2010 2005
18.	Bacharelado	Gurupi	Eng. De Bioprocessos E Biotecnologia	Integral	Integral	Aguardando visita <i>in loco</i>	
19.	Bacharelado	Gurupi	Engenharia Florestal	Integral	Integral	Reconhecido em dezembro /2012	
20.	Bacharelado	Gurupi	Química Ambiental	Integral	Integral	Aguardando visita <i>in loco</i>	
21.	Licenciatura	Miracema	Pedagogia	Noturno	---	3 (ENADE) 3 (CPC <sup>1</sup> )	2008 2008
22.	Bacharelado	Miracema	Serviço Social	Matutino	Noturno	4 (CC <sup>2</sup> )	2011
23.	Bacharelado	Palmas	Administração	Noturno	Matutino	3 (ENADE) 3 (CPC)	2009 2009
24.	Bacharelado	Palmas	Arquitetura E Urbanismo	Integral	Integral	3 (ENADE) 3 (CPC)	2008 2008

<sup>1</sup> CPC – Conceito Preliminar do Curso

<sup>2</sup> CC – Conceito do Curso

ORDEM	GRAU	CAMPUS	CURSO	TURNO		AVALIAÇÃO	
				1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	NOTA	ANO
25.	Licenciatura	Palmas	Artes - Teatro	Noturno	Noturno	Aguardando visita <i>in loco</i>	
26.	Bacharelado	Palmas	Ciência Da Computação	Integral	Integral	3 (ENADE) 4 (CC)	2008 2008
27.	Bacharelado	Palmas	Ciências Contábeis	Noturno	Noturno	3	2009
28.	Bacharelado	Palmas	Ciências Econômicas	Noturno	Matutino	3 (ENADE) 4 (CC)	2009 2005
29.	Bacharelado	Palmas	Comunicação Social	Noturno	Matutino	3 (ENADE) 3 (CC)	2009 2005
30.	Bacharelado	Palmas	Direito	Noturno	Matutino	4 (ENADE) 4 (CC)	2009 2005
31.	Bacharelado	Palmas	Enfermagem	Integral	Integral	3 (CC)	2012
32.	Bacharelado	Palmas	Engenharia Ambiental	Integral	Integral	3 (ENADE) 5 (CC)	2008 2005
33.	Bacharelado	Palmas	Eng. Civil	Integral	Integral	4(CC)	2012
34.	Bacharelado	Palmas	Engenharia De Alimentos	Integral	Integral	2 (ENADE) 3 (CC)	2008 2008
35.	Bacharelado	Palmas	Eng. Elétrica	Integral	Integral	4(CC)	2012
36.	Licenciatura	Palmas	Filosofia	Noturno	Noturno	4(CC)	2012
37.	Bacharelado	Palmas	Medicina	Integral	Integral	4(CC)	2012
38.	Bacharelado	Palmas	Nutrição	Integral	Integral	3(CC)	2012
39.	Licenciatura	Palmas	Pedagogia	Noturno	Noturno	5 (ENADE) 4 (CPC)	2008 2008
40.	Licenciatura	Porto Nacional	Ciências Biológicas	---	Integral	3 (ENADE) 4 (CPC)	2008 2008
41.	Bacharelado	Porto Nacional	C. Biológicas	Integral	---	3 (ENADE) 4 (CPC)	2008 2008
42.	Licenciatura	Porto Nacional	Geografia	Noturno	---	2 (ENADE) 3 (CC)	2008 2007
43.	Bacharelado	Porto Nacional	Geografia	---	Integral	2 (ENADE) 3 (CPC)	2008 2008
44.	Licenciatura	Porto Nacional	História	Matutino	Noturno	3 (ENADE) 3 (CPC)	2008 2008
45.	Licenciatura	Porto Nacional	Letras <sup>3</sup>	Matutino	Noturno	3 (ENADE) 3 (CPC)	2008 2008
46.	Licenciatura	Tocantinópolis	C. Sociais	Noturno	Matutino	4 (CC)	2011

<sup>3</sup> Os alunos fazem a opção por uma das habilitações (Português e Literaturas ou Inglês e Literaturas) após a conclusão do Núcleo Comum.

ORDEM	GRAU	CAMPUS	CURSO	TURNO		AVALIAÇÃO	
				1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	NOTA	ANO
47.	Licenciatura	Tocantinópolis	Pedagogia	Matutino	Noturno	2 (ENADE) 3 (CPC)	2008 2008

No instrumento avaliativo aplicado pela CPA/2012, é possível analisar a real situação dos Projetos de Curso dos *campi*. Os dados revelam que a maioria dos projetos não estão atualizados com vistas a atender as demandas locais e regionais, conforme apontado também pelo gráfico seguinte.

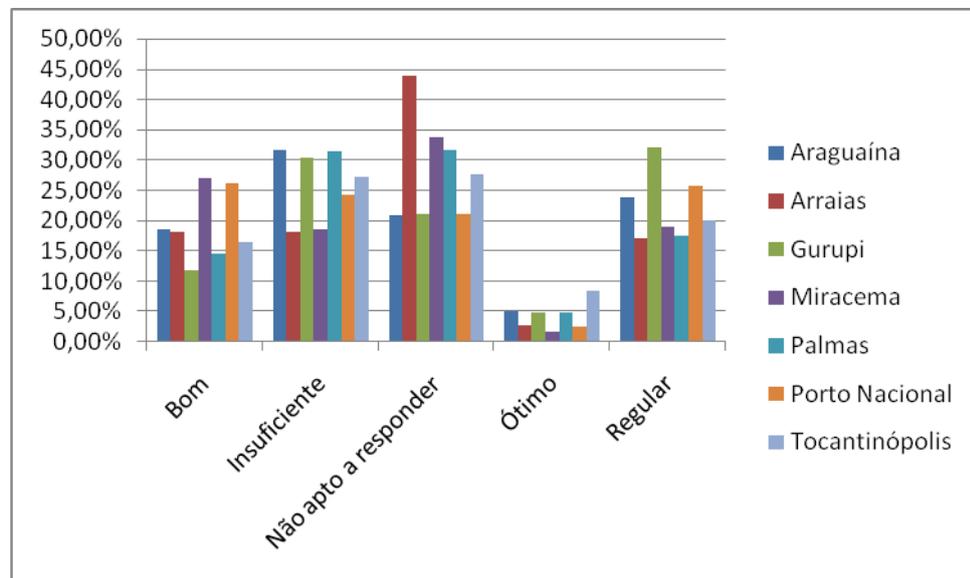


Gráfico 1 – Atualização dos PPCs  
Fonte: CPA, 2012

### 2.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação da UFT

De acordo o Parecer nº 4/2010 do CONAES, o NDE deve ser considerado não como exigência ou requisito legal, mas como elemento diferenciador da qualidade do curso, no que diz respeito à interseção entre as dimensões do corpo docente e o Projeto Pedagógico do Curso.

Conforme os dados da tabela a seguir, extraídos do relatório da PROGRAD, têm-se as seguintes informações.

Tabela 2 – Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação.

ORDEM	CURSO	PORTARIA	BOLETIM INTERNO
01	Matemática (Lic.)	295 – 02/03/2012	037 – 05/03/2012
02	Física	164 – 08/02/2012	022 – 08/02/2012
03	Biologia	211 – 14/02/2012	029 – 16/02/2012
04	Letras	729 – 04/06/2012	089 – 04/06/2012
05	Biologia Ead	1.849 – 30/11/2011	234 – 06/12/2011
06	Química	1.861 – 02/11/2011 255 – 24/02/2012	234 – 06/12/2011 034 – 27/02/2012
07	Agronomia	510 – 19/04/2012	067 – 19/04/2012
08	Química Ead	532 – 24/04/2012	072 – 26/04/2012
09	Engenharia Biotecnológica	373 – 16/03/2012	045 – 16/03/2012
10	Química Ambiental	374 – 16/03/2012	045 – 16/03/2012
11	Engenharia Florestal	1.568 – 29/11/2012	
12	Medicina	218 – 16/02/2012	029 – 16/02/2012
13	Nutrição	1.400 – 25/10/2012	148 – 31/10/2012
14	Medicina (Comissão de Residência Médica da UFT - COREME)	1.763 – 22/11/2011	228 – 24/11/2011
15	Ciência da Computação	1.139 – 08/10/2012	143 – 19/10/2012
16	Pedagogia	007 – 19/02/2009	031 – 19/06/2009
17	Artes	074 – 18/01/2012	008 – 18/01/2012
18	Filosofia	372 – 16/03/2012	045 – 16/03/2012
19	Engenharia Elétrica	365 - 15/03/2012	044 – 15/03/2012
20	Engenharia Civil	366 – 15/03/2012	044 – 15/03/2012
21	Direito	011/2010	
22	Ciências Contábeis	1.953 – 19/12/2011	244 – 20/12/2011
23	Enfermagem	1.969 - 20/12/2011	244 – 20/12/2011
24	Engenharia Ambiental	23101.003791/2012-39	
25	Geografia Licenciatura	265 – 28/02/2012	035 – 29/02/2012
26	Geografia Bacharelado	266 – 28/02/2012 1.406/1.407 26/10/2012	035 – 29/02/2012 148 – 31/10/2012
27	Letras	733 - 04/06/2012	089 – 04/06/2012
28	Ciências Biológicas	1.952 – 19/12/2011 732 – 04/06/2012	244 – 20/12/2011 089 – 04/06/2012

Os dados nos revelam que, dos 48 (quarenta e oito) cursos de graduação, apenas 28 (vinte e oito) possuem núcleo docente estruturante. Também, os dados do gráfico 2 (referente ao questionário aplicado pela CPA/2012, na questão relativa ao conhecimento do NDE pelos respondentes) mostram que a grande maioria não conhece a atuação do Núcleo no seu colegiado.

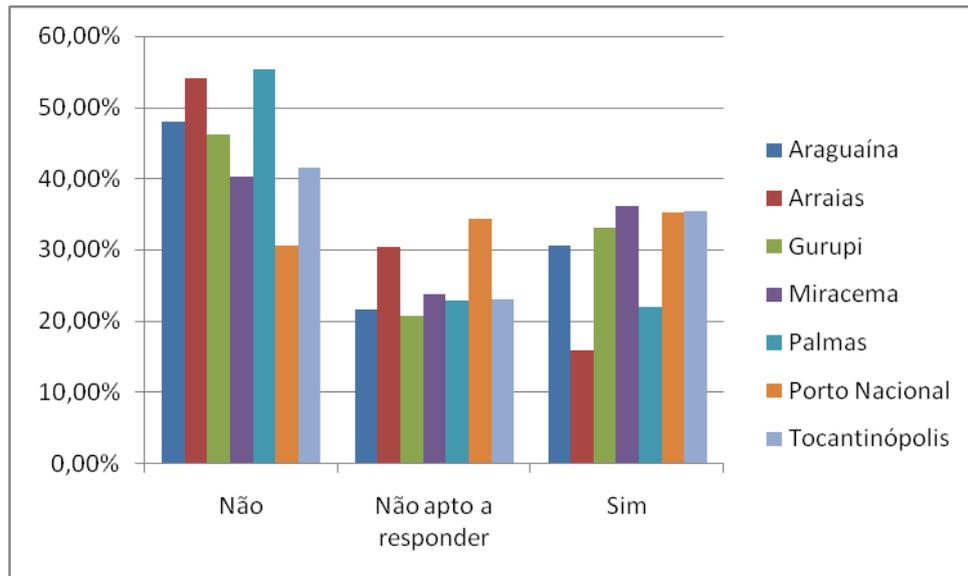


Gráfico2 – Conhecimento do Núcleo Docente dos *campi*.  
Fonte: Questionário da CPA/2012

### 2.1.3 Dados do Censo do Ensino Superior e Resultados do ENADE

A coleta de dados sobre a Educação Superior realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) tem como objetivo oferecer informações detalhadas sobre a situação atual e as grandes tendências do setor, tanto à comunidade acadêmica quanto à sociedade em geral. Segundo relatório da PROGRAD, as ações desenvolvidas relativas ao Censo da Educação Superior em 2012 foram:

- orientações às coordenações de curso e acompanhamento do cronograma a ser cumprido nas etapas do Censo;
- atualização e correção de dados junto a DTI e MEC.

### 2.1.4 Atendimento ao Decreto 5.626./2005 relativo à oferta da disciplina LIBRAS

Segundo relatório da PROGRAD referente a 2012, tendo em vista a dificuldade de se suprir a demanda de professores com formação em Libras na UFT e em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005 que insere a Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura e optativa nos bacharelados e tecnológicos, foram feitas as seguintes ações:

- parceria com a UFRPE, que se dispôs a oferecer turmas da disciplina Libras parcialmente à distância para os estudantes formandos;
- criação da Coordenação de Acessibilidade para os Discentes com Necessidades Especiais na Graduação, junto à Diretoria de Desenvolvimento e Regulação da PROGRAD. Essa Coordenação subsidiou parte da oferta da disciplina Libras para os alunos formandos nos semestres 2011.2 e 2012.1, conforme tabela a seguir. Nesse contexto, a UFT passou a ofertar a disciplina por meio de uma professora efetiva e um professor colaborador. A disciplina foi aplicada no formato semipresencial, por meio de métodos de ensino-aprendizagem que incorporam tecnologias de informação e comunicação, como o ambiente *Moodle*. O material virtual foi produzido por professores da UFRPE que atuaram como colaboradores.

Tabela 3 – Total de alunos que cursaram Libras a distância, em curso ofertado pela UFT.

CAMPUS	TOTAL EM 2011.2	TOTAL EM 2012.1
Araguaína	181	172
Arraias	24	74
DTE	57	-
Miracema	44	-
Palmas	55	55
Porto Nacional	129	73
Tocantinópolis	113	43
TOTAL GERAL	603	490

Fonte: PROGRAD, 2012

Segundo a PROGRAD, os alunos dos *campi* de Palmas, Miracema e do DTE foram atendidos por curso de Libras presencial. No entanto, não foram informados dados referentes ao número de alunos.

### 2.1.5 Realização dos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios

Como forma de ampliar a relação com o mundo do trabalho e consolidar as ações dos cursos relativas aos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, a partir da Lei 11.788/2008, foram estruturadas, em 2009, as Centrais de Estágio em cada um dos *campi*. Também, foi implantado o sistema de seguro contra acidentes pessoais a todos os alunos que realizam atividades de estágio curricular obrigatório, estejam eles em cursos de graduação ou pós-graduação.

Vale ressaltar que, em 2012, após um longo período de debate sobre a regulamentação dos estágios não obrigatórios junto aos Colegiados de cursos e ao CONSEPE, foi aprovada a Resolução CONSEPE no. 20/2012, que orienta a oferta desses estágios aos estudantes de graduação. Durante o ano 2012, foram disponibilizadas vagas de estágios não obrigatórios e remuneradas para os discentes da UFT por meio do portal da instituição.

A oferta de seguro para os estudantes tem buscado contemplar aqueles que atuam em atividades práticas desde o início do curso e todos os que são matriculados em disciplinas de estágio curricular. As Centrais de Estágios, juntamente com a PROGRAD, atualizam sistematicamente a listagem dos estudantes que devem ser segurados por estarem envolvidos em atividades externas ou práticas.

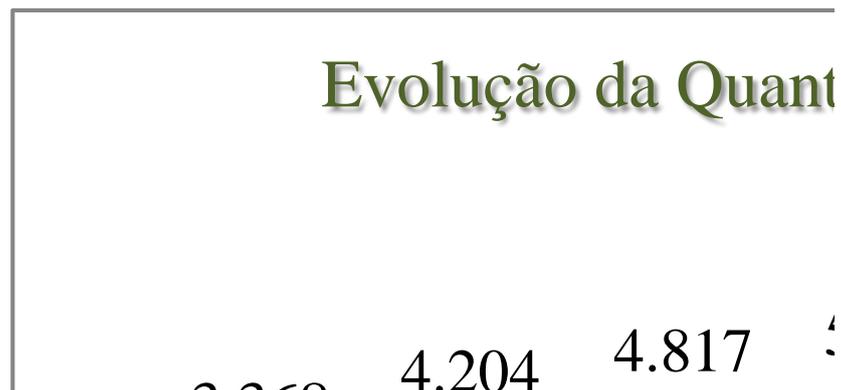


Gráfico3 – Evolução da quantidade de alunos segurados.

O gráfico a seguir mostra a evolução das vagas de estágios não obrigatórios ofertadas mensalmente pela Diretoria de Desenvolvimento e Regulação da Graduação – DDRG – PROGRAD.

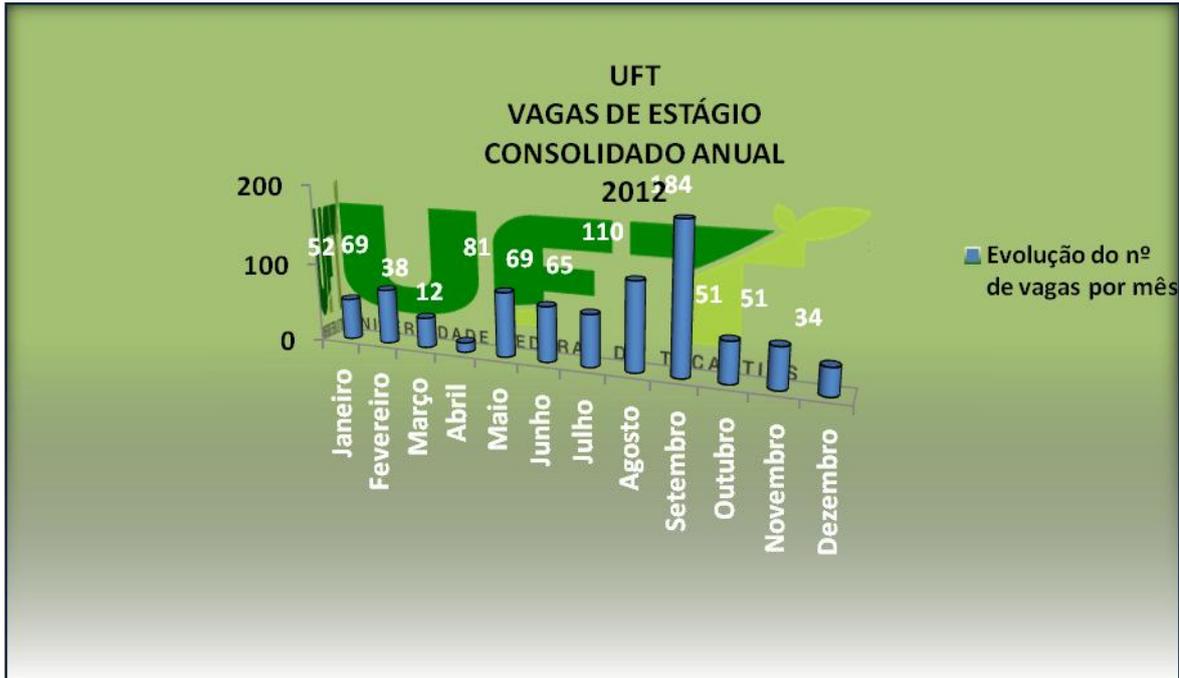


Gráfico 4 – Evolução das vagas de estágios não obrigatórios  
Fonte: PROGRAD, 2012.

Com o estabelecimento de convênios com instituições de pesquisa, órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, associações e por meio do projeto “Apoio Técnico ao Relacionamento com as Empresas para Identificação de Campos de Estágio não Obrigatório e Obrigatório”, foram desenvolvidas ações que visaram a inserir os estudantes em ambientes práticos de aprendizagem. Ao mesmo tempo, buscou-se propiciar a ampliação da rede de contatos com empresas e instituições. Também foram intensificados os contatos com as escolas das redes Estadual e Municipal do Tocantins, buscando-se inserir os estudantes nos processos de ensino de suas cidades de origem.

Tabela 4 - Convênios firmados no ano de 2011 pela UFT.

ENTIDADE	DATA DE CELEBRAÇÃO	PRAZO	OBJETO
FUNDAÇÃO DE APOIO E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO OESTE BAIANO - FUNDAÇÃO BA.	03/01/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio entre UFT e a Fundação de Apoio e Pesquisa e Desenvolvimento do Este Baiano - Fundação BA.
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARA – UECE	01/02/2011	5 ANOS	Termo de Convenio de Estágio que entre si Celebram A UFT e a Universidade Estadual do Ceara – UECE
Construtora Talismã Ltda.	15/02/2011	5 ANOS	Termo de Convenio de Estágio que entre si Celebram A UFT a Construtora Talismã Ltda.

PEDRO IGOR GALVÃO GOMES (ESCRITÓRIO DE CERRADOS FLORESTAL)	22/02/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio entre a UFT e a Firma Pedro Igor Galvão Gomes.
NATURATINS	03/03/2011	2 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a Naturatins e a UFT.
IRRIGER	11/03/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Irriger Tecnologia e Serviços de Irrigação Ltda.
VERA CRUZ AGROPECUÁRIA LTDA.	30/03/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Vera Cruz Agropecuária Ltda.
ANTONIO CAMILO BERTOLOTTI.	01/04/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e Antonio Camilo Bertolotti.
ARAGUAIA CONSTRUTORA, INCORPORADORA E COMERCIO DE IMOVEIS.	11/04/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Araguaia Construtora, Incorporadora e Comercio de Imóveis (Construtora Araguaia).
UNESP – Jaboticabal	23/05/2011	2 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Unesp - Campus Jaboticabal
JBS CONFINAMENTO LTDA	30/05/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Jbs Confinamento Ltda
ORSA FLORESTAL S/A	01/06/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram A UFT e a Orsa Florestal S/A
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJ/TO	06/06/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio Que Entre Si Celebram A UFT e o Tribunal De Justiça Do Estado Do Tocantins - Tj/To
REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO - RENAPSI	07/06/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – Renapsi
CHAPARRAL FAZENDAS REUNIDAS LTDA	08/06/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Chaparral Fazendas Reunidas Ltda.
ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE SUINOS DO MATO GROSSO – ACRISMAT	27/06/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Associação dos Criadores de Suínos do Mato Grosso – Acrismat
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ.	27/06/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que Entre Si Celebram a UFT e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ.
AGENTE DE INTEGRAÇÃO INSTITUTO	30/06/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e o Agente de Integração Instituto Capacitare.

CAPACITARE			
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA	07/07/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram A UFT E A Universidade Federal do Maranhão - UFMA.
PROJECTO - PROJETOS CONSULTORIA FINANCEIRA TOCANTINS S/C LTDA.	11/07/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram A UFT e a Projecto - Projetos Consultoria Financeira Tocantins S/C Ltda.
MINERAÇÃO CARAÍBA S/A.	12/07/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram A UFT e a Mineração Caraíba S/A.
FAZENDA SANTA ANGELINA (PROPRIETARIO JOHN GEORGE DE CARLE GOTTHEINER)	02/08/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram A UFT e a Fazenda Santa Angelina (Proprietário John George De Carle Gottheiner)
GM ENGENHARIA	18/08/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a GM Engenharia.
RURALTINS	19/08/2011	1 ANO	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Ruraltins.
PLÊIADE ENGENHARIA LTDA (PLÊIADE AMBIENTAL)	23/08/2011	5 ANOS	Termo De Convênio De Estágio Que Entre Si Celebram A UFT E A Plêiade Engenharia Ltda (Plêiade Ambiental).
PRODUTÉCNICA NORDESTE COMÉRCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA.	26/08/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Produtécnica Nordeste Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
FAZENDA BOA SORTE (PROPRIETARIA MARCIA VALENTE CUSTODIA SANDERS)	31/08/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que Entre Si Celebram a UFT e a Fazenda Boa Sorte (Proprietária Marcia Valente Custodia Sanders).
AGROPECUÁRIA CHAPADA DOS GUIMARÃES S/A	31/08/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que Entre Si Celebram a UFT e a Agropecuária Chapada dos Guimarães S/A
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS	01/09/2011	3 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e o Conselho Regional de Serviço Social — Cress
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO ARAGUAIA (PA).	02/09/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia (PA)
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL - CEDEP	28/09/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio
NÚCLEO BRASILEIRO DE ESTÁGIOS LTDA - NUBE	28/09/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio
Universidade Federal Rural			Termo Aditivo Convênio de Estágio

da Amazônia (UFRA)	06/10/2011	1 ano	
Empreiteira União S/A	10/10/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a Empresa Empreiteira União S/A
Quavi Indústria e Comercio Produtos Naturais	10/10/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a Universidade Federal do Tocantins - UFT e a Quavi Indústria e Comércio de Produtos Naturais.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO BICO DO PAPAGAIO - FUNEB, EM NOME DA FABIC	11/10/2011	11/10/2013	Prestação de Serviço de Registro de Diplomas 24/2010 entre a Fundação Educacional do Bico do Papagaio - Funeb (em nome Da Fabic) e a UFT.
Secretária Municipal de Produção (Mun. Gurupi)	19/10/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a Universidade Federal do Tocantins - UFT e a Secretária Municipal De Produção (Mun. Gurupi)
POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS - PM/TO	21/10/2011	21/10/2013	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a UFT e a PM-To
Itapema Clube	25/10/2011	25/10/2012	Convênio
Celito Eduardo Breda & Cia Ltda. (Circulo Verde)	01/11/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a Universidade Federal do Tocantins - UFT e a Celito Eduardo Breda & Cia Ltda.
Minerthal Produtos Agropecuários Ltda.	11/11/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a Universidade Federal do Tocantins - UFT e a Minerthal Produtos Agropecuários Ltda.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS/TO	11/11/2011	1 ANO	Acordo de Cooperação Técnica para Concessão de Estágio
UNIPAMPA	16/11/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a Universidade Federal do Tocantins - UFT e a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PGR/TO	25/11/2011	03 ANOS	Termo de Convênio de Estágio
Sociedade de Apoio à luta pela Moradia	01/12/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a Universidade Federal do Tocantins - UFT e a Sociedade de Apoio a Luta pela Moradia
Fenix Assessoria e Gestão Empresarial LTDA	06/12/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a Universidade Federal do Tocantins - UFT e a Fenix Assessoria e Gestão Empresarial LTDA

Frigorífico Piracema Ltda.	14/12/2011	5 ANOS	Termo de Convênio de Estágio que entre si Celebram a Universidade Federal do Tocantins - UFT e a Frigorífico Piracema Ltda.
Casa de Caridade Dom Orione	16/12/2011	5 ANOS	Termo de Cooperação que entre si Celebram a Casa de Caridade Dom Orione e a Universidade Federal do Tocantins - UFT para Mutua Cooperação Técnico-Científica na Realização de Estágios, Pesquisa e Extensão Acadêmica em Saúde

### 2.1.6 Acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação

No que concerne ao acompanhamento e à avaliação dos alunos graduados egressos da UFT, conforme dados da PROGRAD/2012, a Instituição e os cursos avaliam os projetos pedagógicos frente às situações enfrentadas pelos egressos junto ao mercado de trabalho. Tal procedimento contribui de maneira decisiva para a melhoria dos cursos, para a definição de políticas institucionais, além de ser considerado e utilizado como elemento transformador, indo além de uma função diagnóstica.

A implantação do Portal do Egresso (<http://exaluno.uft.edu.br/>), a partir de 2010, objetivou buscar subsídios para a reformulação dos projetos pedagógicos de cursos por meio de um canal aberto e permanente de comunicação entre a Universidade e os alunos por ela formados. Os dados coletados têm subsidiado a elaboração de relatórios, estudos capazes de fundamentar orientações e políticas direcionadas aos cursos de graduação. Também propiciam a oportunidade de troca de experiências entre ex-colegas, permitindo a criação de comunidades de turmas ou grupos por afinidades. Atualmente, no portal existem 282 (duzentos e oitenta e dois) membros ativos e 19 (dezenove) fóruns que possibilitam a integração entre os egressos da instituição. Assim, o Portal do Egresso contribui para:

- inserir o ex-aluno na vida da instituição;
- identificar os cursos de pós-graduação pertinentes às necessidades, que poderão contribuir com o aperfeiçoamento profissional dos formandos da UFT;
- criar instrumentos de avaliação e modernização do projeto pedagógico dos cursos;
- propor linhas de desenvolvimento de estudos e pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e atuação do profissional egresso dessa instituição;

- divulgar as atividades desenvolvidas pela instituição, seja na área de ensino, pesquisa e/ou extensão.

### **2.1.7 Programas de Melhoria do ensino e da aprendizagem para estudantes de graduação**

Com o intuito de possibilitar o alcance da missão da PROGRAD em consonância com a Visão Estratégia da UFT, em 2012 a Diretoria de Programas Especiais em Educação (DPEE) criou e implementou 09 (nove) programas e projetos do Sistema Federal de Educação, a fim de promover políticas de apoio pedagógico e de melhoria do acesso e permanência dos estudantes na instituição. Os programas desenvolvidos pela DPEE estiveram diretamente voltados à política de aperfeiçoamento discente. São eles: PIM, PIMI, PMP, PET, PRODOCÊNCIA, PIBID, PMA e LIFE. Analisando-se os dados dos programas a partir de relatórios encaminhados à CPA, foi possível perceber que há um número razoável de acadêmicos atendidos com bolsas, principalmente no programa PIBID, o qual atinge um total de 256 (duzentos e cinquenta e seis) bolsistas. No entanto, em outros programas de igual importância (como PIM e PIMI), os números não são animadores.

#### **2.1.7.1 Programa Institucional de Monitoria (PIM)**

Esse programa contempla atividades de caráter didático-pedagógico, desenvolvidas pelos alunos da graduação e orientadas por professores que contribuem para a formação acadêmica do estudante. Incentiva ainda a participação do acadêmico nas atividades universitárias, despertando seu interesse pela docência, além de propiciar ao discente a possibilidade de utilizar seu potencial, assegurando-lhe uma formação profissional qualificada. O acadêmico é classificado como monitor remunerado ou não remunerado. Ao aluno remunerado, o programa oferece uma bolsa com valor equivalente aos demais programas federais e, ao final do exercício das suas atividades, o aluno monitor recebe certificado.

Os dados revelaram que, em 2012, houve 192 (cento e noventa e duas) bolsas. Dessas,

apenas 155 (cento e cinquenta e cinco) foram utilizadas, atendendo a acadêmicos monitores remunerados. Em contrapartida, quase que equiparando em número, houve 148 (cento e quarenta e oito) acadêmicos não remunerados. Ou seja, parte do recurso não foi utilizada e acadêmicos ficaram sem receber o apoio pedagógico e financeiro. Isso não contribui para a permanência destes na Universidade.

A partir de uma análise mais específica de cada *campus*, os dados contidos na tabela a seguir revelam que, em Gurupi e Palmas, existe um grande número de acadêmicos monitores não remunerados. Já nos *campi* de Miracema, Tocantinópolis e Arraias, é baixo até mesmo o número de monitores.

Tabela 5 – Número de monitores por *campus* em 2012.

BOLSAS EM 2012	CÂMPUS	QUANTIDADE DE MONITORES REMUNERADOS	QUANTIDADE DE MONITORES NÃO REMUNERADOS
192	Araguaína	37	11
	Arraias	08	08
	Gurupi	20	52
	Miracema	06	-
	Palmas	65	62
	Porto Nacional	13	08
	Tocantinópolis	06	02
	<b>TOTAL</b>	<b>155</b>	<b>148</b>

Fonte: UFT/ PROGRAD, 2012.

Paralelamente ao relatório apresentado pela PROGRAD, por meio do questionário aplicado a todos os envolvidos no programa (monitores e professores), evidenciou-se que, no *campus* de Tocantinópolis, 33% (trinta e três por cento) dos alunos cumprem de forma regular as atribuições e atividades propostas no plano de monitoria e 67% (sessenta e sete por cento) tiveram pouco resultado pedagógico com o programa. Quanto à produção acadêmica, 52% (cinquenta e dois por cento) dos professores dos *campi*, com exceção de Miracema que não respondeu o questionário, disseram que foi insuficiente ou regular a participação dos acadêmicos em eventos com ou sem produção científica. No entanto, 96% (noventa e seis por cento) dos docentes disseram que o programa contribui de forma positiva para a melhoria do rendimento dos acadêmicos.

#### 2.1.7.2 Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI)

Visando a facilitar a inclusão dos alunos indígenas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e contribuindo, dessa forma, para a sua permanência e seu sucesso acadêmico, a UFT, no ano 2012, trabalhou com 17 (dezesete) acadêmicos monitores. Destes, 15 (quinze) eram bolsistas e 02 (dois), voluntários. Contudo, nos *campi* de Tocantinópolis e Porto Nacional, não houve nenhum acadêmico monitor nessa modalidade, como mostra a tabela seguinte.

Tabela 6 – Quantidade de bolsas, de monitores remunerados e não remunerados por *campus* em 2012

BOLSAS EM 2012	CÂMPUS	QUANTIDADE DE MONITORES REMUNERADOS	QUANTIDADE DE MONITORES NÃO REMUNERADOS
37	Araguaína	03	-
	Gurupi	02	02
	Miracema	05	-
	Palmas	05	-
	<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>02</b>

Fonte: UFT/ PROGRAD, 2012.

O PIMI está regido pela Resolução 09/2012. Foi passada aos Colegiados dos cursos a atribuição de discutir e propor um plano de atividades para os estudantes indígenas matriculados nos respectivos cursos, além de buscar alternativas para dar o apoio psicopedagógico como forma de garantir a inserção desse aluno no ambiente acadêmico e no curso. Houve empenho nesse intuito após avaliação do Programa, na qual se constatou que os estudantes indígenas não estavam tendo o acompanhamento previsto pela Resolução CONSEPE nº 20/2007. Concomitantemente, a resolução de 2012 aproximou os professores e os coordenadores dos estudantes indígenas.

Na avaliação do programa e dos monitores feita por estes e pelos próprios professores, foi ressaltado que os aspectos negativos referem-se à pouca contribuição do programa para a efetiva melhoria do rendimento acadêmico dos alunos indígenas, a baixa receptividade do programa pela comunidade acadêmica indígena e a pouca produção acadêmica.

#### 2.1.7.3 Programa de Monitoria Permanência (PMP)

Esse programa é uma modalidade instituída pela UFT e uma das políticas de assistência estudantil da PROEST que integra o “Programa Institucional de Bolsa Permanência”. Busca contribuir com a permanência do acadêmico que está em situação de vulnerabilidade socioeconômica, minimizando suas dificuldades de ordem financeira, bem como complementando o seu processo de aprendizagem, com base no princípio da interdisciplinaridade.

O programa está dividido em três eixos: Ensino (monitoria/permanência), Pesquisa (Pibic/permanência) e Extensão (extensão e cultura/permanência), os quais estão, respectivamente, sob responsabilidade das Pró-Reitorias de Graduação, de Pesquisa e de Extensão. O projeto tem a duração de 12 (doze) meses e ao aluno monitor é concedida uma bolsa mensal no valor de R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais), paga pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários.

Segue a relação dos projetos realizados por *campus* em 2012

Tabela 7 – Número de projetos na modalidade PMP realizados por *campus* em 2012.

CAMPUS	QUANTIDADE
Araguaína	04
Arraias	05
Gurupi	06
Miracema	-
Palmas	04
Porto Nacional	07
Tocantinópolis	01
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>

Fonte: PROGRAD, 2012.

#### 2.1.7.4 Programa de Educação Tutorial (PET)

Esse programa é proposto pela Secretaria de Educação Superior (SESu) e pela Coordenação-Geral de Relações Estudantis (CGRE), da Diretoria de Políticas e Programas de Graduação da Educação Superior (DIPES), do Ministério de Educação (MEC). Tem como objetivo principal fornecer ao estudante da graduação uma formação acadêmica ampla, com atividades científicas, acadêmicas e extensionistas, dentro do tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Os grupos são constituídos por um docente e um grupo de até 12 (doze) alunos bolsistas (que recebem uma bolsa no valor de quatrocentos reais) e podem contar também com professores colaboradores. O programa é desenvolvido pelos estudantes sob a tutoria de um docente que coordena e supervisiona as atividades do grupo e dos alunos. Os discentes, após 02 (dois) anos de efetiva participação, recebem um certificado.

Segundo a PROGRAD, o Programa inicialmente foi constituído por 04 (quatro) grupos PET, sendo eles: Ciências Econômicas, com 08 (oito) alunos bolsistas e 03 (três) não bolsistas; Engenharia Ambiental, com 08 (oito) alunos bolsistas e 02 (dois) não bolsistas; Engenharia de Alimentos, com 12 (doze) alunos bolsistas; e Pedagogia, constituído por 12 (doze) alunos bolsistas e 02 (dois) não bolsistas.

Posteriormente, foram selecionadas 04 (quatro) novas propostas PET por meio do Edital MEC nº 9/2010, que, em sua expansão, também abrange políticas públicas de desenvolvimento de minimização das desigualdades sociais e regionais, conhecidas como Conexões de Saberes. Os novos grupos PET (Engenharia Elétrica – Palmas, Ciências Naturais – Araguaína, PET Conexões de Saberes para Estudantes Indígenas – Araguaína e PET/Indígena NEAI/UFT – Conectando Conhecimentos – Porto Nacional) iniciaram suas atividades a partir de dezembro de 2010.

A tabela 8 mostra que, atualmente, existem 104 (cento e quatro) participantes desse programa.

Tabela 8 – Cursos PET por *campus* em 2012.

CÂMPUS	CURSO	ALUNOS BOLSISTAS	ALUNOS NÃO BOLSISTAS	TUTORES
--------	-------	------------------	----------------------	---------

PALMAS	1. Ciências Econômicas	12	1	1
	2. Engenharia Ambiental	12	2	1
	3. Engenharia de Alimentos	12	-	1
	4. Pedagogia	12	-	1
	5. Engenharia Elétrica	08	-	1
ARAGUAÍNA	1. Conexões de Saberes para Estudantes Indígenas	12	-	1
	2. Ciências Naturais	12	1	1
PORTO NACIONAL	1. NEAI UFT – Conectando Conhecimentos	12	-	1
TOTAL		92	4	8

Fonte: PROGRAD, 2012.

Um dado que chama a atenção no relatório da PROGRAD referente ao programa PET é o elevado número de produção científica, tais como: participação em eventos locais, nacionais e internacionais com apresentação de trabalhos; publicação de livros; organização de eventos. Assim, o ponto positivo desse programa é o incentivo aos acadêmicos para que se dediquem à pesquisa e à extensão. Também, é oportuno ressaltar a interdisciplinaridade dos projetos.

#### 2.1.7.5 Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA)

O PRODOCÊNCIA visa a ampliar a qualidade das ações voltadas à formação de professores, com prioridade para a formação inicial desenvolvida nos cursos de licenciaturas das instituições federais e estaduais de educação superior. Criado em 2008, o PRODOCÊNCIA financia projetos voltados para a formação e o exercício profissional dos futuros docentes, além de implementar ações definidas nas diretrizes curriculares da formação de professores para a Educação Básica.

No Campus de Arraias, o programa existe desde janeiro de 2011 e se encerra em março de 2013. Nesse período, foram publicados 05 (cinco) artigos, 01 (um) livro e 03 (três) cadernos de atividades; houve ainda 05 (cinco) participações em eventos.

As atividades previstas no plano de trabalho do projeto do PRODOCÊNCIA são desenvolvidas nos laboratórios de práticas do *campus* de Arraias. Nesse contexto, destaca-se o Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT), criado como um programa de extensão, uma

construção coletiva dos professores do Curso de Licenciatura em Matemática. Tal programa contou com o apoio da direção do *campus*, que concedeu um espaço de uma sala de aula e mobiliário básico necessário para o início das atividades; tal espaço encontra-se localizado no *campus* do Setor Centro.

O LEMAT tem como objetivos: intervir na formação didática do licenciando; potencializar estudos sobre a formação do professor e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem; produzir e utilizar material didático-pedagógico para o desenvolvimento de atividades para o ensino e a aprendizagem da Matemática; possibilitar vivência de práticas de ensino de Matemática, tendo como parâmetro a estruturação didática do processo de ensino e seus elementos constitutivos; e proporcionar situações a partir das quais os licenciandos compreendam conceitos matemáticos e metodologias de ensino.

Os projetos cadastrados e em execução no LEMAT são: 1) Formação Contínua de Professores que Ensinam Matemática; 2) Aprendendo Matemática; 3) Clube da Matemática; 4) Elaboração de Atividades Didáticas a partir de Fazeres e Saberes de uma Comunidade Quilombola; 5) Resolução de Problemas de matemática como uma alternativa ao processo de ensino e aprendizagem.

Há ainda o Laboratório de Ensino de Matemática (LEM), no *campus* do Setor Buritizinho, também em Arraias. Sua criação foi prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática. O seu objetivo principal é dar suporte às disciplinas que necessitam de um espaço adequado para desenvolverem as suas atividades de ensino e aprendizagem, As disciplinas que estão ligadas diretamente ao laboratório são: Didática da Matemática; Laboratório de Ensino da Matemática I; Laboratório de Ensino da Matemática II; História da Matemática; Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso; Trabalho de Conclusão de Curso. Essas além dos estágios supervisionados e das disciplinas optativas que necessitem do laboratório para a prática. O LEM possui uma sala de aula e mobiliário específico para o desenvolvimento de suas atividades.

Por fim, ainda no *campus* de Arraias, o Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPPE) tem como objetivo favorecer o diálogo entre os saberes teóricos e práticos, possibilitando a qualificação das ações pedagógicas por meio do planejamento e da realização de atividades relacionadas a múltiplos espaços educativos. O Laboratório de Práticas Pedagógicas funciona nos períodos matutino, vespertino e noturno. Nos períodos matutino e noturno, tem como atividade privilegiada o recebimento de turmas das disciplinas vinculadas a ele, haja vista que, no campus, o Curso de Pedagogia é oferecido nesses períodos. O laboratório conta com 04 (quatro) bolsistas que dão suporte nas atividades desenvolvidas.

### 2.1.7.6 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

O PIBID tem como objetivo incentivar a formação de professores para atuarem na Educação Básica e fomentar experiências metodológicas e práticas de caráter inovador. Contribui, assim, para a elevação da qualidade de ensino nas escolas da rede pública. O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de licenciaturas presenciais da UFT.

O programa faz uma articulação entre a educação superior e a rede pública de ensino, a partir de 11 (onze) licenciaturas, contemplando 20 (vinte) escolas dos sistemas estaduais e municipais de educação. Estão aptos a participar do programa alunos interessados que tenham o índice de rendimento acadêmico maior que 5,0 pontos, que não possuam outra bolsa e que declarem se dedicar às atividades em carga horária pré-definida nos editais.

Atualmente existem 240 (duzentos e quarenta) acadêmicos beneficiados em 06 *campi*, a partir de 02 (dois) editais outrora abertos.

Segundo a PROGRAD, os principais resultados alcançados em 2012 a partir do programa foram: a compreensão da docência como uma prática social da educação escolar, que requer o conhecimento processual de um campo de saberes especializados em que há um complexo de relações entre ações e significações conceituais; criação de blogs; elaboração de jogos pedagógico; desenvolvimento de dinâmicas educativas para promover a aprendizagem criativa, crítica e questionadora; participação e apresentação de trabalhos em eventos locais, regionais e nacionais; realização de seminários e oficinas locais; desenvolvimento da oralidade e da escrita por parte dos bolsistas; compreensão da prática educativa interdisciplinar; compreensão e vivência do trabalho coletivo que se realiza na escola da rede pública de ensino municipal e estadual; aumento do índice de rendimento acadêmico dos bolsistas nos cursos de licenciatura; realização de oficinas pedagógicas; elaboração de artigos para publicação de livro a partir de experiências do PIBID.

Como fragilidade, aponta-se a falta de avaliação dos impactos do programa na formação dos estudantes e nas instituições da Educação Básica. Seria importante que docentes, discentes, supervisores e escolas atendidas procedessem à apreciação desses impactos.

#### 2.1.7.7 Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA)

Instituído pela Associação Nacional de Dirigentes das IFES (ANDIFES), o PMA permite que estudantes possam deslocar-se para outras IFES e cursarem disciplinas do currículo de seu curso por um período de até um ano, podendo ser ampliado o prazo por mais seis meses. Esse programa oferece aos acadêmicos a possibilidade de aquisição de novas experiências e da interação com outras culturas da realidade brasileira. É constituído por três subprogramas: Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica, com 05 (cinco) bolsas ofertadas e ocupadas; Programa SANTANDER Universidades de Mobilidade Nacional, com 03 (três) bolsas ofertadas e ocupadas; Programa SANTANDER de Bolsas de Mobilidade Acadêmica Regional, ofertando e tendo ocupadas 20 (vinte) vagas.

Uma potencialidade desse programa é o preenchimento de todas as vagas ofertadas devido ao grande interesse dos acadêmicos pela mobilidade, principalmente considerando-se o fato de haver uma bolsa que auxilia a permanência do estudante em outra localidade.

#### 2.1.7.8 Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores / CAPES - LIFE

Esse programa, formulado pela Fundação Universidade Federal do Tocantins, contempla projetos dos seguintes cursos: Pedagogia, Matemática, Geografia, Letras, Biologia, Física, Química, Filosofia, Artes, História. Está, pois, vinculado aos 07 (sete) *campi* da UFT. Tem como meta principal a criação de laboratórios interdisciplinares para a formação de educadores, espaços esses que seriam de uso comum dos cursos e de programas ofertados nas dependências da instituição.

Os projetos apresentados pelas licenciaturas estão unificados pela proposição de integração e convergência entre as modalidades de educação presencial e a distância, como forma de incentivar novas metodologias de ensino e aprendizagem a partir do uso das tecnologias da comunicação. Nesse sentido, o programa propiciará a professores, estudantes, comunidade em geral e especializada um incremento na produção e divulgação de conhecimento. Sobretudo, acredita-se que estimulará a docência na educação básica de forma

interdisciplinar, considerando o trabalho docente como fruto de constante observação e avaliação das atividades desenvolvidas com os alunos, não se restringindo apenas ao planejamento e à transmissão de conteúdos e, sim, constituindo-se, também, como campo de pesquisa para a melhoria da qualidade de ensino.

Foi concedido pela CAPES o auxílio financeiro no valor de R\$ 199.997,15 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e quinze centavos) para aquisição de equipamentos e estruturação dos laboratórios interdisciplinares.

#### 2.1.7.9 Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) integra a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que foi instituída pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. No Estado do Tocantins, o PARFOR é resultante de uma ação conjunta do Ministério da Educação, da Universidade Federal do Tocantins e das Secretarias de Educação do Estado e Municípios, no âmbito do Plano de Metas e Compromisso “Todos pela Educação (PDE)”, implementado pelo Decreto nº 6.094/2007, de 24 de abril de 2007, no qual se estabelece a conjugação dos esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em regime de colaboração, visando à melhoria da qualidade da Educação Básica.

Na UFT, o PARFOR foi instituído por meio de um Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. Objetivou-se oferecer capacitação aos professores que estão em exercício nas escolas públicas estaduais e municipais, mas que não possuem a formação mínima em licenciatura. Também são contemplados aqueles docentes que, mesmo sendo graduados, lecionam fora da área para a qual foram habilitados.

Em 2008, a UFT, juntamente com o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado do Tocantins, iniciou os trabalhos para elaborar o planejamento estratégico para formação de professores das redes municipais e estadual do estado do Tocantins. Portanto, buscou-se junto à Secretaria Estadual de Educação o diagnóstico e a identificação das necessidades de formação de profissionais da educação e, a partir desses dados, foram definidas ações no sentido de se propor um plano de oferta de cursos nas áreas de maior *déficit* de formação.

Nesse sentido, a UFT, de maneira compromissada com a formação inicial e continuada dos professores que atuam na Educação Básica pública, levando-os à compreensão das múltiplas dimensões dos processos formativos e à valorização do exercício da docência, ofereceu cursos de 1ª Licenciatura nas áreas de *Artes, Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras-Português, Letras-Inglês, Matemática, Sociologia e Pedagogia*, distribuídos nos *campi* de Arraias, Araguaína, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Em 2010 e 2011, com o objetivo de atender aos professores da Educação Básica da rede pública do estado nas áreas identificadas como deficitárias nos sistemas estadual e municipal de ensino, a UFT, além dos cursos ofertados inicialmente, ampliou a oferta com abertura de novos outros, como: *Geografia, Matemática, Ciências Biológicas, História, Educação Física, Pedagogia e Informática*, nos *campi* de Arraias, Araguaína, Gurupi, Miracema e Palmas.

Em 2010, foram ofertadas 1780 (um mil, setecentos e oitenta) vagas; em 2011, o número foi de 1460 (um mil, quatrocentos e sessenta) e, em 2012, 1580 (um mil, quinhentos e oitenta) vagas. Com esses números, percebe-se uma redução na oferta. Não se pôde definir se isso se deu pela redução da demanda no próprio estado, pois não se teve acesso aos dados a esse respeito. Apenas se soube que a demanda do estado em 2010 era de 5.850 (cinco mil, oitocentos e cinquenta) professores necessitando de formação em curso de primeira licenciatura.

Para atender à nova solicitação de oferta de cursos para segunda licenciatura no intuito de suprir o *déficit* apresentado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins nas disciplinas Português, Matemática, Física, Educação Física, Artes, Química, Biologia, Informática, Inglês, Espanhol, Filosofia e Sociologia, a UFT vem desenvolvendo, junto aos *campi*, planejamento e adequação dos PPCs dos cursos para que novas turmas sejam ofertadas em 2013. Entende-se que o grande desafio do Programa PARFOR na UFT seja, hoje, atender a demanda de professores que atuam sem formação específica para a área em que atuam nas escolas públicas.

Como forma de não interromper o trabalho dos professores nas escolas, definiu-se que os cursos seriam realizados na modalidade semipresencial e que aconteceriam nos períodos das férias escolares, ou seja, nos meses de janeiro e parte de fevereiro e em julho. Além disso, 80% das atividades são realizadas presencialmente e 20% delas, desenvolvidas a distância.

Quanto ao currículo e à organização didática dos cursos, por estarem vinculados aos cursos regulares, utilizam os mesmos projetos pedagógicos adotados pelas graduações

presenciais da UFT. Já para o curso de Educação Física e para a segunda licenciatura, foram elaborados e aprovados PPCs específicos para atender a demanda do PARFOR.

Os cursos de licenciatura presenciais modulares integrantes do PARFOR são regidos pelo Regimento Acadêmico da UFT. Contudo, para atender as especificidades inerentes à natureza do programa, foram elaboradas e aprovadas Normativas Complementares e foram ainda adotadas as regulamentações que dispõem sobre a oferta de componentes curriculares nas modalidades semipresencial e tutorial.

Um dos grandes desafios no desenho de uma proposta de formação de professores em exercício é o cuidado com a interação entre o conhecimento e a experiência do sujeito da formação e as fundamentações teórico-filosófico-políticas relativas à construção do real que precisa ser problematizado e reconstruído. Assim, para atender as orientações da CAPES quanto à condução do Estágio Supervisionado, a UFT elaborou orientações com o objetivo de aprofundar conceitos e apresentar algumas diretrizes para nortear as atividades de Prática como ‘componente curricular’ e o Estágio Curricular Supervisionado nas licenciaturas que integram o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.

As atividades dos estágios buscam remeter continuamente os professores-alunos a aprendizagens significativas, integrando o novo conhecimento pedagógico às suas práticas e experiências. O fato de os alunos estarem em exercício docente permite que a formação seja orientada por situações equivalentes de ensino e aprendizagem, relacionando teoria e prática. Nessa perspectiva, o processo formativo dos professores implica uma ênfase no componente reflexivo, a partir da prática em que se reconhece a riqueza da experiência vivenciada iluminada por um conjunto de saberes próprios do fazer pedagógico.

Quanto à infraestrutura oferecida aos cursos do PARFOR, é a mesma usada no ensino regular. No entanto, ao aderir ao Programa, a UFT recebeu recurso orçamentário para construção de prédios em todos os *campi* que ofertavam cursos do PARFOR, comportando salas para coordenadores, laboratórios e salas de aula. Contudo, uma vez que as aulas dos cursos do PARFOR acontecem em período de recesso – janeiro/fevereiro e julho –, a estrutura física de salas de aula, biblioteca, laboratórios utilizada pelos alunos é aquela já disponível para todos os *campi*.

Segundo a PROGRAD, o maior desafio está na permanência dos estudantes nos cursos. Desde a implantação, a UFT tem vivenciado as dificuldades que muitos discentes tiveram para permanecerem nas cidades polos no período de atividades acadêmicas. Entendendo que a vivência na Universidade é primordial para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes dos estudantes, a UFT, juntamente com o Fórum

Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente, buscou meios para que suportes logísticos fossem disponibilizados e favorecessem a permanência dos alunos. Além disso, houve empenho em um trabalho mais efetivo com as SEDUC e UNDIME no sentido de conscientizar os gestores escolares em relação às atividades de docência durante os meses de janeiro, fevereiro e julho.

Outro desafio encontrado no decorrer do processo está em se conseguir iniciar novas turmas, uma vez que o número de alunos validados na Plataforma tem sido inferior ao número exigido para implantação de novas turmas. Ao buscar encontrar caminhos para sanar essa dificuldade, a UFT optou por unir as plataformas de 2011.2 e 2012.1, o que propiciou conseguir o número mínimo de alunos matriculados e a implementação de 13 (treze) novas turmas em 2012.1.

Outra ação da Universidade é a realização de reuniões com os coordenadores e/ou professores pesquisadores como forma de avaliar os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes durante o período de aulas e de orientação a distância ou semipresencial, bem como o planejamento do semestre subsequente.

### **2.1.8 Modernização e informatização das bibliotecas**

A Coordenação Geral do Sistema de Bibliotecas (SISBIB/UFT) atualmente está vinculada à Vice-Reitoria, que tem a função de coordenar e acompanhar as atividades desenvolvidas nas 08 (oito) bibliotecas dos *campi*. Seu objetivo principal é a modernização, incluindo a informatização, interligando, assim, o sistema de bibliotecas da UFT. Nesse sentido, nos últimos anos, foram desenvolvidas várias ações e atividades visando a alcançar as metas propostas para tanto.

As bibliotecas dos *campi* da Universidade oferecem apoio aos programas acadêmicos da UFT por meio de serviços e produtos que forneçam suportes informacionais para o ensino, a pesquisa e a extensão. Atendem aos 48 (quarenta e oito) cursos de graduação, aos 16 (dezesesseis) programas de mestrados e 4 (quatro) programas de doutorado oferecidos pela instituição, ao corpo docente e aos técnicos administrativos em educação e aos programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Visando à manutenção e à atualização do acervo bibliográfico, a Universidade tem adquirido, sistematicamente, bibliografias para as 08 (oito) unidades que fazem parte do

Sistema de Bibliotecas. A atualização do acervo é feita a partir de listagens apresentadas pelos cursos, considerando-se a proposta pedagógica destes e dando-se prioridade para as bibliografias básicas e complementares contidas nas ementas dos cursos. Também, obras têm sido adquiridas através do Projeto Indique um Livro, com o tema: “O que você quer ler? Indique um livro para nossa biblioteca”. Por esse projeto, já foi empregado o valor de R\$ 30.243,59 (trinta mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e nove centavos) nos anos de 2011 e 2012. Anualmente tem sido previsto orçamento para manutenção e atualização do acervo e aquisição da bibliografia básica e complementar de todos os cursos de graduação.

Em 2011 e 2012, dentro do projeto de Modernização e Melhoria da Operacionalização das Bibliotecas da UFT, foi empregado o valor total de R\$ 1.645.000,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e cinco mil reais) para aquisição de acervo bibliográfico nacional e internacional, de modo a atender as necessidades das bibliotecas. Desse montante, R\$ 1.306.000,00 (um milhão, trezentos e seis mil reais) foi do orçamento anual e R\$ 339.000,00 (trezentos e trinta e nove mil reais) foram oriundos dos recursos do PARFOR.

Quanto ao projeto de Modernização e Melhoria da Operacionalização das Bibliotecas da UFT, no quesito organização e proteção do espaço físico das bibliotecas, foram adquiridos 05 (cinco) Kit de Sistema Antifurtos, com valor unitário de R\$ 24.263,89 (vinte e quatro mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos). O valor total investido foi de R\$ 121.319,45 (cento e vinte e um mil, trezentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos), para atender as bibliotecas de Arraias, Gurupi, Porto Nacional, Araguaína – CIMBA e Tocantinópolis. Os *campi* de Miracema e MVZ não foram contemplados e serão atendidos em breve a esse respeito.

#### 2.1.8.1 Estrutura física das bibliotecas

Segundo relatório de 2012 da Vice-Reitoria, a estrutura física das bibliotecas melhorou muito com algumas ações que foram e que estão sendo implementadas: construção de prédios próprios, reforma e ampliação de outros e, em alguns casos, transferência para locais mais apropriados.

Os relatórios das CSAs e o questionário aplicado pela CPA em 2012 à comunidade acadêmica revelam informações relevantes sobre a estrutura e a organização das 08 (oito) bibliotecas da UFT.

#### 2.1.8.1.1 Bibliotecas do campus de Araguaína

Segundo a Vice-Reitoria, a biblioteca Professor Francisco Severino possui uma área de 270 m<sup>2</sup> (duzentos e setenta metros quadrados), 10 (dez) módulos de estudo individual, 19 (dezenove) mesas para estudo de grupo e 85 (oitenta e cinco) assentos. Além disso, conta com sala da coordenação, sala de processamento técnico, Setor de circulação e Atendimento. O acervo é constituído para suprir a demanda de 11 (onze) cursos de graduação, distribuídos em bacharelado, licenciatura e tecnológico, a saber: Biologia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Química, Gestão de Cooperativas, Logística e Gestão de Turismo.

A biblioteca hoje se encontra informatizada, com seu acervo indexado na base de dados do Sistema de Informações para o Ensino (SIE/Módulo Biblioteca), o qual agrega todas as bibliotecas da UFT, oferecendo consulta *online* ao seu catálogo via *internet*.

A biblioteca da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia é especializada nessas áreas, atendendo a essas graduações, bem como ao curso de pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciência Animal Tropical. O acesso ao seu acervo é facultado a todos os usuários das comunidades acadêmica e externa e organizado de acordo com a Classificação Decimal de Dewey; o tipo de catalogação atende às normas do AACR2. O espaço conta com uma área construída e climatizada de 292,82 m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e dois e oitenta e dois metros quadrados), 10 (dez) módulos de estudo individuais, 02 (duas) cabines de estudo em grupo, 07 (sete) mesas para estudo em grupo, sala de processamento técnico, sala de bibliotecário e referência, Setor de circulação e Atendimento. A biblioteca também se encontra informatizada, com seu acervo indexado na base de dados do sistema SIE.

Quanto à infraestrutura, os usuários apontaram no questionário que sua caracterização está entre regular e insuficiente.

#### 2.1.8.1.2 Biblioteca do campus de Arraias

Em Arraias, a biblioteca ocupa uma área total de 233,28 m<sup>2</sup> (duzentos e trinta e três e vinte e oito metros quadrados), contando com 09 (nove) módulos de estudo individuais, 06

(seis) mesas para estudo em grupo e 40 (quarenta) assentos, além de sala da gerência, Processamento Técnico e Referência (50 m<sup>2</sup> de área), Setor de Circulação e Atendimento (89,05 m<sup>2</sup> de área climatizada).

O acervo da Biblioteca Professor Dr. Claudemiro de Godoy do Nascimento é constituído por 11.080 (onze mil e oitenta) itens entre títulos e exemplares, suprimindo as necessidades informacionais das ementas dos cursos de licenciatura em Pedagogia, em Matemática e em Biologia EaD, PARFOR Matemática e PARFOR Pedagogia.

Segundo relatório da CSA de Arraias, o funcionamento da biblioteca é garantido por meio de apenas 04 (quatro) servidores do quadro técnico administrativo e 02 (duas) recepcionistas terceirizadas, sendo 02 (dois) assistentes em administração responsáveis pelos serviços de atendimento ao usuário, 01 (um) responsável pelos serviços de apoio interno da Biblioteca e 01 (uma) bibliotecária responsável pelo setor, além de todo o processamento técnico. Segundo foi relatado, o número de servidores é insuficiente para atender as demandas de serviços, principalmente no que diz respeito ao atendimento ao público. No período matutino, há um servidor efetivo e uma recepcionista terceirizada e, no período noturno, dois servidores efetivos e uma recepcionista terceirizada para atender aos usuários, gerando, ocasionalmente, demora no atendimento e insatisfação daqueles que dependem da prestação de tais serviços. Desde o segundo semestre de 2012, a biblioteca tem funcionado em horário ininterrupto, das 07h30min às 22h30min, sem, contudo, ter obtido a concessão da flexibilização das trinta horas para o quadro de servidores, o que corrigiria, parcialmente, a falta destes.

A biblioteca não possui prédio próprio. O funcionamento dos departamentos ocorre num prédio adaptado, construído, originalmente, para as atividades do PARFOR. A distribuição dos espaços internos é inadequada, pois os usuários do estudo individual convivem, nem sempre pacificamente, com os usuários do estudo coletivo. Também, não há balcão de atendimento; a circulação dos livros é feita em mesas de atendimento improvisadas. Além disso, a área de circulação compartilha o mesmo espaço do acervo geral. Ainda, há três anos não há compra de mobiliário mínimo para comportar a expansão do acervo, seu processamento e sua disponibilização. Desde 2010, no período chuvoso, na sala da gerência, há, reincidentemente, a existência de inúmeras goteiras, o que torna o ambiente extremamente nocivo para o acervo, constituído de material orgânico.

Os dados do questionário da CPA referentes à biblioteca Professor Dr. Claudemiro de Godoy do Nascimento apresentam que a caracterização da infraestrutura sob a ótica da comunidade acadêmica está entre insuficiente e regular. Nas observações do questionário, os

usuários ressaltaram ainda que: falta acervo e aquisição de livros atuais; o espaço físico é pequeno para atender a demanda; faltam servidores da limpeza no período noturno; essas dentre outras. Com relação à integração das atividades da biblioteca com as atividades de ensino pesquisa e extensão, os dados revelaram que praticamente não existe. A grande maioria da comunidade afirmou não conhecer a ação ou a avaliaram como insuficiente ou regular.

Quanto à oferta de atividades culturais e orientação ao portal da CAPES, os usuários disseram que está entre insuficiente, regular ou que não conhecem a ação. No entanto, quanto ao atendimento dos servidores do setor, os índices apontaram como estando entre bom e ótimo.

#### *2.1.8.1.3 Biblioteca do campus de Gurupi*

Após expansão ocorrida em janeiro de 2009, a Biblioteca da UFT/Gurupi passou a contar com uma área total de aproximadamente 491 m<sup>2</sup> (quatrocentos e noventa e um metros quadrados), 32 (trinta e dois) módulos de estudo individuais, 25 (vinte e cinco) mesas para estudo em grupo e 75 (setenta e cinco) assentos, sala da coordenação de 15m<sup>2</sup> (quinze metros quadrados), sala de processamento técnico de 19,25m<sup>2</sup> (dezenove vírgula vinte e cinco metros quadrados), setor de circulação e atendimento de 10,5 m<sup>2</sup> (dez vírgula cinco metros quadrados). O espaço se divide em: área destinada ao acervo, área destinada aos usuários, cabines individuais de estudo, sala de processamento técnico e salas para estudo em grupo. Conta também com computadores para consulta ao acervo da biblioteca e para o processamento técnico.

Hoje, o acervo é constituído por 12.736 (doze mil, setecentos e trinta e seis) títulos, suprimindo as necessidades informacionais das ementas dos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia e Química Ambiental. Também, atende os cursos de pós-graduação (Mestrado e Doutorado em Produção Vegetal e Mestrado em Biotecnologia), bem como também oferece apoio pedagógico aos cursos de Química, Física e Biologia UAB e PARFOR modular em Geografia, Biologia e Matemática.

A integração das atividades da biblioteca com o ensino, a pesquisa e a extensão, segundo dados do questionário da CPA, está caracterizada entre insuficiente, regular ou a comunidade afirma desconhecer a ação.

#### 2.1.8.1.4 Biblioteca do campus de Miracema

A biblioteca Paulo Freire funciona numa área de 160m<sup>2</sup> (cento e sessenta metros quadrados), aguardando liberação de espaço maior em novo prédio do *campus*. Conta com 04 (quatro) módulos de estudo individual, 04 (quatro) mesas para estudo em grupo e 16 (dezesesseis) assentos, sala da coordenação (10,97 m<sup>2</sup>), sala de processamento técnico (10,97 m<sup>2</sup>), setor de circulação e atendimento (33,75m<sup>2</sup>).

Há um acervo de 17. 282 (dezesete mil, duzentos e oitenta e dois) títulos que atendem a graduação regular (Pedagogia e Serviço Social), PARFOR (História, Pedagogia e Educação Física) e uma turma de especialização em Educação Infantil.

#### 2.1.8.1.5 Biblioteca do campus de Palmas

A biblioteca Professor José Torquato Carolino atende aos 17 (dezesete) cursos de graduação oferecidos, ao corpo docente, a funcionários técnicos administrativos e a 11 (onze) programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. A biblioteca, como parte integrante do desenvolvimento da aprendizagem e como centro de informações, incentiva e assessora tecnicamente o corpo docente e discente quanto à utilização do acervo bibliográfico e dos recursos informacionais existentes.

O acervo da biblioteca compõe-se de livros, dissertações e teses, folhetos, periódicos nacionais e estrangeiros, obras de referência e materiais especiais direcionados às áreas de conhecimento trabalhadas nos cursos do *campus* de Palmas. As obras encontram-se ordenadas por assunto, de acordo com a Classificação Decimal Dewey (CDD). Os materiais (livros, dissertações e teses) existentes na biblioteca estão cadastrados (no SIE/biblioteca), possibilitando a circulação de acordo com a política de empréstimo estabelecida, com possibilidade de renovações ou reservas.

Seguindo a política de Modernização e Aquisição de Acervo nas bibliotecas do Sistema de Biblioteca da Universidade, frequentemente são adquiridos novos títulos e

exemplares de livros para compor as bibliografias básica e complementares de todas as disciplinas oferecidas nos cursos de graduação do *campus* de Palmas.

Quanto ao horário de funcionamento, segundo a CSA – Palmas, o atendimento ao público acontece de segundas a sextas-feiras, das 8h às 22h, e aos sábados, de 8h a 12h. No geral, os cursos relataram que esse horário atende a demanda e as necessidades dos usuários. Contudo, o curso de Direito ressaltou que não se trata apenas de horários adequadas, mas de uma bibliografia que atenda em qualidade e quantidade, o que não tem sido satisfatório para essa área específica (livros muito antigos e os novos ainda encaixotados). Já o curso de Filosofia, sendo noturno, argumentou que grande parte dos alunos trabalha durante o dia. Isso faz com que muitos se desloquem direto do trabalho para o curso. Seria interessante, segundo explicitado na avaliação feita em relatório, que se prorrogasse o horário de atendimento da biblioteca um pouco além do período de finalização das aulas, permitindo-se aos discentes terem acesso ainda aos serviços oferecidos no setor.

Segundo ainda relatório da CSA, uma das políticas internas da biblioteca é prestar serviços de orientação para a normalização dos trabalhos técnico-científicos, segundo recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No entanto, os funcionários do setor informaram que esse serviço não tem sido oferecido na prática; também, esse mesmo serviço não tem sido procurado pela comunidade, talvez até por desconhecimento quanto a essa possibilidade. Essa informação é ratificada no questionário da CPA, no qual, de 403 (quatrocentos e três) respondentes, 205 (duzentos e cinco) disseram que esse quesito está regular e insuficiente. O setor ainda elabora fichas catalográficas para as produções acadêmicas dos seus usuários e oferece treinamento para a pesquisa de fontes documentais e bibliográficas, inclusive com visitas programadas.

A CSA relatou ainda que a comunidade acadêmica não está satisfeita com a estrutura física da biblioteca, pois a quantidade de mobiliários ainda não é suficiente para a demanda de usuários; no horário de maior concentração destes na Biblioteca, é possível ver parte deles estudando sentados no chão. Também, embora se trabalhe com a proporção de seis alunos por obra, a quantidade destas fica a desejar, dependendo do material e da área. Há obras específicas que, naturalmente, são mais procuradas que outras.

Além disso, segundo ainda opinião dos usuários, a nova estrutura física da biblioteca apresenta outros problemas, como o acesso limitado somente por rampas muito extensas, o que dificulta o acesso para portadores de necessidades especiais (cadeirantes) e a mobilidade dos servidores com carrinhos de livros. O questionário realizado pela CPA ratifica os dados

informados pela CSA; a comunidade acadêmica conceitua a infraestrutura da biblioteca entre insuficiente e regular.

Com relação à integração das atividades da biblioteca com as atividades de ensino pesquisa e extensão, dados coletados via questionário da CPA revelam que praticamente não existe. A grande maioria dos respondentes afirmou não conhecer a ação ou, ainda, que esta se faz insuficiente ou regular.

#### *2.1.8.1.6 Biblioteca do campus de Porto Nacional*

Segundo a Vice-Reitoria, o acervo da Biblioteca Maria Revy Veloso de Andrade é composto de livros impressos, Cds, Dvds, monografias de final de curso, dissertações, teses e periódicos. Esse material volta-se para as áreas de conhecimento relacionadas aos cursos de graduação e licenciatura em Letras, Ciências Biológicas, História e Geografia, cursos de especialização oferecidos na área de História e Letras, bem como os cursos de mestrado em Ecologia de Ecótonos e Geografia. Além do acervo já processado, existem duas coleções que estão sendo inseridas no acervo geral e na Base de Dados. Trata-se do acervo especial Carlos de Araujo Moreira Neto, com aproximadamente 24.000 (vinte e quatro mil) itens, e da coleção recebida em doação da USP, 250 (duzentas e cinquenta) caixas com cerca de 50 (cinquenta) itens cada, totalizando 7.500 (sete mil e quinhentos) itens.

Com relação à infraestrutura, a biblioteca possui uma área total de 835,4 m<sup>2</sup> (oitocentos e trinta e cinco vírgula quatro metros quadrados), módulos de estudo individuais (78,78 m<sup>2</sup>), módulo de estudo em grupo (149,17 m<sup>2</sup>), área de acervo de livros (244,24 m<sup>2</sup>), área de acervo de periódicos (84,12 m<sup>2</sup>), área de acervo especial (188,99 m<sup>2</sup>), mesas para estudo individuais (10 cabines, 8 mesas, 18 cadeiras), mesas para estudo em grupo (6 mesas com 4 cadeiras, 1 mesa com 16 cadeiras), sala da coordenação (mas não exclusiva para o coordenador), sala de processamento técnico e coordenação (16 m<sup>2</sup>), setor de circulação e atendimento (15,34 m<sup>2</sup>).

Quanto à integração das atividades da biblioteca com ensino, pesquisa e extensão, os usuários avaliaram, no questionário da CPA, como estando entre insuficiente, regular ou, ainda, afirmaram que não sabem da ação.

#### *2.1.8.1.7 Biblioteca do campus de Tocantinópolis*

Segundo dados da CSA de Tocantinópolis, atualmente, a biblioteca Prof. M. Sc. Cleides Antônio Amorim dispõe de uma área total construída de 504m<sup>2</sup> (quinhentos e quatro metros quadrados), sendo toda climatizada. Esse espaço está dividido para atender áreas de leitura, acondicionamento do acervo, serviços técnicos, com discriminação das seguintes áreas: coordenação (9,89m<sup>2</sup>), espaço cultural/midiateca (41,77m<sup>2</sup>), sala de estudo em grupo (25,50m<sup>2</sup>), sala de pesquisa (16,01m<sup>2</sup>), espaço para estudo individual (15,64m<sup>2</sup>), área de pesquisa (107,61m<sup>2</sup>), acondicionamento do acervo (121,12m<sup>2</sup>), processamento técnico (22,12m<sup>2</sup>), atendimento e recepção (13,14m<sup>2</sup>), circulação (11,19m<sup>2</sup>), acesso geral (25,46m<sup>2</sup>), circulação interna (25,55m<sup>2</sup>), arquivo interno (8,46m<sup>2</sup>), banheiros (25,06m<sup>2</sup>, com 02 banheiros adaptados para portadores de deficiência física e motora).

A biblioteca conta ainda com 13.613 (treze mil, seiscentos e treze) títulos para atender aos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais, técnicos administrativos e professores.

Analisando-se os dados do questionário aplicado pela CPA quanto a infraestrutura, número de acervo, atendimento e espaço físico, esses fatores caracterizam-se como adequados à demanda. De um modo geral, foram elementos qualificados pelos usuários numa variação de bom a ótimo. No entanto, quanto à articulação dos serviços com ensino, pesquisa e extensão, ao oferecimento de eventos culturais e orientação ao portal CAPES, estes foram avaliados como insuficientes, regulares ou os respondentes afirmaram não saberem responder.

#### **2.1.9 Educação a Distância**

A diretoria de Educação a Distância não disponibilizou à CPA o relatório anual de suas atividades.

## **2.2 EXTENSÃO**

De acordo com o PDI (2011-2015), a PROEX tem como missão: “Proporcionar condições para a realização de atividades de extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, estabelecendo o vínculo entre o conhecimento acadêmico, a intervenção social e o comprometimento com o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade”. Para tanto, desenvolve projetos, eventos e cursos voltados a promoção da cidadania, fortalecimento de ações de inclusão social e apoio à diversidade étnico-cultural, bem como promoção da arte e da cultura.

Destacam-se a seguir as ações voltadas à promoção da cidadania:

– Programa de Acesso Democrático à Universidade: O PADU, que atua com egressos do ensino médio, ocorreu em Porto Nacional, com o Projeto Centro de Apoio Popular Estudantil do Tocantins (CAPETINS). Este atendeu aproximadamente 300 (trezentos) alunos em cursos matutinos e noturnos. Também, aconteceram: o Projeto Pré Gurupi/UFT/IFTO, que atendeu 160 (cento e sessenta) alunos no período noturno; o Projeto PADU/PALMAS, que atendeu aproximadamente 200 (duzentos) alunos no período noturno e o PADU Taquaralto, que atendeu 50 (cinquenta) alunos também no período noturno. O Programa PADU envolve a participação de acadêmicos e docentes de diversos cursos de graduação dos *campi* de Palmas, Gurupi e Porto Nacional. Conta com 19 (dezenove) bolsas assim distribuídas: 13 (treze) em Palmas, 5 (cinco) em Porto Nacional e 1 (uma) em Gurupi. As atividades dos cursinhos de Palmas, Taquaralto, Porto Nacional e Gurupi vêm sendo realizadas com ações contínuas. Atualmente, o programa encontra-se em reformulação devido à alteração no sistema de ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, alteração essa regulamentada pelo Decreto No. 7.824 de 11 de outubro de 2012. Destaca-se ainda a aprovação desse Programa no PROEXT 2013, em nível nacional.

– O CECLLA (Centro de Estudos Continuados em Letras, Linguística e Artes) do *campus* de Porto Nacional ofereceu, em 2012/1, 13 (treze) turmas de língua inglesa com aproximadamente 490 (quatrocentos e noventa) alunos; em 2012/2, 12 (doze) turmas de língua inglesa e 01 (uma) turma de língua espanhola, atendendo a aproximadamente 390 (trezentos e noventa) alunos. As ações foram desenvolvidas com o apoio da PROEST, com disponibilização de 10 (dez) bolsas aos alunos que ministram as aulas.

Quanto às atividades voltadas para fortalecimento de ações de inclusão social e apoio à diversidade étnico-cultural, compreenderam:

- Reunião com a Comissão Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (CEPPIR) e representantes da PROEST e PROEX. Nesse encontro, foi discutida a possibilidade de se reverem as ações da CEPPIR, tendo em vista a aplicação do decreto 7824/2012 de políticas de ação afirmativas.
- O Programa de Acesso Democrático à Universidade – PADU tem possibilitado a preparação de alunos das camadas vulneráveis da população para o ingresso no ensino superior. Com a vigência da nova lei de quotas, o PADU iniciou a discussão da sua adequação no mês de agosto de 2012, com a presença dos coordenadores dos projetos vinculados a esse programa.
- O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente na UFT (NIAD) reuniu-se, em agosto de 2012, para deliberar sobre a aplicação de recursos, incluir e discutir a reorganização e o redimensionamento do núcleo e de suas atividades a partir do levantamento de dados junto a Diretoria de Obras, Diretoria de Desenvolvimento Humano, PROGRAD e PROEST.
- Aconteceu o seminário “Territórios Quilombolas do Tocantins”, promovido pela Associação Alternativa para a Pequena Agricultura do Tocantins (APA-TO), com apoio da PROEX. Teve como objetivo a interlocução entre os representantes de comunidades quilombolas, instituições públicas e não governamentais e membros da comunidade acadêmica.
- Em Arraias, foi realizado o I Seminário do Centro de Capacitação de Jovens da Agricultura Familiar (CEJAF), com o objetivo de capacitar jovens da agricultura familiar para o empreendedorismo rural.
- A UFT está apoiando o Seminário Indígena Internacional, que será realizado em agosto de 2013.
- Em Araguaína, Arraias, Porto Nacional e Tocantinópolis, ocorreu uma série de ações voltadas à promoção da igualdade racial, como o Dia da Consciência Negra. As atividades no Campus de Porto Nacional ocorreram sob a forma de debates, palestras e mesas-redondas, com temáticas alusivas ao Dia da Consciência Negra: Zumbi dos Palmares: 317 Anos; Mesa Redonda– *Panorama das Relações Raciais no Tocantins*; Ofinina Literária – *Africanidades na Literatura Brasileira*; Palestra – *O Gruconto e o*

*Legado de José Iramar da Silva.* Na cidade de Arraias, ocorreu o XVI Encontro Estadual de Capoeira do Sudeste do Tocantins e Nordeste de Goiás, com o tema *Resistência Cultural na Chapada dos Negros*. O evento contou com o apoio da Universidade Federal do Tocantins. No *campus* de Tocantinópolis, aconteceu simultaneamente a VI Semana da Consciência Negra (Secone) e o VI Seminário Estudantil de Tocantinópolis (SETOC), promovendo discussões sobre Movimento Estudantil, Educação e Relações Étnico-Raciais. Em Araguaína, a direção do *campus*, em conjunto com o Diretório Central dos Estudantes (DCE), levou para a universidade alunos de diversas escolas estaduais, a fim de discutirem a questão da consciência negra. Esse momento contou ainda com a exposição fotográfica *Quilombos Emigrantes*, de Emerson Silva.

– A UFT apoiou e participou do Fórum Permanente de Educação e de Cultura Afrobrasileira - TO, que abordou o tema Plano Estadual de Implementação de Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana – Lei no. 10.639/2003. Foram debatidos os eixos estruturantes para o plano estadual enumerados no plano nacional: fortalecimento do marco legal, política de formação inicial e continuada, política de materiais didáticos e paradidáticos, gestão democrática e mecanismos de participação social, avaliação e monitoramento e condições institucionais.

– A PROEX vem apoiando os núcleos NIAD, NEAI, NEAB, NIEDIH, além do Grupo de Trabalho Indígena (GTI), que desenvolvem atividades específicas voltadas ao fortalecimento da inclusão social e ao apoio à diversidade étnico-cultural.

– A UFT apoiou o 1º Encontro do Governo do Estado com Prefeitos, que teve por finalidade estabelecer um primeiro contato com os novos gestores municipais, visando à realização de ações conjuntas que possam favorecer o desenvolvimento social, econômico e cultural dos municípios tocantinenses. A Universidade assinou o protocolo de intenções com o Poder Executivo Estadual e com a Associação Tocantinense de Municípios (ATM) para viabilizar essas ações conjuntas e manteve um estande no local do evento para receber e orientar os novos prefeitos sobre as possibilidades de parceria com a instituição.

Quanto às atividades de arte e cultura promovidas pela PROEX, esta, no intuito de envolver as diferentes linguagens artísticas, desenvolveu diferentes atividades como desdobramento dos programas institucionais: Café Literário (música e literatura), Corredor

Cultural (artes visuais) e Cineclube (audiovisual), adequando-as à realidade de todos os *campi* (condições físicas e estruturais) e às necessidades locais.

Um destaque no ano 2012 foi a parceria com diferentes produtores artísticos do estado, que viram na UFT a possibilidade de agregarem valor aos seus trabalhos. Tal procura é um reflexo das articulações que a Diretoria de Cultura vem promovendo desde o final de 2011. Nesse sentido, foram envolvidas as artes plásticas através da circulação da exposição ‘A Cor na Manifestação Popular’, por Graça Arnús, a fotografia com a exposição ‘Quilombos Emigrantes – A história do Cocalinho, e a produção audiovisual através do documentário ‘Da Luz da Vida à Água que Morre’. Os três projetos foram financiados por organismos externos e receberam o apoio da PROEX para circulação do resultado final.

Essas parcerias, além de difundirem as produções regionais, proporcionaram a realização de diferentes oficinas e *workshops*, que aconteceram em diferentes *campi* da UFT. A oficina ‘A cor no desenho de observação’ aconteceu em Porto Nacional, Miracema, Tocantinópolis e Palmas e foi ofertada pela artista plástica Graça Arnús. Esta ainda ofereceu um *workshop*, fruto do mesmo projeto, com menor duração, nos municípios de Taquarussu e Miranorte. Também, como contrapartida da parceria realizada com Caio Brettas, o produtor ofereceu, durante a realização do II Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão de Arraias, o *workshop* de ‘Produção Cinematográfica’, revelando aos participantes do evento como identificarem, na sua realidade, produtos culturais.

As ações de audiovisual são um desdobramento do programa institucional Cineclube, que visa a fomentar a produção cinematográfica. Nesse sentido, o Centro de Imagem e Som do Tocantins (CIM – TO) foi um grande parceiro na realização das ações. Também, como resultado dessa parceria, a UFT recebeu, em dezembro, o ‘Curso de Direção Fotográfica para Cinema’, idealizado e oferecido pelo Centro de Audiovisual Norte Nordeste (CANNE), setor vinculado à Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura.

No que tange às artes visuais, o programa Corredor Cultural realizou exposições com oito diferentes artistas, exposições estas que circularam pelos *campi* de Palmas, Araguaína, Porto Nacional, Miracema, Tocantinópolis e Arraias. Duas exposições fotográficas revelaram artistas que estão inseridos na comunidade acadêmica, promovendo, assim, a descoberta de novos talentos entre nossos professores, alunos e técnicos administrativos.

O Porto das Artes foi um evento que envolveu diferentes expressões artísticas em uma única noite. A música, a poesia e as artes visuais foram representadas por artistas locais vinculados à universidade – docentes e discentes –, valorizando-se os talentos regionais inseridos no meio acadêmico. Houve ainda o lançamento de livros acadêmicos de professores

dos *campi* de Palmas, Porto Nacional e Arraias. O referido evento procurou unir os programas Café Literário e Corredor Cultural, mostrando que os formatos dos programas institucionais são flexíveis e que podem se adequar à realidade de cada *campus*. Outro exemplo disso foi a programação cultural que compôs o II Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, que aconteceu no mês de dezembro, em Arraias.

Ainda, para divulgação e visibilidade da Extensão, em conjunto com as Pró-reitorias de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa e Assuntos Estudantis e Comunitários, promoveu-se o II Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tal evento mobiliza a comunidade universitária em cada *campus* para apresentação de trabalhos e resultados de ensino, pesquisa e extensão, num espaço de interação entre a comunidade interna e a externa. Foram também disponibilizados cursos e oficinas. Ainda, por meio do sistema SigProj, tem sido efetuada a divulgação de chamadas públicas e editais com financiamento para realização de projetos e programas de extensão. Este mesmo sistema é utilizado para convidar os extensionistas da UFT a submeterem artigos para periódicos voltados à difusão de ações de extensão.

A Câmara de Extensão instituiu o Comitê de Avaliação da Extensão. Os membros foram indicados para atuarem como pareceristas em editais externos; também, como avaliadores de trabalhos. Internamente, esse comitê atuou na Avaliação do Edital Interno do PROEXT e no Auxílio a Participação em Eventos de Extensão e Cultura, bem como compôs o Comitê Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX).

O processo de controle e monitoramento de ações de extensão ocorreu via sistema SIGPROJ. Esse processo aconteceu também de modo manual e conforme os procedimentos específicos a seguir: a) no caso da Concessão de Auxílio para Apresentação de Trabalhos em Eventos de Extensão e Cultura no Brasil, o contemplado tem que apresentar, até 15 dias após o retorno da viagem, a prestação de contas contendo o relatório da viagem, bilhetes de passagens e certificado ou declaração de apresentação de trabalho; b) no PIBEX, o aluno deve encaminhar mensalmente a ficha de frequência assinada pelo bolsista e, também, pelo orientador para recebimento da bolsa, bem como deve encaminhar relatório parcial e final para avaliação do Comitê; c) os projetos aprovados via edital externo, como o PROEXT, têm o acompanhamento e o monitoramento efetuados via execução financeira, pois o recurso destinado a eles vem para a matriz orçamentária da Universidade e, a cada solicitação de uso de recurso, é verificada a conformidade com o plano de trabalho submetido; d) demais editais que não tramitam via seleção interna ou para os quais o uso de recurso não se encontra na matriz orçamentária têm seu controle e monitoramento comprometidos, porque muitas vezes a sua execução não é informada à PROEX.

A PROEX teve como resultado de cadastro 240 (duzentos e quarenta) ações de extensão cadastradas, assim distribuídas: 87 (oitenta e sete) eventos, 46 (quarenta e seis) cursos, 107 (cento e sete) projetos.

A tabela 09 apresenta o quantitativo de ações cadastradas no ano 2012, bem como, a título de comparação, os dados referentes a 2011:

Tabela 09 – Ações de extensão desenvolvidas no período de 2011 e 2012.

AÇÕES DE EXTENSÃO	2011	2012
Eventos realizados	89	87
Projetos cadastrados	98	107
Cursos com mais de 8 horas	63	46

\*Dados atualizados em 06 de dezembro de 2012.

Comparando-se os anos 2011 e 2012, observa-se uma redução no número de cursos ofertados, um aumento no número de projetos e uma pequena redução no número de eventos. Tal decréscimo pode ser consequência da redução da atividade docente e técnico-administrativa no ano 2012 em virtude da greve. Também por esse motivo, o cadastro de ações ainda não foi encerrado. A PROEX, atendendo as prerrogativas do PDI da IES, executou alguns projetos e ações que favorecem o cumprimento das diretrizes em nível institucional: Projeto UFT Conecta, Programa de Acesso Democrático à Universidade (PADU), Programa de Apoio às Semanas Acadêmicas, Projeto de Elaboração e Acompanhamento das Ações do Plano de Ações Articuladas (PAR) nos Municípios do Tocantins, Projeto Fortalecimento das Cadeias Produtivas dos Empreendimentos Econômicos e Solidários em Territórios da Cidadania do Tocantins.

Em 2012, segundo relatório final do setor, as ações de extensão contaram com a participação de 790 (setecentos e noventa) alunos em 393 (trezentas e noventa e três) ações cadastradas. A PROEX aprimorou e aplicou instrumento de avaliação qualitativa das atividades de extensão encerradas em 2011, respeitando a política nacional de extensão. O referido instrumento foi elaborado, utilizando-se a ferramenta GoogleDocs, com questões dissertativas e objetivas (de múltipla escolha), buscando levantar indicadores com relação à execução dos projetos de extensão sob o ponto de vista dos coordenadores. Tal instrumento foi enviado via e-mail aos coordenadores dos 76 (setenta e seis) projetos de extensão cadastrados em 2009, 2010 e os que finalizaram em 2011. Desses, 30 (trinta) questionários foram respondidos, o que corresponde a 40% (quarenta por cento) do total, refletindo uma baixa adesão por parte dos coordenadores.

O instrumento de avaliação continha ficha inicial informando o nome do projeto, *campus*, curso e área temática. As fichas complementares destinavam-se a avaliar a extensão quanto a: a) Política de Gestão (7 questões objetivas); b) Plano Acadêmico (11 questões objetivas e uma dissertativa); c) Relação Universidade-Sociedade (7 questões objetivas e 4 dissertativas); e d) Produção Acadêmica (4 questões objetivas). Seguem alguns resultados:

- No Plano de Gestão: 53% (cinquenta e três por cento) dos projetos tiveram um ou mais servidores e técnicos administrativos envolvidos, refletindo que, embora parte desse público participe das ações de extensão, sua atuação deve ser potencializada. Deve-se ressaltar que os técnicos podem coordenar ações de extensão com anuência e autorização do chefe imediato.
- Financiamento dos projetos: 20% (vinte por cento) das avaliações respondidas contaram com apoio financeiro para sua execução, a partir de editais da PROEX, Rondon e Bolsa Permanência UFT. Também, uma das avaliações apontou financiamento com recurso através de contratos e convênios (mas não citou o órgão), refletindo a necessidade de articulação institucional para o estabelecimento de novos convênios.
- Bolsas financiadas com recurso de edital/chamada pública/contrato/convênio: das avaliações respondidas, somente 4 (quatro) projetos contaram com bolsistas para a sua realização, sendo indicada a participação de 11 (onze) bolsistas.
- Bolsas institucionais (em especial, Bolsa Permanência): 57% (cinquenta e sete por cento) dos projetos (dentro do percentual de avaliações respondidas) foram contemplados com o programa Bolsa Permanência; 17 (dezessete) projetos contaram com a participação de 44 (quarenta e quatro) bolsistas dessa modalidade, o que indica a participação média de 3 (três) bolsistas por projeto. Houve aumento do número de projetos com bolsistas em relação ao ano 2010, refletindo um impacto da política institucional.
- Inclusão da diretriz de extensão constante no PDI, envolvendo Promoção da Cidadania, Apoio à Diversidade Étnico-Racial, Apoio à Arte e à Cultura: 8 (oito) programas/projetos não observaram as diretrizes institucionais durante a sua elaboração, o que corresponde a 27% (vinte e sete por cento), reforçando a necessidade de ações que divulguem o PDI. E, dos que observaram, 47% (quarenta e sete por cento) focam em ações voltadas à promoção da cidadania; os 43%

(quarenta e três por cento) restantes atuam no apoio à arte e à cultura; ainda, 17% atuam em apoio à diversidade étnico-racial. A soma ultrapassa 100% (cem por cento) porque mais de uma alternativa poderia ser selecionada.

- Plano Acadêmico: 83% (oitenta e três por cento) dos programas/projetos não contam com a participação de alunos de pós-graduação; 17% contaram com a participação de 1 (um) ou mais pós-graduandos. Foi observada uma redução da participação com relação ao ano anterior. Ressalta-se que a vinculação com nome e CPF nos projetos não condiz com a informação do relatório final que indica o número de participantes.
- Articulação das ações de extensão, ensino e pesquisa: 57% (cinquenta e sete por cento) das avaliações respondidas indicam a ausência de articulação das ações de extensão com projetos de pesquisa; 37% (trinta e sete por cento) indicaram que o projeto de extensão subsidiou um projeto de pesquisa. Esse dado, bem como a pouca relação com o ensino, foi ratificado em questionário aplicado pela CPA (2012), conforme gráfico a seguir.

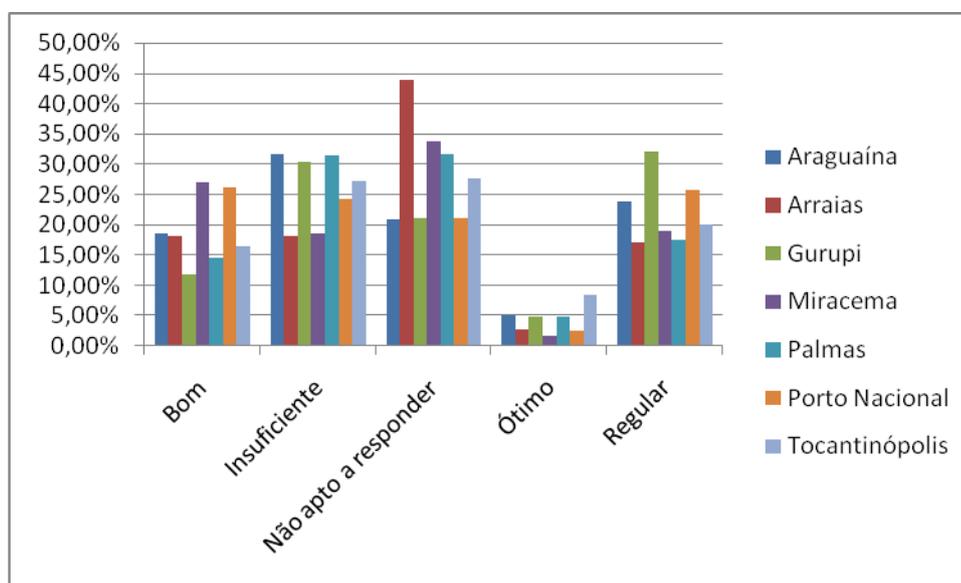


Gráfico 5 - Interação das atividades de ensino com a pesquisa e a extensão.

Fonte: CPA, 2012

Por outro lado, 80% (oitenta por cento) das avaliações respondidas mostraram haver relação dos programas/projetos de extensão com alguma disciplina dos cursos de graduação. Esse dado mostra que essas ações complementam as lacunas dos projetos pedagógicos ou se articulam com o projeto político-pedagógico do curso correspondente.

- Produção acadêmico-científica: 30% (trinta por cento) das avaliações apresentam que a ação de extensão não gerou nenhuma monografia, dissertação, tese ou trabalho de divulgação. Dos 70% que tiveram produtos, contabilizam-se 10 (dez) monografias e 18 (dezoito) trabalhos de divulgação em seminários e congressos. Quanto à geração de tecnologia social aplicada, 30% (trinta por cento) indicaram ter havido essa produção, contra 70% (setenta por cento) que indicaram que não.
- Participação dos alunos de graduação (bolsistas e não bolsistas) nos projetos/programas de extensão: 552 (quinhentos e cinquenta e dois) alunos de graduação bolsistas e não bolsistas participaram de 30 (trinta) programas/projetos, o que fornece a relação de aproximadamente 18 (dezoito) alunos por programa/projeto. Esse número não se confirma nos dados indicados nos cadastros das ações.
- Participação de professores nos programas/projetos de extensão: 3% (três por cento) dos projetos não tiveram a participação de professor, 33% (trinta e três por cento) contaram com a participação de um ou dois docentes e 63% (sessenta e três por cento) registraram a participação de mais de dois professores. Em relação ao ano anterior, os projetos/programas contaram com um número maior de docentes.
- Implicações no conhecimento técnico dos estudantes: das avaliações respondidas, 90% (noventa por cento) dos alunos tiveram uma elevação quanto ao conhecimento técnico e 10% (dez por cento) não evidenciaram ganho.
- Compromisso social, interesse e iniciativa, cooperação, responsabilidade, ética, disciplina, desempenho acadêmico e conhecimento técnico: o instrumento de avaliação mostrou que mais de 90% (noventa por cento) dos alunos que participaram de projetos de extensão tiveram um ganho alto ou médio nessas habilidades.
- Participação da comunidade externa: 97% (noventa e sete por cento) das ações foram voltadas à comunidade externa e tiveram como principais alvos escolas públicas, população com vulnerabilidade socioeconômica, produtiva e no desenvolvimento regional. As ações se desenvolveram na sede da Universidade ou próximo a ela. 47% (quarenta e sete por cento) contaram com o apoio de instituições governamentais e não governamentais. Atingiu-se um público alvo médio de 95 (noventa e cinco) pessoas por ação e foram promovidos

curtos/palestras que capacitaram a comunidade. Após o término das ações, 47% (quarenta e sete por cento) do público beneficiado desenvolveram habilidades e conseguiram dar continuidade ao programa/projeto de forma satisfatória. A maioria dos projetos escritos não prevê ou não avalia questões relacionadas à sua importância econômica. O grupo que avaliou as ações elencou os seguintes impactos: realocação profissional, aumento da produtividade, comercialização e renda, melhoria no processo de aprendizagem e agregação de qualidade ao produto. 53% (cinquenta e três por cento) dos projetos/programas não produziram impactos ambientais diretos ou indiretos. Mas, dentre os que elencaram os impactos, destaca-se a melhor percepção ambiental a partir da abordagem de temas como saneamento, reciclagem e sustentabilidade. Além disso, quanto aos impactos sociais: registro da memória oral, educação de jovens e adultos, difusão da leitura, difusão da cultura africana, redução da intolerância, entre outros. Produtos: elencou-se a criação de grupos, comitês, associações e cooperativas, verificando-se que 30% (trinta por cento) dos programas/projetos se articularam com esses grupos. Esse número não diferiu significativamente do ano anterior e indica uma ação muito positiva, pois perpetua a atuação das ações de extensão.

Relevante mencionar também as ações desenvolvidas pela Universidade em 2012 no sentido da inclusão de setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub-representados no interior de cada segmento da comunidade universitária (professores, estudantes, funcionários) bem como com vistas a assistir-lhes. Essas ações se destacaram pela promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais. A PROEX articulou a criação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente na UFT (NIAD), cujo objetivo é oferecer condições básicas de acesso, ingresso e permanência aos acadêmicos deficientes, bem como de mobilidade e utilização de equipamentos e instalações como forma de consolidar a UFT como IFES de referência para o acesso do aluno deficiente.

Paralelamente, a proposta abarca ainda a promoção de projetos educacionais que envolvam os vários cursos ofertados pela universidade, primando pela formação de futuros profissionais com uma visão aberta à sociedade inclusiva. Com o desmembramento da Diretoria de Assuntos Comunitários, as atividades relacionadas à comunidade interna foram assumidas pela PROEST. Nesse momento de transição, reuniões foram realizadas de modo a definir os papéis com relação à inclusão e acessibilidade do público externo à UFT, função esta que ficaria sob a responsabilidade da PROEX.

### 2.2.1 Projetos aprovados via Edital PROEXT 2011 e em execução no ano 2012

Segue abaixo a relação de projetos em execução no ano 2012:

- “Patrimônio Histórico Edificado em Natividade-TO: as técnicas construtivas vernaculares como patrimônio cultural, elas mesmas”. Projeto cadastrado no *campus* de Palmas, aprovado na linha Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Tem como público alvo a comunidade acadêmica da Universidade, a comunidade de Natividade-TO, estudantes universitários do curso de Arquitetura e Urbanismo ou de outros cursos que tenham afinidade com a questão do Patrimônio Histórico Edificado. Também, tem-se como alvo técnicos que se interessem pelas questões relativas a essa temática.
- “Organização dos acervos da Cúria Diocesana e do Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional/TO, como meio de pesquisa regional”. *Campus* de Palmas, aprovado na linha Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Tem como público alvo funcionários e estagiários do Museu Histórico e Cultural, comunidade externa, alunos universitários e professores, com o objetivo de resgatar a identidade cultural e histórica do Município de Porto Nacional;
- “Formação continuada para professores indígenas nas áreas disciplinares de Laboratório de Ensino de Matemática e Didática da Matemática: o elo entre a Universidade e povos indígenas”. *Campus* de Araguaína, aprovado na linha Educação, tendo como público alvo alunos do curso de Matemática, alunos indígenas, professores indígenas (karajá de Xambioá e Apinajé) e alunos não indígenas.

Hão de ser mencionados ainda os GT's de Cultura, Extensão e Indígenas. São acompanhados por meio do registro realizado de suas atividades (cadastradas na Coordenação de Projetos) e por meio das diretorias de Extensão e Cultura, que apoiam todas as ações programadas pelos GT's e organizam reuniões bimestrais com os representantes dos grupos em cada *campus*. No entanto, as reuniões não cumpriram com o calendário programado para o referido período. Isso se deu devido ao contingenciamento no orçamento de diárias e

passagens, à greve de professores e técnicos administrativos e à troca de gestão e equipe. Também devido à reformulação das prioridades de ação, uma vez que, a partir de julho de 2012, a descentralização norteou as ações. As atribuições específicas de cada GT vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura são:

- GTI – Grupo de Trabalho Indígena: propor discussões sobre a permanência dos alunos indígenas, bem como sobre a realização de ações de melhoria da qualidade de vida e da educação desses povos. Atualmente, o GTI é formado por um colegiado de professores e alunos indígenas representantes dos *campi* e de núcleos da UFT.
- GTE - Grupo de Trabalho de Extensão: tem o papel de assessorar a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura na condução de suas atividades, que buscam constante articulação entre comunidade-universidade-comunidade.
- GTC - Grupo de Trabalho de Cultura: tem como compromisso divulgar, disseminar e incentivar as políticas culturais da Universidade, bem como ser um instrumento de apoio à comunidade acadêmica para a promoção das ações culturais em seu *campus* de origem.

Segundo a PROEX, em 2012, várias ações foram planejadas, porém não foram executadas por vários motivos, dentre eles: falta de espaço físico, greve dos servidores, nova gestão da Reitoria, descentralização dos *campi*. Ainda, segundo a PROEX, as atividades da Diretoria de Projetos ficaram comprometidas em virtude da saída de três servidores que estavam treinados para a execução das atividades do setor.

## **2.2.2 Atividades de extensão em cada *campus* da UFT**

Os relatórios das CSAs apresentaram os dados sobre as ações de extensão dos 07 (sete) *campi* da UFT, como relatado a seguir.

### **2.2.2.1 *Campus* de Araguaína**

Conforme se observa pelo gráfico 6, em Araguaína, durante o ano 2012, foram desenvolvidos 32 (trinta e dois) projetos de extensão. O curso que mais desenvolveu ações foi Medicina Veterinária, seguido por Matemática e Logística.

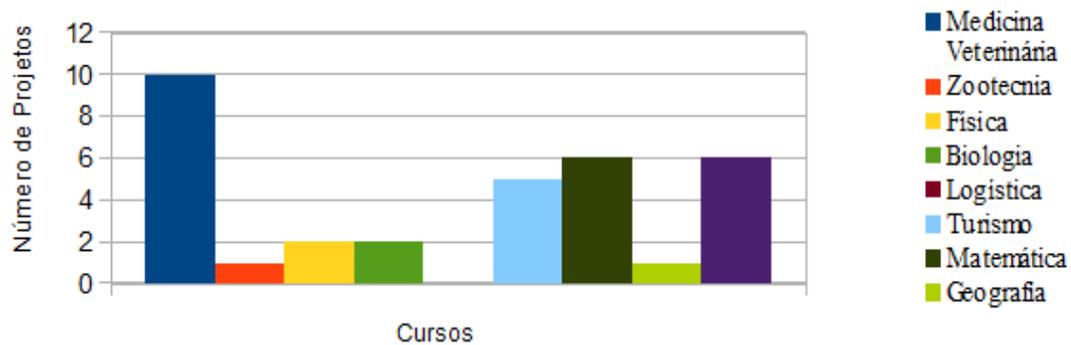


Gráfico 6 - Atividades de extensão no *campus* de Araguaína cadastradas na PROEX

\* Os dados contemplam em média 80% dos cursos que entregaram relatórios.

#### 2.2.2.2 *Campus* de Arraias

No ano em análise, o curso de Licenciatura em Matemática registrou as seguintes ações de extensão:

- Formação continuada dos profissionais da educação, alicerçada nos fundamentos da língua portuguesa e das ciências;
- A matemática na escola fundamental: interagindo com crianças da 5ª série.
- Coordenação da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP).
- Projeto de Formação de Professores de Ciências e Matemática.
- Laboratório de Ensino de Matemática (LEMAT).
- Aprendendo Matemática.
- Clube da Matemática.
- Elaboração de Atividades Didáticas a partir de Fazeres e Saberes de uma Comunidade Quilombola.

- Resolução de problemas de matemática como uma alternativa ao ensino e à aprendizagem.

O curso de Pedagogia, por sua vez, tem as seguintes ações cadastradas no SIGPROJ:

- Praticando Ciências e aprendendo a arte do Magistério (atendeu os acadêmicos do 5º período de Pedagogia).
- Avaliação sob a ótica dos pais (ação realizada com 10 pais de alunos do 5º ano da Escola Estadual Apoenan, com o objetivo de ouvir os sujeitos acerca da educação propiciada na escola).
- Projeto contar histórias: um trabalho de sala de aula (ação realizada com 30 professores da região e alunos da UFT).
- Cine clube UFT (100 participantes diversos, de comunidade acadêmica e escolas estaduais).
- Música toca a gente (10 participantes).
- Danças AfroBrasileiras (20 participantes; projeto realizado em parceria com a Associação Cultural Chapada dos Negros).
- Curso “UM CONVITE: Discutindo Gênero, identidades e diferença no currículo escolar” (35 participantes, profissionais da educação da Rede Pública Estadual e Municipal de Ensino nas modalidades Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, rede privada de Arraias e região circunvizinha e universitários (as) dos cursos de Pedagogia e Letras (UFT e UEG - Campos Belos)).
- Laboratório de Práticas Pedagógicas.

### 2.2.2.3 *Campus* de Gurupi

Conforme levantamento realizado pelos membros da CSA, o *campus* teve 5 (cinco) projetos de extensão cadastrados no ano 2012, sendo que alguns deles ainda estão sendo executados, com prazo de encerramento em 2013. Quatro desses projetos estão relacionados ao Edital PIBEX 2012, sendo três na área de educação e um na área de meio ambiente, cada um com um bolsista. Os projetos são os seguintes:

- Programa de Acesso Democrático À Universidade (área de educação, sob a coordenação do professor Francisco Satuf Rezende).
- Grupo Centauro de Observação do Céu Noturno (área de educação, sob a coordenação do professor Ubaldo Martins das Neves).
- Implementando Rodas de Leitura em Escolas da Rede Pública (área de educação, sob a coordenação do professor Welington Francisco).
- Gestão e Gerenciamento da Coleta Seletiva de Papel no *Campus* da UFT de Gurupi (área de meio ambiente, sob a coordenação da professora Anne Alessandra Cardoso das Neves).
- A Feira de Ciências da UFT: Mediando a Divulgação, a Conscientização e a Participação *da e para* a Sociedade sobre a Importância da Educação Ambiental (ação na área de meio ambiente, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), contando com a participação de 25 discentes e 5 docentes. Parceria profícua entre a universidade e as escolas, sobretudo a Escola Estadual Presidente Costa e Silva, na qual os estudantes desenvolveram projetos voltados ao tema meio ambiente e sustentabilidade e que foram apresentados para as demais escolas de Gurupi nos dias do evento específico para tanto).

#### 2.2.2.4 *Campus* de Miracema

O curso de Pedagogia tem cadastradas as seguintes ações:

- Leitura e prática em educação: experiência com ensino de filosofia.
- Arte-educação no contexto escolar: o olhar do professor de artes e a prática pedagógica.
- Caracterização do aluno com deficiência e avaliação pedagógica para implementação de recursos de tecnologia assistiva.
- Pró-Funcionário: formação dos trabalhadores da educação.

- Prazer em conhecer: propostas metodológicas de Linguagem e Literatura Infanto-Juvenil.
- Laboratório Lúdico Pedagógico.

O curso de Serviço Social tem as seguintes ações:

- Grupo de estudo em formação e exercício profissional em Serviço Social (GEFESS).
- Programa Ñandeiara: inclusão social e produtiva de olericultores inscritos no CadÚnico do Governo Federal.
- Curso de aperfeiçoamento em supervisão de estágio em Serviço Social e política social.
- Medidas sócio-educativas privativas de liberdade: uma análise dos direitos fundamentais em sua aplicação.
- I *Workshop* Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural: agricultura familiar em Miracema do Tocantins;
- Apoio às organizações indígenas Xerente.

Ainda durante o ano 2012, o Grupo de Trabalho de Cultura – composto por dois docentes representantes do *campus*, dos cursos de Serviço Social e Pedagogia (um titular e um suplente) – participou de dois eventos, participações estas consideradas atividades de extensão: Agosto de Rock e Cine-Miragem, no mês de dezembro. O GT esteve apoiando outra atividade de extensão, a exposição de pintura intitulada “A cor na manifestação popular”, de Graça Arnús; também, o *Workshop* sobre pintura e arte para a comunidade escolar de Miracema.

#### 2.2.2.5 *Campus* de Palmas

Segundo a CSA, o curso de Artes – Teatro apresentou um total de 7 (sete) projetos de extensão: “II Semana de Artes”; “Corpo, Narrativa e Significação: diálogo entre a criação corpo/vocal e oral e a criação humana”; “Ação Teatral”; “Mostra Semestral do Curso de Artes”; “Teatro”; “Aulas Lúdicas” e “Nucleação de Práticas Dramatúrgicas”. Esses

contemplaram tanto o público interno da instituição como o externo a ela, mas não foi informado o percentual atendido em cada instância.

O curso de Arquitetura e Urbanismo listou 3 (três) projetos: “A organização dos acervos da Cúria Diocesana e do 'Museu Histórico e Cultural' de Porto Nacional/TO, como meio de pesquisa regional” (PROEXT 2011), sob a coordenação da professora Mariela Oliveira; “Produção dos instrumentos de pesquisa através dos acervos da Cúria e do 'Museu Histórico e Cultural' de Porto Nacional/TO” (PROEXT 2010), também da professora Mariela Oliveira; “ISEMUP – I Seminário da Memória Urbana de Palmas”, ocorrido em janeiro de 2012, coordenado pela professora Ana Beatriz Velasques.

Ciência da Computação apresentou como projeto de extensão, a VI Semana Acadêmica do curso, a qual contemplou alunos do próprio curso, bem como participantes de outras instituições de ensino superior.

Também listando a IX Semana Acadêmica do curso como projeto (dela participaram 200 inscritos), a Comunicação Social relatou 7 (sete) outros intitulados: “Seminário Nacional de Arte, Cultura e Cidadania de Natividade” (com participação de 300 pessoas); “UFT tem Arte”; “Movimento pela Vida”; “Encontro de Jornalistas” (30 participantes); “Telinha na Escola” (100 participantes); “Grupo de Teatro Experimental da UFT – GTEU”; “Seminário de Natividade (300 participantes)”.

O curso de Engenharia Civil realizou a II Semana Acadêmica do curso, com 70% (setenta por cento) de participação do quadro discente. Tratou-se de um projeto de extensão com relatório final, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins (FAPT) e, também, pela Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO). Também, o professor Felipe de Azevedo Marques tem cadastrado o projeto “Ação de combate à evasão e estímulo à formação de engenheiros em Palmas-TO”, financiado por CNPq/VALE S.A. Docente do mesmo curso, o professor João Paulo Souza Silva tem um projeto de extensão que foi desenvolvido durante a Semana Acadêmica de 2012.

De igual modo, a Engenharia Elétrica apontou como projeto de extensão a II Semana Acadêmica do curso, com 50% dos alunos envolvidos. Estava sob a coordenação dos professores Sergio Manuel Rivera Sanhueza, Regiani Crystina Barbazelli e Mirella de Oliveira Freitas. Esta última docente também declarou ter desenvolvido projeto na área de Linguística, o qual constituiu de uma oficina de 8h, com relatório final: “O texto em sala de aula: Oralidade, escrita e leitura”. Essa oficina contemplou um público externo de 31 (trinta e um) professores de uma escola municipal de Palmas-TO.

Por fim, Filosofia também apontou a IV Semana Acadêmica do curso como projeto de extensão. Foram registradas as frequências, que mostraram a participação dos alunos em torno de 85% (oitenta e cinco por cento) das atividades propostas, incluindo palestras, minicursos e oficinas. Além disso, foi desenvolvido o projeto “Colóquio de Filosofia”. O público alvo desses projetos foi o alunado dos cursos de Filosofia e de Artes, ao passo que a Semana Acadêmica é realizada em conjunto. Além dos alunos, buscou-se contato com os professores de Artes e de Filosofia do Ensino Básico do estado e do município.

#### 2.2.2.6 *Campus* de Porto Nacional

Seguem as atividades de extensão registradas pela CSA do *campus*:

- Ciências Biológicas:
  - Tecendo rede de saberes e experiências através do ensino de Paleontologia em escolas Municipais e estaduais de Porto Nacional, TO.
  - Programa de capacitação de educadores, instrutores e monitores ambientais na região de Taquaruçu: Multiplicação dos conhecimentos em biodiversidade com ênfase na conservação.
  
- Letras:
 

As atividades de extensão do curso envolvem:

  - Núcleo de Estudos Linguísticos (Bloco II - 29,75m<sup>2</sup>)
  - Centro de Estudos Continuados em Letras – CECLA (UFT Centro, 13,92m<sup>2</sup>)
  
- História:
  - O curso tem um projeto interdisciplinar de extensão que atua dando suporte ao ensino médio e apoio à formação técnica dos jovens no município Centro de Apoio Popular Estudantil do Tocantins (CAPE-Tins). Assim, as atividades estão voltadas para:
    - Centro de Documentação Histórica (Bloco IV - 61,50m<sup>2</sup>).

- Núcleo de Estudos das Diferenças de Gêneros - NEDIG (Bloco I - 23,80m<sup>2</sup>).
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro do Tocantins – NEAB.
- Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades – NEUCIDADES.
- Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas – NEAI.
- A Medievalidade sob o Ângulo das Imagens Cinematográficas.
- Centro de Apoio Popular Estudantil do Tocantins (CAPE-Tins).
- Arquivo Interdisciplinar.
  
- Geografia
  - Sociedade, Educação e Meio Ambiente.
  - Curso de Atualização para idosos.
  - Um dia de museus.
  - GIS Day – O dia dos Sistemas de Informações Geográficas.

#### 2.2.2.7 *Campus* de Tocantinópolis

Segundo a CSA, as atividades de extensão executadas em 2012 pelos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais foram:

- Ensino e Interdisciplinaridade no Laboratório de Apoio Pedagógico Especializado (LAPES).
- I Jornada de Leitura em Tocantinópolis na Brinquedoteca Mário de Andrade.
- A utilização da informática como instrumento da prática educativa nas escolas municipais de Tocantinópolis.
- Os multimeios e suas influências na formação intelectual e ética do indivíduo.
- Direitos Humanos, diversidade de gênero e sexualidade no Tocantins.
- Comemoração do Dia Internacional do Brincar / Projeto Cineclubinho UFToca.
- Reflexões sobre a estética indígena para o campo da arte-educação.
- Desafios e Proposições para uma Educação Rural no Estado do Tocantins – Bico do Papagaio.

- I Encontro do Grupo de Pesquisa Cultura, Educação e Política.
- Ciclo de Debates: Filosofia e Política.
- Sexualidade: uma intervenção em adolescentes.
- Quarta Cultural I: Cultura e Imagem – Fotografia.

### 2.2.3 Uma visão geral da participação da comunidade acadêmica em projetos de extensão

Conforme dados do questionário aplicado pela CPA em 2012 junto à comunidade acadêmica, verifica-se que a grande maioria dos respondentes não participa de projetos de extensão. É o que fica evidenciado no gráfico a seguir:

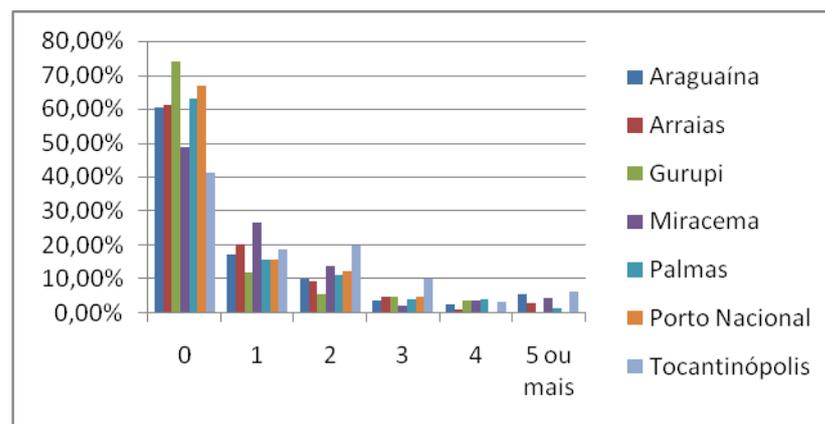


Gráfico 7 – Participação da comunidade acadêmica em projetos de extensão.

Tal fato se confirmou quando a CPA, em questionário, solicitou à comunidade acadêmica que avaliasse o apoio da UFT nos projetos de extensão. Os dados mostram que a maioria dos respondentes desconhece as ações ou avalia esse apoio como insuficiente ou regular, como mostra o Gráfico 8:

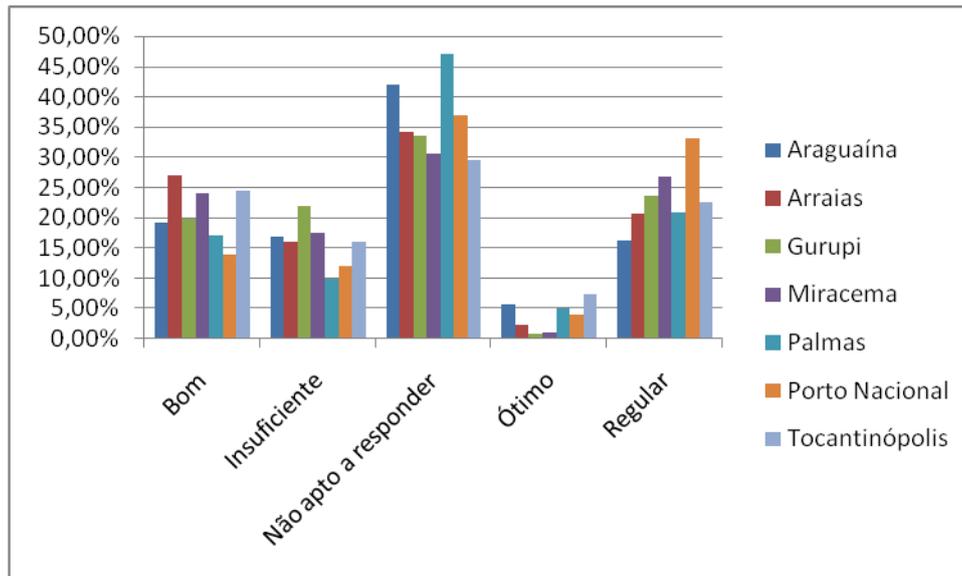


Gráfico 8 – Avaliação da comunidade acadêmica ao apoio da UFT a projetos de extensão.

Analisando-se de um modo geral os dados fornecidos pela PROEX, percebe-se que a UFT, no que se refere às ações de extensão, tem se preocupado com o aprofundamento das práticas extensionistas na perspectiva de uma educação voltada para atender as demandas da comunidade. Seus programas e projetos têm sido direcionados para as realidades locais e regionais, em consonância com as políticas públicas direcionadas a esses espaços. A participação dos vários atores institucionais e comunitários tem fortalecido os espaços democráticos de elaboração, execução e avaliação das atividades de extensão.

No entanto, existem alguns desafios a serem superados: maior acompanhamento dos núcleos; formulação de indicadores para avaliação qualitativa da produtividade da extensão; implantação de mecanismos de interação logística e operacional para articulações orgânicas com o Ensino e a Pesquisa; captação de recursos para continuidade e sustentabilidade dos programas e projetos; fortalecimento das parcerias governamentais locais e regionais; ampliação de escalas e de áreas de abrangência, com priorização das localidades e segmentos populacionais em situação de riscos sociais e vulnerabilidades.

### 2.3 PESQUISA

O setor que acompanha e orienta as ações de pesquisa e pós-graduação e, também, que participa da concretização das práticas pedagógicas na Universidade Federal do Tocantins é a

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESQ). Essa Pró-Reitoria é formada pelos seguintes setores: Diretoria de Pós-Graduação, Diretoria de Pesquisa, Coordenadoria de Projetos e Coordenadoria Geral do Programa de Iniciação Científica (PIBIC). A PROPESQ também gerencia o Centro Canguçu, localizado na Ilha do Bananal, e a Estação Experimental da UFT, localizada no *Campus* Universitário de Palmas.

A PROPESQ tem como objetivo a busca pelo desenvolvimento e a excelência científica na Região Norte. Nesse âmbito, a UFT oferece um sistemático apoio institucional que permite a produção de conhecimento para formar cidadãos e profissionais mais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável do Tocantins e da Amazônia. Assim, a instituição constitui-se um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do estado.

A missão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação visa, pois, a apoiar os processos inerentes à pesquisa e à pós-graduação, objetivando proporcionar a produção do conhecimento científico como base indutora das problemáticas regionais, em especial daquelas voltadas para a Amazônia, sem, contudo, permitir a perda do caráter universal do conhecimento.

As áreas prioritárias para as ações de pesquisa são:

- Educação;
- Biodiversidade dos Ecótonos;
- Mudanças Climáticas;
- Identidade, Cultura e Territorialidade;
- Agropecuária e Meio Ambiente;
- Fontes Renováveis de Energia;
- Saúde.

No que tange aos eixos norteadores:

- melhoria e ampliação da iniciação científica (PIBIC);
- fortalecimento e expansão da pós-graduação *Stricto Sensu*;
- apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT;
- promoção de capacitação pessoal docente e de técnicos administrativos;
- apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC);

- implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e dos cursos de pós-graduação, como integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e projetos;
- tradução de artigos.

No âmbito da pesquisa, procura-se incentivar a comunidade acadêmica da UFT a realizar e ampliar sua inserção em projetos científicos, por meio de ações como:

- divulgação de editais de pesquisa das principais agências de fomento do Brasil;
- acompanhamento dos projetos realizados pelos docentes, por meio de cadastro e de relatórios;
- solicitação constante de cadastro de grupos de pesquisa na Plataforma do CNPq;
- apoio a eventos científicos, como seminários e congressos, e à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Regional;
- manutenção de dois programas que auxiliam financeiramente a realização, a divulgação e a publicação de pesquisas científicas – Auxílio Financeiro para Eventos e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

### **2.3.1 Desenvolvimento da Pesquisa na Universidade Federal do Tocantins**

As pesquisas são desenvolvidas nos 07 (sete) *campi* por meio dos professores pesquisadores. Os critérios para o desenvolvimento de pesquisa na Universidade Federal do Tocantins são definidos de acordo com a Resolução nº 01/2004, observando-se as regras do Comitê de Ética em Pesquisa. Para que os projetos de pesquisa sejam desenvolvidos, estes precisam ser aprovados pelos colegiados e, posteriormente, cadastrados junto à PROPESQ.

Em relação à contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional, verifica-se o desenvolvimento de atividades que levam em consideração as características da região, tais como: comunidades indígenas e quilombolas, o coco-babaçu, o biodiesel, o cerrado, dentre outros elementos que se despontam no Tocantins.

A exemplo de pesquisas que estimulem o desenvolvimento local/regional, podem-se citar aquelas desenvolvidas no Centro de Pesquisa Canguçu (CPC), uma cessão em regime de

comodato assinado entre a UFT e o Instituto Ecológico para a gestão, utilizado prioritariamente para fins de pesquisas científicas. Os projetos desenvolvidos nesse centro permitem um trabalho científico multidisciplinar inserido no contexto da região Norte.

Em se tratando de inter-relação do ensino com a pesquisa, segundo relatório da PROPESQ, existe uma articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas. Os projetos científicos desenvolvidos pelos docentes permitem a inserção e a capacitação de discentes de graduação e pós-graduação. Além disso, as ações de cooperação entre professores e alunos propiciam o aprofundamento dos conteúdos programáticos e a inserção desses alunos nas atividades de ensino e pesquisa e extensão.

### 2.3.2 Grupos de Pesquisas

Existem aproximadamente 140 (cento e quarenta) grupos de pesquisa certificados na base do CNPq e vinculados à UFT atualmente, os quais podem ser visualizados diretamente no site do CNPq, distribuídos pelas áreas do conhecimento. É o que ilustra o Gráfico 9:

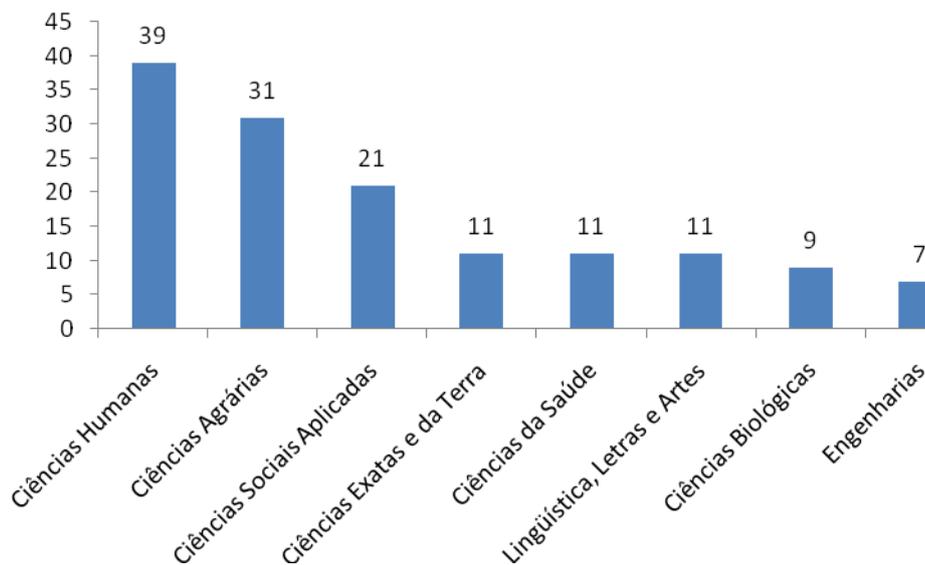


Gráfico 9 – Número de grupos de pesquisa no ano 2012.

Fonte: UFT/ PROPESQ, 2012.

Em 2011, havia registro de 163 (cento e sessenta e três) grupos de pesquisa. Ou seja, comparando-se com os grupos cadastrados em 2012 (140), observa-se uma redução de aproximadamente 14% no número de grupos cadastrados (23).

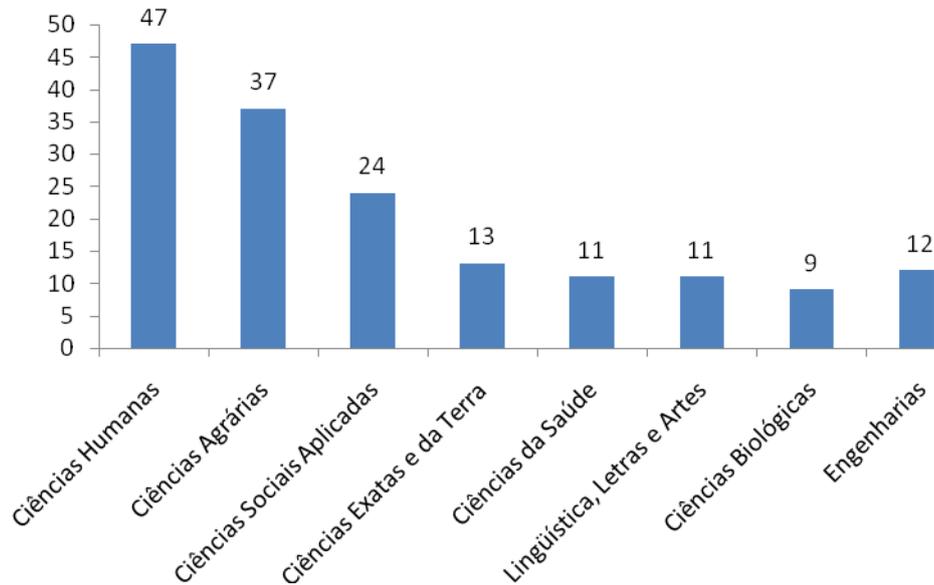


Gráfico 10 – Número de grupos de pesquisa no ano 2011.

Fonte: UFT/ PROPESQ, 2011.

Conforme se pode ver pela comparação entre os gráficos 9 e 10, houve uma redução de 8 (oito) grupos na área de Ciências Humanas, 5 (cinco) grupos em Ciências Agrárias, 3 (três) grupos em Ciências Sociais Aplicadas, 2 (dois) grupos em Ciências Exatas e da Terra e 5 (cinco) grupos na área de Engenharias.

### 2.3.3 Produção Científica na Universidade Federal do Tocantins

O estímulo à pesquisa na Universidade Federal do Tocantins pode ser mensurado por meio dos indicadores de produção científica, baseados no *Curriculum Lattes* dos docentes pertencentes à instituição.

De acordo com os dados enviados pela PROPESQ, no período 2004 a 2012, foram registradas aproximadamente 4.900 (quatro mil e novecentas) produções bibliográficas, 999 (novecentas e noventa e nove) produções técnicas, 900 (novecentas) supervisões e orientações

em andamento e 1900 (mil e novecentas) supervisões e orientações concluídas. Houve uma redução na produção bibliográfica e na produção técnica se comparados com os dados enviados pela mesma Pró-Reitoria no período de 2004 a 2010. No que tange às orientações, houve um crescimento considerável. Entretanto, isso não repercutiu no objetivo final, que é a produção e a publicação científica.



Gráfico 11 – Estimativa dos indicadores da produção científica na UFT, no período de 2004 a 2010.  
Fonte: UFT/ PROPESQ, 2011.

Os dados enviados para a CPA não apresentam uma divisão por áreas do conhecimento e nem por *campus*, o que limita a análise das informações acerca da produção científica na instituição.

#### 2.3.4 Agências de Fomento

Para que os projetos de pesquisa recebam o apoio de agências de fomento, os professores pesquisadores, em conjunto ou individualmente, devem submetê-los aos Editais dessas agências, tais como CNPq, FINEP, FAPTO, FAPT, dentre outras. Os projetos, quando submetidos pelos seus coordenadores, sendo aprovados, recebem financiamento para o seu desenvolvimento. Atualmente, a UFT tem projetos financiados por CNPq, FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), Secretaria de Ciência e Tecnologia, FAPTO, FAPT, dentre outras agências.

### 2.3.5 Auxílio para Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos Nacionais

A UFT, por meio da PROPESQ, concede auxílio para apresentação de trabalhos em eventos científico-artísticos realizados no Brasil. Esse auxílio pode ser concedido a professores efetivos em exercício, a técnicos administrativos efetivos e em exercício e a alunos matriculados na UFT que estejam apresentando, na qualidade de primeiro autor, trabalhos devidamente aceitos em evento.

O auxílio concedido pela UFT para professores e técnicos é oferecido por meio de passagens aéreas (ida e volta) até a cidade mais próxima do local de realização do evento ou na forma de diárias. Para alunos, o benefício constitui passagem terrestre (ida e volta).

A PROPESQ divulga o Edital do Programa de Auxílio três vezes ao ano para três períodos: para eventos que ocorrem de janeiro a abril, de maio a agosto, de setembro a dezembro. A avaliação das solicitações é feita pelo Comitê Técnico Científico (CTC) da UFT, de acordo com normas referentes ao Programa de Auxílio descritas na Resolução nº 02/2007 do CONSEPE.

Na avaliação dos professores a esse respeito, conforme se evidenciou por meio de questionário aplicado pela CPA em 2012, configuraram-se os seguintes resultados:

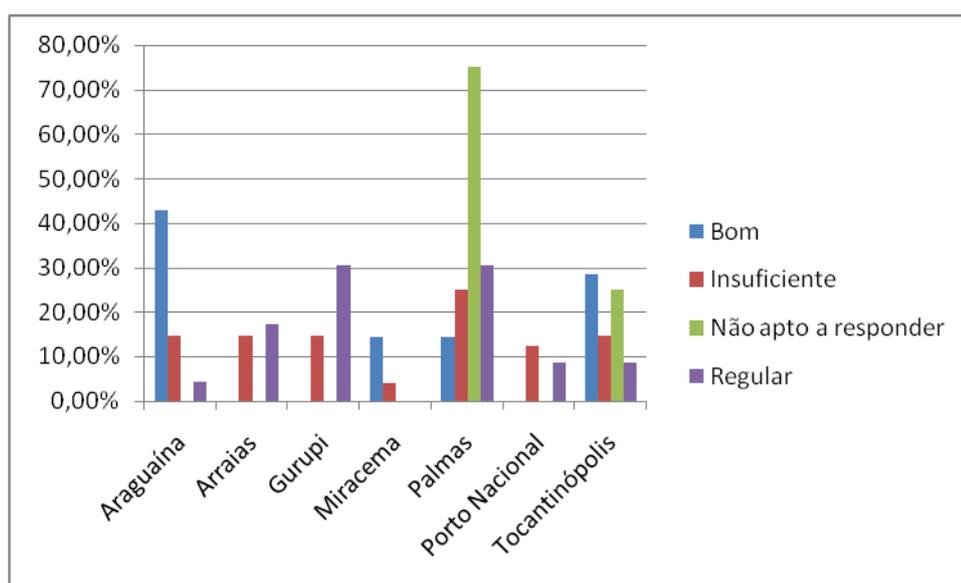


Gráfico 12 – Auxílio a docentes para apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais.  
Fonte: UFT/ Avaliação Institucional, 2012

Os dados demonstram que, em Araguaína, mais de 40% (quarenta por cento) dos docentes estão satisfeitos com a política de auxílio da instituição. Já para os professores do *campus* de Gurupi, mais de 30% (trinta por cento) deles afirmaram que o auxílio concedido pela instituição é regular. Quanto aos docentes do *campus* de Palmas, mais de 70% (setenta por cento) disseram que não estão aptos a responder a questão.

No que se refere à avaliação feita pelos discentes, no *campus* de Palmas, aproximadamente 42% (quarenta e dois por cento) dos estudantes consideraram como ótimo o auxílio ofertado pela instituição para apresentação de trabalhos em eventos científicos. Aproximadamente 33% (trinta e três por cento) consideraram regular essa política de incentivo. Nos *campi* de Arraias e Palmas, em torno de 28% (vinte e oito por cento) dos universitários avaliaram como insuficiente a política de auxílio; o maior índice de alunos se caracterizou como não apto a responder a questão.

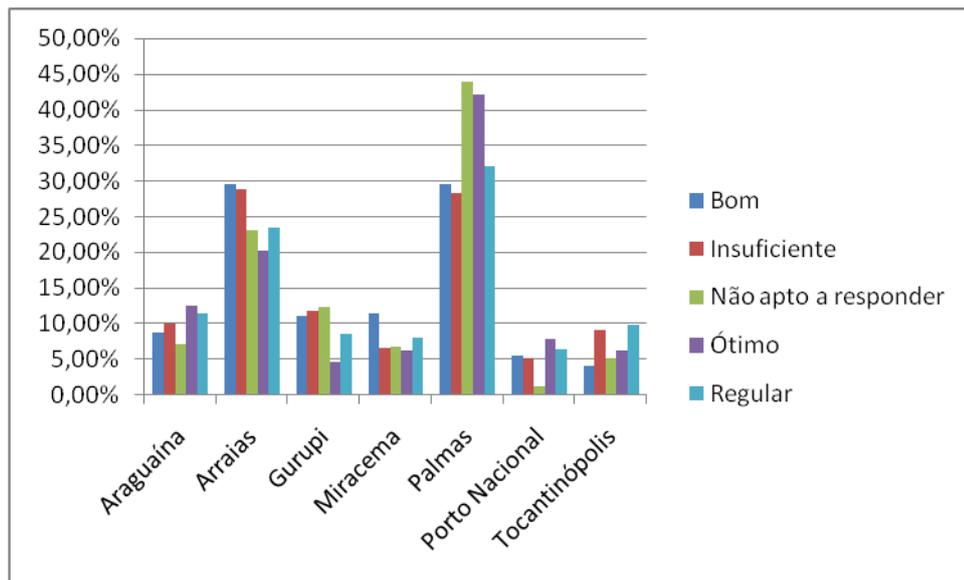


Gráfico 13 – Auxílio a discentes para apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais.  
Fonte: UFT/ Avaliação Institucional, 2012

Em relação à avaliação feita pelos técnicos, o gráfico 14 mostra que aproximadamente 43% (quarenta e três por cento) deles, no *campus* de Palmas, avaliaram como ótima a política de auxílio a eventos, no que se refere a passagens, diárias, inscrições etc., apesar de o mesmo *campus* apresentar o maior índice de técnicos não aptos a avaliarem esse aspecto. Considerando-se os *campi* de Arraias e de Palmas, aproximadamente 29% (vinte e nove por cento) dos técnicos avaliaram essa política como boa e em torno de 27% (vinte e sete por cento), como insuficiente.

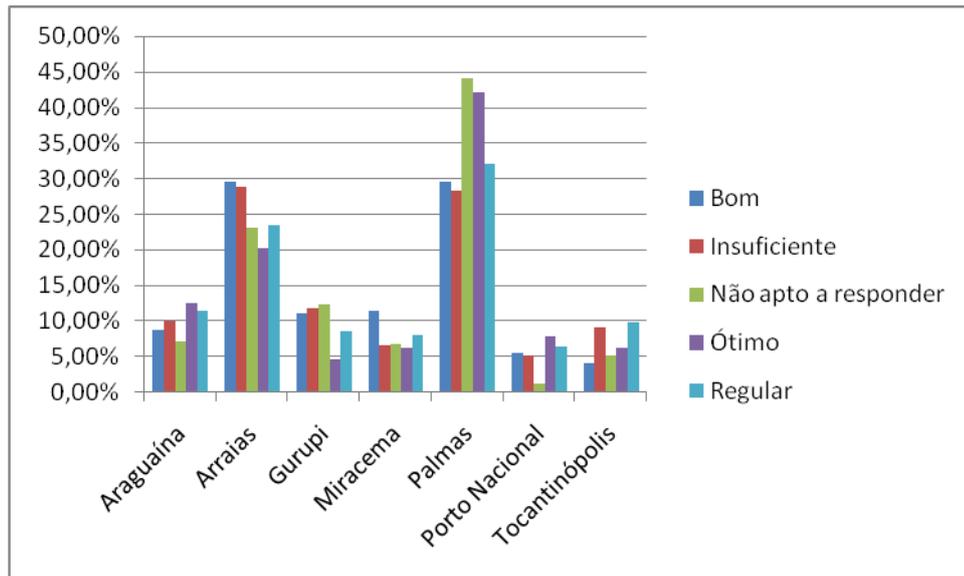


Gráfico 14 –. Auxílio aos técnicos administrativos para apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais.

Fonte: UFT/ Avaliação Institucional, 2012.

### 2.3.6 Auxílio para a Formação de Novos Pesquisadores

Por meio do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), a UFT oferece bolsas de estudo para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. A instituição participa também do Programa Jovens Talentos da CAPES. Este tem por objetivo conceder aos estudantes que ingressam no primeiro semestre nas universidades federais e institutos federais de educação, durante um ano, bolsa de estudos para fomento à iniciação científica. Após o período da bolsa, espera-se que esses alunos estejam aptos a passarem para as bolsas propriamente de iniciação científica ou outros programas, tais como o programa Ciência sem Fronteiras, também da CAPES.

### **2.3.7 Divulgação dos Trabalhos de Iniciação Científica Desenvolvidos por Docentes, Discentes e Técnicos Administrativos.**

A PROPESQ realiza anualmente congressos ou seminários de Iniciação Científica, nos quais ocorre a divulgação dos trabalhos realizados pela comunidade acadêmica da instituição. Em 2012, aconteceu o VIII Seminário de Iniciação Científica. Além disso, a comunidade pode fazer uso do já supracitado Programa de Auxílio Financeiro, a fim de participar de eventos externos e nestes divulgar seus trabalhos.

### **2.3.8 Divulgação da Produção Intelectual, Artística e Cultural do Corpo Docente e dos Técnicos Administrativos**

Quanto às publicações, existe uma política de criação de revistas eletrônicas por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER/IBICT). Trata-se de uma ferramenta que possibilita aos professores criarem Revistas Eletrônicas com o objetivo de divulgarem sua produção científica. Além disso, a UFT possui também uma Editora, a qual está ligada diretamente à Vice-Reitoria.

Em relação à política de divulgação da produção intelectual, artística e cultural desenvolvida pela Universidade Federal do Tocantins, os resultados da Avaliação Institucional 2012 demonstraram que menos que 2% (dois por cento) do corpo docente dos *campi* de Araguaína, Porto Nacional e Tocantinópolis avaliam-na como ótima. Nos *campi* de Gurupi e Palmas, aproximadamente 6% (seis por cento) dos docentes consideraram bom o nível dessa política. O *campus* de Palmas também apresentou os maiores índices de professores que avaliaram a política como regular ou insuficiente (em torno de 14% e 8%, respectivamente). De maneira geral, em todos os *campi*, a porcentagem de professores que se qualificou como não apta a responder foi inferior a 2%.

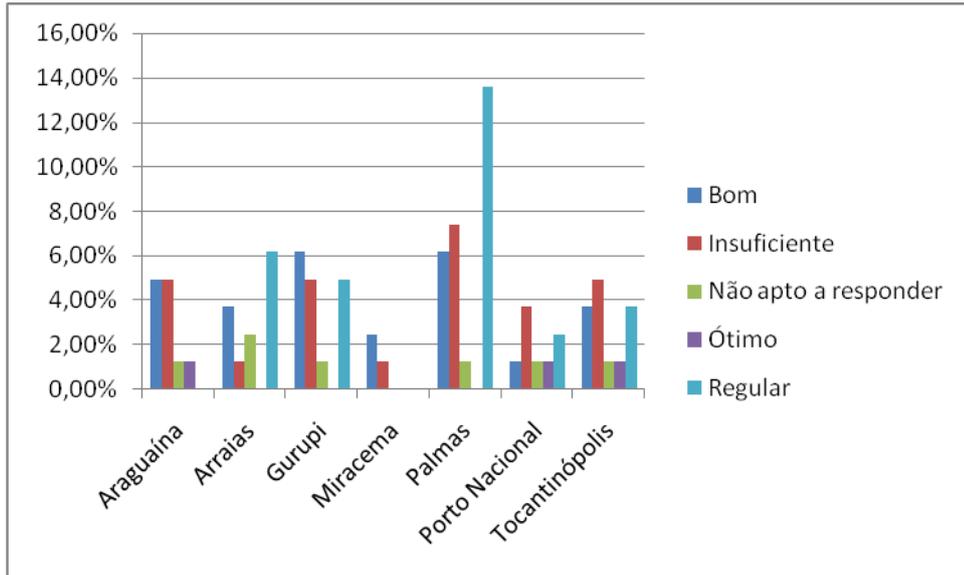


Gráfico 15 – Divulgação da Produção Intelectual, Artística e Cultural na Visão do Corpo Docente.  
 Fonte: UFT/ Avaliação Institucional, 2012

A avaliação discente em relação a essa mesma política de divulgação da produção intelectual, artística e cultural (Gráfico 16) demonstrou que, no *campus* de Palmas, 2% (dois por cento) dos universitários consideraram-na como ótima. Para 7% (sete por cento) dos alunos dos *campi* de Arraias e Palmas, o nível dessa política é bom. O *campus* de Arraias também apresentou o maior índice de estudantes que a avaliaram como regular, em torno de 8,5% (oito e meio por cento). Aproximadamente 6% (seis por cento) dos estudantes do *campus* de Palmas responderam que a política de divulgação é insuficiente e 11% (onze por cento) afirmaram estar “não aptos” a responderem tal questionamento.

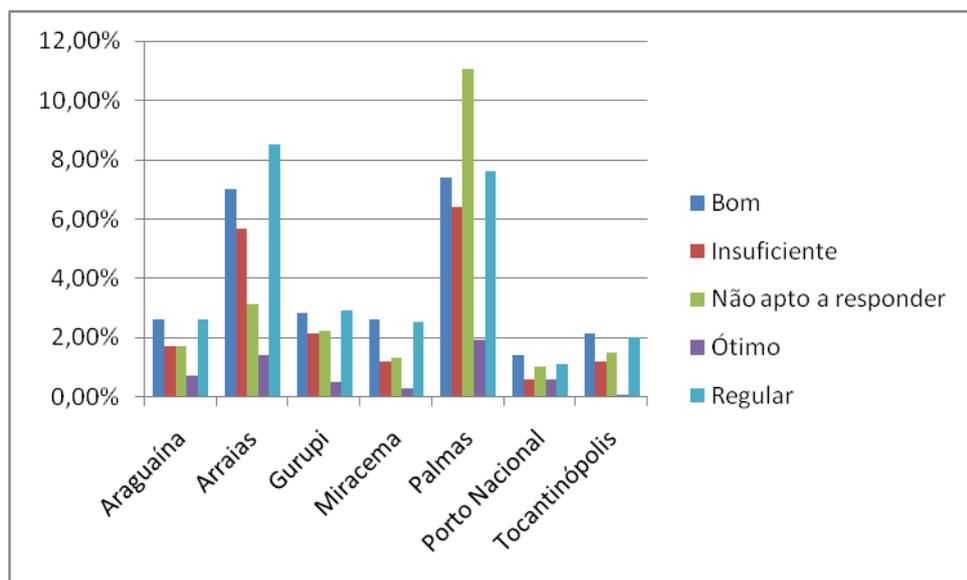


Gráfico 16 – Divulgação da Produção Intelectual, Artística e Cultural na Visão do Corpo Discente.  
 Fonte: UFT/ Avaliação Institucional, 2012

Em relação à avaliação feita pelos técnicos administrativos, observa-se no gráfico 17 que 68% (sessenta e oito por cento) dessa comunidade do *campus* de Gurupi consideraram como ótimo o nível da referida política. Aproximadamente 30% (trinta por cento) dos técnicos do *campus* de Palmas consideraram-na como de nível bom e 25% (vinte e cinco por cento), como regular. No *campus* de Porto Nacional, 50% (cinquenta por cento) dos técnicos avaliaram a política de divulgação como insuficiente e, em Araguaína, 28% (vinte e oito por cento) afirmaram não estarem aptos a responderem tal questionamento.

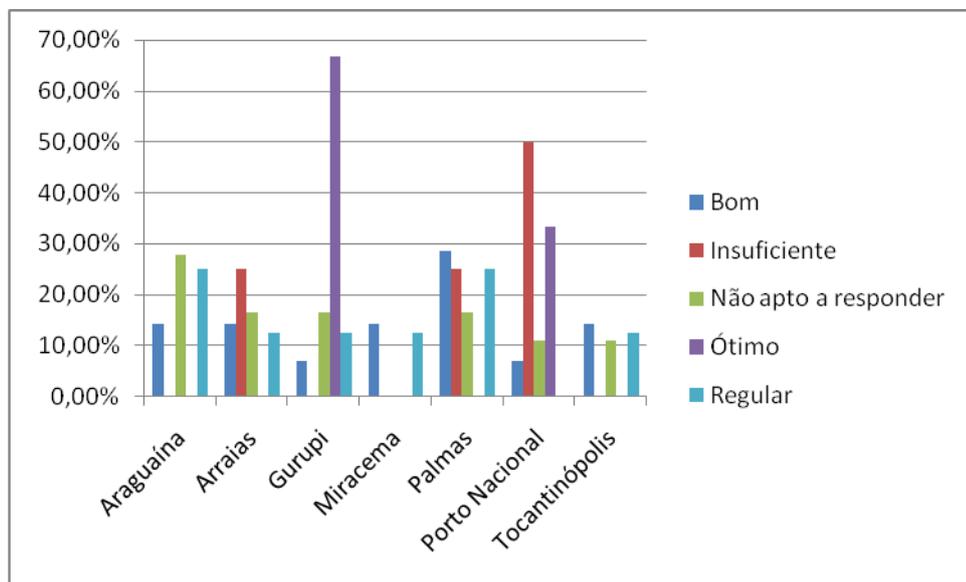


Gráfico 17 –. Divulgação da Produção Intelectual, Artística e Cultural na visão do Corpo Técnico-administrativo.

Fonte: UFT/ Avaliação Institucional, 2012

### 2.3.9 Informatização do Sistema de Registro da Produção e do Desenvolvimento das Atividades dos Pesquisadores da UFT

Atualmente, não existe na PROPESQ sistema informatizado para o registro da produção das atividades dos pesquisadores. O professor responsável pela pesquisa deve encaminhar o formulário de protocolo do projeto de pesquisa para a Diretoria de Pesquisa após ciência do colegiado, a fim de que se realize o cadastro da atividade no banco de dados.

## 2.4 PÓS-GRADUAÇÃO

O Programa de Pós-graduação estabeleceu parceria com a CAPES na implementação de outros programas de mestrado e doutorado interinstitucional em diferentes áreas do conhecimento, proporcionando a abertura de novos cursos e propiciando a qualificação dos docentes.

De acordo com o PDI (2011-2015), as políticas de qualificação docente desta IFES têm buscado alinhar-se à Política Nacional de Pós-Graduação (2005-2010). Desse modo, a UFT busca situar-se nas diretrizes das agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação, como a CAPES e o CNPQ.

A Política de Capacitação Docente da instituição, com apoio fundamental da CAPES, permitiu um aumento na criação de grupos de pesquisa que se consolidaram e permitiram a criação de Programas de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*. Atualmente, a instituição oferta 72 (setenta e dois) cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Quadro 2) e 21 (vinte e um) programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo 17 (dezesete) cursos de mestrado (Quadro 3) e 04 (quatro) cursos de doutorado (Quadro 4).

Os programas oferecem normalmente de 10 (dez) a 15 (quinze) vagas por seleção e a entrada é anual. Em relação aos conceitos da avaliação da CAPES, esses, segundo o relatório da PROPESQ de 2012, estão demonstrando a realidade dos cursos, embora as realidades dos programas apresentem aspectos com necessidades de melhorias.

### **2.4.1 Políticas Institucionais para Criação, Expansão e Manutenção da Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*.**

As políticas institucionais da Pós-graduação estão inseridas no contexto da Política Nacional de Pós-Graduação. Nesta, fica patente o seguinte princípio: “Cabe à pós-graduação a tarefa de produzir os profissionais aptos a atuar nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir, a partir da formação recebida, para o processo de modernização do país.” Assim, a política fundamental da PROPESQ nessa dimensão é induzir a criação de cursos de mestrado e doutorado nas áreas prioritárias de: educação; biodiversidade dos ecótonos; identidade, cultura e territorialidade; agropecuária e meio ambiente; fontes renováveis de

energia. Nesse âmbito, a PROPESQ desenvolve uma relação direta com a Coordenação de Qualificação de Pessoal – CAPES, como agência de fomento da pós-graduação e qualificação de quadros no país.

A criação dos cursos de pós-graduação é orientada pelo desenvolvimento de grupos de pesquisa, pela produção e divulgação científica dos resultados e estímulo à participação em eventos e também pela tradução de artigos científicos. Assim, a PROPESQ viabiliza meios para se atingir a meta da criação e da expansão dos cursos. Os pedidos de criação são realizados por meio das chamadas públicas, APCNs (Apresentação de Propostas de Cursos Novos). A expansão acontece através dos PROAPs (Programa de Apoio à Pós-Graduação) e Pró-Equipamentos da CAPES. A FINEP é outra agência de otimização dessa expansão.

Os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* são criados a partir de demandas dos cursos de graduação. Sua criação deve ser aprovada no CONSEPE, depois de análise realizada na Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação. As tabelas a seguir, produzidas pela PROPESQ, referem-se aos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* criados na Universidade até 2011/12.

Quadro 02 – Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

	NOME DO CURSO	CAMPUS
1	MBA em Marketing Estratégico	Palmas
2	MBA em Perícia Auditoria e Gestão Ambiental	Palmas
3	Responsabilidade Social	Palmas
4	MBA em Agronegócio	Palmas
5	Infra-Estrutura Urbana	Palmas
6	Recursos Hídricos	Palmas
7	Planejamento e Gestão Ambiental	Palmas
8	Planejamento Urbano e Ambiental/Convênio ARCA	Palmas
9	Gerontologia: a inserção do velho no mundo contemporâneo	Palmas
10	Comunicação, Sociedade e Meio Ambiente	Palmas
11	Políticas Públicas e Gestão Estratégica da Saúde	Palmas
12	Estratégia Saúde da Família	Palmas
13	Ciência Política e Estratégia Brasileira	Palmas
14	Agentes de Inovação Tecnológica – AGINTEC	Palmas
15	Microbiologia: fundamentos e biotecnologia	Palmas
16	Urgência e Emergência para Enfermeiros(convênio SESAU-TO)	Palmas

	NOME DO CURSO	CAMPUS
17	MBA Gestão de Pessoas	Palmas
18	MBA Gestão Pública e Sociedade	Palmas
19	MBA Gestão de Projetos e Cidades	Palmas
20	Direito Administrativo	Palmas
21	MBA Gestão Empresarial	Palmas
22	Cidadania e Cultura	Palmas
23	Gestão da Qualidade e Tecnologia de Alimentos	Palmas
24	Administração Pública com ênfase em Gestão Universitária	Palmas (servidores)
25	Desenvolvimento de Sistemas Computacionais de Alta Complexidade	Palmas
26	Contabilidade e Auditoria Governamental	Palmas
27	MBA em Gestão de Cooperativas	Palmas
28	MBA em Controladoria e Planejamento Tributário	Palmas
29	Especialização Interdisciplinar em Saúde Mental	Palmas
30	Direito Eleitoral e Processual Eleitoral	Palmas
31	Mídias na Educação	Palmas
32	Ciências Criminais	Palmas
33	Informática na Educação	Palmas
34	Orientação Educacional	Miracema
35	Educação Matemática	Miracema
36	Educação Rural	Miracema
37	Administração Pública com ênfase em Gestão Universitária	Araguaína (servidores)
38	Clínica e Cirurgia de pequenos animais domésticos	Araguaína
39	História e Sociedade: tradições e inovações	Araguaína
40	Leitura e Produção Escrita	Araguaína
41	Matemática	Araguaína
42	Geografia: planejamento urbano e regional	Araguaína
43	Produção de Bovinos de Leite	Araguaína
44	Segurança Pública	Araguaína
45	Produção de Bovinos de Corte	Araguaína
46	Educação Matemática	Araguaína
47	Produção de Ruminantes	Araguaína
48	Produção de Aves	Araguaína
49	Ensino de História	Araguaína

	NOME DO CURSO	CAMPUS
50	MBA em Gestão Empresarial	Araguaína
51	Letras	Araguaína
52	Gestão Educacional	Tocantinópolis
53	Educação Matemática	Tocantinópolis
54	Docência do Ensino Superior	Tocantinópolis
55	Educação do Campo, Agricultura Familiar e Envolvimento Social no Tocantins	Tocantinópolis
56	História Social	Porto Nacional
57	Língua Inglesa e Literatura Anglo-Americana	Porto Nacional
58	Literatura Luso-brasileira	Porto Nacional
59	Docência do Ensino Superior	Porto Nacional
60	Geografia	Porto Nacional
61	História da África, da cultura negra e do negro no Brasil	Porto Nacional
62	Educação Ambiental	Porto Nacional
63	Poética da Linguagem: do signo ao discurso, do verso à prosa	Porto Nacional
64	Ensino de Língua Inglesa e Literaturas	Porto Nacional
65	Ensino de Língua Portuguesa e Literaturas	Porto Nacional
66	Educação Matemática	Arraias
67	Ensino de Ciências Naturais: formação pedagógica e o ensino de Biologia, Física e Química para o ensino Fundamental e Médio.	Arraias
68	Educação: Gestão Escolar e Temas Contemporâneos	Arraias
69	Gestão Escolar(EAD)	Diversos
70	Gestão Pública(EAD)	Diversos
71	Gestão Pública Municipal(EAD)	Diversos
72	Gestão em Saúde(EAD)	Diversos

Segundo ainda informações da CSA do *campus* de Miracema, está em funcionamento o curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Infantil.

Quadro 03 - Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* / Mestrado

	NOME DO CURSO	CAMPUS
1	Mestrado em Ciências do Ambiente	Palmas
2	Mestrado Profissional em Ciências da Saúde	Palmas
3	Mestrado em Desenvolvimento Regional	Palmas

	NOME DO CURSO	CAMPUS
4	Mestrado em Agroenergia	Palmas
5	Mestrado Profissional em Matemática	Palmas
6	Mestrado em Educação	Palmas
7	Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Palmas
8	Mestrado Profissional em Modelagem Computacional do Conhecimento	Palmas
9	Mestrado Profissional em Jurisdicional em Direitos Humanos	Palmas
10	Mestrado Profissional em Gestão Pública	Palmas
11	Mestrado em Ciência Animal Tropical	Araguaína
12	Mestrado em Ensino de Letras e Literatura	Araguaína
13	Mestrado em Produção Vegetal	Gurupi
14	Mestrado em Biotecnologia	Gurupi
15	Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Gurupi
16	Mestrado em Ecologia de Ecótonos	Porto Nacional
17	Mestrado em Geografia	Porto Nacional

Quadro 04 – Pós-Graduação *Stricto Sensu* / Doutorado

	NOME DO CURSO	CAMPUS
1	Doutorado em Ciência Animal Tropical	Araguaína
2	Doutorado em Ensino de Letras e Literatura	Araguaína
3	Doutorado em Produção Vegetal	Gurupi
4	Doutorado em Biotecnologia e Biodiversidade – em Rede	Palmas

As atividades relacionadas à Pós-Graduação, conforme citado no relatório da PROPESP de 2012, estão em franca expansão, atingindo cerca de 60% (sessenta por cento) dos professores e 12% (doze por cento) dos estudantes.

#### 2.4.2 Integração entre Graduação e Pós-graduação

Conforme relatório enviado pela PROPESQ, a graduação e a pós-graduação caminham de modo integrado. Esta última impacta diretamente na graduação por meio de

programas como o PIBIC. Além disso, a infraestrutura da pós-graduação é utilizada por docentes e alunos da graduação.

De acordo com esse mesmo relatório, também foi citada a integração entre a graduação, a pós-graduação, o ensino e a pesquisa na UFT. A expansão da pós-graduação impacta na melhoria das condições de ensino e de pesquisa na graduação a partir de ações já mencionadas anteriormente. Na pós-graduação, a pesquisa e o ensino são uma realidade mais pronunciada que na graduação. Mas, embora haja iniciativas louváveis nesse nível, é necessário um processo mais incisivo.

### **2.4.3 Política de Melhoria da Qualidade da Pós-graduação**

A política de melhoria da qualidade está centrada no sistema de avaliação dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da CAPES, a partir da ferramenta do COLETA. A PROPESQ faz o acompanhamento dos resultados do COLETA e orienta a melhoria dos pontos considerados frágeis.

### **2.4.4 Política para a Formação de Pesquisadores e de Profissionais para o Magistério Superior**

Essa política está organizada conforme as determinações do Programa Pró-doutoral da CAPES. Somando-se a este, existem os Programas de Doutorado Interinstitucional (DINTERs) da UFT com outras IES do país.

### **2.4.5 Auxílio Interno e Externo na Realização dos Cursos Oferecidos.**

A UFT contribui com o corpo docente para o desenvolvimento da pós-graduação *Stricto Sensu*, contribuição esta que vai além de oferecer a infraestrutura necessária para oferta dos cursos. No entanto, faz-se indispensável o apoio externo das agências de fomento,

como a CAPES, o CNPQ, a FINEP, dentre outras. Quanto aos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, estes são autossustentáveis e sua oferta se dá conforme demanda. Contudo, quando existe verba pública, estes são gratuitos.

## 2.5 POTENCIALIDADES E ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS

Um dos aspectos a serem destacados foi o trabalho realizado pela PROGRAD no período de 2008 a 2012, quanto às orientações junto aos colegiados dos cursos com vistas à rediscussão dos Projetos Pedagógicos e à organização da documentação dos cursos. Tais procedimentos visaram a atender as demandas dos Instrumentos de Avaliação do MEC. Isso demonstra um avanço quanto à integração entre a PROGRAD e os *campi* da UFT.

Contudo, um aspecto ainda a ser aprimorado é a ausência de um acompanhamento mais efetivo por parte da PROGRAD aos colegiados quanto à estruturação dos NDEs. Isso pode ser verificado a partir das respostas do questionário aplicado pela CPA, quando a maioria da comunidade acadêmica enfatiza não conhecer a composição dos Núcleos, bem como a não existência dele em 50% (cinquenta por cento) dos cursos.

### **3 DIMENSÃO 3: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO**

Essa dimensão tem por finalidade apresentar as ações da Universidade Federal do Tocantins (UFT) com relação à sua responsabilidade social no tocante a meio ambiente, produção artística e patrimônio cultural, referente ao ano 2012. Nesse cenário, destaca-se a PROEX, cujas ações foram detalhadas na Dimensão 2 deste relatório. Essa Pró-Reitoria, de acordo com o PDI (2011-2015), tem como missão: “Proporcionar condições para a realização de atividades de extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, estabelecendo o vínculo entre o conhecimento acadêmico, a intervenção social e o comprometimento com o desenvolvimento sociocultural da comunidade”.

Nesse sentido, de acordo com o relatório da PROEX, a extensão na UFT vem buscando, a cada processo avaliativo, suprir as lacunas identificadas nos processos anteriores e consolidar-se cada vez mais fortalecendo a Universidade. As ações de extensão visam a levar a instituição até a sociedade, proporcionando a esta a promoção da justiça e da igualdade social.

Tendo-se como base as informações contidas no relatório da CPA de 2011 e complementadas com as informações coletas no relatório da PROEX no final de 2012, percebe-se que as atividades da arte e cultura estão contidas nos projetos desenvolvidos pela Universidade nos 7 (sete) *campi*. Ressalta-se também que as ações realizadas com vistas ao desenvolvimento e à execução dos projetos de atendimento ao público interno e externo à UFT enquadram-se nos seus objetivos de desenvolvimento social, concorrendo para a realização de sua responsabilidade nessa área. Entende-se que o objetivo central da extensão universitária seja desenvolver a interação da instituição de ensino superior com a comunidade, promovendo, assim, uma aproximação entre esses dois mundos e concorrendo, ainda que indiretamente, para uma sociedade mais justa e mais solidária.

O presente relatório contempla, pois, informações sobre ações de extensão realizadas pela UFT relativas às áreas de identidade e cultura por meio de programas de extensão; busca identificar práticas acadêmicas extensionistas, consideradas exitosas, que respeitem a diversidade cultural e a pluralidade; discute a ampliação das ações de extensão voltadas à inclusão social, bem como aquelas por meio das quais se almeja preparar alunos para o

exercício da cidadania, tornando-os comprometidos com a sociedade e com uma visão humanística, crítica e reflexiva.

O acompanhamento dos projetos de extensão que cada *campus* promove é feito através do Sistema de Gestão de Projetos (SIGPROJ), um sistema de cadastramento e acompanhamento das propostas, adotado pela instituição em 2011. De acordo com o Relatório da PROEX (2012), a Universidade tem desenvolvido diversos projetos voltados para a arte e a cultura. Estes acontecem no intuito de promover as diferentes linguagens artísticas como desdobramento dos programas institucionais.

O relatório dessa Pró-reitoria aponta também que, nos projetos desenvolvidos em cada *campi*, são comuns as parcerias com diversos agentes do poder público, tanto na esfera estadual quanto municipal, de modo que as ações sejam viabilizadas. A participação desses agentes se dá de forma nem sempre direta e são de grande importância para a Universidade, uma vez que fortalecem as relações entre esta, o poder público e a sociedade.

O Plano de Governo da Gestão Universitária 2012-2016 contempla o fortalecimento da articulação entre ensino, pesquisa e extensão e propõe a extensão universitária dividida em 5 (cinco) eixos principais, a saber: promoção da cidadania, apoio à diversidade étnico-cultural, fortalecimento das ações de inclusão social, promoção da arte e da cultura e ampliação e divulgação, dando visibilidade à extensão.

### 3.1. INCLUSÃO SOCIAL

Observa-se que na instituição não há um estudo específico buscando detectar o impacto das atividades técnico-científicas para o desenvolvimento regional e a inclusão social. No entanto, para a conclusão dos projetos de extensão realizados pela UFT em 2012, foi realizada uma avaliação (conforme já foi qualificada na dimensão 2) que apresenta dados sobre: inclusão e assistência a setores discriminados dentro da UFT, ampliação do acesso democrático à instituição e proveito dos alunos, durante a realização dos projetos, em relação ao compromisso social, à cooperação, à responsabilidade e à ética, entre outros aspectos.

Como informado pela PROEX, das avaliações respondidas, 23% (vinte e três por cento) informaram que as ações desenvolvidas atuaram no sentido da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados; 77% (setenta e sete por cento) informaram o oposto,

considerando-se como público alvo a comunidade acadêmica em geral, familiares de docentes, funcionários da UFT e alunos indígenas das etnias Krahô, Apinaye e Karajá.

Sobre a questão do acesso democrático à Universidade, segundo os coordenadores de projetos que responderam ao questionário, 57% (cinquenta e sete por cento) das ações desenvolvidas observaram critérios que visam a um acesso democrático à Universidade. Quanto aos ganhos dos alunos envolvidos nos programas/projetos de extensão quanto a compromisso social, interesse e iniciativa, cooperação, responsabilidade e ética, os resultados estão demonstrados nos gráficos a seguir:

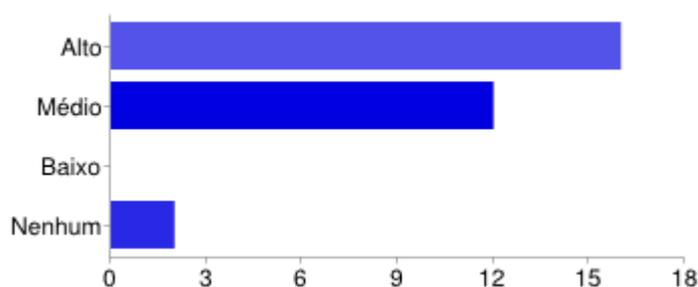


Gráfico 18 – Avaliação do Compromisso Social do aluno de graduação após participação do programa/projeto de extensão.

Segundo ainda as avaliações respondidas, 53% (cinquenta e três por cento) delas mostraram que os alunos tiveram um aprimoramento considerável do seu compromisso social; 40% (quarenta por cento) afirmaram que os discentes tiveram um ganho médio a esse respeito; para 7% (sete por cento), não houve ganhos nessa área.

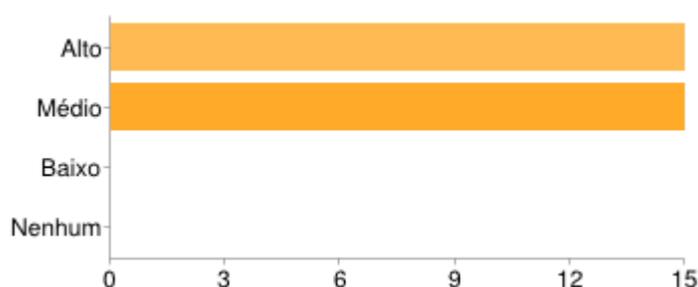


Gráfico 19 – Avaliação do interesse e da iniciativa do aluno de graduação após participação de programa/projeto de extensão.

Das avaliações respondidas, 50% (cinquenta por cento) delas mostraram que os alunos tiveram uma elevação em interesse e iniciativa após se envolverem com as atividades extensionistas; as outras 50% (cinquenta por cento) caracterizaram como sendo de nível mediano o ganho nessa área.

No que se refere à disposição por cooperar, 96% (noventa e seis por cento) das avaliações apontaram que os alunos se tornaram mais cooperativos; 3% (três por cento) delas não reconheceram haver desenvolvimento satisfatório dessa habilidade.

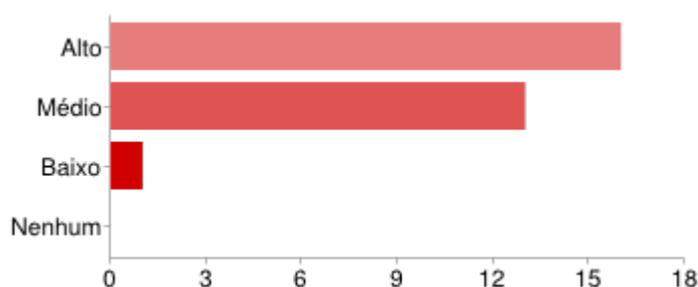


Gráfico 20 – Avaliação da cooperação do aluno de graduação após participação de programa/projeto de extensão.

No que diz respeito ao aprimoramento do senso de responsabilidade dos estudantes envolvidos nas atividades extensionistas, das avaliações respondidas, 97% (noventa e sete delas) reconheceram que os alunos se tornaram mais responsáveis e apenas 3% (três por cento) não evidenciaram esse aspecto, conforme mostra o Gráfico 21.

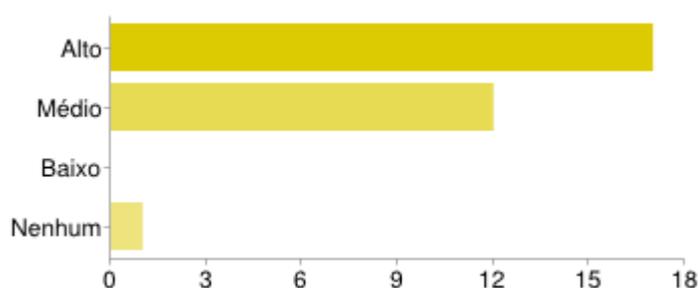


Gráfico 21 – Avaliação do aprimoramento do nível de responsabilidade obtido pelo aluno de graduação após participação de programa/projeto de extensão.

Por fim, o gráfico 22 mostra que, para 90% (noventa por cento) das avaliações respondidas, os alunos se tornaram mais éticos após participarem dos programas e projetos, em oposição a 10% (dez por cento) que não evidenciaram ganho a esse respeito.

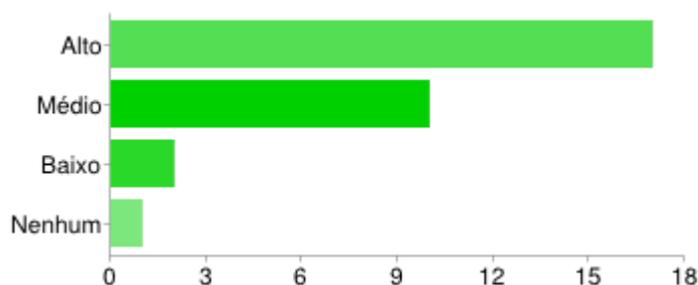


Gráfico 22 – Avaliação da ética obtida ou aprimorada pelo aluno de graduação após participação de programa/projeto de extensão.

O trabalho avaliativo realizado pela PROEX em 2012 sobre seus projetos em execução durante o referido ano revela um esforço da instituição em desenvolver um processo de acompanhamento de suas ações, verificando o alcance destas em relação ao cumprimento de sua responsabilidade social. Porém, ressalta-se que é evidente a falta de informações nos relatórios internos da UFT no que diz respeito aos impactos das ações realizadas junto às comunidades interna e externa, bem como sobre a realização de sua responsabilidade social.

### 3.2 MEIO AMBIENTE

A questão ambiental é condição precípua para a sobrevivência com qualidade de vida no presente e, sobretudo, nos anos vindouros. Então, preocupar-se com as condições ambientais é fator crucial para o investimento no futuro e nas relações humanas, com vistas a garantir a sobrevivência das gerações posteriores. A esse respeito, nos dados recolhidos pelos relatórios dos *campi* no ano 2012, bem como no relatório da CPA de 2011, não estão contempladas ações voltadas diretamente para o meio ambiente no âmbito da Universidade.

É sabido, contudo, que essa preocupação por parte da UFT existe, mesmo porque, do contrário, suas ações estariam destoando da missão institucional. Entretanto, verificou-se que, de acordo com os dados enviados pelas CSA's dos *campi*, apenas o curso de Engenharia Florestal, *campus* de Gurupi, mostrou ter envolvimento com o assunto de forma objetiva. Esse curso, ao observar as normas regentes da formação e atuação técnica do engenheiro florestal, persegue a formação de profissionais dotados de perfil delineado pela competência técnica de:

- proteger as áreas de preservação permanente e de reserva legal de todos os ecossistemas/ecótonos, contribuindo para a evolução das técnicas de uso racional, proteção, conservação, produção e beneficiamento de produtos madeireiros e não madeireiros originários da agrofloresta, bem como de florestas naturais e plantadas;
- desenvolver mecanismos de controle, gestão e monitoramento de recursos florestais e agroflorestais nos sistemas/ecótonos, atuando com responsabilidade profissional para a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais;
- defender princípios éticos, sociais e ambientais que compatibilizem desenvolvimento sustentável com a satisfação das necessidades humanas de bens de consumo e serviços, sem exaurir o capital ecológico e as riquezas florestais de todos os sistemas/ecótonos, com o compromisso de zelar pela perpetuação das espécies, em favor das futuras gerações.
- coordenar o planejamento e a execução de atividades de mensuração dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros em floresta naturais e plantadas e em áreas com sistemas agroflorestais, visando a disponibilizar informações altamente confiáveis, atuais e futuras, para balizar a tomada de decisões quanto ao uso racional e sustentável desses recursos;
- coordenar, avaliar e decidir sobre projetos florestais econômicos, sociais e ambientalmente corretos, visando a um uso racional e sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros em florestas naturais e plantadas e em áreas com sistemas agroflorestais;
- coordenar o planejamento, a execução e o monitoramento de planos de manejo florestal sustentáveis;
- planejar e executar a implantação florestal e a recuperação de áreas degradadas, somando-se as atividades de conservação de ecossistemas florestais com vistas à manutenção da biodiversidade;
- administrar, operar e manter sistemas de produção florestal em florestas naturais e plantadas, orientando o desenvolvimento de políticas públicas sobre a conservação e o uso de ecossistemas florestais; para tanto, faz-se necessário o planejamento de linhas de atuação de entidades de defesa do meio-ambiente;
- cooperar na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento rural sustentável;

- coordenar o desenvolvimento de planos de utilização de recursos florestais por populações tradicionais;
- coordenar sistemas de monitoramento ambiental em áreas florestadas;
- coordenar o planejamento e a execução de projetos de extensão florestal e educação ambiental;
- coordenar o planejamento de indústrias e o controle de qualidade de matéria prima florestal;
- administrar, operar e manter sistemas de processamento de matéria prima florestal e planejar e administrar sistemas de colheita e transporte florestal.

É sabido, contudo, que a grande maioria dos cursos de graduação incluiu, em seus Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC), disciplinas obrigatórias ou optativas que tratam das questões ambientais. No entanto, ainda se faz necessário um levantamento junto a esses cursos para se saber o alcance exato dessa temática.

### 3.3 POTENCIALIDADES E ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS

Quanto aos aspectos a serem aprimorados, ressalta-se a preocupação com o meio ambiente. Embora seja sabido que haja essa preocupação, ela não aparece de forma explícita nas ações realizadas pela Universidade no tocante à extensão, existindo, com isso, uma lacuna entre a UFT e seu papel de agente transformadora da realidade social nesse aspecto. Verifica-se que há também a necessidade de mais iniciativas que possam reunir dados e avaliar o impacto das ações da instituição junto à comunidade local, considerando sua responsabilidade social.

Como potencialidades, vê-se que alguns projetos extensionistas da Universidade, a exemplo do Centro de Estudos Continuados em Letras, Linguística e Artes (CECLA) e cursos pré-vestibulares da UFT do *campus* de Porto Nacional (CAPETINS), são ações que abrangem um público significativo e que carregam consigo o nome da instituição de forma mais ostensiva. Isso porque proporcionam inclusão social de forma direta, com efeito imediato e de curto prazo nas comunidades beneficiadas por tais ações.

#### **4 DIMENSÃO 4: A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE**

Na Universidade Federal do Tocantins, o setor responsável pela comunicação interna e com a sociedade é, fundamentalmente, a Diretoria de Comunicação (DICOM). As informações aqui apresentadas são provenientes do relatório enviado pela DICOM à CPA. Durante o ano 2012, a equipe foi constituída de 18 (dezoito) membros, distribuídos nas seguintes funções: 01 (uma) diretora, 04 (quatro) jornalistas, 02 (dois) programadores visuais, 03 (três) técnicos em assuntos educacionais, 01 (uma) administradora, 01 (um) assistente administrativo, 04 (quatro) estagiários, 02 (dois) bolsistas.

O setor se constitui de duas grandes áreas: Comunicação Institucional (assessoria de imprensa, produção gráfica, documentos oficiais, relações públicas e divulgação institucional) e Comunicação Público-Educativa (rádio, webTV e TV). Ambas, embora distintas, interagem-se, complementando os propósitos buscados pelas vertentes ensino, pesquisa e extensão.

O Plano de Comunicação e Divulgação Institucional passou a ser delineado em 2003. Desde então, a comunicação é tratada como uma política institucional estratégica. Nesse contexto, o setor prima pela transparência no trato da informação, revelando, sobretudo, a natureza pública da Instituição. Além de compartilhar socialmente o que se passa interna e externamente, a Comunicação busca projetar a missão e os valores da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Especificamente na DICOM, a transparência supracitada materializa-se na autonomia conferida ao setor; também, no livre acesso da comunidade acadêmica para agregar valores, solicitar materiais, sugerir pautas, bem como em outras ações que estejam em conformidade com a visão institucional, com a viabilidade técnica e de pessoal do setor.

Segundo relatório anual apresentado pela DICOM, em 2012, com o expressivo crescimento da UFT e a mudança da equipe gestora, as ações se concentraram na estruturação do setor e de sua equipe. Foram repensados, aprimorados e criados meios para tornar públicas suas ações e garantir, assim, a visibilidade institucional de seus fins e realizações, o que só é possível graças a uma comunicação eficiente. Esse aprimoramento parte de um processo de autoavaliação constante de projetos e ações em curso, a partir do reconhecimento de forças e fraquezas.

Segundo relatado pelo setor, ainda que com uma significativa interrupção ocasionada pelo período de greve de professores e técnicos durante 2012, foi empreendido um grande esforço no sentido de otimizar as atividades triviais de uma assessoria de comunicação. Ao mesmo tempo, priorizou-se a busca por novos caminhos de atuação, por meio da colaboração entre setores e instituições, balizados na inovação e na tecnologia, entendendo-se a importância de tais ferramentas para superação dos problemas e desafios em termos de pessoal qualificado e infraestrutura. Internamente, a articulação tem ocorrido mais intensamente com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e com a Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTE).

No âmbito externo, a DICOM prosseguiu com a implementação do uso de um *software* livre de gestão da comunicação, desenvolvido pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e já em uso em outras oito IFES, o Saci@Ypê. Trata-se da tecnologia como aliada para melhor gerenciamento e visibilidade das ações comunicacionais, com enfoque voltado à formação de um completo banco de dados e resultados, além de aprimorar o fluxo de informação com as comunidades interna e externa. O programa tem se mostrado adequado para uso a partir da implantação do novo portal da UFT, tarefa desempenhada em parceria com a DTI. Internamente, na DICOM, o programa já está em uso em caráter experimental.

Ainda com a UFSCar, a DICOM avançou nas discussões acerca da implantação da Rádio UFT Educativa. O mesmo ocorreu com a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), que, além da Rádio, compartilhou experiências no campo da TV Educativa e nas discussões acerca da Comunicação Público-Educativa, um dos pilares de sua política de Comunicação, agora adaptada e incorporada à cultura da UFT.

A articulação da DICOM com outras instituições durante 2012 também manteve a UFT entre as dez universidades federais pioneiras na utilização do programa RedeIfes@Ypê – um sistema de intercâmbio de conteúdo digital entre as TVs e rádios universitárias, financiado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), a partir de pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com o apoio da Andifes. Mesmo sem produção contínua de conteúdo audiovisual, a UFT firmou-se no grupo e, com isso, garantiu acesso livre ao acervo de universidades mais antigas, troca valorosa de experiências com outras assessorias, usufruto de um grande e seguro repositório de materiais e documentos relacionados à comunicação.

#### 4.1 RÁDIO E TV EDUCATIVA EM SINAL ABERTO: UMA REALIDADE PRÓXIMA

De acordo com o Plano de Comunicação Institucional desenhado em 2003, a implantação de uma emissora de rádio e TV eram ações, respectivamente, para médio e longo prazo. Os resultados, entretanto, quando comparados aos históricos de outras instituições, foram bem mais rápidos.

A Rádio Educativa — canal FM em Palmas, autorizado pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para utilização da UFT — está em etapa de licitação de mobiliário e equipamentos para início efetivo de suas atividades de transmissão. Prevista inicialmente para entrar no ar em 2009 — fato não ocorrido devido a ajustes técnicos entre EBC, UFT e Ministério das Comunicações —, o canal 245 E, Classe A3, frequência 96,6 MHz deve funcionar efetivamente ainda em 2013.

Durante 2012, uma importante ação foi a parceria firmada entre a UFT e a Telebrás (por iniciativa da DICOM), com a finalidade de uso conjunto de uma torre da empresa instalada no *campus* de Palmas. Esse processo foi todo acompanhado pela equipe de engenheiros da Telebrás e da EBC, que estiveram *in loco* para verificar viabilidade e alternativas. Por esse convênio, a UFT teve autorização para utilizar a estrutura nas instalações da antena e do transmissor da Rádio. Tal fato gerou uma economia de cerca de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) à Universidade, além de facilitar a logística de manutenção técnica. Isso porque, pelo projeto anterior, a UFT teria que construir sua própria torre em terreno externo ao *campus* e, assim, arcar com deslocamento e manutenção da estrutura.

Em paralelo, as linhas editoriais gerais da rádio estão em desenvolvimento, impulsionadas pelas discussões de um Grupo de Trabalho formado por professores, técnicos, alunos e membros da sociedade em geral, via edital de chamada pública. Das reflexões que abordaram as direções musical, comunicacional e cultural, elaborou-se um relatório final, base para a construção das diretrizes editoriais da emissora, por meio de uma comissão especial instituída com esta finalidade. Essas ações foram importantes para identificar as necessidades e os anseios dos potenciais ouvintes, bem como para firmar a emissora como um veículo de comunicação verdadeiramente público e democrático. Foram estabelecidos como prioridades o conteúdo educacional de interesse público e caráter educativo, a divulgação científica e institucional e o apoio e incentivo à cultura.

A importância dessas iniciativas se amplia na convergência com outro passo dado pela UFT: o pedido de concessão de canal de TV Educativa, em acordo com o Plano Básico de Distribuição de Canais do Ministério das Comunicações. Desde 2011, as universidades federais passam a ter preferência na obtenção das outorgas, tornando a UFT a provável beneficiada com a concessão do único canal disponibilizado em Palmas.

#### 4.2 CONSOLIDAÇÃO DAS FRENTES DE TRABALHO PARA MELHORIA DE QUALIDADE E ATENDIMENTO

De acordo com a DICOM, a política de comunicação na UFT apresenta os seguintes trabalhos consolidados ou sendo reestruturados:

- **Portal da UFT** – Trata-se da página de notícias da UFT, abastecida diariamente com informações institucionais ou de interesse geral para as comunidades interna e externa (em conformidade com missão e valores da Universidade). Comparando-se 2012 a 2011, registrou-se uma manutenção do número de visitas ao Portal – mesmo considerando-se a queda na produtividade das notícias, ocasionada por cerca de três meses de greve dos servidores técnicos. Somente à página de Notícias, em 2012, foram 766.654 (setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro) acessos durante o ano. A alimentação é feita com uma média de 6 (seis) notícias/dia, chegando a 12 (doze) por dia em meses de maior produção acadêmica. É certo que o Portal, há algum tempo, já não comporta mais o conteúdo e as demandas da comunidade acadêmica e acaba subutilizado por diversas insuficiências técnicas e deficiências na navegabilidade e atrativos visuais. Por isso, ele está em processo de reformulação pela DTI (conteúdo bilíngue, visual e navegabilidade), em parceria com a Diretoria de Comunicação (DICOM). A ideia é alcançar a “desdepartamentalização” das informações, tornando-as de fácil acesso e dispondo-as em grandes áreas (Ensino, Pesquisa e Extensão). O papel da DICOM centra-se na atualização e reorganização do conteúdo.

- **Mailing** – A Diretoria de Comunicação possui a listagem de email de todos os professores, técnicos e alunos. Matérias de grande importância para a instituição, informes de interesse específico, convites e outras informações de divulgação dirigida são enviadas pela DICOM por correio eletrônico. Segundo avaliação do setor, há uma boa resposta quanto à utilização dessa estratégia, já que existe o cuidado para que essas mensagens não sejam enviadas de forma excessiva e desorganizada. Muitos respondem o email recebido, estabelecendo-se mais um canal de interação com a instituição.
  
- **Assessoria de imprensa** – Por certo, a maior e mais importante publicização das ações da UFT entre a comunidade externa é dada por meio da mídia espontânea nos veículos de comunicação. Com o respaldo da credibilidade da imprensa, a Universidade é amplamente divulgada, seja por meio de seu corpo acadêmico, quase diariamente utilizado como fonte de informação em reportagens, seja pelas ações da instituição em pesquisa, extensão ou ensino. Esse relacionamento com a imprensa vem sendo construído desde 2003 e hoje já existe um canal organizado e respeitado de fluxo de informações entre a instituição e os veículos, consolidado pela agilidade, ética e transparência. Durante 2012, foram publicadas/veiculadas 2.912 (duas mil, novecentos e doze) notícias relacionadas à UFT na imprensa regional (TVs, impressos e *sites*), sendo mais de 90% (noventa por cento) delas de avaliação positiva ou neutra (sistema avaliativo de clipagem), uma média de quase 250 (duzentas e cinquenta) notícias/mês, 8 (oito) notícias/dia. Em comparação a 2011, houve aumento de mais de 20% (vinte por cento) nesses números (2.388 notícias), o que implica dizer que a Universidade se mantém vista diariamente na imprensa, de forma sistemática, crescente e positiva.



Figura 1 – A universidade nos veículos de comunicação.  
 Fonte: DICOM, 2012.

– **Produção gráfica e divulgação institucional** – A produção de materiais de divulgação é outra importante ferramenta para mobilização da comunidade acadêmica e, conseqüentemente, aproximação da Universidade com o seu público interno, facilitando também à comunidade externa o acesso ao que se produz em nível de ensino, pesquisa, extensão e cultura. Nessa vertente, a Comunicação disponibiliza — de acordo com a viabilidade técnica, financeira e de pessoal — o apoio necessário à publicização de eventos, campanhas, projetos e programas promovidos pelos diversos setores de todos os *campi*. São oferecidos os seguintes suportes:

- planejamento, assessoria e criação de campanhas publicitárias institucionais;
- criação da identidade visual;
- criação, redação, programação visual e arte-final de materiais gráficos de suporte e divulgação – *folders*, cartazes, *banners*, faixas, cartilhas, pastas, blocos, canetas, entre outros.

Entretanto, tendo em vista o quantitativo de pessoal dessa Diretoria na área (dois programadores visuais), comparado ao grande volume de demandas ocasionado

pelo aumento considerável do número de cursos, núcleos, projetos e ações da UFT, foi necessário que se estabelecessem algumas normas para solicitação desses serviços. O objetivo foi atender com maior qualidade e presteza as necessidades da comunidade acadêmica nessa área, excluindo-se possíveis privilégios ao se padronizarem prazos e procedimentos. Assim, ao fim de 2012, a DICOM divulgou à comunidade interna um documento normativo estabelecendo fluxo e prazos para demandas ao setor, que passaram a ser adotados desde 1º de janeiro de 2013. Em 2012, foram executados 470 (quatrocentos e setenta) serviços na área, provenientes de 238 (duzentas e trinta e oito) solicitações da comunidade acadêmica. Embora tenha havido a paralisação de cerca de três meses devido à greve, as demandas do setor tiveram aumento de quase 50% (cinquenta por cento) em relação a 2011 (272 serviços, provenientes de 166 solicitações).

- **Padronização e sistematização** – Em 2012, a DICOM também continuou seu trabalho na sustentação de outro importante pilar da Comunicação Organizacional, a Comunicação Administrativa. Foram divisados diversos problemas atribuídos a uma falta de padronização nas publicações oficiais. Também, o próprio setor, por reconhecer a importância de uma linguagem sistêmica e uniforme de identidade visual, colocou em produção – e, algumas, em circulação – quatro valiosas ferramentas com a finalidade de padronizar e melhor sistematizar as ações ligadas não só à Comunicação Administrativa, mas também à Social:
  - **Manual de aplicação da logomarca oficial:** publicação responsável por tratar, normatizar e padronizar todas as formas de uso da logomarca oficial da UFT (criada em 2010, por meio de concurso público, também sob coordenação da DICOM), com o objetivo de preservar suas propriedades visuais e conceituais bem como facilitar a sua correta propagação, percepção, identificação e memorização. Esse manual foi aprovado em CONSUNI em maio de 2012 e colocado em uso desde então.

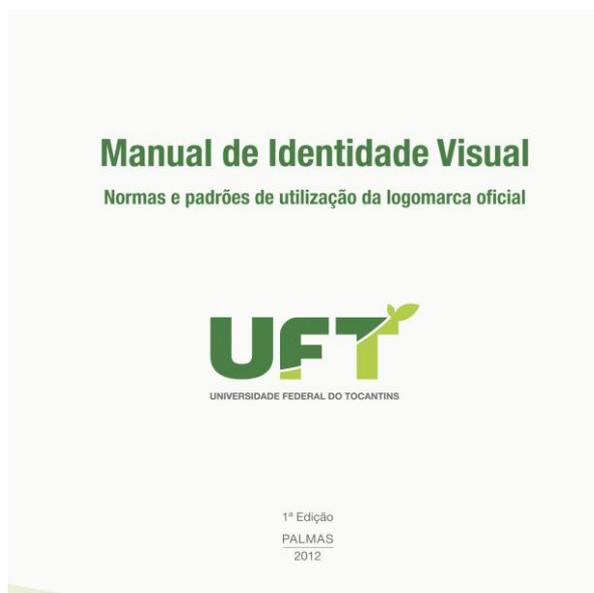


Figura 2 – Capa do manual de aplicação da logomarca oficial.

Fonte: DICOM, 2012.

- **Manual de Publicações Oficiais:** trata-se de uma publicação que rege e orienta critérios de redação dos principais documentos oficiais expedidos pela Universidade. Foi elaborado com participação de todas as Pró-Reitorias e também da Procuradoria da República junto à UFT. Chegou a ser referência durante o curso *in company* “Prática de Redação Oficial e Elaboração de Relatórios e Pareceres Técnicos no Setor Público”, ministrado pela palestrante de Brasília, Ismênia Timo de Castro, na UFT, em 2012. Foi aprovado pelo CONSUNI, também em maio, mas passa por algumas adequações antes de sua divulgação massiva.
- **Manual de Redação da Diretoria de Comunicação:** esse documento trata da comunicação institucional, de produtos e serviços oferecidos, prazos e procedimentos. Tem como base o Manual de Redação do Ministério da Educação e do jornal O Estado de São Paulo. Atualmente, é utilização como referência por todos os profissionais da DICOM.
- **Sistema de sinalização:** trata-se de um sistema de sinalização padronizado para todos os *campi*, com modelos para placas e totens internos e externos, com base no Manual de Identidade Visual. Traz detalhamento de elementos gráficos, simbólicos e verbais que devem ser implantados para otimizar o

reconhecimento e a identificação da Universidade.

- **Gerenciamento de crises** – A ação preventiva e gerenciadora de crises – voltada à preservação da imagem institucional e minimização do impacto negativo nas comunidades interna e externa – sempre esteve na pauta da Comunicação desde o início das atividades da UFT. Durante 2012, a DICOM participou, junto com a alta gestão, de algumas situações dessa natureza que exigiam atuação imediata e eficaz da Comunicação. Muitas dessas crises não chegaram à imprensa e outras com repercussão na mídia foram rapidamente controladas, sem marcas à credibilidade da UFT.
  
- **Produção audiovisual e sonora** – Na DICOM, roteiros e produções audiovisuais e sonoras são elaborados de acordo com a demanda e a disponibilidade de recursos humanos e de infraestrutura. Todos os semestres são produzidos *spots* para divulgação dos editais de isenção de taxa e de inscrição do Vestibular. Em 2012, não se pôde desempenhar papel tão significativo nessa área por falta de profissionais e espaço para produção. Entretanto, a contratação de dois estagiários no final do ano para trabalho junto à única jornalista destinada a essa função assim como a iniciativa de destinar parte do prédio da Rádio para instalação de um estúdio de WebTV foram fatores relevantes para que, a partir de 2013, possa haver maior produtividade. A compra de equipamentos necessários está em fase de licitação.
  
- **Informativo UFT Presente** – Até 2011, a DICOM era responsável pela redação, edição, diagramação e impressão do boletim informativo quinzenal UFT Presente (oito páginas), destinado ao público interno, cuja linha editorial estava voltada para uma abordagem diferenciada e mais completa de determinados assuntos de interesse dos acadêmicos. Tratava-se de uma publicação, criada em 2003, com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pela internet, que ainda não chegava aos blocos de sala de aula. O UFT Presente foi publicado e distribuído até o mês de junho de 2011, data em que teve início uma greve de servidores. A partir daí, uma amostragem realizada pela DICOM junto a professores, técnicos e alunos buscou levantar quais os principais meios utilizados pela comunidade acadêmica para se informar sobre a Universidade. Também, buscou-se conhecer por que tipo de

assunto havia maior interesse, entre outras questões abordadas que pudessem orientar a Comunicação para implantação e aperfeiçoamento de novas ferramentas de comunicação institucional. Assim, o boletim foi o primeiro a se atualizar. Sofreu uma grande transformação, tornando-se um jornal mais interessante e atraente. Em 2012, foi publicada apenas uma edição (periodicidade interrompida pela greve), mas que teve participação ativa dos alunos, desde a criação das pautas (em reunião realizada entre a DICOM e representantes do DCE e dos CAs de todos os *campi*, por meio de videoconferência).



Figura 3 – Novo formato do informativo UFT Presente.  
Fonte: DICOM, 2012.

- **Som no Campus** – Esse evento foi criado pela UFT com a finalidade de promover a integração e a cultura no ambiente acadêmico, contando com a participação da sociedade em geral. Trata-se de um festival com *shows* musicais, atividades

culturais e serviços para o bem-estar, tudo gratuitamente. O projeto foi idealizado pela DICOM como uma das atividades de comemoração aos cinco anos de efetivação das atividades da Universidade (maio/2008) e acabou por conquistar o gosto de alunos, professores e técnicos, chegando à sexta edição em 2012. Todo ele foi organizado, produzido e executado por servidores e bolsistas da DICOM. Ressalta-se que as últimas três edições consolidaram o Palco Aberto, iniciativa para trazer à tona os talentos musicais da comunidade acadêmica, promovendo e valorizando a música produzida dentro da UFT e ainda proporcionando um momento a mais de integração por meio da cultura. Realizado dias antes do Som no *Campus* como seletiva, o Palco Aberto abre inscrição para apresentações de grupos compostos por pelo menos um integrante discente, professor ou técnico da Universidade. Por meio de votação no portal da UFT na internet, uma das apresentações é selecionada para abrir os *shows* do Som no *Campus*. Desde 2010, foram registradas 45 inscrições e realizados 32 *shows*. Em maio de 2012, a sexta edição do Som no *Campus* somou mais de seis horas de apresentações e serviços oferecidos ao público de forma gratuita. A programação, fundamentada na diversidade cultural, foi aberta com discotecagem de músicas africanas, gerenciada pelo DJ Aires Panda (aluno angolano intercambista na UFT). Em seguida, foi a vez da banda de alunos Trator — vencedora da votação popular do Palco Aberto. Também, houve a participação de vários outros músicos (alguns bastante conhecidos), contemplando diversos gêneros, inclusive de cunho regional. Ainda houve atrações como roda de capoeira, pirofagia, teatro experimental da UFT, grupo de *hip hop* e grupo de percussão do curso de Medicina. Na Tenda Bem-Estar, o público teve à disposição cortes de cabelo, penteado e maquiagem, além de massagem. Já a Tenda da Integração uniu o projeto Livro Que Te Quero Ler, artesanato e pinturas indígenas. A Tenda Maturidade, com os alunos da Universidade da Maturidade (UMA), vendeu guloseimas artesanais. Foram 52 (cinquenta e dois) colaboradores (cabeleireiros, maquiadores, esteticistas, alunos, técnicos e professores), mais de 300 (trezentos) atendimentos gratuitos ao público e cerca de 2000 (dois mil) participantes.

A partir de todo esse relato, vê-se que a UFT, respaldada pelo trabalho da DICOM, tem buscado efetivamente integrar comunidade acadêmica e comunidade externa em suas atividades. Para tanto, emprega diversas ferramentas e estratégias de comunicação para

alcance do público, seja ele externo e/ou interno: portal institucional, informativos, e-mails, produções audiovisuais, produção gráfica, credibilidade e apoio da imprensa, dentre outras. Assim, tem-se dedicado a otimizar processos, implantar e aperfeiçoar ferramentas de comunicação. Também, são importantes os projetos sobre os quais tem se debruçado nos últimos anos, com relevantes conquistas ao longo de 2012. Ainda, no intuito de desempenhar um trabalho diferencial na área de comunicação, a UFT tem contado com parcerias entre setores (internas), bem como externamente à instituição. Tudo isso com vistas a estabelecer efetivamente um canal de comunicação público e democrático.

Contudo, é oportuno ressaltar que, segundo diagnóstico dos *campi*, a fragilidade ainda se torna evidente na ausência de setores locais que possam facilitar a comunicação institucional e da UFT com a sociedade. Não há uma sala destinada a esta finalidade, nem há boletim interno (impresso ou *online*) ou pessoa responsável para registrar os fatos e acontecimentos locais. De modo geral, os *campi* ficam à mercê da internet, de telefones e de murais. Segundo relato da Direção de *Campus* de Palmas, os *campi* não têm autonomia nas informações publicadas nem dispõem de poder orçamentário para tanto, caso queiram arcar com os custos sozinhos.

## 5 DIMENSÃO 5: AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A presente dimensão deste relatório contempla os seguintes eixos de análise: política de apoio, qualidade de vida, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional; condições de trabalho dos docentes e técnicos; e política de avaliação de desempenho dos servidores. As políticas de pessoal da UFT são promovidas pela Diretoria de Desenvolvimento de Direitos Humanos (DDH) – órgão ligado à Pró-reitoria de Administração e Finanças (PROAD). O ingresso dos servidores ocorre por meio de concurso público de provas, conforme preconizado pela Constituição Federal e pela Lei 8.112/90 que rege os servidores públicos federais.

De acordo com os dados fornecidos pela DDH, em 2012 a UFT possuía no seu quadro de docentes 746 (setecentos e quarenta e seis) professores efetivos, sendo 371 (trezentos e setenta e um) doutores, 329 (trezentos e vinte e nove) mestres e 46 (quarenta e seis) especialistas, como apresentado na tabela a seguir:

Tabela 10 – Número de docentes doutores, mestres e especialistas efetivos, com respectivos regimes de trabalho.

PROFESSOR 3. GRAU	NÍVEL DE FORMAÇÃO			
	Doutores	Mestres	Especialistas	Total
Jornada de trabalho				
DE	348	276	3	627
40	16	43	15	74
20	7	10	28	45
TOTAL	371	329	46	746

Fonte: DDH/UFT, 2012.

Comparando-se esses dados com aqueles constantes no relatório da CPA de 2011, em que o quadro docente apresentava 754 (setecentos e cinquenta e quatro) servidores efetivos, percebemos que o quadro ficou em déficit de 8 (oito) docentes em 2012. Em contrapartida, o número de professores substitutos ou temporários passou de 35 (trinta e cinco) em 2011 para 94 (noventa e quatro) em 2012. Os relatórios de 2012 das CSAs dos *campi* apontaram uma deficiência no quadro de docentes em alguns cursos, além de um índice elevado de rotatividade, principalmente nos *campi* mais distantes de Palmas.

No que diz respeito ao quadro de servidores técnicos administrativos, é notável que não houve aumento no número destes. Segundo a DDH, a Universidade ainda conta com um número de técnicos aquém da sua necessidade. Justifica que inicialmente o Ministério da Educação - MEC, através da Portaria n° 2.641, de 27 de julho de 2005, publicada no DOU de 28/07/2005, redistribuiu para a UFT um quantitativo de vagas menor do que o definido pela Portaria n° 130, publicada no DOU em 23/06/2005, que era de 395 (trezentos e noventa e cinco). Dessa forma, houve uma redução inicial no quadro de pessoal de 37 (trinta e sete) servidores técnicos administrativos, número bastante significativo, tendo em vista as dimensões físicas atuais da Universidade. A DDH conclui que, apesar de o MEC ter autorizado novas nomeações, por meio das pactuações dos programas de Expansão e REUNI, estas não acompanharam as necessidades reais de expansão da Universidade; portanto, o quantitativo de servidores ainda é insatisfatório.

#### 5.1. POLÍTICAS PARA FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

O relatório fornecido pela DDH focalizou o plano de carreira e qualificação dos técnicos administrativos, justificando que fica a cargo da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESQ) os dados referentes à capacitação dos docentes. A PROPESQ, por sua vez, em seu relatório, não forneceu dados detalhados sobre os programas de qualificação dos docentes da UFT. Citou apenas que essa política de qualificação está organizada conforme as determinações do Programa Prodoutoral da CAPES e que, somando-se a este, existem os Programas de Doutorado Interinstitucional (DINTERS) da UFT com outras Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

Em relação às políticas de formação continuada dos servidores técnicos administrativos, a DDH forneceu um relatório detalhado das ações executadas em 2012. A análise comparativa entre o relatório da CPA de 2011 e os dados coletados em 2012 configura na seguinte tabela, referente à formação dos servidores técnicos administrativo da UFT:

Tabela 11 – Número de servidores técnicos administrativos por formação acadêmica.

TÉCNICOS POR ESCOLARIDADE	2011	2012
Doutores	2	2
Mestres	35	49
Especialistas	297	326
Superior completo	147	137
Nível médio ou técnico	158	119
Nível fundamental	0	1
Total	639	634

Fonte: DDH/UFT, 2012.

Embora o número de servidores tenha diminuído nos períodos avaliados, um dado positivo foi o progresso na formação daqueles que constituem o quadro da UFT. Por exemplo, verifica-se aumento considerável do número de servidores com especialização. Também foi positivo o aumento no quadro de técnicos com mestrado, o que denota o interesse dos servidores na busca de formação e aperfeiçoamento.

Sobre a política de formação dos servidores, a DDH informa que segue as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, que focaliza o incentivo e o apoio ao servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais. Nesse sentido, para atender às diretrizes dessa política, a DDH relata que criou o programa *Desenvolvendo Talentos Humanos*, que tem como objetivo criar mecanismos de estímulo para a formação continuada e possibilitar aos servidores técnico-administrativos qualidade e competência técnica na execução de seus trabalhos, buscando potencializar o desempenho individual e coletivo para o desenvolvimento humano, profissional e institucional. Do relatório da DDH, entende-se que esse programa abarca todas as ações para a capacitação do servidor. Inseridos nesse programa, encontram-se outros projetos voltados para esse fim.

Segundo a DDH, as seguintes áreas foram consideradas prioritárias para a formação do servidor no âmbito da UFT:

- Tecnologia da Informação;
- Gestão Administrativa e Financeira;
- Gestão Acadêmica;
- Desenvolvimento Humano;
- Políticas Públicas para o Ensino Superior;

- Planejamento.

Inserido nas ações para o desenvolvimento dos servidores, a DDH apresenta o projeto Servidor Multiplicador, cujo objetivo é “angariar propostas junto aos servidores com a finalidade de promover-lhes a capacitação técnica e administrativa, bem como melhoria nos níveis de produtividade, qualidade e satisfação dos usuários, estabelecendo um clima de confiança, cooperação e humanização das ações institucionais”. Nesse projeto, os servidores participam de edital para serem instrutores dos colegas em cursos específicos de sua área de formação. Abaixo, segue quadro com a relação de cursos ofertados no projeto em 2012:

Quadro 05 – Cursos ofertados no projeto Servidor Multiplicador em 2012

NOME DO CURSO	CAMPUS DE REALIZAÇÃO	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS
Capacitação para ações de desenvolvimento de carreira e apoio ao estudante universitário	Palmas	14
Cromatografia gasosa	Palmas	23
Excel básico	Porto Nacional	15
Gerenciamento do stress no trabalho	Palmas	20
Metodologia para elaboração de projeto de pesquisa	Tocantinópolis	09
Normas da ABNT para elaboração de trabalhos acadêmicos	Tocantinópolis	10
Oficina “quebrando paradigmas”	Palmas	24
09 cursos	04 campi	115 servidores

Fonte: DDH/UFT, 2012.

Outra forma de Capacitação Interna realizada pela DDH em 2012 foram os Cursos *in company*. Segundo a DDH, estes são ofertados com o objetivo de atenderem a necessidades específicas de capacitação. O que se pretende com essa modalidade é definir conteúdos focados nas necessidades de capacitação, na área de conhecimento demandada e capacitar o maior número de servidores possível. Ainda, segundo o relatório da DDH, foco e redução dos custos são as principais vantagens de um curso *in company*, justificando que houve em 2012 uma economia de aproximadamente 80% (oitenta por cento) do valor por participante. Em 2012, foram promovidos os cursos relacionados a seguir:

Tabela 12 – Cursos na modalidade *in company* ofertados em 2012.

NOME DO CURSO	CAMPUS DE REALIZAÇÃO	OBJETIVO GERAL	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS
Elaboração de editais para aquisições no setor público	Palmas	Capacitar os responsáveis pelos setores de compras da Universidade Federal do Tocantins para atuarem na elaboração de termos de referência e editais, bem como orientar para que as aquisições sejam feitas de forma eficaz.	29
Gestão e fiscalização de contratos na Administração pública	Palmas	Capacitar servidores públicos para atuarem como gestores/fiscais de contratos administrativos aplicando procedimentos gerenciais que propiciem maior agilidade, eficiência, eficácia e segurança ao processo de contratações, desde a fase de planejamento até a sua avaliação.	25
Prática de redação oficial e elaboração de relatórios e pareceres técnicos no setor público	Palmas	Desenvolver técnicas que ajudem a produzir documentos segundo os padrões da Redação Oficial, bem como pareceres e relatórios técnicos.	25
Cursos	<i>Campi</i> Atendidos	Total Número de Servidores Capacitados	
03	07	79	

Fonte: DDH/UFT, 2012.

Também, outro projeto de formação continuada da DDH trata-se do “N@vegar é Possível”. Este tem como objetivo fomentar e incentivar a aprendizagem a distância, proporcionando condições para o auto desenvolvimento e respeitando o tipo de aprendizagem que cada pessoa deseja observar. Em 2012, esse projeto contemplou a oferta do curso a distância *Formação continuada de servidores públicos sobre temas atuais da Educação Superior*, o qual atendeu todos os *campi*, promovendo a formação de 41 (quarenta e um) servidores.

Ainda, a Diretoria de Desenvolvimento Humano informou no seu relatório que elabora anualmente o Plano de Capacitação Anual dos Técnico-Administrativos da UFT, para o qual são levantadas as necessidades de capacitação de cada um dos *campi*. O referido plano busca o desenvolvimento das competências de seus servidores para capacitá-los a desempenhar as atribuições de seus cargos de forma responsável, de acordo com a missão institucional.

Segundo a DDH, as ações de capacitação, além de visarem ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores da UFT, consideram também a possibilidade de progressão na carreira, conforme a Lei nº 11091/06. De igual modo, contemplam o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos da

UFT – PDIPCCTAE, aprovado pelo CONSUNI, através do Programa Servidor Multiplicador e das ações de Capacitação Externa. Como ações de Capacitação Externa, o relatório da DDH de 2012 informa que foram atendidas as seguintes demandas:

Tabela 13 – Ações de Capacitação Externa da DDH em 2012.

NOME DO CURSO	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS
6º Seminário Nacional de secretariado e assessoria da Administração Pública	01
A legislação de pessoal e o SIAPE como instrumento de gestão	01
Aula inaugural do curso de formação continuada de servidores públicos nos temas atuais da Educação Superior	03
Como depreciar e reavaliar o patrimônio público	01
Construção de um plano de comunicação interna	01
Contratação de td&e – treinamento, desenvolvimento e educação por licitação, dispensa ou inexigibilidade	01
Curso a distância – implantação e gestão de repositórios institucionais	02
Curso prático de produção de EPUB para profissionais	01
Desenvolvimento gerencial	01
Elaboração de planos de capacitação	01
Elaboração e análise das novas demonstrações contábeis do setor público	01
Encontro de desenvolvimento de pessoas da região Norte	01
Execução orçamentária com o acompanhamento da receita e da despesa – preparando o encerramento do exercício	01
Fórum HSM de estratégia	01
Gestão de materiais e serviços	01
Gestão estratégica e <i>balanced scorecard</i> adequado à realidade do serviço público	01
Gestor setorial: sistema de concessão de diárias e passagens do Governo Federal (SCDP) com prática no computador	01
III encontro nacional de desenvolvimento de pessoas	03
IX semana de administração orçamentária, financeira e de contratações públicas	05
Licitação de tecnologia da informação	01
Metodologia para a gestão do contrato e fiscalização de obras e serviços de engenharia	06
O profissional de secretariado e assessoria: desenvolvendo suas competências com foco em resultados	02
PhP conference Brasil	01
Prática de processo administrativo disciplinar, sindicância e inquérito. Lei n. 8.112/90 (passo a passo). Ênfase em: como ordenar corretamente um processo disciplinar	01
Procedimentos disciplinares	01
Reunião geral de ouvidorias públicas	01
Seminário nacional: reflexos do SPED folha, GFIP e Previdência Social nos órgãos públicos	01
SIAPE cadastro de ações judiciais – SICAJ	01
V Congresso brasileiro de psicologia organizacional e do trabalho	01
Visita técnica – MSD saúde animal	01
Visita técnica – Universidade Federal do Pará	01
XXVII Simpósio Brasileiro de Banco de Dados, IX Simpósio Brasileiro de	01

Sistemas Colaborativos e XVIII Simpósio Brasileiro de Sistemas Multimídia e Web	
XXXII Encontro Nacional de Dirigentes de Pessoal e de RH das Instituições Federais de Ensino	05
XXXVII FONAI – Fórum Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas Vinculadas ao MEC	01
<b>Total de Cursos – 34</b>	
<b>Total de Servidores Capacitados – 53</b>	

Fonte: DDH/UFT, 2012.

O Plano de Capacitação Anual prevê a descentralização dos recursos provenientes do orçamento anual destinado às ações de capacitação. O controle e o gerenciamento desses recursos ficam a cargo da Coordenação de Formação e Desenvolvimento – CFD. Também, o referido plano prevê para cada *campus* a realização do levantamento das necessidades de capacitação de seus servidores para o exercício.

Segundo a DDH, consideram-se como áreas prioritárias para a qualificação do servidor, conforme Art. 4º Resolução CONSUNI Nº 06/2006, as seguintes áreas:

- Tecnologia da Informação;
- Gestão Administrativa e Financeira;
- Gestão Acadêmica;
- Desenvolvimento Humano;
- Políticas Públicas para o Ensino Superior;
- Planejamento.

Como ações de qualificação realizadas no ano 2011 e 2012, o relatório da DDH destacou:

- Programa de Pós Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública – 3ª Turma, o qual atendeu 22 (vinte e dois) servidores dos *campi* de Miracema, Porto Nacional e Araguaína.
- Programa de concessão de bolsas de estudo para os servidores da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito da UFT, regulamentado pela Resolução CONSUNI nº 05/2012. O referido programa foi uma conquista dos servidores técnicos administrativos em 2012, no que diz respeito ao desenvolvimento do servidor, incentivando-o ao aperfeiçoamento e à busca de

formação acadêmica. De acordo com a DDH, em 2012 foram concedidas 03 (três) bolsas para mestrado e 01 (uma) bolsa para doutorado a servidores técnicos administrativos que participaram do edital de concessão de bolsas.

## 5.2. A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O relatório da DDH contemplou apenas as políticas de desempenho para os servidores técnico-administrativos. Informou-se que o Programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico-Administrativos da UFT deu-se por meio da Resolução do CONSUNI nº 16/2009, que regulamenta o item 2.6 – Avaliação de Desempenho da Resolução do CONSUNI nº 19/2006, que trata do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito da UFT, visando a atender a Lei 11.091/05, Art. 3º IX e Decreto nº 5.825/06, Art. 3º VII e Art. 8º, 9º e 10.

Segundo a DDH, o Processo de avaliação é realizado por meio de formulários que são disponibilizados para preenchimento *on line*, na Intranet. A princípio, são utilizados dois formulários: um em nível operacional, que contempla as competências básicas operacionais segundo os critérios apresentados no quadro a seguir; outro em nível gerencial.

Quadro 06 – Indicadores em nível operacional para avaliação dos servidores técnico-administrativos da UFT.

INDICADORES – NÍVEL OPERACIONAL
1. Atendimento ao Usuário
2. Compromisso com a Instituição
3. Dedicção e Compromisso
4. Qualidade do Trabalho/Conhecimento Técnico
5. Zelo pelo Patrimônio Público
6. Comunicação
7. Trabalho em Equipe
8. Disseminação de Conhecimentos
9. Autodesenvolvimento
10. Organização
11. Soluções de Problemas
12. Equilíbrio Emocional
13. Flexibilidade
14. Iniciativa
15. Orientação para Resultados
16. Relacionamento Interpessoal

Fonte: DDH/UFT, 2012.

No que diz respeito ao nível gerencial, trata-se da Avaliação Anual do Servidor com Cargo de Chefia, em que serão consideradas as competências básicas, comportamentais e de gestão. Os indicadores para essa mensuração estão elencados no quadro a seguir:

Quadro 07 - Indicadores para mensuração da avaliação de desempenho na UFT.

INDICADORES – NÍVEL GERENCIAL
1. Atendimento ao Usuário
2. Compromisso com a Instituição
3. Atuação Integrada
4. Comunicação
5. Disseminação de Conhecimentos
6. Autodesenvolvimento
7. Solução de Problemas
8. Equilíbrio Emocional
9. Flexibilidade
10. Iniciativa
11. Gestão das condições de trabalho
12. Gestão de Recursos
13. Relacionamento Interpessoal
14. Gestão de pessoas e conhecimentos
15. Liderança
16. Planejamento
17. Tomada de decisão
18. Visão Sistêmica
19. Orientação para Resultados
20. Conhecimento Técnico
21. Gerência Participativa
22. Negociação

Fonte: DDH/UFT, 2012.

De acordo com a DDH, a aplicação da Avaliação de Desempenho é anual e abrange todos os servidores técnico-administrativos, ocupantes ou não de função gerencial, bem como os docentes ocupantes de funções administrativas até o nível de Pró-Reitor, passando pelas diretorias de *campus* e coordenações de curso, sendo os dados para análise de gestão. No entanto, para efeitos de Progressão por Mérito, é respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício, considerando a pontuação obtida na Avaliação de Desempenho. O servidor que não obtiver pontuação mínima para Progressão por Mérito só poderá ser avaliado novamente no ano subsequente.

### 5.2.1 Resultados da Avaliação de Desempenho 2012

O relatório da DDH apresenta diferentes gráficos dos resultados da avaliação dos servidores técnicos administrativos realizada em 2012. A pesquisa abrangeu os servidores de todos os *campi* e da Reitoria. O gráfico 23 ilustra o resultado geral:

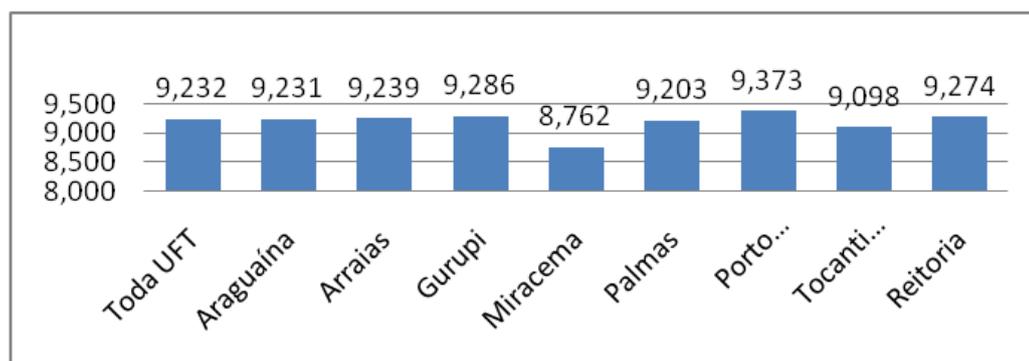


Gráfico 23 – Média geral do desempenho dos servidores técnicos administrativos da UFT em 2012, distribuídos por *campus*.  
Fonte: DDH/UFT, 2012.

Foram utilizados os indicadores de nível operacional e, de acordo com a DDH, o resultado médio do desempenho dos servidores da UFT ficou em 9,23 (nove e vinte e três; conceito A). A unidade administrativa que apresentou maior nota foi o *campus* de Porto Nacional, que ficou com 9,37 (nove e trinta e sete; conceito A). Já o *campus* que ficou com a menor média foi o de Miracema, com 8,76 (oito e setenta e seis; conceito B).

Um dado interessante a ser destacado dos resultados da avaliação de desempenho dos servidores pode ser observado no gráfico a seguir:

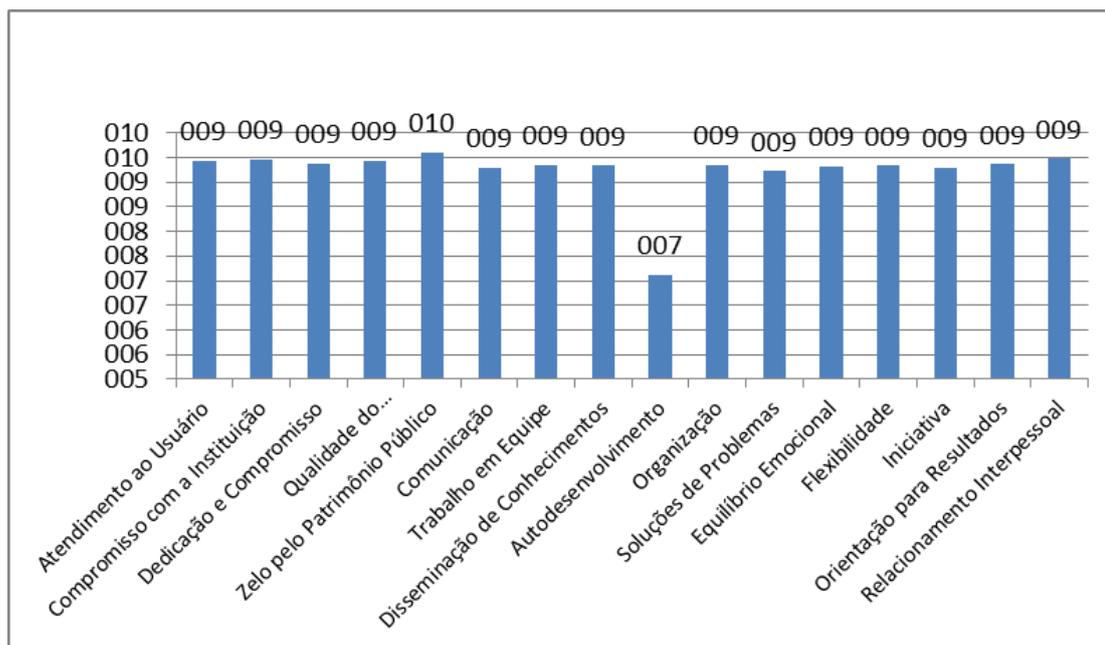


Gráfico 24 – Média geral do desempenho dos servidores técnico-administrativos da UFT em 2012.  
Fonte: DDH/UFT, 2012.

Observa-se que, dos indicadores utilizados na pesquisa, o item “autodesenvolvimento” foi avaliado com nota bem abaixo da conferida aos demais. Essa constatação se confirmou em todos os *campi* e na Reitoria. Autodesenvolvimento, na visão de especialistas em Recursos Humanos, é a capacidade do servidor de conhecer suas necessidades de aperfeiçoamento e de ir a busca de formação e capacitações específicas. Nesse sentido, os resultados da avaliação de desempenho apontaram este como sendo o ponto fraco dos servidores da instituição, o que poderia ser melhorado.

Segundo a DDH, o relatório analítico que comparará os resultados da Avaliação de Desempenho de 2011 e 2012 está em fase de consolidação de dados e será divulgado pelo setor de Desenvolvimento no primeiro trimestre de 2013. A Diretoria informou também que, em 2012, foram realizadas pesquisas e/ ou estudos sobre a satisfação dos funcionários técnico-administrativos a respeito de condições de trabalho, recursos e formação. O relatório apontou as seguintes pesquisas com esse intuito:

- Diagnóstico Organizacional com o total dos servidores da Diretoria de Obras Civas por meio do questionário “Pesquisa diagnóstica de condições de saúde e de trabalho do servidor” e de entrevista semiestruturada. Realização de devolutiva e promoção de QVT (Qualidade de Vida no Trabalho) por meio de reuniões periódicas com a equipe.
- Projeto iniciado com avaliação ambiental, ergonômica e postural dos servidores da

Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), resultando em um diagnóstico do setor. O projeto foi finalizado com um relatório de orientações à Diretoria visando a melhorias no ambiente de trabalho, bem como com uma palestra de orientações e apresentação dos resultados.

- Estudo piloto em Qualidade de Vida no Trabalho dos servidores da UFT, envolvendo técnicos e docentes.

### 5.3 POTENCIALIDADES E ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS

Do exposto, observa-se um empenho da DDH em fomentar cursos e ações para a capacitação dos servidores técnico-administrativos da UFT. Quanto à avaliação de desempenho destes, os resultados mostram serem positivas a criação e a execução desse processo. Demonstrem ainda que a UFT possui um aporte de servidores em excelente nível de formação e prestação no atendimento.

Por outro lado, verifica-se a falta de uma política efetiva para a formação acadêmica dos servidores em nível de mestrado e doutorado. Também, como Diretoria de Desenvolvimento Humano de todos os servidores incluindo os docentes, a DDH carece de programas para qualificação dos professores. Além disso, muitos novos docentes desconhecem as normas para tanto, os procedimentos e os regulamentos da Universidade por falta de uma capacitação específica. Em relação à avaliação dos servidores, como já foi observado no Relatório de Avaliação Institucional de 2011, é necessário avançar para incluir alguma avaliação feita por usuários sobre o desempenho desses profissionais.

## 6 DIMENSÃO 6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

A presente dimensão trata da organização e da gestão institucional, especialmente sobre o funcionamento e representatividade dos colegiados. O PDI (2011-2015) aponta para o cumprimento dos objetivos e projetos institucionais referentes ao campo da gestão, utilizando a gestão estratégica para a antecipação de problemas e de soluções e as formas de participação da comunidade universitária na gestão. Considerando-se que o aprimoramento da gestão é colocado no planejamento institucional da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como uma das suas principais prioridades, analisam-se nessa dimensão as iniciativas institucionais voltadas para essa prioridade, sobretudo os indicadores de resultados previstos no próprio planejamento institucional.

Como nos anos anteriores, verifica-se, também, a elaboração e o desenvolvimento dos planos diretores dos *campi*. Nesse aspecto, considera-se a organização e a gestão de cada *campus*, dando-se ênfase a sua autonomia em relação aos diversos aspectos que envolvem a vida universitária local a partir de seu planejamento. Sobre o funcionamento dos órgãos colegiados, busca-se conhecer sua composição, a participação dos segmentos e, sobretudo, o seu funcionamento e a divulgação de suas ações.

As informações sintetizadas a seguir foram reunidas com base em duas fontes principais: relatórios solicitados junto às pró-reitorias e setores (diretorias, departamentos, representações etc.) da gestão central da Universidade e diagnósticos dos *campi* elaborados pelas CSAs.

### 6.1. GESTÃO DA UNIVERSIDADE

As ações desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2012 pela Vice-Reitoria estiveram focadas no atendimento aos princípios fundamentais do Planejamento Estratégico (PE 2006 – 2010), do PDI (2011-2015), dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação e programas de pós-graduação da UFT e das dimensões do SINAES. Em consonância com os documentos institucionais, a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à

formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”. A visão estratégica está voltada para a consolidação da UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional.

A gestão atual da instituição ratificou os termos do Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) com vistas à consecução da missão da Universidade. Neste, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT e todos os esforços de gestores, comunidades docente, discente e administrativa deverão ter como foco:

- o estímulo à efetiva interação com a sociedade, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e a colaborar para a sua formação contínua;
- o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e à criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade, comunicando esse saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, bem como a efetiva possibilidade da correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- a prestação de serviços especializados à comunidade, estabelecendo-se com ela uma relação de reciprocidade;
- a promoção da extensão articulada com o ensino e a pesquisa, de forma aberta à participação da população e em sintonia com as necessidades sociais emergentes, nas linhas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

A gestão institucional em 2012 buscou criar as condições favoráveis à elevação dos padrões de desempenho da vida acadêmico-administrativa por meio da criação de sinergias entre os diversos setores da instituição e a gestão dos *campi*. Esse processo foi construído de forma participativa, por meio do planejamento estratégico, o que implicou discussão com a comunidade acadêmica sobre políticas e programas institucionais, demandas de infraestrutura e equipamentos necessários aos laboratórios de ensino e pesquisa, aos ambientes para professores e salas de aula.

A consolidação do processo de avaliação institucional aparece como ponto positivo citado no relatório da Vice-Reitoria para o aprimoramento da gestão e do planejamento da instituição. Ações buscaram melhorar a gestão com vistas à sua modernização e à disponibilização à comunidade acadêmica das condições adequadas ao funcionamento acadêmico-administrativo da Universidade.

### **6.1.1 Funcionamento, representatividade dos colegiados e participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios**

A gestão da Universidade é realizada por meio dos Conselhos Superiores: o Conselho Universitário (CONSUNI) e Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

O CONSUNI é o órgão deliberativo máximo da Universidade, destinado a traçar a política universitária e a funcionar como instância de deliberação superior e de recurso. Tem a seguinte constituição: Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Diretores de *campus*, 2 (dois) representantes da comunidade discente, 2 (dois) representantes da comunidade docente, 2 (dois) representantes da comunidade de servidores técnico-administrativos. O Conselho Universitário se reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Reitor ou a requerimento da maioria dos seus membros, com indicação dos motivos da convocação. O comparecimento às reuniões é obrigatório.

Por sua vez, o CONSEPE é o órgão deliberativo da Universidade em matéria didático-científica e tem a seguinte constituição: Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitores, todos os coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação *Stricto Sensu*, 1/5 (um quinto) de representação do corpo discente (referente aos demais membros do Conselho), um representante do corpo docente, um representante do corpo técnico-administrativo. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo Reitor ou a

requerimento da maioria dos seus membros. O comparecimento às reuniões é obrigatório, com preferência sobre qualquer outra atividade universitária.

Portanto, os Conselhos Superiores – CONSUNI e CONSEPE –, no que concerne ao seu funcionamento, representação e autonomia, cumprem os dispositivos regimentais e estatutários de órgãos colegiados. Assim, atuam de forma efetiva em suas atribuições, com critérios definidos sobre a participação de docentes, discentes, funcionários, representantes da sociedade civil, regularidade de funcionamento, grau de autonomia, recondução de seus membros e periodicidade de reuniões. As atas das sessões são elaboradas e arquivadas pela Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS).

Também, ressalta-se que o *Campus* Universitário é uma unidade administrativa e tem como órgão deliberativo um Conselho Diretor, formado por: diretor do *campus*, o presidente; coordenadores de curso; um representante do corpo docente; um representante do corpo discente de cada curso; um representante dos servidores técnico-administrativos. O Conselho Diretor reúne-se ordinariamente uma vez por mês, podendo ser convocado extraordinariamente pela maioria dos seus membros ou pelo diretor do *campus*.

### **6.1.2 Princípios Estratégicos da Gestão**

O Plano de Gestão 2012-2016, discutido com a comunidade acadêmica para a nova gestão da UFT iniciada em julho de 2012, apresentou a concepção estratégica da Instituição integrada ao PDI, definindo suas linhas de ação e os objetivos estratégicos que possibilitarão a definição dos planos específicos das suas unidades administrativas. Os princípios que nortearão esse plano são:

- transparência, planejamento e gestão participativa;
- consolidação e expansão com garantia de qualidade;
- discussão e implantação de uma nova organização espacial e acadêmico-administrativa;
- qualificação dos processos de ensino e aprendizagem;
- valorização e qualificação dos servidores;
- aprimoramento da política estudantil;

- inserção social, respeito à pluralidade e compromisso da Universidade com o desenvolvimento regional.

#### 6.1.2.1 Transparência, planejamento e gestão participativa

A definição das prioridades e ações está pautada pelos princípios de autonomia, transparência administrativa e de gestão comprometida com a participação da comunidade acadêmica. As decisões sobre a aplicação dos recursos são tomadas por meio de processos envolvendo representantes do corpo docente, discente e técnicos administrativos, todos democraticamente escolhidos. A captação de recursos é regida por uma política de transparência, desde a arrecadação até os critérios de alocação. São estabelecidos canais de comunicação com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, com vistas a tornar públicas as ações da UFT.

A gestão participativa e inovadora possibilita às pessoas tomarem decisões condizentes com o contexto regional, com os anseios das comunidades interna e externa e com o crescimento institucional. Isso se faz possível porque tal gestão respeita a pluralidade das ideias e a autonomia e torna todos corresponsáveis pelas decisões tomadas, sejam acadêmicas ou administrativas, garantindo, ainda, a transparência, a visibilidade das ações e o bem-estar da comunidade.

#### 6.1.2.2 Consolidação e expansão com garantia de qualidade

Diante do crescimento e do papel social da UFT, é imprescindível que as ações que vêm sendo desenvolvidas sejam consolidadas. Torna-se imperativo que sejam aprimoradas as condições estruturais e de funcionamento dos *campi* e cursos e, ao mesmo tempo, que seja discutido um plano de expansão dos *campi* menores, visando à superação de problemas decorrentes da oferta de poucos cursos, da dificuldade de desenvolvimento de atividades interdisciplinares e de proposição de programas de pós-graduação *Stricto Sensu*. Com a consolidação e expansão, será estabelecido, na Universidade, um novo cenário acadêmico e administrativo que assegurará o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade.

### 6.1.2.3 Discussão e implantação de uma nova organização espacial e acadêmico-administrativa

A gestão atual propõe uma discussão para uma nova organização institucional por meio dos Institutos *Intercâmpus* de ensino, pesquisa e extensão, como forma de promover a articulação e a integração entre áreas de conhecimento, cursos, programas e produção científica agrupados por área de conhecimento ou linhas de pesquisa e extensão.

### 6.1.2.4 Qualificação dos processos de ensino e aprendizagem

A busca sistemática de ampliação do debate sobre a qualidade do processo de ensino e aprendizagem permeia todas as ações dos cursos e programas da UFT.

### 6.1.2.5 Valorização e qualificação dos servidores

O desenvolvimento humano é entendido como uma condição essencial para o fortalecimento institucional. Para a gestão, é necessária uma atenção quanto a saúde e bem-estar dos funcionários, em todos os seus aspectos, buscando formas de integrar a melhoria da qualidade das atividades-fim da Universidade à busca de melhores condições de trabalho para os servidores e de produção de conhecimento.

### 6.1.2.6 Aprimoramento da Política Estudantil

A política de assistência estudantil da UFT está focada na formação cidadã do discente, culturalmente aberta e ligada à fomentação do saber e da cidadania política.

Entende-se que as condições socioeconômicas dos estudantes, especialmente da região Norte, são baixas; e compete à Universidade viabilizar meios de elevar a condição econômica dos discentes “vulneráveis socialmente”, proporcionando-lhes um patamar mais condizente ao exercício do direito de ser estudante. Nesse sentido, a Universidade busca, por meio da política de assistência estudantil, inserir os discentes no domínio dos pilares do conhecimento, missão do ensino superior, a partir de um projeto humanístico no campo da cultura, das ciências, da política e das artes.

#### 6.1.2.7 Inserção da sociedade, respeito à pluralidade e compromisso social da universidade para com o desenvolvimento regional

A gestão entende que a responsabilidade social representa um compromisso contínuo das instituições com o comportamento ético. Nessa percepção, as universidades, sejam elas públicas ou privadas, ocupam um papel relevante na tomada de decisão em favor da construção de uma nova consciência global de desenvolvimento de uma região. Essa postura caracteriza-se pelos constantes compromissos e cooperações que o ensino superior vem desenvolvendo em favor das camadas menos privilegiadas da sociedade. A socialização do conhecimento se transforma em fator decisivo no processo de hominização e, de modo peculiar, da humanização do ser humano. Além disso, cabe à Universidade contribuir para o fortalecimento das ações e dos princípios básicos para o convívio social democrático, como o respeito mútuo e o repúdio às discriminações de quaisquer espécies.

## 6.2 POLÍTICA DE EDITORAÇÃO E SUA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UFT

A partir da nova gestão, Editora da Universidade Federal do Tocantins (EDUFT) foi agregada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. A EDUFT é um órgão suplementar e tem por objetivo editar ou coeditar e publicar material de qualidade e relevância científica, técnica, cultural e/ou didática, de forma a atender aos interesses do ensino, da pesquisa e da extensão e incentivar a produção.

A dotação de recursos para publicações pela editora obedece a critérios específicos e deve estar prevista no orçamento próprio da Universidade. As receitas da editora provenientes de dotação orçamentária – de convênios, acordos, contratos, de doações e contribuições de pessoas de direito público e privado, nacionais e internacionais, bem como, de venda de livros e demais publicações – integram a receita da própria UFT.

### 6.3 ADEQUAÇÃO DO ESTATUTO DA UFT

No que se refere à adequação do Estatuto à realidade da UFT, em 2011, as discussões foram retomadas pela comunidade universitária. Mas, em 2012, o processo foi interrompido.

### 6.4 PLANO DIRETOR DOS *CAMPI*

O PDI 2011-2015 propõe um acompanhamento estratégico para as ações da Universidade. Ressalta-se nesse processo: a descentralização da gestão administrativa; o fortalecimento das estruturas administrativas de todos os *campi*; e a gestão inovadora, transparente e responsável. Quanto aos Planos Diretores dos *campi*, houve um avanço significativo em relação ao ano 2011:

- O *campus* de Araguaína não possui um Plano Diretor. Sua infraestrutura tem sido implantada a partir de orientações da Diretoria de Obras da Universidade, com o consentimento do Conselho Diretor do *campus*. Em 2012, a criação de um mapa do *campus* que orientou a implantação de novas infraestruturas físicas representou um avanço nesse contexto.
- O *campus* de Arraias também não possui um Plano Diretor, mas, diferentemente do que consta em 2011, a Direção do *campus* propôs a elaboração de um plano que viabilizará a organização local para subsidiar a expansão de cursos nos próximos anos.
- O *campus* de Miracema não possui um Plano Diretor, apenas um esboço para organização de seu espaço físico.

- O *campus* de Gurupi possui um Plano Diretor e seguiu suas orientações em 2012. De acordo com este, o *campus* tem a missão de ser formador de profissionais qualificados em Ciências Agrárias para o desenvolvimento científico e tecnológico na Universidade Federal do Tocantins, no Cerrado da Amazônia Legal. Também, a unidade tem a visão de ser um centro de excelência em Ciências Agrárias e Biotecnológicas, com responsabilidade ambiental no ensino, pesquisa e extensão.
- O *campus* de Palmas não possui um Plano Diretor, mas foi constituída em 2012 a comissão que o elaborará.
- O *campus* de Porto Nacional possui um Plano Diretor que orienta as ações administrativas locais.
- O *campus* de Tocantinópolis não possui um Plano Diretor, mas foi constituída em 2012 a comissão para a elaboração do seu Plano Diretor Participativo.

## 6.5 POTENCIALIDADES E ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS

Quanto à gestão da Universidade em 2012, houve avanço no que diz respeito à implantação, nos *campi* de Arraias, Tocantinópolis e Palmas, de comissões para subsidiar a elaboração do Plano Diretor dos *campi*. Como aspecto a ser aprimorado, ressalta-se a interrupção das discussões do Estatuto da Universidade no ano 2012. Também, a Universidade precisa ter seu organograma definido e aprovado pelo Conselho Superior.

## 7. DIMENSÃO 7: INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UFT

### 7.1 EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DA UNIVERSIDADE

No que se refere à adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros), verifica-se a realização de um conjunto de ações durante o ano 2012, conforme informações da Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP).

No *campus* de Araguaína, foi construído um prédio com 03 (três) pavimentos, o qual agregará 18 (dezoito) salas de aula e banheiros. Até o momento de elaboração deste relatório, a edificação encontrava-se em fase de acabamento. O *campus* também recebeu um prédio para atender a demanda de laboratórios na Unidade Cimba e outros prédios que estão em fase de acabamento na Unidade EMVZ – também iniciou a construção do Restaurante Universitário nessa unidade. Consta ainda que a unidade Cimba ainda não está com a rede elétrica totalmente disponível para atender aos blocos construídos. Em 2013, será licitado o projeto de subestação elétrica para resolver o problema daquela unidade.

No *campus* de Miracema, foram licitados 1 (um) vestiário para atender aos alunos e 01 (um) bloco com 5 (cinco) salas de aula e banheiro.

No *campus* de Porto Nacional, foi licitado 01 (um) bloco com 5 (cinco) salas de aula para atender a demanda de ensino, pesquisa e extensão daquele local.

O *campus* de Arraias recebeu, em 2012, uma nova edificação (bloco BALA) para salas de aula. No entanto, por questões elétricas e outras pendências não resolvidas pela construtora, esse bloco, até o momento de elaboração deste relatório, ainda não havia sido ocupado para a realização das atividades de ensino.

No *campus* de Gurupi, foram construídas edificações para salas de aula e incubadoras. No entanto, até o momento, ainda não foram plenamente ocupadas por apresentarem pendências não resolvidas pela construtora. Em 2012, o Restaurante Universitário do *campus* teve suas obras licitadas, porém, paralisadas por questões judiciais.

Quanto aos laboratórios, no *campus* de Palmas, em 2012, foram licitadas reforma e adequação de um espaço físico para atender a demanda de laboratórios dos cursos de

Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Nutrição. O complexo laboratorial foi paralisado em decorrência de questões judiciais com a construtora. Em Gurupi, existe uma obra em execução de um complexo laboratorial de ensino e pesquisa para atender os cursos de Engenharia Biotecnológica e Química Ambiental. Foi também concluído um pregão eletrônico para aquisição de equipamentos para atender os laboratórios de Porto Nacional, Araguaína, Palmas e Gurupi. Não foi realizada nenhuma edificação destinada para área de lazer e hospitais.

Sobre a infraestrutura de bibliotecas, algumas adequações foram realizadas nos *campi*, porém, nenhuma edificação nova foi construída para alocação de biblioteca no ano em análise.

No que se refere à rede de informação, foi realizado um investimento em equipamentos para fortalecer a rede de informação gerenciada pela Diretoria de Tecnologia de Informática. Além disso, foram adquiridos 7 (sete) equipamentos para videoconferência, com o objetivo de melhorar a comunicação entre os *campi* da Universidade.

Quanto à conservação patrimonial, foi realizada uma licitação para atender a demanda de manutenção predial (pintura dos prédios, reformas de telhados, serviços elétricos, hidráulicos, consertos de portas, rampas de acessibilidade, melhoria nas vias públicas, manutenção de passarelas, etc.). No que diz respeito à segurança, há um contrato em vigência com uma empresa que garante esse serviço para a Universidade, com postos de trabalho de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) horas. Da mesma forma, para atender a limpeza e paisagismo, há uma empresa cuja finalidade é manter limpa toda a Universidade e garantir o bom estado da parte paisagística dos *campi*.

## 7.2. A INFRAESTRUTURA NOS CAMPI

### 7.2.1. Arraias

O *Campus* Universitário de Arraias está dividido em duas unidades administrativas/acadêmicas denominadas “*Campus* Velho” (*Campus* do Setor Centro) e “*Campus* Novo” (*campus* do Setor Buritizinho), distantes entre si aproximadamente 1,5 km. Essa divisão ocorre porque o *campus* está em processo de mudança para as novas instalações

no referido “*Campus Novo*”. Desde julho de 2010, a Biblioteca, as Coordenações dos cursos de Matemática e Pedagogia, o Protocolo, a Secretaria Acadêmica e o Laboratório de Informática funcionam no Setor Buritizinho, no prédio do Programa de Formação de Professores (PARFOR). Nessa nova unidade, também são desenvolvidas as atividades de ensino (aulas regulares) dos cursos de Pedagogia e Matemática. Ainda, aos sábados, o curso de Biologia - EAD, polo de Arraias, utiliza o “*Campus Novo*” para as aulas presenciais.

Em 2011, foi construído no “*Campus Novo*” o prédio destinado à Cantina e à área de convivência. No entanto, por falta de espaço físico suficiente, nesse mesmo prédio está sendo alocada também a reprografia destinada aos alunos da graduação. Ainda, eventualmente, a área da cantina é utilizada para exposições, palestras, aberturas de eventos e outras atividades.

Em 2010, tiveram início as obras do prédio do Bloco de Apoio Logístico Administrativo (BALA) no “*Campus Novo*”, com previsão de término para o final do mesmo ano. Esse prédio, destinado a alojar todo o aparato administrativo da UFT de Arraias, teve suas obras suspensas sem conclusão no dia 04 de fevereiro de 2011. Somente no dia 05 de dezembro de 2011, após 10 (dez) meses de paralisação, as obras foram retomadas com previsão de entrega para abril de 2012. Apesar de concluída a obra, até a presente data a edificação não foi inaugurada por ter sido recebida com “ressalvas”, recebimento provisório; a empresa está fazendo as adequações, visto que foram detectados problemas em seu acabamento.

Atrelada à construção do BALA está a edificação da subestação de energia elétrica. O “*Campus Novo*” não possui rede de energia elétrica suficiente para comportar o funcionamento do novo prédio nem para suportar a instalação de aparelhos de ar condicionado nas salas de aula, visto que existe um único transformador da rede que atende todo o *campus*. A subestação de energia elétrica está concluída; no entanto, o que falta para seu funcionamento é a energização de responsabilidade da Celtins, processo que já está em andamento.

A paralisação e a não inauguração das obras do BALA ocasionaram muitos transtornos para o *campus* de Arraias. É grande a expectativa do funcionamento desse bloco para a melhor alocação dos departamentos administrativos do *campus*. A Direção Geral, a Coordenação Administrativa, a Coordenação do Curso de Biologia (EAD), o Auditório, os laboratórios de Educação Matemática e de Ensino de Ciências, o Laboratório Práticas Pedagógicas (LAPPE), a reprografia administrativa e as salas dos professores continuam funcionando no “*Campus Velho*”.

A estrutura física até então descrita ainda não é a ideal para o completo funcionamento de todas as atividades acadêmicas e administrativas. Faltam, na UFT de Arraias, espaços para reuniões e espaço para convivência de técnicos administrativos e professores. Por isso, a conclusão do BALA é relevante para o melhor funcionamento de suas atividades, visto que, nesse prédio, há um auditório que supriria em parte as necessidades da comunidade acadêmica. Além disso, o “*Campus Novo*” não oferece passarelas interligando os blocos e não se verifica acessibilidade para pessoas com deficiências, sejam elas estudantes, servidores ou membros da comunidade externa.

### **7.2.2. Araguaína**

A administração do *Campus* Universitário está alocada na Unidade Cimba, no prédio BALA, que comporta: Direção do *Campus*, Setor de Logística, Setor de Obras, Gerência de Desenvolvimento Humano - GDH, Setor de Compras, Setor de Ações em Saúde, Setor de Patrimônio, Setor de Administração Geral do *Campus*, Secretaria Acadêmica, Coordenações de Cursos (História, Geografia, Letras, Matemática, Física, Química e Biologia, e dos cursos de Gestão de Cooperativa, Gestão de Turismo e Logística), Almojarifado, Setor de Serviços Elétricos do *Campus*, Diretoria de Informática e salas dos professores dos cursos de Geografia, História, Letras e Matemática. Nesse mesmo prédio, funcionam ainda: a coordenação do PIBID, na sala onde era o Auditório I da Unidade Cimba; uma copa com geladeira, mesa e armário; uma sala para a reprografia, que serve para o serviço administrativo da Universidade e serviços pedagógicos no atendimento aos professores; Núcleo Indígena; Laboratório de História; Núcleo de Inclusão e Apoio ao Deficiente (NIAD); e a Universidade da Maturidade (UMA).

Esse prédio possui acessibilidade com rampas na sua área externa, mas não interligando um patamar a outro (o que é feito por elevador). As portas e os banheiros são adequados para um cadeirante e há sinalização em braile nas portas para pessoas com necessidades especiais visuais. Vale ressaltar que o prédio possui um elevador; porém, este nunca funcionou e não possui acessibilidade devida ao cadeirante em decorrência da altura do painel de controle. Segundo o Setor de Administração do *Campus* (2012), “o elevador para portadores de necessidades especiais encontra-se interditado temporariamente à espera de manutenção”.

No prédio do Anfiteatro, funcionam salas de aula, salas de apoio dos cursos de Gestão de Turismo, Gestão de Cooperativas, Logística, Biologia, Química e Física, a Central de Estágios e a Biblioteca da Unidade CIMBA – Biblioteca Professor Severino Francisco de Oliveira.

No prédio “14 Bis”, funcionam as coordenações dos cursos do PARFOR – Geografia, História, Letras, Pedagogia e Matemática, a coordenação do Curso de Biologia a Distância - EaD e a Coordenação do Mestrado e Doutorado em Letras, além de uma sala de aula e uma sala para reuniões.

O prédio BALA está em boas condições: a maioria dos aparelhos de ar condicionado do prédio está funcionando; os banheiros estão conservados; a escada está em boas condições e possui grade de proteção. Contudo, a iluminação do estacionamento apresentou problema e, até dezembro de 2012, não houve reparo. O prédio do Anfiteatro possui acessibilidade e está bem conservado. No prédio 14 Bis, os banheiros estão conservados e a edificação possui iluminação adequada.

Na Unidade Administrativa da EMVZ, funcionam: coordenações dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia; extensão da Secretaria Acadêmica, do Protocolo e do Setor de Recursos Humanos; apoio à Direção de *Campus*; a Central de Estágios e o Setor de *Campus*.

### **7.2.3. Gurupi**

Em termos de instalações, de acordo com o proposto no planejamento estratégico do *Campus* Universitário de Gurupi, hoje a unidade conta com as seguintes áreas e setores:

- 01 (um) bloco BALA I: Bloco de Apoio Logístico e Administrativo, com uma área total de 1.453m<sup>2</sup> (um mil, quatrocentos e cinquenta e três metros quadrados); abriga no segundo andar: instalações administrativas do *Campus*, Direção, Administração, Recursos Humanos (RH), Patrimônio, Transporte, Setor de Compras, Diárias; Coordenações Acadêmicas; Coordenação do Uso do Espaço Físico; Coordenação de Pesquisa, Extensão e Cultura. Todos esses setores possuem acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais. Além disso, esse bloco abriga, no primeiro piso, salas de professores;

- 01 (um) bloco BALA II: área total de 1.453m<sup>2</sup> (um mil, quatrocentos e cinquenta e três metros quadrados), cuja função é dar suporte logístico e administrativo ao *campus*. No primeiro piso, já se encontra instalada a nova biblioteca do *campus* e, no segundo, futuramente serão instaladas novas salas de professores e coordenações de curso de graduação e de pós-graduação (o que está aguardando remanejamento de divisórias pelo contrato de manutenção predial).
- 01 (um) bloco administrativo: área total de 517,50m<sup>2</sup> (quinhentos e dezessete, vírgula, cinquenta metros quadrados), abrigando o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), a Secretaria Acadêmica, a sala de estudos para mestrado e doutorado, a Central de Estágio e a coordenação do curso de Agronomia;
- 01 (um) bloco Programa de Formação de Professores (PARFOR), com área total de 405,74m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinco, vírgula, setenta e quatro metros quadrados). Atualmente, o bloco encontra-se com problemas no telhado/forro, estando o reparo constante nas demandas do contrato de manutenção predial;
- 01 (um) bloco Coordenação de Engenharia Florestal, com área total de 44,00m<sup>2</sup> (quarenta e quatro metros quadrados);
- 01 (um) bloco Incubadora, com área total de 896,47m<sup>2</sup> (oitocentos e noventa e seis, vírgula, quarenta e sete metros quadrados); mas o prédio encontra-se com problemas – a empresa está sendo notificada pela Diretoria de Obras Cíveis da UFT por problemas caracterizados como “vícios de obra”;
- 01 (um) bloco de Sala Técnicos em Agropecuária e Galpão, com área total de 210,00m<sup>2</sup> (duzentos e dez metros quadrados);

O *campus* possui uma área interna de 62,40 (sessenta e dois e quarenta) hectares e uma Fazenda Experimental de 138 (cento e trinta e oito) hectares;

#### **7.2.4. Miracema**

A área física do *campus* de Miracema é de 19.305,70 m<sup>2</sup> (dezenove mil, trezentos e cinco, vírgula, setenta metros quadros). A área edificada é de 3.325,89 m<sup>2</sup> (três mil, trezentos e vinte e cinco, vírgula, oitenta e nove metros quadrados), que comportam a administração (com 1.822,40 m<sup>2</sup>), os blocos I e II de salas de aulas (cada um com 468,44 m<sup>2</sup>), o prédio da

nova biblioteca (com 405,74 m<sup>2</sup>) e a cantina (com 160,87 m<sup>2</sup>). Conta ainda com uma área em projeção para o Centro Cultural, de 1.455,02 m<sup>2</sup> (um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco, vírgula, zero dois metros quadrados)<sup>4</sup>.

O *campus* ainda possui, em suas dependências, uma área livre para convivência, estacionamento, 01 (um) auditório com capacidade para aproximadamente 120 (cento e vinte) pessoas, 1 (uma) biblioteca com capacidade para 50 (cinquenta) alunos; 08 (oito) salas para docentes, sendo todas equipadas com computador e *internet*, ramal telefônico e acesso a central de cópias; 10 (dez) salas de aula com refrigeração; banheiros e uma sala de reprografia.

Na área construída, há 3 (três) blocos: um para as instalações administrativas do *campus* e os outros dois para as salas de aula. Entre os blocos de sala de aula, encontra-se a cantina, que ainda não foi completamente licitada para funcionamento.

Durante o ano 2012, houve alteração da estrutura física na área administrativa por meio de manutenção predial. Ao final do ano em análise, essa estrutura caracteriza-se da seguinte forma:

- Prédio com dois pavimentos.
- Piso inferior: 2 (dois) banheiros (um feminino e o outro masculino), 01 (uma) sala onde funciona a Secretaria Acadêmica; copa; 01 (uma) sala de reunião; Laboratório de Informática; Central de Estágio; Diretoria de Assuntos Internacionais; Centro de Idiomas; GT Indígena; 02 (duas) salas de projeto de extensão; 01 (uma) sala para o curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Infantil (que também contempla um projeto de extensão).
- Nesse mesmo prédio administrativo, encontra-se, também, 01 (um) auditório de 14,25m x 9,5m, ou seja, aproximadamente 135m<sup>2</sup> (cento e trinta e cinco metros quadrados), comportando uma média de 120 (cento e vinte) pessoas. O espaço possui 02 (dois) aparelhos de ar-condicionado tipo SPLIT, aparelhagem de som com dois microfones, *data show*, tela de projeção e *internet wireless*.
- No piso superior, encontram-se: 08 (oito) salas de professores, equipadas com mesas, cadeiras e computadores conectados à *internet*; 02 (dois) banheiros (um masculino e outro feminino); 01 (uma) sala com subdivisões que comporta o Centro Acadêmico dos Cursos de Pedagogia e Serviço Social e o Diretório Central

---

<sup>4</sup> Dados atualizados de acordo com a escritura de doação do terreno, efetivada pela Prefeitura Municipal de Miracema em 15 de dezembro de 2011.

dos Estudantes (DCE); 02 (duas) coordenações dos cursos regulares e a coordenação do PARFOR; 01 (uma) sala da secretaria executiva do *campus*; 01 (uma) Sala da Direção; 01 (uma) sala de reprografia – somente para uso interno; 01 (uma) sala para almoxarifado e patrimônio. A Coordenação Administrativa Financeira (CAF) funciona juntamente com os setores de Protocolo, RH, Transporte, Diárias e Passagens. Também há 01 (uma) sala específica para a Central de Processamento de Dados (CPD) e 03 (três) salas para projetos de extensão. Ainda há 01 (uma) sala para arquivo morto e a caixa d'água.

Ressalta-se que o prédio administrativo não é adequado para as pessoas com necessidades especiais, principalmente para o acesso ao piso superior, aguardando a instalação de um elevador.

O *campus* possui também 02 (dois) blocos com 05 (cinco) salas de aula cada um deles. Cada sala possui 02 (dois) aparelhos de ar condicionado tipo SPLIT, uma mesa de professor, cadeiras de alunos e um quadro branco. Ressalta-se que 03 (três), dentre as 10 (dez salas), não possuem forro acústico e aguardam adequação por meio de um processo de manutenção predial em andamento. Cada bloco possui 01 (um) banheiro e ambos contam com acesso a pessoas com necessidades especiais.

Entre os 02 (dois) blocos descritos, há uma área chamada de “área de convivência”, onde foi construída uma cantina. Apesar de a obra já ter sido concluída, a cantina ainda não entrou em funcionamento.

No espaço entre os blocos de sala de aula e o prédio administrativo, encontram-se a entrada da instituição e o estacionamento com capacidade aproximada para 30 (trinta) vagas para carros, 50 (cinquenta) para motocicletas e 24 (vinte e quatro) para bicicletas. Esse espaço ainda é composto por uma guarita e bancos de cimento (ao ar livre).

Durante o ano 2012, foi construída a subestação de energia elétrica, sanando os problemas elétricos emergenciais. Atualmente, está em processo de construção o vestiário, que ocupará espaço entre o prédio administrativo e o novo prédio da biblioteca, contando com aproximadamente 70,35m<sup>2</sup> (setenta, vírgula, trinta e cinco metros quadrados). O vestiário disponibilizará chuveiros à comunidade acadêmica. No final de 2012, foi aprovado o projeto de construção de mais 01 (um) bloco de 05 (cinco) salas de aula para a expansão acadêmica do *campus*.

### 7.2.5. Palmas

Os espaços físicos utilizados no *campus* de Palmas estão distribuídos em blocos de salas de aulas e de laboratórios, espaços de cunho administrativo, espaço para cultura e arte, almoxarifado, Rádio Universitária, Biblioteca, cantinas, Restaurante Universitário e Estação Experimental.

Os espaços físicos estão de acordo com o número de usuários e o tipo de atividade proposta para cada ambiente específico. Todas as instalações possuem condições satisfatórias referentes a acústica, iluminação e ventilação. A maioria possui iluminação natural e artificial, climatização por ar-condicionado ou ventiladores e mobiliário em quantidades, a princípio, suficientes.

A limpeza e a conservação são serviços prestados por equipe terceirizada. Quanto à manutenção preventiva e corretiva dos prédios, são contratadas empresas conforme a necessidade e o tipo de serviço; alguns casos são resolvidos por funcionários da empresa terceirizada ou por funcionários do quadro efetivo da instituição.

### 7.2.6. Porto Nacional

O *campus* de Porto Nacional está dividido em 02 (dois) espaços. Um deles está localizado a 6 km (seis quilômetros) do centro da cidade, com uma área total de 75.568m<sup>2</sup> (setenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito metros quadrados), onde estão construídos 12 (doze) prédios (ou blocos), ocupando um espaço de aproximadamente 7.078,96m<sup>2</sup> (sete mil e setenta e oito, vírgula, noventa e seis metros quadrados) de área construída. Consta de: 01 (um) bloco administrativo (333,83m<sup>2</sup>); 1 (um) bloco onde estão as coordenações dos cursos e sala de professores (434,70m<sup>2</sup>); 2 (dois) blocos com salas de aulas (blocos I e III, 1.149,72m<sup>2</sup> e 1.433,802m<sup>2</sup> respectivamente), sala de vídeo (41,05m<sup>2</sup>) e o auditório do *campus* (climatizado, com espaço para 78 pessoas); o bloco da Biblioteca (744m<sup>2</sup>); 01 (um) bloco onde estão os programas de Educação a Distância, PARFOR e PIBID (405,74m<sup>2</sup>); 6 (seis) blocos que alojam os laboratórios de ensino, pesquisa, núcleos de pesquisa e mestrados (blocos II, IV, V, VI, VII e NEAMB), além de um espaço para depósito químico (25,00m<sup>2</sup>). Somente o bloco II não apresenta sanitários. As salas de aula estão em processo de climatização.

O outro espaço físico fica no centro da cidade (UFT Centro), com 3.710,00m<sup>2</sup> (três mil, setecentos e dez metros quadrados) de área e 653,23m<sup>2</sup> (seiscentos e cinquenta e três, vírgula, vinte e três metros quadrados) de construção. Conta com: 04 (quatro) salas de aulas climatizadas, contendo 30 (trinta) carteiras cada; 01 (um) auditório com capacidade para 120 (cento e vinte) pessoas; sanitários masculino e feminino. Essas instalações são utilizadas para realização de ações de extensão de todos os cursos.

O Laboratório de Informática dos Alunos (Labin) está localizado no bloco II, climatizado, com cerca de 64m<sup>2</sup> (sessenta e quatro metros quadrados). Possui 30 (trinta) máquinas; porém, algumas não estão funcionando.

A biblioteca apresenta espaço físico de 744m<sup>2</sup> (setecentos e quarenta e quatro metros quadrados); é climatizada e tem sanitários adequados para portadores de deficiência física (a esse respeito, vale ressaltar que, nos diferentes blocos, alguns dos sanitários estão adequados para portadores de necessidades, mas o *campus* ainda precisa melhorar neste quesito).

Quanto à alimentação, existe uma lanchonete particular dentro do *campus* que atende toda a comunidade e que deverá ser substituída pelos serviços da cantina. Esta já foi construída, mas está aguardando o processo licitatório para entrar em funcionamento.

Não existe espaço no *campus* que viabilize satisfatoriamente as atividades culturais. No entanto, há uma negociação com a Diretoria de Obras Civas da UFT para liberar um espaço para a construção do Centro de Convivência.

Quanto às copiadoras, o *campus* possui 02 (duas): 01 (uma) terceirizada, contratada para atender os departamentos administrativos e pedagógicos (Bloco Administrativo), e outra particular, que atende os alunos (bloco I).

O *campus* possui uma rede *wireless* que recebeu investimento em 2012, ampliando a velocidade de conexão por meio de um link de 30 *Megapixels*, o que permitiu que os alunos tivessem uma melhor conexão com a internet.

### **7.2.7. Tocantinópolis**

O *campus* de Tocantinópolis está localizado no perímetro urbano da cidade de Tocantinópolis e ocupa uma área de 4.935,68 m<sup>2</sup> (quatro mil, novecentos e trinta e cinco, vírgula, sessenta e oito metros quadrados). Tem suas atividades distribuídas em 06 (seis) blocos: bloco das salas de aula, com 11 (onze) salas; bloco da administração, onde funciona o

Setor Administrativo e a Secretaria Acadêmica; bloco do PARFOR, onde funciona a Direção do *Campus* e as coordenações de curso; bloco dos professores, com 02 (duas) salas de reunião e 20 (vinte) gabinetes de professores; bloco da biblioteca; bloco do laboratório de informática. Pertence ainda à área do *campus* um prédio com 04 (quatro) salas de aula e outras dependências; esse prédio está cedido para a prefeitura, funcionando como uma Escola de Educação Infantil.

Entre 2008 e 2010, a unidade de Tocantinópolis dobrou seu espaço físico: de 05 (cinco) para 11 (onze) salas de aula, (sendo 09 salas de aula, 01 brinquedoteca e 01 sala destinada ao Cineclubinho). A biblioteca foi alocada num espaço maior e mais adequado e parte dos setores administrativos passaram a funcionar no bloco construído para abrigar as atividades do PARFOR. As redes elétricas e hidráulicas foram reformadas, bem como as salas de professores; os laboratórios ganharam novas salas e as dependências administrativas foram ampliadas e equipadas, possibilitando melhores condições de trabalho.

Todas as salas de aula, as salas de professores, os laboratórios e as dependências administrativas possuem aparelhos de ar condicionado, e os banheiros, em sua grande maioria, foram adaptados para pessoas com necessidades físicas. Porém, é preciso observar que alguns problemas já se tornaram visíveis, seja pela má qualidade da reforma, seja pela falta de manutenção: as fechaduras das portas (principalmente das salas de aula) apresentam defeitos, muitas vezes não fecham e, em outras, há dificuldades para serem abertas.

Durante o ano 2012, não houve construção ou inauguração de novas obras no *campus*. São visíveis os problemas relacionados à falta de espaço de convivência, de passarelas cobertas para o deslocamento entre os blocos (principalmente para ir das salas de aula à biblioteca) e, também, no que tange à falta de calçamento ao redor dos prédios e nos estacionamentos. Também não há placas de sinalização que possam identificar a direção dos setores no interior do *campus*.

### 7.3. AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE NA UNIVERSIDADE

Os dados a seguir revelam a avaliação da comunidade universitária sobre a infraestrutura da Universidade em todos os *campi*. Relacionam-se a biblioteca, salas de aula, laboratórios, gabinete de professores, secretaria acadêmica, espaços de convivência, espaços para Centros Acadêmicos, cantinas e restaurantes, passarelas, transporte coletivo e calçadas.

A pesquisa foi realizada por meio de consulta eletrônica junto à comunidade universitária da UFT. Participaram discentes, docentes e técnicos administrativos da Universidade em todos os *campi*, somando um total de 1.231 (um mil, duzentos e trinta e um) participantes, sendo: 132 (cento e trinta e dois) de Araguaína, 280 (duzentos e oitenta) de Arrais, 134 (cento e trinta e quatro) de Gurupi, 92 (noventa e dois) de Miracema, 403 (quatrocentos e três) de Palmas, 67 (sessenta e sete) de Porto Nacional, 92 (noventa e dois) de Tocantinópolis e 31 (trinta e um) da Reitoria. O questionário foi aplicado entre os dias 26 de novembro de 2012 e 19 de janeiro de 2013.

### 7.3.1. Biblioteca

Sobre a biblioteca, perguntou-se a respeito da estrutura física, da organização e do acesso ao acervo, da qualidade do atendimento e sobre as orientações/instruções dos servidores do setor quanto à utilização do portal Capes.

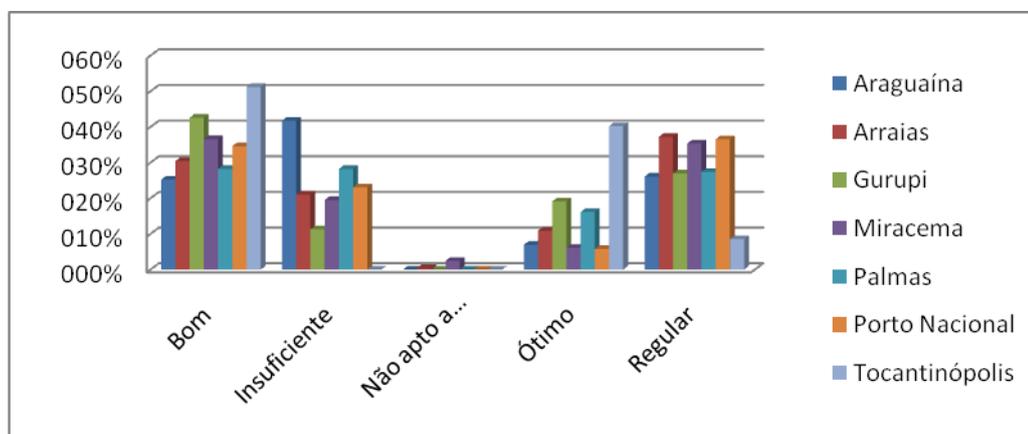


Gráfico 25 - Estrutura física das bibliotecas (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, equipamentos, limpeza, segurança, acessibilidade).

Nota-se pelo gráfico 25 que, no *campus* de Araguaína, há uma avaliação mais negativa sobre a estrutura física da biblioteca. Em torno de 40% (quarenta por cento) das respostas consideraram insuficientes as condições de sua biblioteca e outros, próximos de 25% (vinte e cinco por cento), consideraram-nas regulares. A avaliação mais positiva da biblioteca nesses quesitos vem do *campus* de Tocantinópolis: em torno de 50% (cinquenta por cento) consideraram boa a estrutura física desse espaço e 40% (quarenta por cento), ótima.

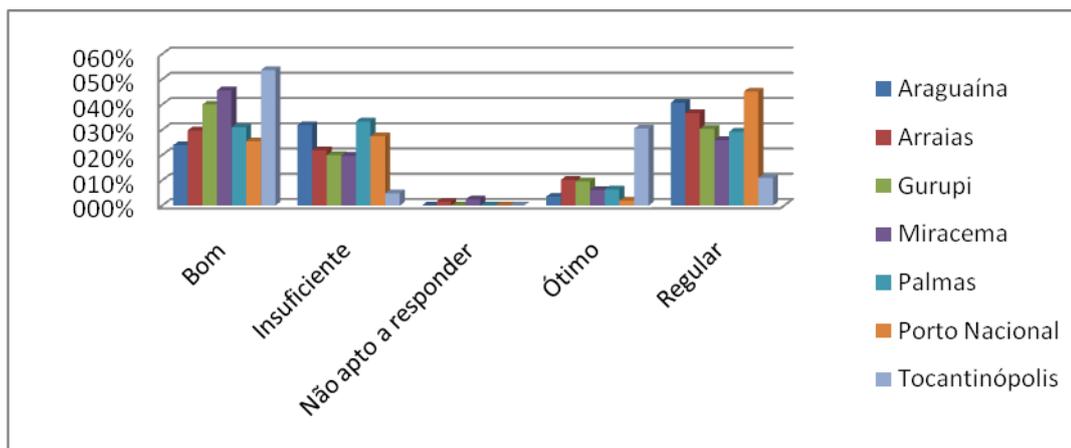


Gráfico 26 - Organização e acesso ao acervo (número de exemplares, instalações para leitura e estudo, atendimento informatizado, qualidade e quantidade dos computadores, atualização e reposição do acervo)

Em relação à organização do acervo e ao acesso a ele (gráfico 26), verifica-se que, novamente, a biblioteca do *campus* de Tocantinópolis se destaca na avaliação positiva: mais de 50% (cinquenta por cento) avaliaram como bom e em torno de 30% (trinta por cento), ótimo. A avaliação mais negativa ficou para Palmas e Araguaína. Na capital, a avaliação apontou mais de 30% (trinta por cento) da comunidade julgando como insuficiente e mesmo percentual avaliando como regular. Em Araguaína, mais de 30% avaliaram como insuficiente e 40% (quarenta por cento), como regular. Verifica-se também que a biblioteca do *campus* de Porto Nacional não tem uma avaliação muito positiva nesse quesito: mais de 25% (vinte e cinco por cento) da comunidade avaliou como insuficiente e mais de 40% (quarenta por cento), como regular.

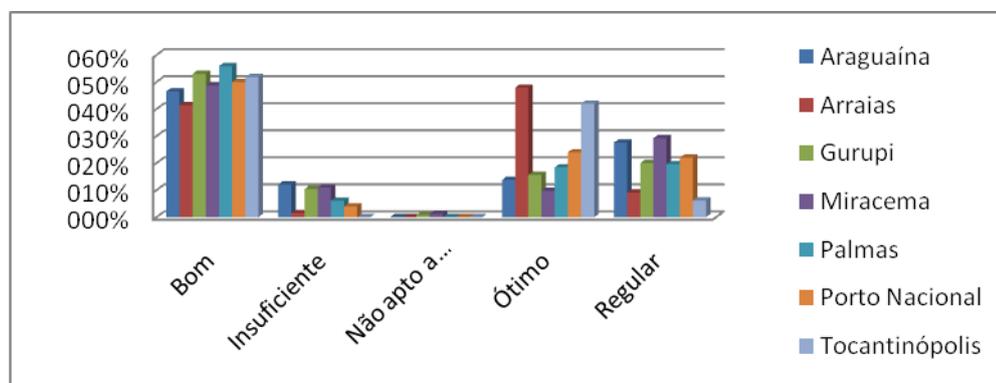


Gráfico 27 - Qualidade do atendimento na biblioteca.

No que se refere ao atendimento na biblioteca, verifica-se que, no geral, há uma avaliação bem positiva a esse respeito. As alternativas bom e ótimo foram escolhidas por

mais de 50% (cinquenta por cento) dos avaliadores de todas as bibliotecas da instituição. O menor índice de satisfação em relação ao atendimento pode ser verificado nos *campi* de Araguaína e Miracema, em que as alternativas insuficiente e regular chegam a mais de 30% (trinta por cento).

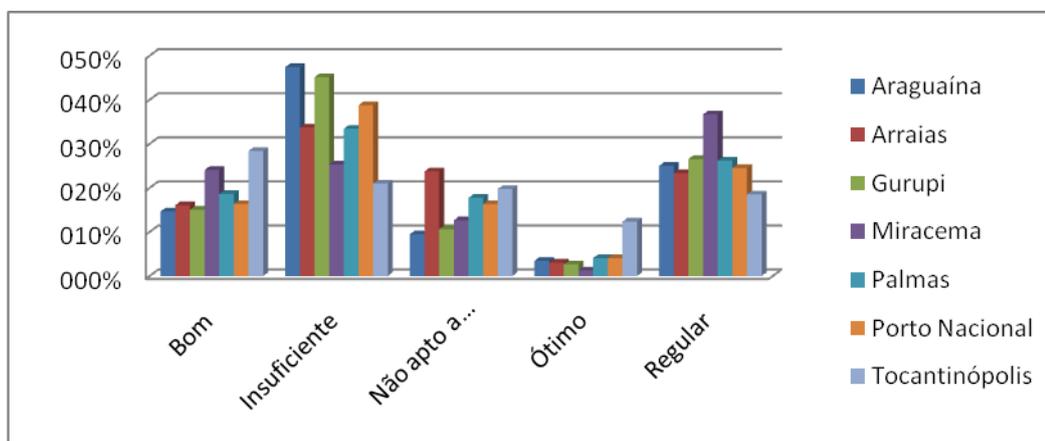


Gráfico 28 - Orientações/instruções dos servidores do setor da biblioteca quanto à utilização do portal Capes.

A orientação para a utilização do portal da Capes parece ser um problema para todas as bibliotecas da Universidade. Como se pode ver no gráfico 28, predominam respostas nas alternativas insuficiente, regular ou não apto a responder.

### 7.3.2. Salas de aula

A avaliação das salas de aula foi feita por professores e estudantes. Perguntou-se a eles sobre a estrutura física das salas e sobre os recursos que estas oferecem. O gráfico a seguir mostra os resultados:

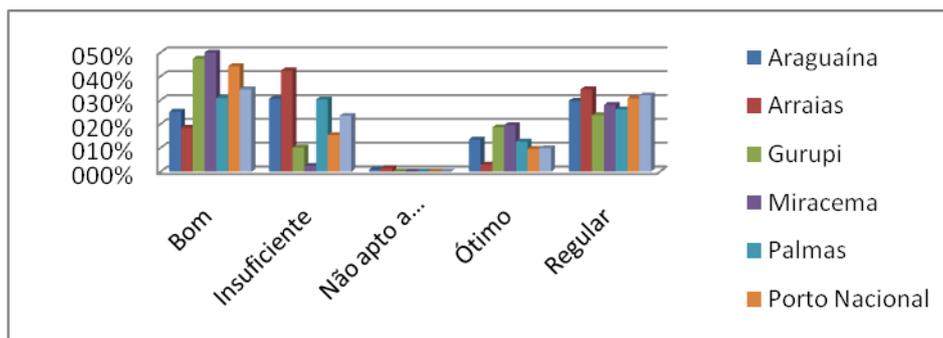


Gráfico 29 - Estrutura física das salas de aula (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, equipamentos, limpeza, segurança, acessibilidade).

Em relação à estrutura física das salas de aula, percebe-se que há uma avaliação bastante negativa no *campus* de Arraias, seguido de Araguaína e Palmas. No caso do primeiro, verifica-se que mais de 40% (quarenta por cento) avaliaram como insuficiente a estrutura das salas de aula e quase 35% (trinta e cinco por cento) consideraram-na regular. Não chegam a 20% (vinte por cento) aqueles que a consideraram boa ou ótima. A avaliação mais positiva das salas de aula está no *campus* de Miracema, com 50% (cinquenta por cento) avaliando-as como boas e mais de 25% (vinte e cinco por cento) avaliando como ótimas.

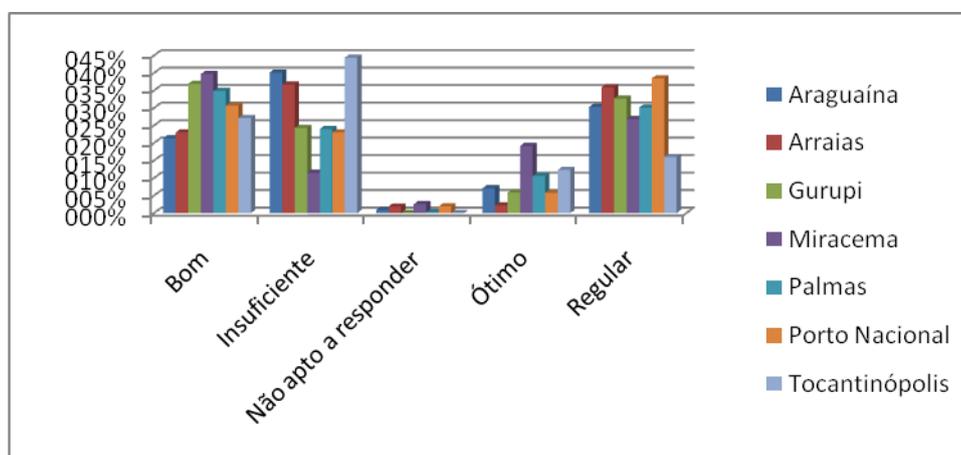


Gráfico 30 - Disponibilidade e eficácia de recursos didáticos e de multimídia nas salas de aula (quadro branco, pincéis, televisões, data show etc.).

Sobre a disponibilidade e a eficácia dos recursos didáticos, verifica-se uma avaliação negativa em Tocantinópolis e em Araguaína. No primeiro *campus*, são mais de 40% (quarenta por cento) dos avaliadores julgando como insuficientes esses aspectos e 15% (quinze por cento), como regulares. Já em Araguaína, são 40% (quarenta por cento) para insuficiente e 30%

(trinta por cento) para regular. No *campus* de Arraias, a disponibilidade e a eficácia dos recursos didáticos também não são bem avaliadas: mais de 35% (trinta e cinco por cento) consideram-nas insuficientes e praticamente o mesmo percentual consideram-nas regulares. A avaliação mais positiva nesse quesito novamente está no *campus* de Miracema, com quase 20% (vinte por cento) para ótimo e quase 40% (quarenta por cento) para bom.

As principais observações sobre as salas de aula, feitas por alunos que responderam o questionário, referem-se à falta de conforto (ar condicionado) em algumas salas e, principalmente, à falta de equipamentos didático-tecnológicos. Sobre o conforto, foram expostas considerações como: “Falta ar condicionado nas salas de aula.”; “As salas não têm infraestrutura adequada, não têm conforto”; “Estudo no anfiteatro. Salas exageradamente grandes e lotadas, o que faz o nível da aula decair radicalmente.”.

Sobre os equipamentos: “data show insuficiente para atender a demanda.”; “quanto aos recursos de multimídia, existe uma verdadeira disputa entre os professores para utilizá-los”; “em algumas salas, o cabo da televisão está danificado e não transmite muito bem a imagem do computador para a tela e os data shows são insuficientes.”; “A infraestrutura da UFT EMVZ-Araguaína é muito ruim, quase todos os data show estão quebrados, os quadros brancos são sempre sujos e ruins de escrever”; “É necessário a instalação de modo permanente nas salas de aula de equipamentos multimídia como instrumentos auxiliares ao professor.”<sup>5</sup>

Também foram feitas observações sobre a abertura das salas de aula em outros horários: “As salas só ficam abertas em horário de aula. Deveria haver salas disponíveis para os alunos estudarem.”

### 7.3.3. Laboratórios

Sobre os laboratórios de ensino, perguntou-se a respeito da estrutura física (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, equipamentos, limpeza, segurança, acessibilidade), da quantidade para atender a demanda, se o avaliador era ou não usuário dos laboratórios de ensino e se considerava importante ou não os laboratórios de ensino para sua formação.

Avaliou-se separadamente o laboratório de informática dos *campi*. Nesse caso,

---

<sup>5</sup> Transcrições exatas, tal qual postadas pelos participantes da pesquisa.

perguntou-se primeiramente se o respondente era ou não usuário do laboratório de informática; em seguida, se usuário, como avaliava a estrutura física (tamanho, acústica, iluminação etc.); também, sobre o estado de conservação e sobre a qualidade do acesso à internet.

### 7.3.3.1 Laboratórios de ensino

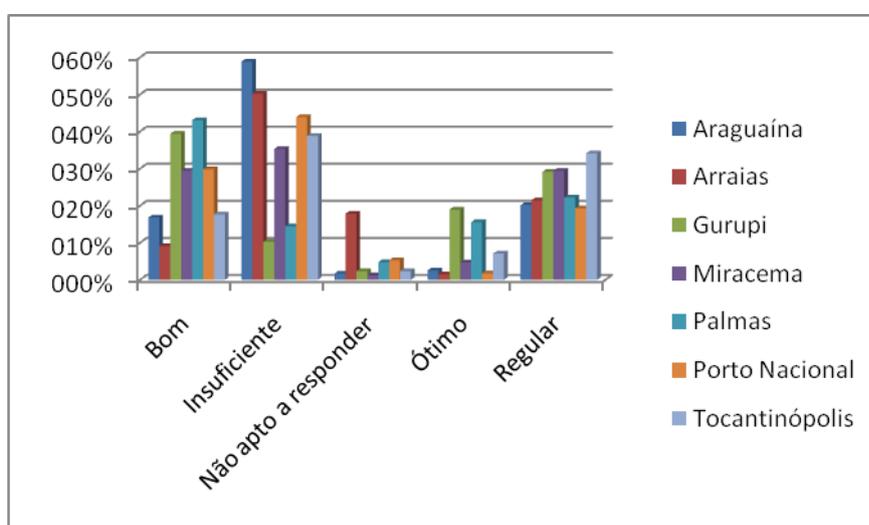


Gráfico 31 – Estrutura física dos laboratórios de ensino (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, equipamentos, limpeza, segurança, acessibilidade).

A avaliação dos laboratórios de ensino, de forma geral, como mostra o gráfico 31, não é boa em toda a Universidade. Observa-se que, com exceção de Gurupi e de Palmas, nos demais *campi*, em torno de 40% (quarenta por cento) dos respondentes consideram a estrutura desses laboratórios insuficiente. No caso do *campus* de Araguaína, esse índice aproxima-se dos 60% (sessenta por cento).

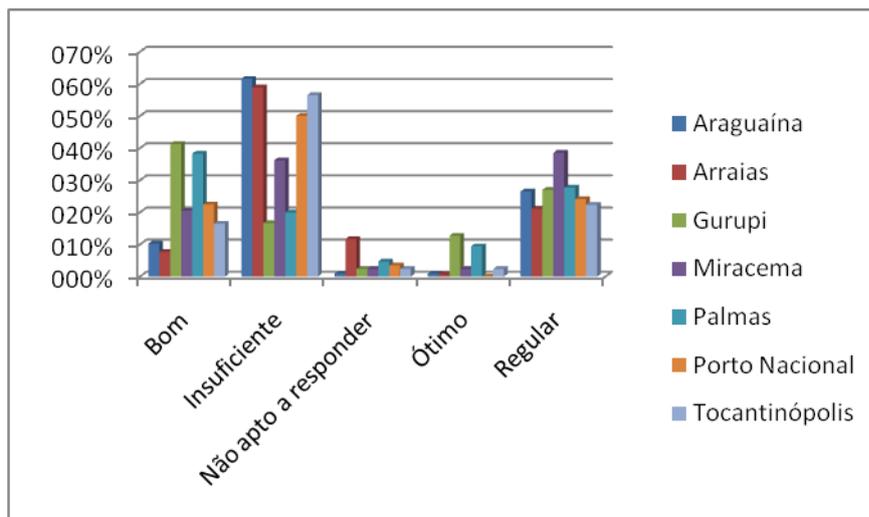


Gráfico 32 - Quantidade de laboratórios de ensino para atender as necessidades da comunidade acadêmica.

Quanto à quantidade dos laboratórios de ensino, a avaliação também não é positiva. Verifica-se que, na maioria dos *campi*, esses espaços são considerados insuficientes para atender a necessidade da comunidade acadêmica.

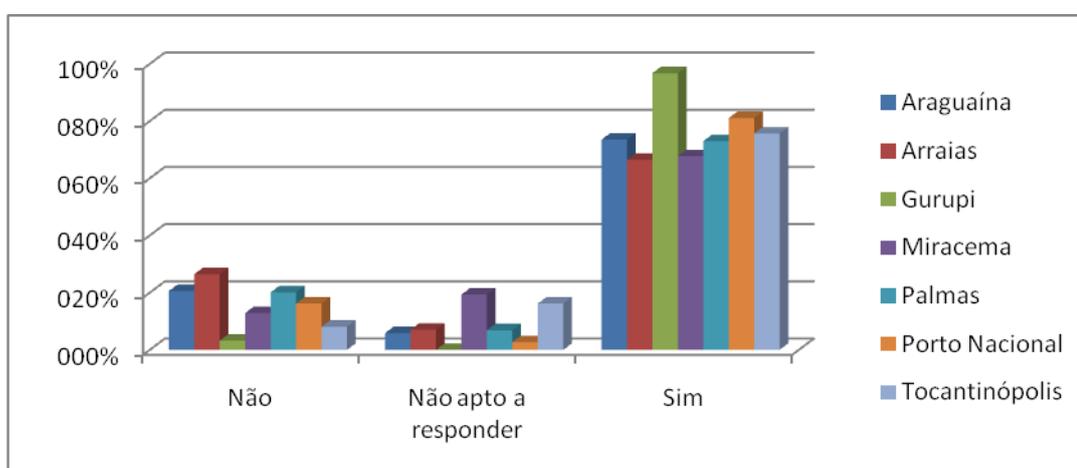


Gráfico 33 - Percentual de usuários dos laboratórios de ensino.

Quando perguntado se os respondentes eram ou não usuários dos laboratórios de ensino, verificou-se que em torno de 70 (setenta) e 80% (oitenta por cento) dos participantes da pesquisa informaram que sim. No caso do *campus* de Gurupi, onde se verifica uma avaliação mais positiva desses laboratórios, são mais de 90% (noventa por cento) os que se declararam usuários dos referidos espaços.

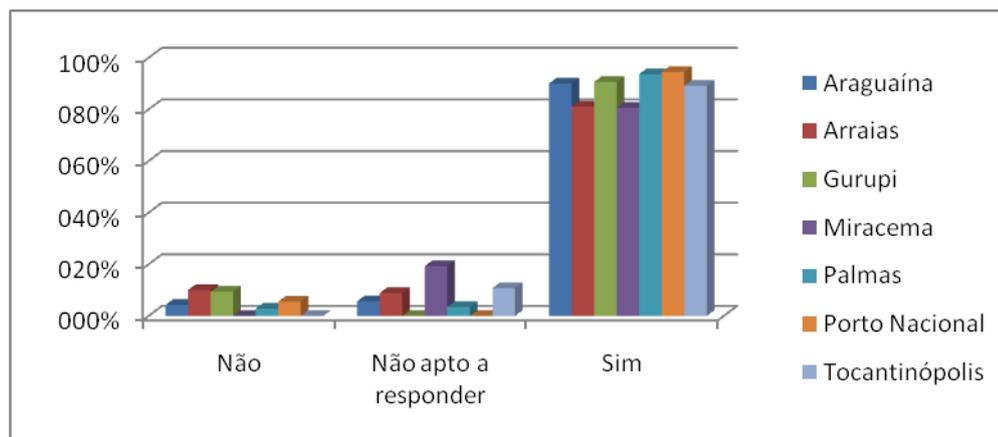


Gráfico 34 - Relevância dos laboratórios de ensino para a formação.

Quando perguntado se os respondentes consideravam relevante ou não esse tipo de estrutura para sua formação, a grande maioria declarou que sim. O índice daqueles que não consideravam relevante chegou próximo de 10% (dez por cento) nos *campi* de Arraias e Gurupi, o que é uma informação preocupante. Há também um percentual em torno de 20% (vinte por cento) dos que se declararam não aptos a responderem no *campus* de Miracema.

### 7.3.3.2 Laboratório de informática

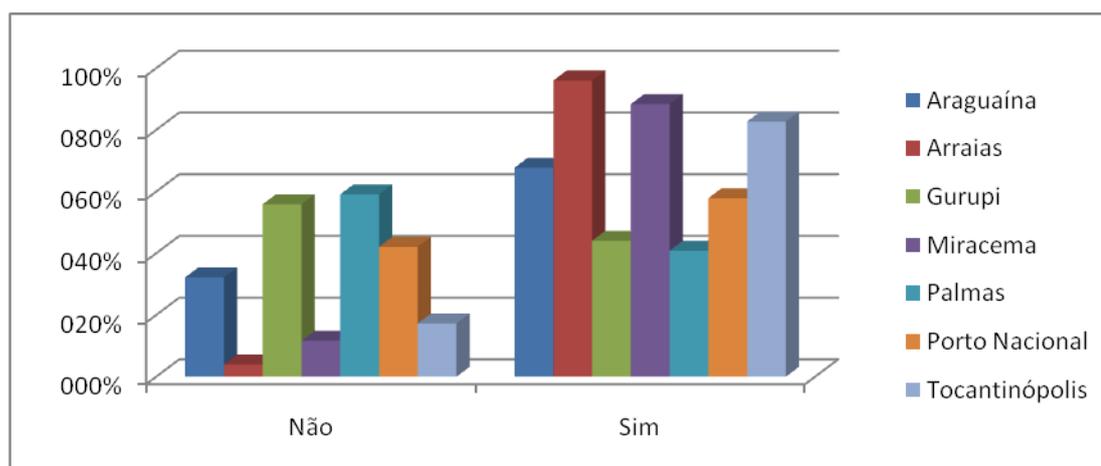


Gráfico 35 - Percentual de usuários do laboratório de informática.

Sobre os laboratórios de informática, a pesquisa mostrou que, em 5 (cinco) *campi*, está acima de 50% (cinquenta por cento) o percentual dos participantes da pesquisa que se declararam usuários desses laboratórios. Em Arraias, Miracema e Tocantinópolis, esse índice passa de 80% (oitenta por cento). Verifica-se também que, em Gurupi e Palmas, o percentual

de usuários é menor, o que pode estar relacionado às questões anteriores sobre os laboratórios de ensino, visto que, nesses dois *campi*, há uma avaliação mais positiva em relação à quantidade e à qualidade dos laboratórios de ensino; também, o fato pode estar relacionado à maior viabilidade de acesso a equipamentos de informática pelos alunos em cidades maiores, como Palmas, Araguaína, Porto Nacional e Gurupi.

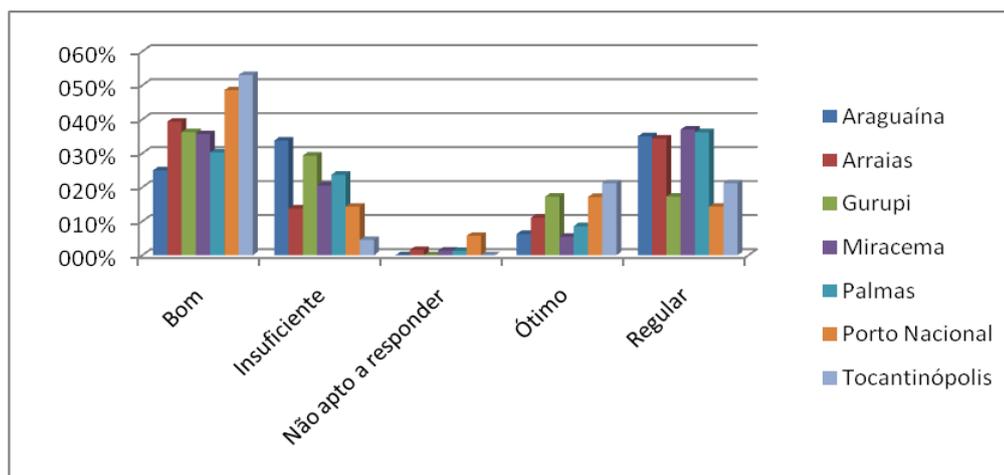


Gráfico 36 - Estrutura física do laboratório de informática (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, limpeza, segurança, acessibilidade).

Sobre a estrutura física dos laboratórios de informática, verificou-se que, no geral, receberam avaliação “bom” ou “regular”. As avaliações mais positivas estão no *campus* de Tocantinópolis, com 20% (vinte por cento) de “ótimo” e mais de 50% (cinquenta por cento) de “bom”. As avaliações mais negativas estão no *campus* de Araguaína, com mais de 30% (trinta por cento) “insuficiente” e o mesmo percentual de “regular”.

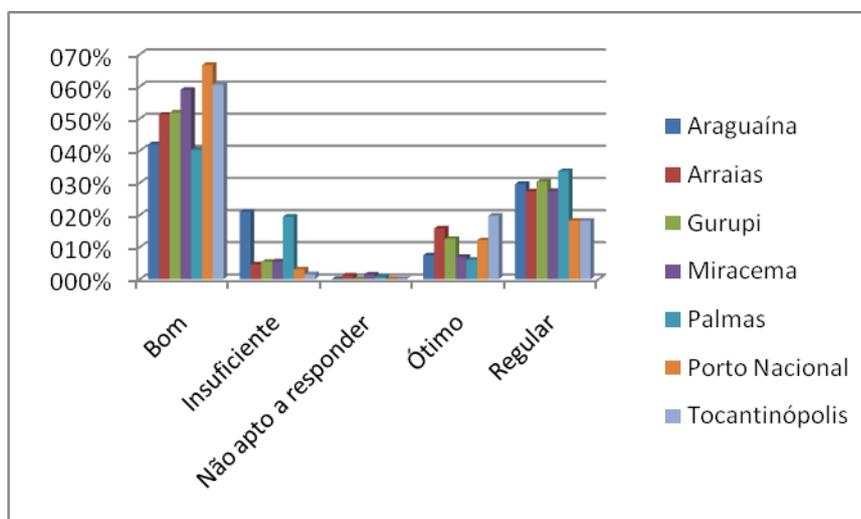


Gráfico 37 - Estado de conservação do laboratório de informática.

Quanto ao estado de conservação do laboratório de informática, há, no geral, uma avaliação positiva. A grande maioria dos entrevistados considera que seus laboratórios de informática estão em bom ou regular estado de conservação.

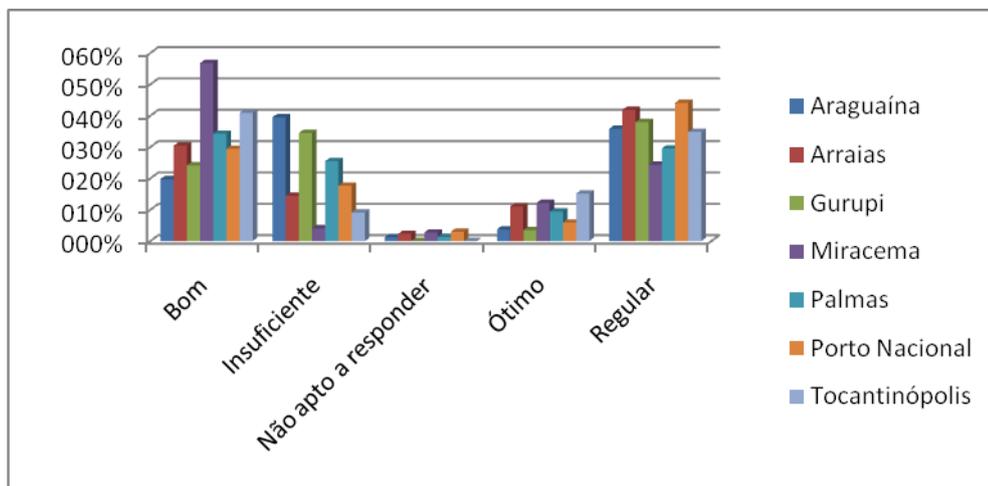


Gráfico 38 - Qualidade do acesso à internet no laboratório de informática.

A qualidade do acesso à internet no laboratório de informática não é bem avaliada na maioria dos *campi*. Em Araguaína, quase 40% (quarenta por cento) dos participantes da pesquisa consideram insuficiente a qualidade da internet. Em Gurupi, também há uma insatisfação no que se refere a essa questão; mais de 30% (trinta por cento) dos respondentes avaliaram a qualidade da internet no laboratório de informática como insuficiente.

### 7.3.4 Gabinete de professores

Sobre os gabinetes de professores, verificaram-se duas questões: se o docente possui gabinete e se o divide com outros professores.

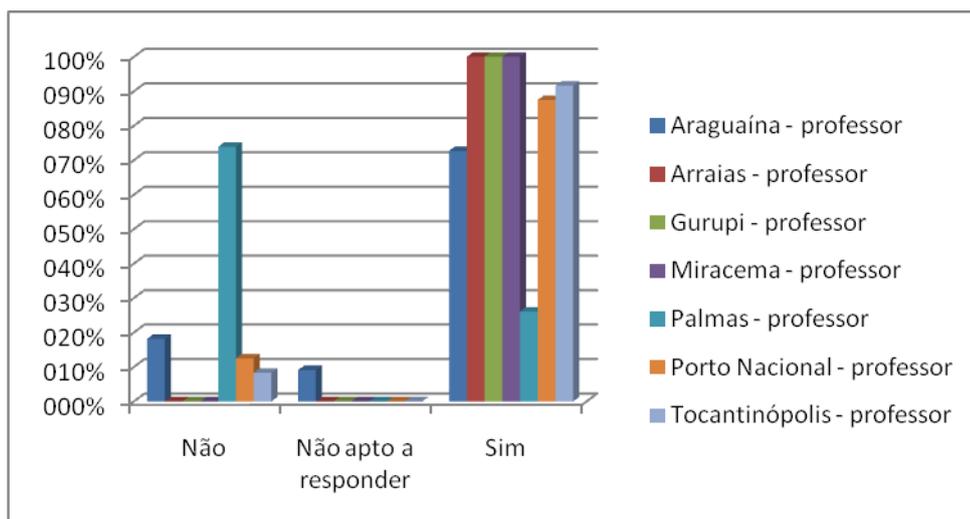


Gráfico 39 - Percentual de professores que possuem gabinete.

Como se observa no gráfico 39, nos *campi* de Arraias, Gurupi e Miracema, todos os professores que participaram da pesquisa informaram ter gabinete. Em Tocantinópolis, Porto Nacional e Palmas, o índice de professores que afirmaram possuir gabinete foi, respectivamente, 90% (noventa por cento), pouco mais de 80% (oitenta por cento) e 70% (setenta por cento).

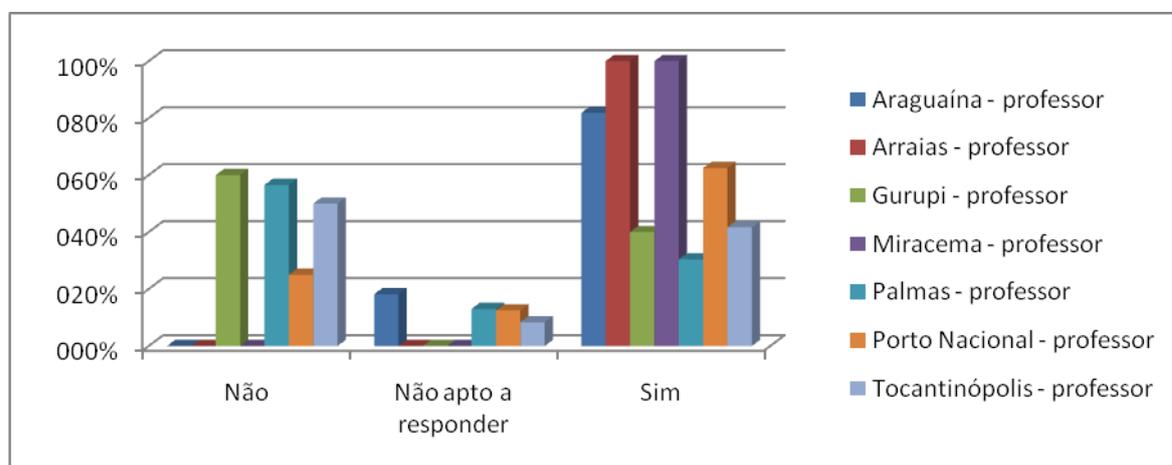


Gráfico 40 - Percentual de professores que dividem gabinete com outros docentes.

Quando perguntado se os professores que possuem gabinete o dividem com outro colega, verificou-se que, em Gurupi, quase 60% (sessenta por cento) dos respondentes declararam ter gabinetes individuais. Dos pouco mais de 20% (vinte por cento) dos professores do *campus* de Palmas que declararam ter gabinete, próximo de 50% (cinquenta por cento) têm gabinetes individuais. Nos *campi* de Arrais e Miracema, 100% (cem por cento) dos professores que declararam ter gabinete dividem-no com outro colega.

### 7.3.5 Secretaria Acadêmica

Sobre as secretarias acadêmicas dos *campi*, verificaram-se duas questões importantes na avaliação dos participantes da pesquisa: a) situação da secretaria acadêmica em relação à estrutura física (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, limpeza, segurança e acessibilidade) e b) qualidade do atendimento da secretaria acadêmica.

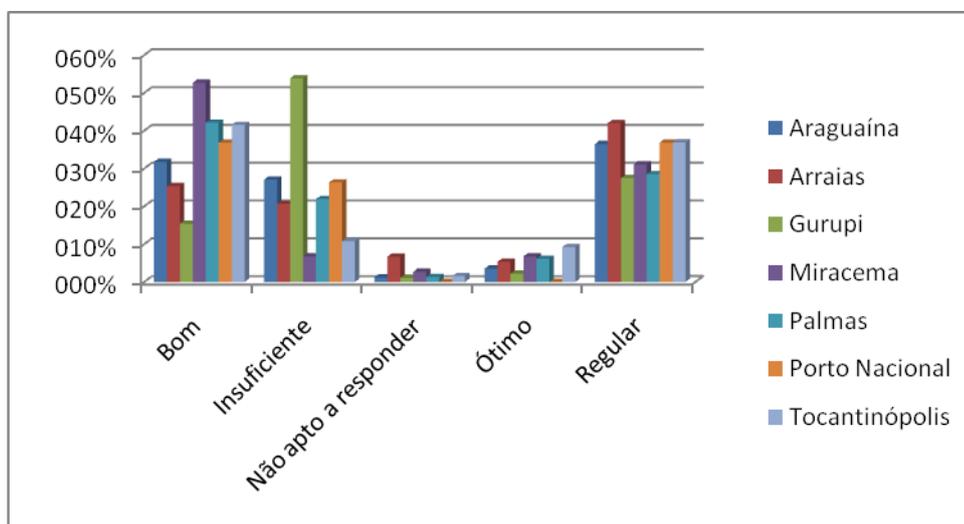


Gráfico 41 - Estrutura física das secretarias acadêmicas (tamanho, acústica, iluminação, sistema de refrigeração, mobiliário, equipamentos, limpeza, segurança, acessibilidade).

No gráfico 41, percebe-se que a situação da secretaria acadêmica no que se refere a sua estrutura física parece mais crítica em Gurupi. Nesse *campus*, mais de 50% (cinquenta por cento) dos participantes da pesquisa a avaliaram como insuficiente. Nos demais *campi*, há uma tendência de avaliação desse aspecto como sendo “bom” ou “regular”.

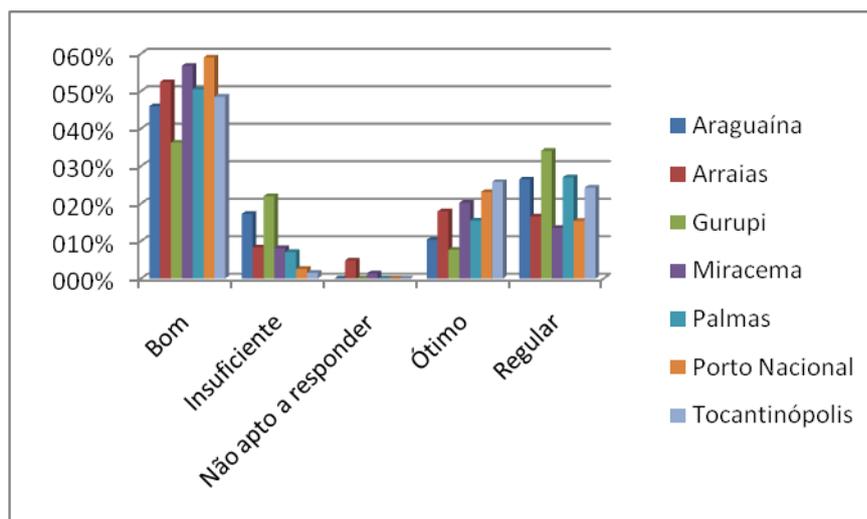


Gráfico 42 - Qualidade do atendimento nas secretarias acadêmicas.

Sobre a qualidade do atendimento na secretaria acadêmica, verifica-se que predominam respostas entre “bom” e “ótimo”. No *campus* de Gurupi, 21% (vinte e um por cento) dos participantes da pesquisa consideraram a qualidade do atendimento insuficiente e 32% (trinta e dois por cento) consideraram-na regular. Segundo se pôde verificar pela pesquisa, o melhor atendimento está nas secretarias acadêmicas dos *campi* de Porto Nacional e Tocantinópolis.

As observações sobre as secretarias acadêmicas, feitas pelos participantes da pesquisa, revelam problemas como: falta de servidores em períodos de matrícula, falta de funcionamento no período noturno e falta de informações aos alunos. Sobre o *campus* de Gurupi, em especial, entre outras observações, destaca-se a seguinte: “Aqui em Gurupi, protocolo acadêmico e Secretaria são juntos. [...] Em época de ajuste de matrículas (inclusão e exclusão de disciplinas), acadêmicos têm que dormir na faculdade para serem atendidos [...]”

### 7.3.6. Espaço de Convivência no *Campus*

Na maioria dos *campi*, não há espaços de convivência, conforme aponta o gráfico 43.

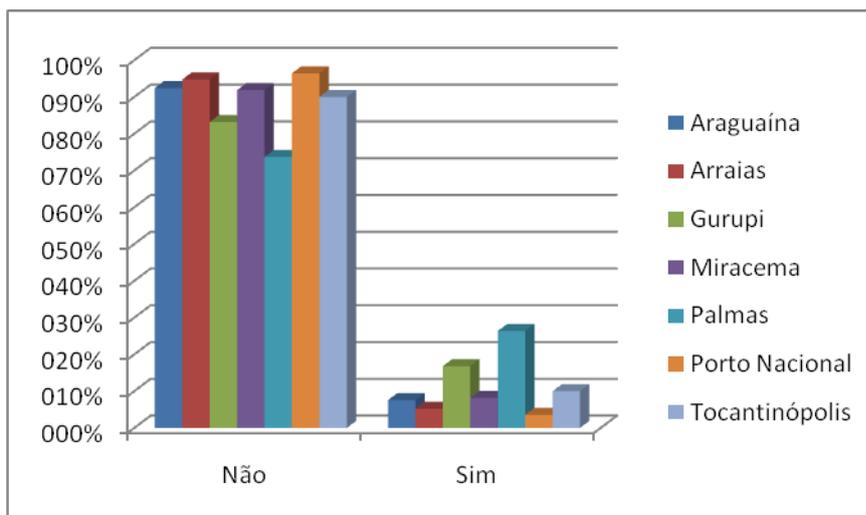


Gráfico 43 - Existência de espaços de convivência nos *campi* (local para descanso, lazer e alimentação, serviços úteis como bancos, farmácia, papelaria etc.).

Quase 90% (noventa por cento) dos respondentes julgam ser relevante a existência desse local de convívio, descanso e serviços, conforme mostra o gráfico 44 a seguir.

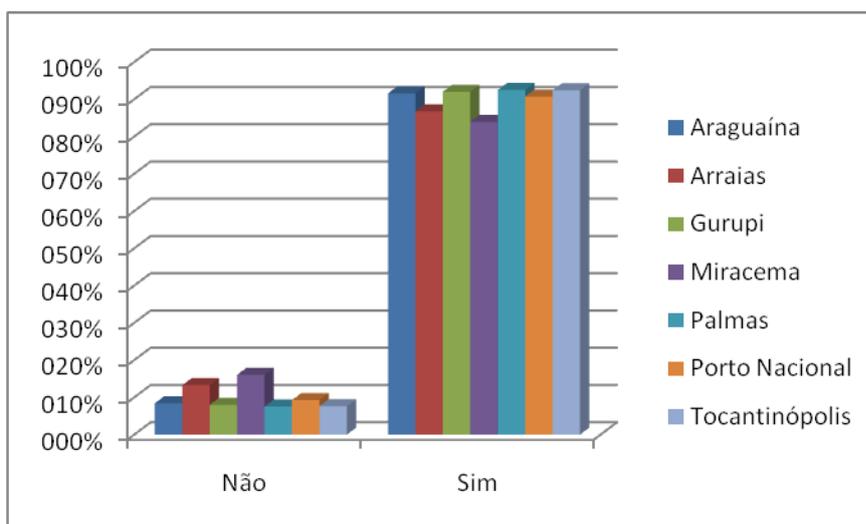


Gráfico 44 - Relevância de um espaço de convivência que atenda a comunidade acadêmica.

### 7.3.7. Espaço para centro acadêmico

A maioria dos cursos da UFT possui Centro Acadêmico organizado. Nos *campi* de Araguaína, Arraias e Tocantinópolis, mais de 80% (oitenta por cento) dos respondentes confirmaram essa informação (Gráfico 45).

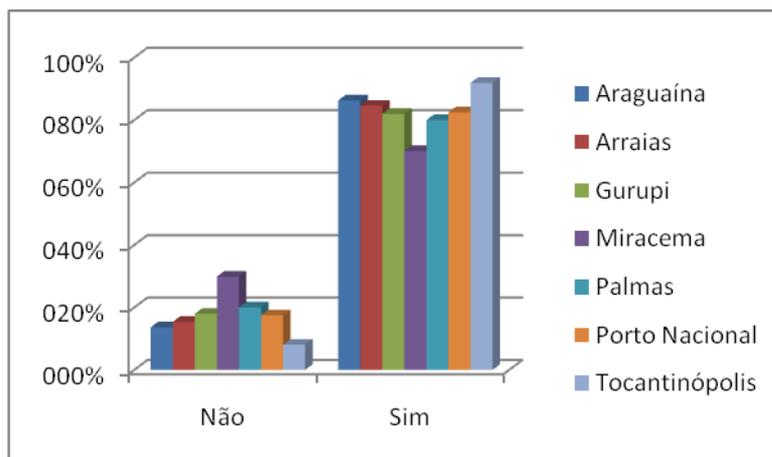


Gráfico 45 - Existência de centro acadêmico instituído.

Contudo, também uma maioria desses centros não possui espaço disponível que lhe seja próprio para desenvolvimento de suas atividades. Mais de 70% (setenta por cento) dos respondentes afirmaram que não existe espaço em Araguaína e Palmas; em Porto Nacional e Gurupi, esse índice foi de mais de 60% (sessenta por cento), conforme se vê no Gráfico 46.

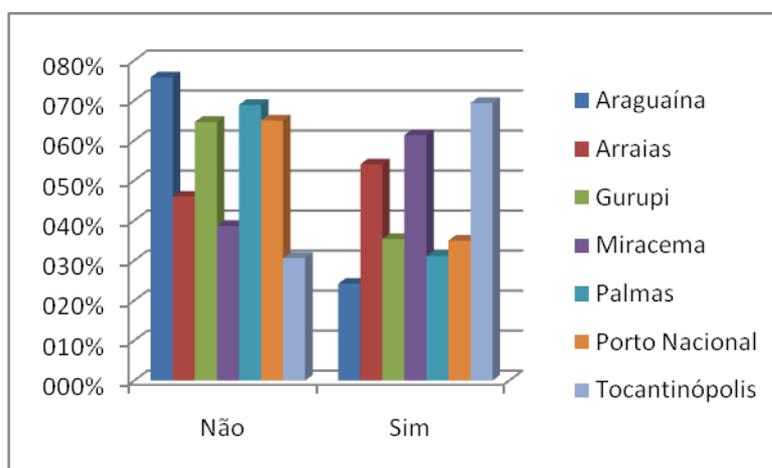


Gráfico 46 - Existência de espaço para comportar o centro acadêmico de cada curso.

### 7.3.8. Sobre Cantinas e Restaurantes

Na maioria dos *campi*, os sujeitos que participaram da pesquisa consideraram que a quantidade de cantinas e restaurantes no *campus* é insuficiente. Há um diferencial no *campus* de Miracema, pois, neste, mais de 30% (trinta por cento) dos respondentes não se sentiram aptos a responder a questão. Em Araguaína e Porto Nacional, a situação parece ser mais

crítica: nesses *campi*, mais de 80% (oitenta por cento) dos participantes da pesquisa consideram que não há uma quantidade de estabelecimento suficiente (Gráfico 47).

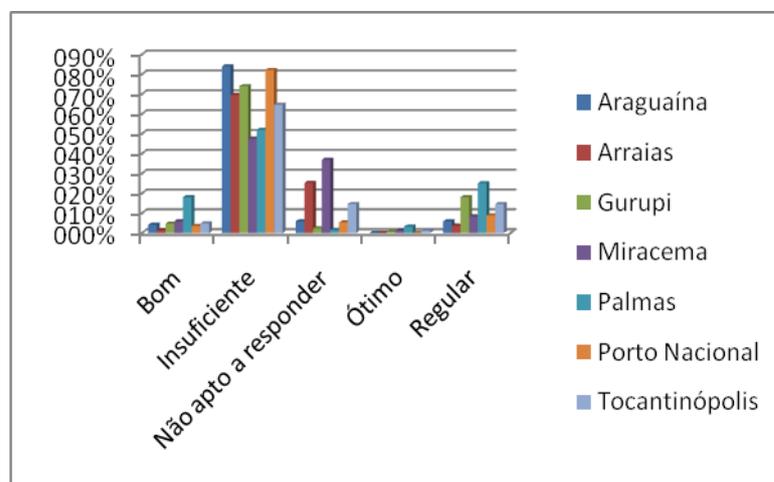


Gráfico 47 - Satisfação quanto à quantidade de cantinas e restaurantes por *campus*.

Quanto às instalações físicas das cantinas e dos restaurantes, existe uma avaliação negativa em todos os *campi* (Gráfico 48). Isso decorre, em parte, pelo fato de os estabelecimentos construídos entre 2010 e 2011 ainda não estarem em funcionamento.

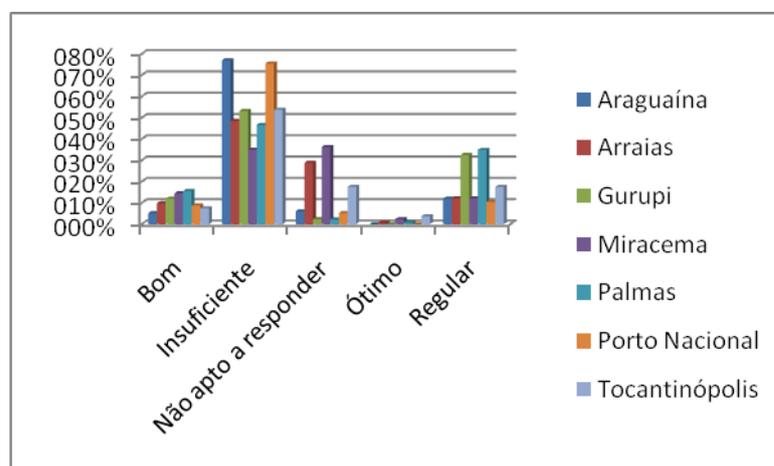


Gráfico 48 - Instalações físicas das cantinas.

A higiene nas cantinas e nos restaurantes é outro aspecto que traz insatisfação à comunidade acadêmica. A maioria dos participantes da pesquisa a considera insuficiente ou regular em todos os *campi*. Porém, a situação parece mais crítica em Araguaína e em Porto Nacional. Em Arraias e Miracema há um número significativo de participantes da pesquisa que não se consideram aptos a responderem essa questão.

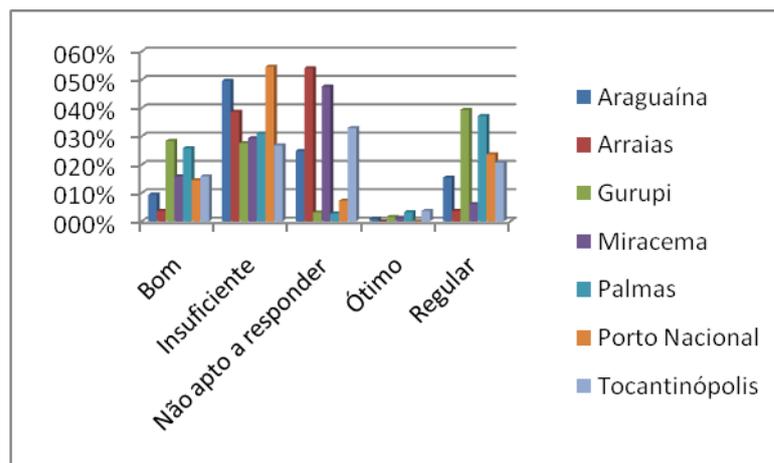


Gráfico 49 - Higiene das cantinas e dos restaurantes dos *campi*.

Não há, de igual modo, uma avaliação positiva no que se refere ao atendimento nas cantinas e nos restaurantes. Como mostra o gráfico 50, em Porto Nacional, esse atendimento é insuficiente para mais de 50% (cinquenta por cento) dos participantes da pesquisa e, em Araguaína, Arraias e Gurupi, esse índice alcança mais de 40% (quarenta por cento). Consta também que, nos *campi* de Arraias, Miracema e Tocantinópolis, há um número significativo de participantes que não se julgaram aptos a responder a essa questão.

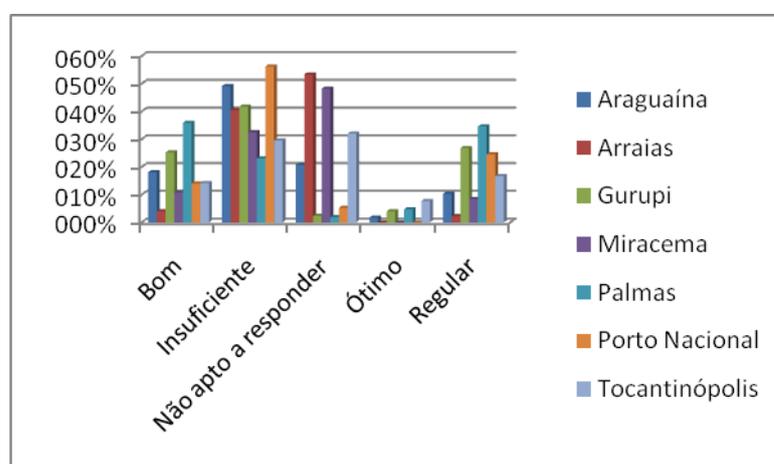


Gráfico 50 - Atendimento nas cantinas e restaurantes dos *campi*.

Como mostram os gráficos 51 e 52, a qualidade e o preço dos produtos comercializados nas cantinas e nos restaurantes também são motivo de insatisfação por parte da comunidade acadêmica. No caso da qualidade dos produtos, com exceção do *campus* de Palmas, em todos os demais *campi*, mais de 30% (trinta por cento) dos participantes avaliaram esses aspectos como “insuficiente”. O caso mais crítico no que se refere à qualidade

dos produtos está no *campus* de Porto Nacional, onde esse índice atinge quase 60% (sessenta por cento) dos participantes da pesquisa.

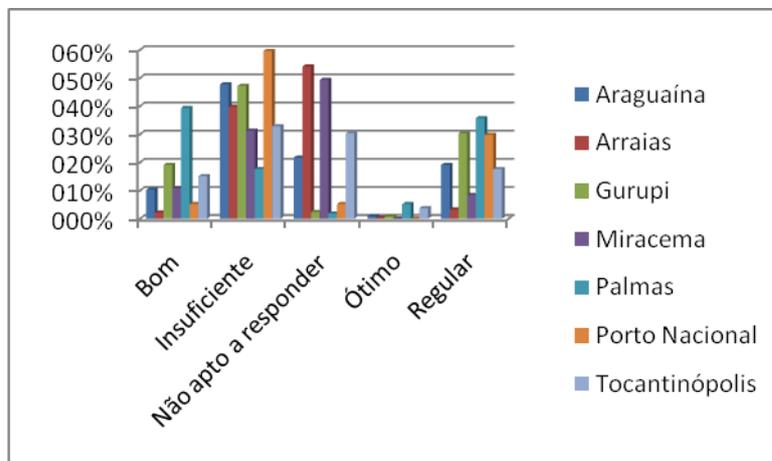


Gráfico 51 - Qualidade dos produtos comercializados nas cantinas e nos restaurantes dos *campi*.

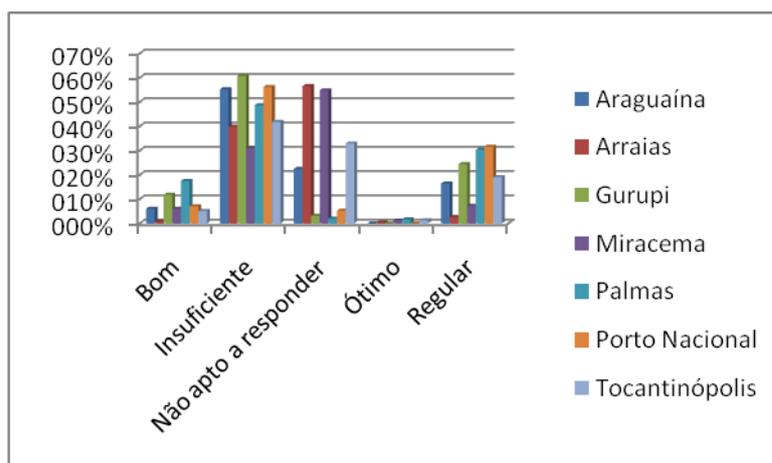


Gráfico 52 - Nível de satisfação com o preço cobrado pelos produtos das cantinas e dos restaurantes dos *campi*.

No caso dos preços praticados, pode-se dizer que há também uma grande insatisfação. Em Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, mais de 50% (cinquenta por cento) dos participantes da pesquisa avaliaram esse aspecto também como “insuficiente”.

### 7.3.9. Transporte Coletivo

A pesquisa também contemplou a existência ou não de transporte coletivo para acesso aos *campi*, bem como a quantidade dos veículos que buscam atender a demanda. Os gráficos 53 e 54 mostram os resultados da avaliação desses aspectos.

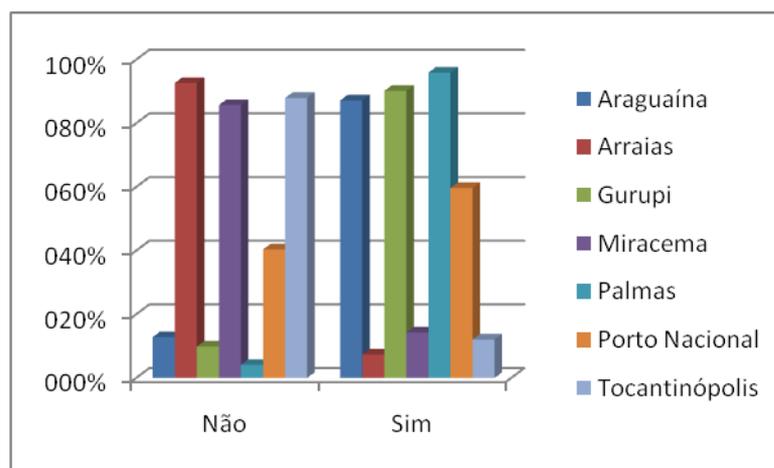


Gráfico 53- Existência de transporte coletivo de acesso ao *campus*.

O gráfico 53 mostra o transporte coletivo dá acesso aos *campi* em Araguaína, Gurupi e Palmas, na opinião da maioria dos participantes da pesquisa. Em Arraias, Miracema e Tocantinópolis, segundo a maioria dos respondentes, não há transporte coletivo de acesso ao *campus*. No caso de Porto Nacional, esse índice chega próximo de 40% (quarenta por cento) dos participantes; ao contrário, próximo de 60% (sessenta por cento) informa que há.

Já no que diz respeito à quantidade de veículos do transporte coletivo, foi avaliada como insuficiente em grande parte dos *campi*, inclusive naqueles em que a maioria também informou não haver transporte coletivo. O problema parece maior em Araguaína e em Porto Nacional, dois *campi* que têm um grande número de alunos que moram em cidades circunvizinhas.

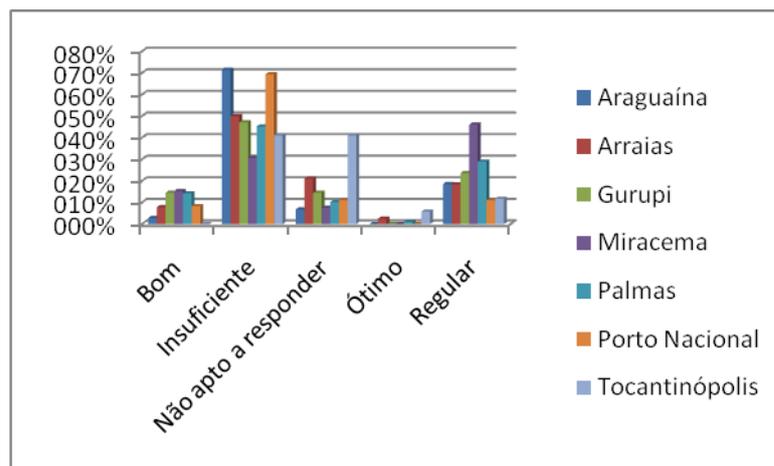


Gráfico 54 - Quantidade de veículos para atender a demanda da instituição.

### 7.3.10. Acessibilidade

Os participantes da pesquisa também se manifestaram sobre a acessibilidade no interior do *campus* para pessoas com necessidades especiais.

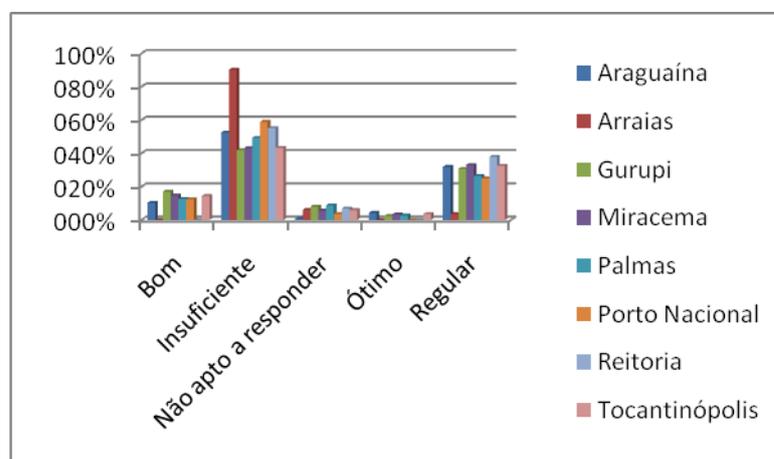


Gráfico 55 - Acessibilidade nos *campi* para pessoas com necessidades especiais.

O gráfico acima mostra que, em todos os *campi*, mais de 40% (quarenta por cento) dos participantes avaliaram esse aspecto como insuficiente. No caso do *campus* de Arraias, a questão parece mais crítica: 90% (noventa por cento) dos participantes consideraram a acessibilidade insuficiente, o que referenda as informações da CSA local. Segundo avaliação desta, somente as instalações sanitárias contam com acessibilidade para pessoas com

deficiência; mas afirma que há um projeto para a consolidação da acessibilidade no *Campus* Novo.

### 7.3.11. Passarelas, Calçadas e Coberturas

O questionário buscou avaliar também as passarelas, os calçamentos e as coberturas. Perguntou-se sobre estado de conservação, a localização e a quantidade dessas estruturas internas de cada *campus*. Perguntou-se também sobre a sinalização interna, como placas e informações gerais para orientar os visitantes nas dependências da Universidade.

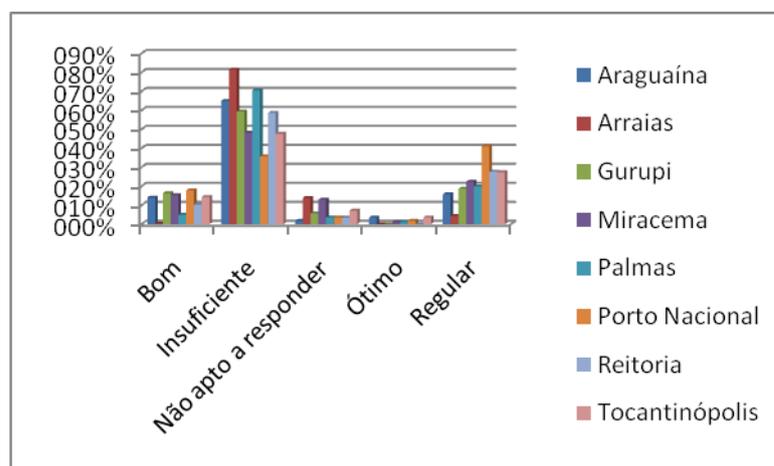


Gráfico 56 - Estado de conservação de passarelas e coberturas.

Como mostra o gráfico 56, a conservação das passarelas e coberturas é algo avaliado como insuficiente pela maioria dos participantes da pesquisa em quase todos os *campi*. Mais de 50% (cinquenta por cento) dos participantes da pesquisa nos *campi* de Araguaína, Arraias, Gurupi, Palmas e da própria Reitoria consideraram esse aspecto insuficiente.

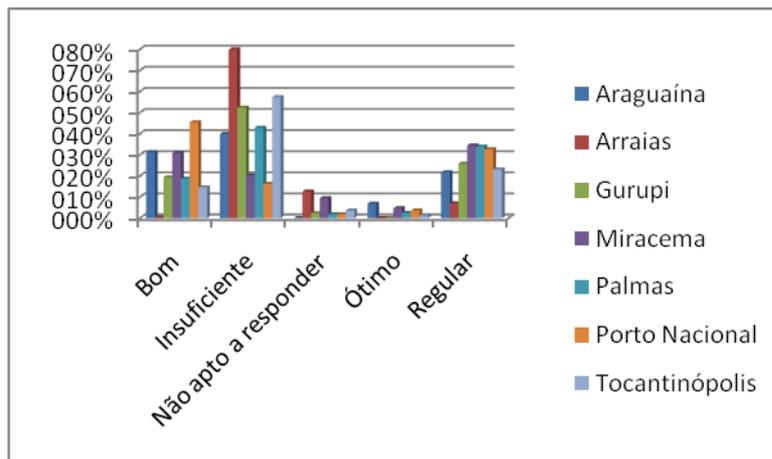


Gráfico 57 - Quantidade de calçadas que interligam blocos.

Sobre a quantidade de calçadas interligando os blocos no interior de cada *campus*, o gráfico 57 mostra que a avaliação mais positiva está no *campus* de Porto Nacional (40% avaliaram como bom). No entanto, o calçamento é considerado insuficiente para mais de 50% (cinquenta por cento) dos participantes da pesquisa em Arraias, Gurupi e Tocantinópolis. Em Arraias, esse índice alcançou 80% (oitenta por cento).

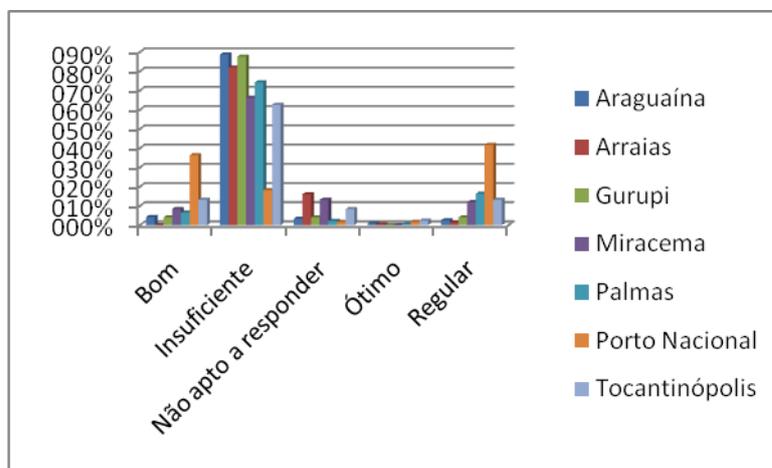


Gráfico 58 - Quantidade de passarelas cobertas.

O gráfico 58 mostra a avaliação da comunidade acadêmica sobre a quantidade de passarelas cobertas no interior dos *campi*. Verifica-se que, com exceção do *campus* de Porto Nacional, nos demais, estão faltando passarelas cobertas. Mais de 60% (sessenta por cento) dos participantes da pesquisa nos demais *campi* consideram essa quantidade insuficiente. Esse percentual chega a 80% (oitenta por cento) ou mais em Araguaína, Arraias e Gurupi.

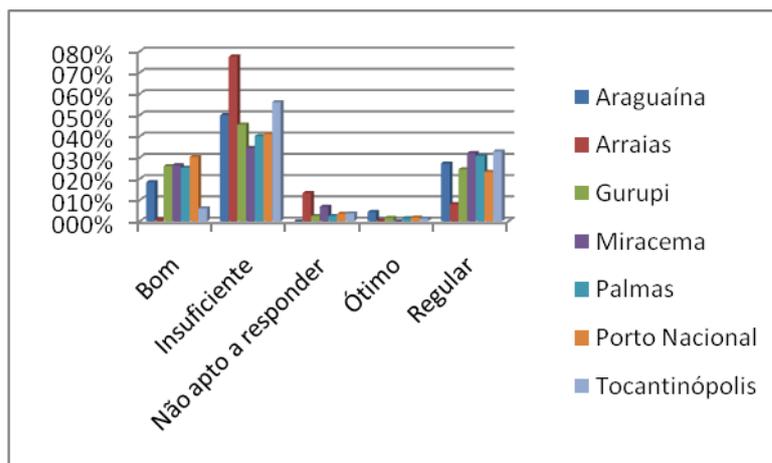


Gráfico 59 - Calçamento nos arredores dos *campi*.

O calçamento nos arredores do *campus* é outra questão relacionada à infraestrutura e que os participantes da pesquisa consideram insuficiente. Como se pode perceber pelo gráfico 59, a melhor avaliação dos calçamentos no entorno está no *campus* de Porto Nacional e, mesmo assim, não chega a 30% (trinta por cento) dos participantes aqueles que avaliam como “bom” esse um aspecto.

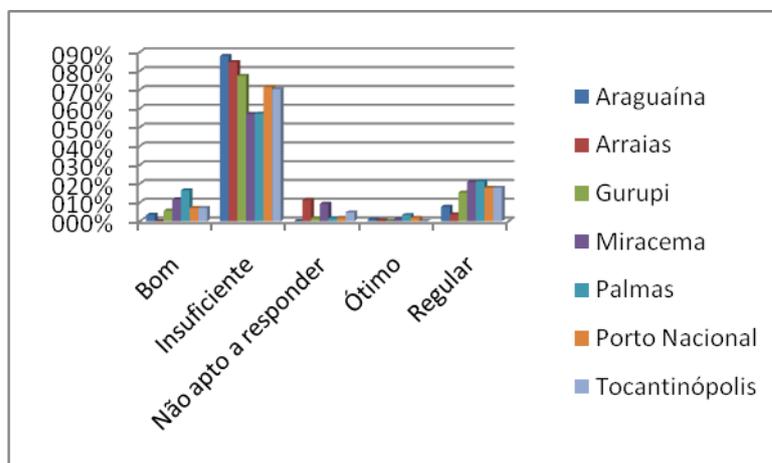


Gráfico 60 - Placas de sinalização para blocos, setores, estacionamentos etc..

A sinalização no interior dos *campi* se revela precária em todos eles. Como se pode observar pelo gráfico 60, mais de 50% (cinquenta por cento) dos respondentes apontaram-na como insuficiente.

#### 7.4 POTENCIALIDADES E ASPECTOS A APRIMORAR QUANTO À ESTRUTURA FÍSICA DOS *CAMPI*

Um aspecto positivo que se despontou na avaliação da comunidade acadêmica bem como nos relatórios das CSAs diz respeito à realização de um conjunto de obras licitadas e/ou concluídas em 2012, em quase todos os *campi*. Dentre essas obras, prédios para instalar os laboratórios de novos cursos e consolidar a infraestrutura de cursos que demandavam esses espaços já há alguns anos.

Contudo, fator negativo relaciona-se à intensa burocracia que permeia todo o processo construtivo e licitatório na instituição pública. Assim, há um conjunto de obras que, mesmo prontas, ainda não puderam ser ocupadas por pendências relacionadas à construtora ou devido ao emperramento interno relacionado a licitações que se arrastam por mais de um ano (como o caso das cantinas, cujos processos enfrentam problemas judiciais).

Outro fator que merece atenção é a acessibilidade para pessoas com necessidades especiais. Essa ainda é precária em praticamente todos os *campi*.

De igual modo, as avaliações dos usuários apontam para alguns problemas que se diferem em gravidade para cada *campus* e outros que revelam lacunas comuns a todas as unidades:

- Salas de aula: insuficiência de recursos didáticos e de multimídia.
- Laboratórios de ensino: quantidade insuficiente.
- Espaços de convivência: ausência quase que total.
- Cantinas e restaurantes: quantidade e qualidade insuficientes.
- Transporte coletivo: quantidade e qualidade insuficientes.
- Passarelas, coberturas e calçadas: insuficientes.

## 8 DIMENSÃO 8: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

O objetivo dessa dimensão é avaliar as ações executadas pela UFT como um todo, visando a identificar as políticas que contribuem positivamente para o crescimento e o fortalecimento da Universidade e a correção daquelas que não apresentam os resultados propostos em sua fase de planejamento. Nesse sentido, a Universidade Federal do Tocantins organiza-se e opera suas políticas de ensino, pesquisa e extensão com base em um processo continuado de avaliação dos resultados das ações implantadas. Assim, a junção entre planejamento e avaliação é central para a UFT, na medida em que proporciona uma contemplação clara dos pontos positivos e negativos das políticas já implantadas e a correção dos aspectos avaliados como insatisfatórios.

Tendo em conta esse princípio, recai principalmente sobre a Pró-Reitora de Avaliação e Planejamento (PROAP) a tarefa de propor o planejamento de longo alcance da Universidade e estabelecer, em parceria com os demais setores da instituição, uma política mais geral e abrangente de avaliação. Para que o planejamento e a avaliação institucional sejam bem sucedidos e apresentem os resultados esperados, é imprescindível a política de debate e colaboração que marca as relações entre as distintas unidades da Universidade.

A seguir, serão expostas as principais ações de planejamento e avaliação que caracterizam a atuação da Universidade.

### 8.1 PLANEJAMENTO

O planejamento estratégico da UFT foi realizado em 2005, de modo que os projetos institucionais e pedagógicos estão em consonância com a missão e a visão da Universidade, definidas no plano estratégico. Em 2012, foi criada, por meio de portaria do Reitor e publicada no boletim interno da UFT, uma comissão que irá coordenar o Plano Diretor de todos os *campi* da Universidade e que se encarregará também de fazer-lhes o planejamento estratégico.

Os documentos norteadores do planejamento são: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o plano de gestão elaborado pela PROAP, o relatório de autoavaliação produzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e o diagnóstico do Programa Nacional Gestão Pública e Desburocratização (Gespública). No mês de maio, as pró-reitorias definem as ações com os respectivos valores que serão destinados para cada programa institucional. Cada setor elabora o Plano de Ação Institucional anual (PAI). Após a entrega dos PAI's, a PROAP e a Diretoria de Planejamento fazem a consolidação e elaboram o orçamento anual, este enviado ao MEC em agosto de cada ano. No segundo semestre do ano, há reuniões sistemáticas para definir as estratégias de ação, tendo em vista que muitas ações são transversais, principalmente aquelas associadas à infraestrutura.

Nesse sentido, o planejamento incorpora ações de melhoria contínua, observando o relatório de autoavaliação, o planejamento estratégico institucional, como já fora dito, considerando ainda as restrições orçamentárias e, de igual forma, as indicações propostas e apontadas pela CPA.

Com base no procedimento de avaliação, busca-se a implantação de um processo contínuo de aprimoramento. Dessa forma, o planejamento é um processo precedido pela avaliação.

## 8.2 AVALIAÇÃO

A lei de criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) – Lei n. 10.861 – foi publicada em 2004. A lei que criou a Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi publicada em 2000. A UFT iniciou suas atividades em 15/05/2003, com a interveniência da Unitins/Unb, e, apenas em agosto de 2003, o reitor Alan Barbiero assumiu a gestão da UFT. Portanto, nesse íterim (agosto de 2003 a 2004), não foi possível criar mecanismos próprios de autoavaliação. Todavia, desde 2004, a Universidade, utilizando os parâmetros e critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), produz um significativo conjunto de informações que subsidia as políticas de avaliação externa promovidas pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), entre outras instâncias.

No tocante aos mecanismos internos de avaliação, cabe ressaltar que a Universidade conta com procedimentos de coleta e análise de informações relativas aos resultados de suas

distintas unidades, os quais permitem a construção de políticas de bolsas de monitoria e outras ações voltadas à melhoria dos resultados apresentados pela instituição.

Objetivando uma melhoria e adequação dos mecanismos de avaliação interna e externa à realidade da UFT, no ano 2012 foi iniciado um projeto de coleta e análise de informações referentes às ações de ensino, pesquisa, extensão e política de pessoal da UFT. O objetivo central dessa proposta é contribuir para o aprimoramento e o fortalecimento da política de produção de conhecimento sobre os resultados apresentados pela Universidade.

Além de atender as demandas externas propostas pelos órgãos de regulação e fomento, os mecanismos propostos têm a meta de avaliar as políticas já existentes, proporcionando à comunidade acadêmica melhor conhecimento sobre a Universidade. Também, permitem que os setores responsáveis pelas políticas e ações institucionais promovam os ajustes e as adequações considerados necessários.

Os parâmetros de avaliação da graduação já estão estabelecidos e seus primeiros resultados já estão submetidos à apreciação dos setores específicos da instituição que respondem pela graduação. Após a devida anuência dos responsáveis pela ação, a proposta de coleta e avaliação de dados será submetida aos conselhos superiores da Universidade e será implantada como política institucional da UFT.

Os procedimentos de coleta de informações e análise das ações de pós-graduação, pesquisa, extensão e política de pessoal seguirá o mesmo caminho: serão elaborados modelos que, após a avaliação e aprovação, serão submetidos aos setores específicos da Universidade e, após a anuência desses setores, as propostas serão submetidas aos conselhos superiores.

Assim, não obstante a fase inicial da gestão, os dirigentes da UFT têm clareza acerca da importância de um conhecimento mais efetivo e sistemático da Universidade, de suas práticas e resultados. Vários indicativos mostram que esse conhecimento será central para o futuro da UFT. Isso porque os dados já coletados e trabalhados evidenciam que a instituição necessitará criar políticas internas contundentes e voltadas para a melhoria de aspectos que foram apresentados como deficitários pelos vários níveis de avaliação do SINAES e pelos seus mecanismos internos de avaliação.

Apesar dos avanços já verificados, é importante destacar que ainda restam falhas a serem sanadas. Entre esses aspectos, destaca-se a necessidade de uma unificação na base de dados da Universidade e a definição de metodologia de avaliação comum e pactuada com todas as unidades da UFT. Todavia, a definição dessa agenda metodológica é um dos pontos centrais das políticas da atual gestão e da PROAP. Os debates quanto a esse aspecto foram

iniciados em alguns *campi* e vão abarcar toda a comunidade acadêmica e as distintas unidades da UFT.

Apesar de ainda não haver uma definição quanto aos aspectos metodológicos, existem orientações básicas. A principal delas consiste em estabelecer uma correlação entre dados quantitativos e qualitativos. Em termos práticos, a efetivação dessa proposta consistirá em usar a coleta, as informações e a análise qualitativas para obter diagnósticos mais completos.

Conforme já exposto anteriormente, o processo de autoavaliação é uma ferramenta central na compreensão dos resultados da Universidade. A sua centralidade se deve, justamente, à sua capacidade de evidenciar situações e eventos que não são percebidos e problematizados na execução das rotinas administrativas da UFT. Dessa forma, a autoavaliação é uma peça imprescindível para gerar juízos críticos sobre a instituição. E, para tanto, os relatórios anteriores são peças consistentes e objetivas. Todavia, é possível agregar novas questões e focos de análises para aprimorar o trabalho já realizado anteriormente.

## 9 DIMENSÃO 9: POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

A política de atendimento ao estudante na UFT é promovida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST). Esta possui a seguinte estrutura organizacional: Diretoria de Assuntos Estudantis, Diretoria de Assuntos Comunitários, Diretoria de Esportes e Coordenação de Projetos e Administração.

Os dados presentes nesse tópico do relatório foram fornecidos pela PROEST, pela PROGRAD e pelos diagnósticos realizados pela CSA nos *campi*. Contemplam-se os seguintes eixos da política de assistência ao estudante: (I) Acesso, seleção e permanência dos estudantes; (II) Participação dos discentes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; (III) Mecanismos de estudo e análise sobre ingressantes, evasão, conclusão; (IV) Casa do Estudante; (V) Bolsa permanência; (VI) Alimentação, transporte e apoio psicossocial.

### 9.1. ACESSO, SELEÇÃO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES

O acesso e a seleção dos alunos na UFT se dão por meio de concurso vestibular. No que diz respeito à permanência do aluno, a PROEST informa, no seu relatório, que administra programas de assistência social e estudantil que visam a proporcionar condições básicas para a concretização do direito à educação pública de qualidade, através da prestação de serviços assistenciais aos discentes. Segundo a PROEST, o principal objetivo da implementação desses programas é intervir nas relações sociais e nas questões de ordem socioeconômicas que afetam e/ou dificultam a concretização do processo de ensino e aprendizagem.

Em junho de 2012, a PROEST passou a se chamar Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários, quando assumiu as demandas externas referente aos assuntos comunitários. Nesse sentido, todas as atividades relacionadas com as casas de estudantes através de parcerias com o Estado do Tocantins e com prefeituras municipais, os restaurantes universitários que estão sendo construídos em Palmas, Araguaína e Gurupi, e a implementação de políticas de acessibilidade e de formação da juventude passaram a ser tratados por essa pró-reitoria.

A PROEST afirma ter efetivado a garantia da permanência dos estudantes através do Programa de Bolsa Permanência, que se dá em três modalidades: Acadêmica, Instrucional e PARFOR de caráter socioeconômico. Nessas modalidades, os estudantes recebem uma bolsa mensal no valor de R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) para arcar com as despesas referentes a traslado, moradia e alimentação. A seleção dos acadêmicos para o Programa Bolsa Permanência se dá por meio de um formulário socioeconômico e uma entrevista, cujo objetivo é atingir o público menos favorecido financeiramente.

Na UFT, existem ainda outros programas que remuneram estudantes, como o Programa de Bolsa: Estágio, PIM, PIMI, PIBID, PIBIC e PET. Esses programas, de forma direta ou indireta, ajudam os acadêmicos nas suas pesquisas, no processo de ensino-aprendizagem e na sua interlocução com as demandas acadêmicas. Porém, são de caráter acadêmico, e não para fins de assistência social.

## 9.2. PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O relatório enviado pela PROGRAD apresentou os programas que visam a promover a participação dos alunos em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entre outros, cita-se o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), voltado para estudantes de licenciatura plena da UFT, com fins de prepará-los para a formação de professores em nível superior para atuar na Educação Básica. De acordo com a PROGRAD, por meio desse programa, os cursos de licenciatura aprofundam a articulação entre a educação superior (por meio de 19 licenciaturas) e os sistemas estaduais e municipais da Educação Básica.

Esse projeto institucional foi construído com diversos subprojetos desenvolvidos em 06 (seis) *campi*. Mais de 280 (duzentos e oitenta) estudantes foram selecionados como bolsistas nos diversos editais publicados pela CAPES, além de 26 (vinte e seis) supervisores, que são professores das escolas de Educação Básica. Além disso, foram realizadas as publicações de diversos livros com artigos dos pibidianos e professores envolvidos com o programa. Dezenas foram as participações dos discentes em eventos nacionais e regionais. Foram criados blogs, como os que estão disponibilizados nos endereços: <http://pibidtoc.blogspot.com/>; <http://pibidarraias.blogspot.com/>; <http://pibidartesuft@>

blogspot.com; agoradeathenas.blogspot.com. Também, foram publicados livros com os artigos produzidos pelos estudantes e professores envolvidos no programa.

Ainda, de acordo com a PROGRAD, no ano 2012, não foram realizados os Seminários de Programas Especiais em Educação em decorrência do longo período de greve vivenciado pela UFT. Em decorrência disso, o número de participação em eventos e, conseqüentemente, de publicação de trabalhos dos alunos vinculados aos programas dessa diretoria foi inferior ao planejado. A tabela que segue demonstra a distribuição dos estudantes nos programas da PROGRAD.

Tabela 14 – Número de estudantes com bolsas por programa.

PROGRAMA	No. DE BOLSISTAS
PET	92
PIM	155
PIMI	15
Programa Monitoria Permanência	Em fase de cadastramento de projetos (em média são 100 bolsas)
Programa Santander Mobilidade Nacional	05
Programa Santander Mobilidade Regional	03
PIBID	256
Programa Mobilidade Andifes	16
<b>TOTAL DE BOLSISTAS</b>	<b>526 (não contando com os bolsistas PMP)</b>

Fonte: PROGRAD, 2012.

A participação dos alunos nos programas especiais contribui para a melhoria do seu desempenho acadêmico e, também, para a integração em atividades de pesquisa e extensão na UFT, gerando produções científicas, artigos e publicações de trabalhos em eventos, como apresentado na tabela a seguir:

Tabela 15 – Número de participações em evento e número de trabalhos de estudantes publicados.

PROGRAMA	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS POR ESTUDANTES
PET	21	06
PIBID	152	128
<b>TOTAL</b>	<b>173</b>	<b>134</b>

Fonte: PROGRAD, 2012.

Considerando-se a quantidade total de bolsistas (526), a participação de 134 (cento e trinta e quatro) deles em publicações de trabalhos em eventos representa mais de 25% (vinte e cinco por cento), um dado positivo levantado em relatório. Sobre a distribuição dos programas especiais da PROGRAD para discentes nos *campi*, a seguinte tabela fornece as informações:

Tabela 16 – Quantidade de bolsas distribuídas por *campus*.

<b>Campus</b>	<b>Nº de Bolsas</b>
Araguaína	144
Arraias	38
Gurupi	22
Miracema	33
Palmas	192
Porto Nacional	61
Tocantinópolis	36

Fonte: PROGRAD, 2012.

Observa-se que a distribuição dos bolsistas é compatível com a quantidade de cursos e de estudantes de cada *campus*, com predomínio de bolsistas em Palmas e Araguaína. No entanto, a participação de discentes nos *campi* de Porto Nacional, Tocantinópolis e Arraias parece ser expressiva em comparação com as demais unidades do interior.

A PROEST encaminhou também o quantitativo de estudantes atendidos nos programas de auxílio para custeio de participação em atividades acadêmicas, científicas, culturais, desportivas e político-acadêmicas, como observado na tabela 17:

Tabela 17 – Quantitativo de estudantes beneficiados na modalidade de auxílio para participação em eventos pela PROEST em 2012.

<b>MODALIDADE DE AUXÍLIO</b>	<b>QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS</b>
Auxílio Individual	978 estudantes
Auxílio Viagem Individual (Passagens)	25 estudantes
Auxílio Transporte Terrestre Coletivo (locação de ônibus )	35 ônibus locados que atenderam a todos os campi

Fonte: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários da UFT, 2012.

A PROEST informou que, em 2012, os gastos com essas diferentes modalidades de auxílio estimaram o valor de R\$ 298.572,00 (duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais).

### 9.3. MECANISMOS DE ESTUDO E ANÁLISE SOBRE INGRESSANTES, EVASÃO E CONCLUSÃO

O relatório enviado pela PROGRAD não informa se existem mecanismos de estudo e análise a respeito de ingressantes na UFT. No entanto, afirma reconhecer a relevância do processo de acompanhamento de egressos, visto que estes são fontes de avaliação dos resultados. Para a PROGRAD, esse processo de acompanhamento e avaliação “permite que a Instituição e os cursos avaliem os projetos pedagógicos dos cursos frente às situações enfrentadas pelos egressos junto ao mercado de trabalho e contribui de maneira decisiva para a melhoria dos cursos, para a definição de políticas institucionais, além de ser considerado e utilizado como elemento transformador, indo além de sua função diagnóstica”.

Nesse sentido, foi implantado o Portal do Egresso (<http://exaluno.uft.edu.br/>), a partir de 2010. Segundo a Pró-Reitoria de Graduação, esse portal objetivou buscar subsídios para a reformulação dos projetos pedagógicos de cursos, por meio de um canal aberto e permanente de comunicação entre a Universidade e os alunos egressos. Os dados coletados têm subsidiado a elaboração de relatórios, estudos capazes de fundamentar orientações e políticas aos cursos de graduação. Além disso, propiciam a oportunidade de troca de experiências entre ex-colegas, assim como a criação de comunidades de turmas ou de grupos, por afinidades.

O Portal do Egresso contribui para:

- inserção do ex-aluno na vida da instituição;
- identificação dos cursos de pós-graduação pertinentes às necessidades e que poderão contribuir com o aperfeiçoamento profissional dos egressos;
- criação de instrumentos de avaliação e modernização do projeto pedagógico dos cursos;
- proposição de linhas de desenvolvimento de estudos e pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e atuação do profissional egresso dessa instituição.
- divulgação das atividades desenvolvidas pela instituição, nas três linhas de atuação (ensino, pesquisa e extensão).

#### 9.4. CASA DO ESTUDANTE

Sobre a política de moradia para os estudantes, o relatório enviado pela PROEST apresenta uma visão geral das casas de estudantes distribuídas nos polos de Araguaína, Palmas, Gurupi, Porto Nacional e Tocantinópolis. A PROEST também informa que estão estudando a possibilidade de criar uma Federação de Casas de Estudantes, com moradores de todas as casas do Tocantins. O objetivo seria unificar as gestões no sentido de canalizar as doações e a distribuição de equipamentos, alimentos e materiais de necessidade básica dos alunos residentes. A Pró-Reitoria apresentou, sem maiores detalhes, o projeto de ação “Moradia Estudantil em Foco”, cujo objetivo é incentivar a melhoria da qualidade de vida nas Casa de Estudantes onde há alunos da UFT. Segundo a PROEST, uma das ações desse projeto “é estimular os residentes a buscarem a melhoria da Casa em todos os quesitos”.

De acordo com dados apresentados no relatório da PROEST à CPA, bem como conforme diagnósticos realizados pelas CSAs dos respectivos *campi*, apresenta-se a seguir a situação das casas de estudantes da UFT.

##### 9.4.1. Palmas

Em Agosto de 2012, foi realizada reunião com os gestores da Casa do Estudante de Palmas, o representante da Secretaria do Esporte e Juventude do Tocantins (SEJUV) e representantes da PROEST. A partir desta, foram diagnosticadas pendências estruturais e a necessidade de apoio na seleção de alunos interessados na residência. Nesse sentido, a PROEST se dispôs a apoiar nos assuntos administrativos. Essa Pró-Reitoria afirma ter percebido certo grau de independência administrativa dos gestores da Casa, considerando que realizaram o processo de seleção do segundo semestre de 2012 sem auxílio algum da UFT, mesmo esta tendo disponibilizado assistentes sociais para a demanda.

O relatório da CSA de Palmas não apresentou nenhum diagnóstico da Casa do Estudante do *campus*.

#### 9.4.2. Araguaína

De acordo com o relatório da PROEST, uma das fraquezas da Casa do Estudante de Araguaína trata-se da falta de segurança no prédio. Nesse sentido, a PROEST afirma ter solicitado à direção do *campus* e à Diretoria de Administração (DIRAD) a presença de um vigilante armado, em virtude de algumas ocorrências. No entanto, a DIRAD e a direção do referido *campus* informaram que não havia mais possibilidade de inclusão pelo fato do término de contrato com a empresa. Informou ainda que, para 2013, haveria a possibilidade de inclusão de segurança nas casas.

No relatório enviado pela CSA de Araguaína, consta que a estrutura do prédio encontra-se em regular estado de conservação, sendo que, conforme supracitado, a segurança no prédio precisa de uma melhor atenção, concordando, assim, com o relatório da PROEST. Porém, ressalta que os reparos, tais como torneiras estragadas, limpeza do quintal entre outros, não são custeados pelo Estado, mas pelos alunos.

#### 9.4.3. Porto Nacional

O relatório da PROEST sobre a Casa do Estudante de Porto Nacional foi bastante genérico e não tratou das reais condições do prédio. O relatório informa uma reunião ocorrida com a presença de representantes da PROEST E SEJUV para tratarem de assuntos relativos à infraestrutura e à gestão administrativa, sem apresentar detalhes sobre a situação da Casa.

Por outro lado, o relatório da CSA de Porto Nacional foi bastante minucioso e apresentou registros fotográficos da situação da Casa do Estudante daquele *campus*, caracterizando como “péssimas” as condições do local. A Casa necessita de reformas, pois foram detectados os seguintes problemas:

- infiltrações diversas em todos os blocos;
- falta de telhas;
- problemas elétricos vários;
- pintura geral, pois a atual contém fungos, musgo e mofo.

#### 9.4.4. Gurupi

O relatório da PROEST aponta que a Casa do Estudante de Gurupi possui necessidades de segurança e também de infraestrutura. No local, residem estudantes de três universidades e as desavenças são constantes, prejudicando o ambiente.

O diagnóstico da CSA do *campus* de Gurupi foi mais detalhado e apresentou problemas relacionados com o acesso e o transporte até a Casa. Considerando que a casa fica a 6 km de distância do *campus*, o traslado dos acadêmicos dentro do horário do almoço fica inviável, fato este que acaba contribuindo para maiores gastos com alimentação, em restaurantes localizados no entorno da Universidade. Esse problema se acentua uma vez que a UFT não possui restaurante universitário nem alojamento no *campus*.

O diagnóstico da CSA apresentou ainda outra problemática: apesar de este alojamento ter que ofertar o mesmo número de vagas para a UFT e a UNIRG, de acordo com levantamento realizado pelos alunos do CA de Florestal e da Agronomia, detectou-se uma proporção de alunos da UNIRG bem maior residindo nesse alojamento, desfavorecendo os acadêmicos da UFT. Além disso, o prédio não conta com manutenção regular. De acordo com alguns alunos mais antigos, a Casa nunca passou por esse processo, implicando expressivos problemas estruturais e não estruturais, como infiltração, rachaduras, caixas d'água com problemas (desperdício de água), ausência de segurança com casos frequentes de roubo; o prédio não conta sequer com um portão.

#### 9.4.5. Arraias

Segundo o diagnóstico da CSA de Arraias, existe uma parceria estabelecida entre a Universidade Federal do Tocantins/*Campus* de Arraias e a Prefeitura Municipal da cidade. Trata-se da cessão de um conjunto de 03 (três) casas por um período de 10 (dez) anos, edificações estas que funcionam como a Casa do Estudante. De acordo com o diagnóstico, além da falta de manutenção, vários problemas são evidentes, como muros quebrados, rede elétrica caótica e muita velha, pintura em más condições. Uma das casas foi interditada em

decorrência de uma mina d'água que existe por baixo dela e que está levando toda areia do alicerce, correndo o risco de a edificação desmoronar ou deslizar, pois fica à margem de um grande talude.

O relatório da PROEST informa que foram realizadas várias reuniões entre a gestão da UFT, representantes da classe estudantil e o prefeito de Arraias para discutirem o estado precário dessas casas. A PROEST relata que verificou, junto à prefeitura, a viabilidade de uma reforma, mas, segundo o contrato que rege a cessão dos imóveis, a responsabilidade de realizar as reformas é delegada à UFT. A PROEST afirma que discutiu também sobre a possibilidade de a prefeitura de Arraias doar um terreno para a construção própria da Casa do Estudante. O prefeito foi solícito ao pedido e encaminhou-o para aprovação na Câmara Municipal. Ainda com intuito de resolver o problema da reforma, a PROEST informa que encaminhou ao Departamento de Obras da UFT o processo que contém os laudos de insalubridade, interdição, bem como quais reformas devem ser executadas.

Sobre as questões relacionadas à manutenção dos referidos imóveis, o diagnóstico da CSA relata que existem aparelhos estragados, tais como geladeira, ventiladores, cadeiras, mesas, luminárias, araras etc., e não vem sendo realizado nenhum empenho no sentido de reparação dos defeitos, ficando caótica a situação dos materiais.

#### **9.4.6. Tocantinópolis**

O diagnóstico do *campus* de Tocantinópolis aponta a conquista de um espaço destinado à Casa do Estudante, mas o relatório anual da PROEST não o faz. Contudo, tal espaço apresenta problemas graves, caracterizando até mesmo moradia indigna.

Em julho de 2012, foram adquiridas 02 (duas casas), sendo uma para homens e outra para mulheres. A casa dos homens tem capacidade de comportar 3 (três) pessoas, sendo considerada razoavelmente segura e de boa estrutura. Já a casa das mulheres tem capacidade de abrigo para 4 (quatro) pessoas, sendo que essas vivem de maneira inóspita, como coloca o diagnóstico do *campus*. A casa das mulheres apresenta problemas físicos, falta de descarga sanitária, infiltração, vidraças quebradas, falta de trancas etc., o que propicia roubos e falta de segurança geral.

Segundo o diagnóstico do *campus*, as casas situam-se próximo à Universidade e, mesmo com tantos problemas, considera-se um avanço nesse sentido, tendo em vista o tempo

que o *campus* não dispôs dessa política. Algumas ações devem ser empenhadas no sentido da melhoria das moradias, até mesmo para que se possa oferecer um atendimento mais amplo em termos quantitativos.

#### 9.5. BOLSA PERMANÊNCIA

Segundo a PROEST, o Programa Bolsa Permanência destina-se aos acadêmicos dos cursos de graduação presenciais da UFT, comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As ações se dão a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. No formato atual, o programa apresenta 03 (três) modalidades: acadêmica, institucional e PARFOR, conforme supramencionado neste relatório.

A modalidade acadêmica tem como finalidade incentivar a participação do discente em atividades extensionistas, de pesquisa e de ensino, sob a orientação de integrante da carreira docente da UFT. Já a modalidade institucional visa a proporcionar ao estudante, sob orientação, a aprendizagem de técnicas e métodos gerenciais, bem como estimular o desenvolvimento do pensar e da criatividade decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas da gestão institucional. Por fim, a modalidade PARFOR tem por finalidade incentivar a participação discente em atividades práticas durante os meses do curso.

Os bolsistas recebem um valor mensal no valor de R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais). O programa apresenta uma evolução no que diz respeito ao número de alunos atendidos. Os diagnósticos das CSAs não forneceram nenhuma análise da situação dos bolsistas deste programa nem dados sobre a suficiência dessa bolsa (se atende ou não as necessidades dos contemplados). Apenas os relatórios das CSAs de Miracema, Gurupi e Arraias apontam o número de alunos atendidos pelo programa: em Miracema, 68 (sessenta e oito) alunos, sendo 57 (cinquenta e sete) deles do curso de Serviço Social e 11 (onze) da Pedagogia; Arraias possui 58 (cinquenta e oito) alunos bolsistas; em Gurupi foram selecionados 39 (trinta e nove) alunos no último edital.

## 9.6. ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E APOIO PSICOSSOCIAL

Com relação a Restaurante Universitário (RU), o relatório da PROEST informa que o prédio do RU de Palmas ficou pronto em setembro de 2012 e que estão sendo tomadas providências para equipá-lo com o mobiliário próprio para restaurantes.

Em Araguaína, o relatório da CSA informa que a obra da construção do RU do *campus* está em estágio bem avançado. Atualmente, a lanchonete (cantina) que servirá todo o público acadêmico aguarda o processo de licitação para sua implantação. Assim, de acordo com o diagnóstico da CSA de Araguaína, não há nenhum espaço adequado para venda de lanches na Unidade Cimba. Quem precisa passar o dia na Unidade tem que solicitar a entrega de marmitex. Constatou-se que, no ano 2012, alguns alunos passaram o dia na Unidade sem refeições. A UFT ainda não subsidia a alimentação via RU nem a permanência (espaço de convivência) desses alunos no *campus*.

Também, o Relatório da CSA de Gurupi revelou que o *campus* ainda não possui RU. O que atualmente existe é uma cantina onde alguns alunos e professores fazem refeições (muito poucos) e lanches. Essa cantina conta com uma área de, aproximadamente, 90 m<sup>2</sup> (noventa metros quadrados), área esta que não é suficiente para o preparo adequado de refeições (falta de condições de trabalho) nem para depósito de material. Além disso, de acordo com o contrato de licitação, o estabelecimento não está obrigado a produzir refeições, muito embora estas sejam produzidas para alguns poucos alunos e professores.

O *campus* de Porto Nacional, de igual modo, não tem um RU. De acordo com o diagnóstico da CSA, existe uma lanchonete particular dentro do *campus* que atende toda a comunidade. O *campus* teve uma lanchonete construída, mas que está aguardando o processo licitatório para entrar em funcionamento, substituindo a que atende atualmente.

O mesmo ocorre em Arraias, mas, no *campus*, não existe a oferta de serviços relacionados à alimentação. Conforme relatado pela CSA, o *Campus* Novo conta, desde 2011, com a estrutura física da cantina concluída. No entanto, ela tem alocado o serviço de xerocópias para os alunos, e não atende aos objetivos para que foi construída.

Por fim, no que tange a RU e cantinas, segundo a CSA local da UFT Tocantinópolis, não há um espaço adequado para que alunos, funcionários e professores possam fazer suas refeições. A cantina que funciona nas dependências do *campus* apresenta instalações inadequadas para o atendimento da comunidade acadêmica: o espaço para armazenamento e a disposição dos alimentos é muito restrito; a construção é feita de madeira e está muito

deteriorada, dificultando a higienização e o controle de ratos e insetos. No entanto, segundo informações da administração, está em andamento e em fase final a licitação para contrato da empresa que assumirá a nova lanchonete. Esta, sim, em boas condições de uso.

Os *campi* de Palmas e Miracema também possuem cantinas já construídas, aguardando processo licitatório para funcionamento.

No que diz respeito a auxílio transporte, embora este faça parte da política de assistência estudantil prevista no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ele não é disponibilizado para os estudantes da UFT. A PROEST atribui ao programa Bolsa Permanência a função de custear as despesas com transportes para os alunos com baixa renda. Considerando o valor da bolsa e o alto custo de vida em algumas cidades onde estão alocados os *campi*, alguns alunos encontram dificuldades para custearem seu meio de transporte.

Em Arraias, não existe sistema de transporte público municipal e, por isso, os acadêmicos da UFT não são contemplados com tal serviço. O diagnóstico da CSA aponta que um sistema de transporte público na cidade beneficiaria muito os alunos, tendo em vista que grande parte mora distante da Universidade. Inclusive, a própria Casa do Estudante fica em torno de 2,5 km afastada da UFT. O *campus* de Miracema fornece auxílio transporte para os alunos do Curso de Serviço Social que fazem estágio em Palmas.

No *campus* de Gurupi, segundo o diagnóstico da CSA, o transporte público é limitado e também não há auxílio transporte específico para os estudantes. Existe um serviço de transporte urbano que atende o *campus*, o qual é realizado em cinco horários fixos, com início às 7h e término às 17h30. Entretanto, esses horários não atendem as necessidades dos alunos, uma vez que as aulas são encerradas às 20h. Outra limitação é que a empresa de ônibus responsável pelo transporte limita a compra de vale-transporte. O estudante só tem o direito de comprar 60 (sessenta) por mês; assim, se tiver necessidade de ir ao *campus* para outras atividades, os vales de que dispõe são insuficientes.

Os relatórios das CSAs de Araguaína, Palmas e Porto Nacional não apresentaram pormenores sobre o transporte dos estudantes.

Sobre o Apoio Psicossocial, o diagnóstico do *campus* de Arraias afirma que não existe essa política aos alunos, embora fosse de relevância, considerando-se o grande número de alunos que desistem dos cursos devido a problemas na vida acadêmica, nas relações professor/aluno. Além disso, o alto índice de acadêmicas grávidas no *campus* requer esse tipo de apoio.

Gurupi foi a única unidade que informou ter um serviço de psicologia que atende alunos, servidores (técnicos administrativos e professores) e funcionários terceirizados,

somando um total de 171 (cento e setenta e um) atendimentos individuais. Os demais *campi* não informaram sobre a política de apoio psicossocial aos estudantes.

#### 9.7. ASPECTOS A SEREM APRIMORADOS

Do exposto, percebem-se algumas fragilidades na política de assistência aos estudantes da UFT. Considerando-se as 10 (dez) dimensões apontadas no PNAES (moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação), percebe-se que a política de assistência estudantil da UFT ainda se encontra aquém do ideal.

No relatório da PROEST, a ênfase dada ao programa Bolsa Permanência mostra que este é o “carro chefe” da assistência estudantil na instituição, o que deixa a desejar nas outras dimensões que contemplam os estudantes. A situação precária das casas dos estudantes, a falta de RUs e de transporte público mostram as fragilidades e sinalizam para além da distribuição de bolsas assistencialistas e para a necessidade de políticas efetivas de assistência.

Também, outro aspecto a ser aprimorado na UFT diz respeito ao atendimento aos alunos e à permanência deles na instituição. A instituição precisa discutir e implementar medidas visando ao enfrentamento da questão, tais como: atendimento psicopedagógico e social por equipes especializadas, multidisciplinar (psicólogo, pedagogo e assistente social) e programas de nivelamento para superar as dificuldades de leitura e escrita, principalmente aos alunos indígenas, que representam um número significado dentro da Universidade e que, na maioria dos casos, apresentam baixo rendimento e alta evasão.

## 10 DIMENSÃO 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A Universidade Federal do Tocantins tem como mantenedor o Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, cabe a este garantir recursos financeiros para o pleno funcionamento da instituição. O orçamento da UFT está dividido em dois grupos de natureza de despesa: despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes são aquelas associadas ao custeio da estrutura administrativa da universidade, tais como: despesas com pessoal, despesas continuadas para garantir o funcionamento da universidade e despesas para financiar os programas institucionais. As despesas de capital são aquelas que estão associadas aos investimentos em bens de capital, construções e reformas em edificações.

Na condição de mantenedor das universidades públicas federais, o MEC aloca parte dos recursos de custeio e capital por meio de um modelo de partição de recursos – Matriz Andifes. Para tanto, o MEC usa como principal critério de distribuição o número de alunos equivalentes. Segundo esse modelo de distribuição de recursos, a universidade que tem o maior número de alunos equivalentes recebe uma maior fatia do orçamento da união destinada para a manutenção do ensino superior.

No que se refere à alocação dos recursos orçamentários destinados para investimento, a UFT, utiliza os seguintes procedimentos: 70% (setenta por cento) do recurso são distribuídos para os *campi* por meio de uma matriz interna de partição orçamentária. A outra parte, 30% (trinta por cento) do recurso, é usada pela gestão superior para fomentar os programas institucionais em toda a Universidade. Vale salientar que tais programas estão previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), assim como a realização dos investimentos em infraestrutura são orientados pelo referido plano.

No que se refere à alocação das despesas correntes, a UFT utiliza uma matriz de partição interna, por meio da qual parte do recurso é destinada para financiar os programas institucionais gerenciados pelas pró-reitorias. Outra parte desse recurso é usada para financiar o apoio administrativo da gestão da Universidade (Reitoria e pró-reitorias); a maior parcela é usada para financiar os contratos terceirizados que garantem o funcionamento de serviços essenciais para as atividades da instituição. Entre esses serviços, destacam-se os seguintes: limpeza, vigilância, recepcionistas, motoristas, energia, telefonia, reprografia, combustível, correios, publicações oficiais no diário oficial da união, entre outros. É importante relatar que

os *campi* recebem cotas para custear todas as despesas de manutenção, também determinadas via matriz, cujo critério de divisão se dá por meio de indicadores de ensino, pesquisa e extensão.

Tabela 18 – Principais despesas fixadas no orçamento de 2012 da UFT

DESCRIÇÃO	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
Pessoal e encargos sociais	99.374.484,00	0,00	99.374.484,00
Benefícios aos servidores	7.914.149,00	0,00	7.914.149,00
Pasep	814.341,00	0,00	814.341,00
Reuni	2.949.831,00	8.426.870,00	11.376.701,00
Recursos Próprios	3.865.780,00	0,00	3.865.780,00
Funcionamento das Ifes – Matriz Andifes	25.970.519,00	0,00	25.970.519,00
Capacitação dos servidores públicos federais	250.000,00	0,00	-
Despesas de custeio da UFT – manutenção da Universidade e Programas Institucionais	25.070.519,00	0,00	-
Custeio diverso	650.000,00	0,00	-
PNAES – Assistência Estudantil	3.135.593,00	3.000.000,00	6.135.593,00
Pagamento associação Andifes	26.453,00	0,00	26.453,00
UMA – Universidade da Maturidade – Emenda de bancada	250.000,00	200.000,00	450.000,00
Educação básica	627.362,00	0,00	627.362,00
Funcionamento Universidade – Palmas	100.000,00	0,00	100.000,00
Funcionamento curso de contabilidade – Emenda de bancada	0,00	200.000,00	200.000,00
Funcionamento da Universidade – Emenda de bancada	100.000,00	0,00	-
PROEX	243.319,00	454.800,00	698.119,00
Hospital de Medicina – Emenda de bancada		22.947.125,00	22.947.125,00
TOTAL	145.271.831,00	35.228.795,00	180.500.626,00

Fonte: Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento/ UFT, 2012.

Os recursos disponibilizados no orçamento foram utilizados também para financiar os programas institucionais, a exemplo da bolsa estágio para aluno, auxílio financeiro para estudantes, bolsa de iniciação científica, programa de monitoria indígena, programa de

monitoria para a graduação, capacitação de técnicos administrativos, apoio a eventos, semanas acadêmicas, manutenção das despesas continuadas da Universidade, dentre outros. A universidade captou para o programa de extensão Universidade da Maturidade o equivalente a R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). O objeto desse programa é oferecer atividades de ensino, cultura e arte aos idosos das cidades onde estão situados os *campi* da UFT.

Vale também salientar que a UFT captou o valor de R\$ 3.865.780,00 (três milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais) por meio da realização de concursos e vestibulares – receitas próprias. Além dos recursos orçamentários destinados pelo órgão mantenedor (MEC), a UFT capta recursos por meio de descentralização orçamentária. Tais recursos são destinados por Ministérios ou secretarias do MEC.

Tabela 19 – Recursos descentralizados para a UFT em 2012

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	VALOR
Programa PROAP – Programas de mestrado e de doutorado	438.900,00
Especialização de gestão pública municipal e em saúde	294.447,92
Mídias na Educação	31.320,80
Funcionamento dos cursos de Química, física e biologia a distância	140.704,70
Capacitação continuada DED/CAPES	75.719,08
Plano de formação de professores da Educação – PARFOR	1.645.000,00
Aparelhamento do setor laboratorial da incubadora de empresas	451.100,00
Projeto PRADIME	9.274,35
Projeto PROINFO	28.634,00
Oferta do curso de química, física e biologia	177.183,80
Oferta de licenciatura em Biologia	31.996,30
Projovem Campos: Saberes da terra	236.499,65
Pró-Conselho	44.389,12
Workshop tocantinense	50.000,00
Pró-Equipamentos	413.707,41
TOTAL	4.068.886,13

Fonte: Pro-Reitoria de Administração e Finanças/UFT, 2012

Os recursos captados por meio de descentralização têm como objetivo executar ações voltadas para o fortalecimento da educação básica, da formação de professores e da democratização do ensino por meio da Universidade Aberta do Brasil. Além disso, a Capes descentralizou os recursos para financiar a manutenção dos programas de mestrado e doutorado da instituição. Tais recursos são usados para apoio administrativo das respectivas coordenações e apoio a eventos desses programas.

A UFT ainda tem uma Fundação de Apoio a Pesquisa e esta tem como objetivo fomentar a captação de recursos privados e públicos para desenvolver o ensino, a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento institucional da UFT. Em 2012, a Fundação repassou para a

UFT o valor de R\$ 73.315,12 (setenta e três mil, trezentos e quinze reais e doze centavos) na forma de taxa de ressarcimento institucional dos recursos que foram captados pelos professores pesquisadores junto à Fundação de Apoio.

A alocação dos recursos de capital foi feita visando a atender as demandas dos *campi* da Universidade e teve como fundamentação as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Algumas obras foram concluídas em 2012, assim como outras foram licitadas no final desse exercício. Estas receberam ordem de serviço em janeiro de 2013 e espera-se que, até o final desse período, estejam finalizadas para atender a demanda por sala de aula dos *campi* da instituição.

A tabela 20 mostra como o recurso de capital foi usado no exercício de 2012.

Tabela 20 – Despesas de capital por *campus* – obras e instalações

<b>Araguaína</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
	Construção de 1 prédio padrão com 18 salas de aula/banheiros/elevador	2.844.471,28
	Outras despesas com infraestrutura	291.736,60
	Equipamentos para ensino e apoio administrativo	60.652,00
<b>Total</b>		<b>3.136.207,28</b>
<b>Arraias</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
	Outras despesas com infraestrutura	425.071,37
	Equipamentos para ensino e apoio administrativo	129.002,58
<b>Total</b>		<b>554.073,95</b>
<b>Gurupi</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
	Outras despesas com infraestrutura	739.699,89
	Equipamentos e veículo	134.197,00
<b>Total</b>		<b>873.896,89</b>
<b>Miracema</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
	Construção de bloco padrão sala de aula	763.894,51
	Outras despesas com infraestrutura	274.285,51
	Equipamentos para o ensino e apoio administrativo	62.613,45
<b>Total</b>		<b>1.100.793,47</b>
<b>Palmas</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
	Outras despesas com infraestrutura	2.194.181,69
	Equipamentos para ensino e apoio administrativo	228.012,67
<b>Total</b>		<b>2.422.194,36</b>
<b>Porto Nacional</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
	Construção de bloco padrão de sala de aula	699.436,93

	Outras despesas com infraestrutura	312.894,65
	Equipamentos de ensino e apoio administrativo	59.665,00
<b>Total</b>		<b>1.071.996,58</b>
<b>Tocantinópolis</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
	Outras despesas com infraestrutura	92.250,00
	Equipamentos de apoio administrativo	123.500,00
<b>Total</b>		<b>215.750,00</b>
<b>Administração Superior</b>	Outras despesas com infraestrutura	633.601,61
	Equipamentos para laboratórios de ensino, áudio-visual, computadores, ar-condicionado e mobiliário para a UFT	5.807.567,00
<b>Total</b>		<b>6.441.168,61</b>

Fonte: Pró-Reitoria de Administração e Finanças, 2012.

Esses recursos foram executados em 2012 por meio de licitações, de modo que as obras serão concluídas ao longo de 2013. Os equipamentos adquiridos estão em fase de recebimento e, em breve, estarão disponíveis nos laboratórios.

Tabela 21 – Despesas continuadas por *campus*/reitoria – 2012

CAMPUS	VALOR DAS DESPESAS CONTINUADAS
Araguaína	3.721.019,48
Arraias	809.303,86
Gurupi	2.423.977,46
Miracema	773.834,03
Palmas	5.324.704,80
Porto Nacional	1.828.285,76
Tocantinópolis	835.752,48
Administração Superior	5.987.792,98
<b>TOTAL</b>	<b>21.704.670,85</b>

Fonte: PROAD, 2012.

Esses recursos são descentralizados para os *campi* por meio dos parâmetros presentes na matriz de partição orçamentária. Os valores foram alocados nos contratos de: água e esgoto, combustível, correios, energia elétrica, imprensa nacional, serviço de manutenção de veículos, serviços de cópias reprográficas, serviços de limpeza, telefonia fixa, telefonia móvel, locação de ônibus, manutenção de ar condicionado e bebedouros, manutenção predial, contratação de motoristas, manutenção do SIE, terceirização de recepcionistas, seguro de estagiários, tratamento e coloração de água, tratamento de esgoto, vigilância eletrônica, vigilância armada, manutenção de equipamentos de informática.

Quanto a políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão, em 2012, foram destinados R\$ 1.918.314,00 (um milhão, novecentos e dezoito mil, trezentos e quatorze reais) para financiar os programas institucionais da UFT. A Universidade só aloca recursos para os programas que são aprovados e regulamentados nos conselhos superiores da instituição ou por meio de chamadas via edital. Os programas financiados são: bolsa estágio, programas de monitoria (indígena e graduação geral), programa de iniciação científica (PIBIC), programa de apoio financeiro a servidores para apresentação de trabalhos em congressos científicos, programa de qualificação dos servidores da UFT, apoio às semanas acadêmicas, apoio à participação em congressos, programa pré-vestibular, programa PIBEX. Além desses, há recursos destinados pelo Programa Nacional de Assistência ao Estudante, cujo valor é destinado para pagamento de bolsa permanência para alunos em vulnerabilidade social, auxílio alimentação e transporte.

Quanto ao critério de elaboração da matriz orçamentária, a proposta é feita com base nos objetivos estratégicos definidos no PDI. A alocação dos recursos nos programas institucionais é uma demonstração de que a gestão compreende a importância de se fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão, com vistas a garantir a sua qualidade. É importante observar que o valor do orçamento de uma instituição pública depende da situação econômica do país e, dada a falta de autonomia universitária, principalmente a financeira e a baixa capacidade de captação de recursos próprios, a universidade passa a ter grande dependência do recurso do tesouro nacional.

No que se refere à baixa capacidade de captar recursos próprios, é digno de nota destacar que a UFT é nova, seu quadro de professores doutores é composto por jovens pesquisadores. Associado a isso há, em termos relativos, uma baixa demanda de projetos de pesquisa e de extensão por parte de empresas privadas e públicas no Estado.

## 11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode verificar ao longo deste relatório, a CPA elencou algumas potencialidades e fragilidades detectadas a partir da Autoavaliação Institucional de 2012 e dos relatórios apresentados pelas Pró-Reitorias e Diretorias, como também pelos diagnósticos dos *campi* elaborados pelas Comissões Setoriais de Avaliação. O presente relatório também foi possível graças a um questionário *online*, aplicado pela CPA em 2012 a toda a comunidade acadêmica, o qual contemplou 02 (duas) dimensões do SINAES: dimensão 2, sobre ensino, pesquisa e extensão; e dimensão 7, contemplando infraestrutura física, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informações e comunicação. O questionário foi divulgado através da campanha “Fala aí”, promovida pela CPA com o apoio da DICOM. O instrumento foi disponibilizado no Portal do Aluno para os estudantes, bem como na Intranet, para professores e técnicos administrativos.

No que se refere à primeira dimensão, “Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional”, apontou-se como aspecto positivo o fato de a Universidade Federal do Tocantins ter um Plano de Desenvolvimento Institucional elaborado para o período de 2011 a 2015, com uma série de diretrizes, objetivos e propostas de ação que permitem o funcionamento da instituição pautado em prioridades e ações estratégicas de curto, médio e longo prazo. A observação desse documento permite aos gestores da instituição e à comunidade acadêmica em geral um direcionamento no que se refere ao planejamento e às ações, bem como pode ser um parâmetro para o processo de avaliação do conjunto da instituição e de cada uma de suas instâncias.

A despeito de todos os esforços da UFT em atender aos anseios da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, não foi possível verificar a existência de um Planejamento Estratégico atualizado da instituição. O documento disponível no portal da Universidade foi elaborado para o período de 2006 a 2010. Também, não se tem informação sobre o processo de elaboração do planejamento nos *campi*, nem do trabalho da comissão criada em 2012. Entretanto, um aspecto relevante foi a criação de uma comissão para coordenar a elaboração do Plano Diretor dos *campi*. Trata-se de uma iniciativa que pode impulsionar a prática do planejamento em toda a instituição.

Além disso, o que se pode observar no processo de avaliação interna anual é que não há, na instituição, procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional de forma geral, especialmente no que diz respeito às atividades educacionais. De acordo com as informações da PROAP, as pró-reitorias fazem as avaliações específicas de suas respectivas áreas e a Diretoria de Avaliação está se estruturando para, a partir de 2013, iniciar seus trabalhos com esse fim.

Quanto à dimensão 2, “A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão”, um dos aspectos a serem destacados foi o trabalho realizado pela PROGRAD no período de 2008 a 2012, quanto às orientações junto aos colegiados dos cursos com vistas à rediscussão dos Projetos Pedagógicos e à organização da documentação dos cursos. Tais procedimentos visaram a atender as demandas dos Instrumentos de Avaliação do MEC. Isso demonstra um avanço quanto à integração entre a PROGRAD e os *campi* da UFT.

Um aspecto ainda a ser aprimorado é a estruturação dos NDEs. Isso pode ser verificado a partir das respostas do questionário aplicado pela CPA, quando a maioria da comunidade acadêmica enfatiza não conhecer a composição e o papel dos Núcleos ou a não existência dele em 50% (cinquenta por cento) dos cursos, o que requer uma ação mais efetiva da instituição.

No que se refere à “Responsabilidade Social da Instituição” (Dimensão 3), quanto aos aspectos a serem aprimorados, ressalta-se a preocupação com o meio ambiente. Embora se saiba que ela exista, esse interesse não aparece de forma explícita nas ações realizadas pela Universidade no tocante à extensão, existindo, com isso, uma lacuna entre a UFT e seu papel de agente transformadora da realidade social nesse aspecto. Verifica-se que há também a necessidade de mais iniciativas que possam reunir dados e avaliar o impacto das ações da instituição junto à comunidade local, considerando sua responsabilidade social.

Como potencialidades, vê-se que alguns projetos extensionistas da Universidade, a exemplo do Centro de Estudos Continuados em Letras, Linguística e Artes (CECLA) e cursos pré-vestibulares da UFT do *campus* de Porto Nacional (CAPE-Tins), entre outros, são ações que abrangem um público significativo e que carregam consigo o nome da instituição de forma mais ostensiva. Isso porque proporcionam inclusão social de forma direta, com efeito imediato e de curto prazo nas comunidades beneficiadas por tais ações.

Quanto à “Comunicação com a Sociedade”, verifica-se que a UFT, respaldada pelo trabalho da DICOM, tem buscado efetivamente integrar as comunidades acadêmica e externa em suas atividades. Para tanto, emprega diversas ferramentas e estratégias de comunicação para alcance do público, seja ele externo e/ou interno: portal institucional, informativos, e-

*mails*, produções audiovisuais, produção gráfica, credibilidade e apoio da imprensa, dentre outras. Assim, tem-se dedicado a otimizar processos, implantar e aperfeiçoar ferramentas de comunicação. Contudo, é oportuno ressaltar que, segundo diagnósticos dos *campi*, a fragilidade ainda se torna evidente na ausência de setores locais que possam facilitar a comunicação institucional e da UFT com a sociedade. Não há uma sala destinada a esta finalidade, nem há boletim interno (impresso ou *online*) ou pessoa responsável para registrar os fatos e acontecimentos locais. De modo geral, os *campi* ficam à mercê da *internet*, de telefones e de murais. Segundo relato da Direção do *Campus* de Palmas, os *campi* não têm autonomia nas informações publicadas nem dispõem de poder orçamentário para tanto, caso queiram arcar com os custos sozinhos.

Quanto à dimensão relacionada a “políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho”, do exposto, observa-se um empenho da DDH em fomentar cursos e ações para a capacitação dos servidores técnico-administrativos da UFT. Quanto à avaliação de desempenho destes, os resultados mostram ser positiva a criação e a execução desse processo. Demonstram ainda que a UFT possui um aporte de servidores em excelente nível de formação e presteza no atendimento.

Por outro lado, verifica-se a falta de uma política efetiva para a formação acadêmica dos servidores em nível de mestrado e doutorado. Também, como Diretoria de Desenvolvimento Humano de todos os servidores, a DDH carece de programas para qualificação dos professores. Além disso, muitos novos docentes desconhecem as instâncias, os procedimentos e os regulamentos da Universidade por falta de uma capacitação específica. Em relação à avaliação dos servidores, como já foi observado no Relatório de Avaliação Institucional de 2011, é necessário avançar para incluir alguma avaliação feita por usuários sobre o desempenho dos servidores.

Quanto à gestão e à organização institucionais, o ano 2012 teve como avanço a criação de comissões para subsidiar a elaboração e/ou reelaboração dos Planos Diretores dos *campi*. Como aspecto a ser aprimorado, ressalta-se a interrupção das discussões do Estatuto da Universidade nesse mesmo ano.

Para a dimensão 7, infraestrutura física da UFT, um aspecto positivo que se despontou na autoavaliação institucional diz respeito à realização de um conjunto de obras licitadas e/ou concluídas em 2012 em quase todos os *campi*. Contudo, fator negativo relaciona-se ao conjunto de obras que, mesmo prontas, ainda não puderam ser ocupadas por pendências relacionadas à construtora ou devido ao emperramento interno relacionado a licitações que se

arrastam por mais de um ano. Outro fator que merece atenção é a acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, ainda precária em praticamente todos os *campi*.

De igual modo, as avaliações dos usuários apontam para alguns problemas que se diferem em gravidade para cada *campus* e outros que revelam lacunas comuns a todas as unidades: insuficiência de recursos didáticos e de multimídia nas salas de aula, ausência de espaços de convivência, quantidade insuficiente de laboratórios de ensino, quantidade e qualidade insatisfatória de cantinas e restaurantes bem como de transporte coletivo, insuficiência das passarelas, coberturas e calçadas.

Quanto às políticas de atendimento ao estudante, do exposto, percebem-se algumas fragilidades na política de assistência aos discentes da UFT. Considerando-se as 10 (dez) dimensões apontadas no PNAES (moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação), percebe-se que a política de assistência estudantil da UFT ainda se encontra aquém do ideal. No relatório da PROEST, a ênfase dada ao programa Bolsa Permanência mostra que esse é o “carro chefe” da assistência estudantil na instituição, o que deixa a desejar nas outras dimensões que contemplam os estudantes. A situação precária das casas dos estudantes, a falta de RUs e de transporte público apontados nos diagnósticos mostram essas fragilidades e sinalizam a necessidade de ir além da distribuição de bolsas, no sentido de desenvolver uma política efetiva de assistência e permanência. A instituição precisa discutir e implementar medidas visando ao enfrentamento da questão, tais como: atendimento psicopedagógico e social com equipe multidisciplinar (psicólogo, pedagogo e assistente social); programas de nivelamento para superar as dificuldades de leitura e escrita, em especial aos alunos indígenas, que representam um número significativo dentro da Universidade e que, na maioria dos casos, apresentam baixo rendimento e alta evasão.

Por fim, a Comissão Própria de Avaliação considera que os avanços e os desafios aqui apresentados podem ser objeto de análise por todos os setores administrativos e acadêmicos da instituição, subsidiando tomadas de decisões em busca da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Podem, ainda, servir como fontes de informação à comunidade (interna e externa), possibilitando melhor conhecimento da Universidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior, Comissão Especial de Avaliação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Brasília: 2003.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior, TI/DEDES/SESu. **Cálculo do aluno equivalente para fins de análise de custos de manutenção das IFES**. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília: INEP, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: INEP, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Campus de Arraias**. Arraias: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Campus de Araguaína**. Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Campus de Gurupi**. Gurupi: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Campus de Miracema**. Miracema do Tocantins: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Campus de Palmas**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Campus de Porto Nacional**. Porto Nacional: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Diagnóstico do Campus de Tocantinópolis**. Tocantinópolis: Universidade Federal do Tocantins, Comissão Setorial de Avaliação, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins 2011-2015**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins. Aprovado em agosto de 2010. Disponível em: <[http://www.site.uft.edu.br/component/option,com\\_docman/Itemid,69/task,doc\\_details/gid,3438/](http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,3438/)> Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Diretoria de Desenvolvimento Humano -DDH**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Diretoria de Desenvolvimento Humano, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Diretoria de Comunicação**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, DICOM. DICOM, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Vice-Reitoria**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Vice-Reitoria, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório das atividades desenvolvidas pela Diretoria de Programas Especiais em Educação - 2012**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Graduação, Diretoria de Programas Especiais em Educação, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT 2011**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pro-Reitoria de Avaliação e Planejamento. Diretoria de Avaliação. Comissão Própria de Avaliação, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão 2012**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pro-Reitoria de Avaliação e Planejamento. Diretoria de Planejamento, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de alunos matriculados**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Graduação, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório para Avaliação Institucional 2012: PROEX/UFT**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Extensão, Cultura, 2013.